

BVPS COLEÇÃO

André Botelho
Karim Helayel
Rennan Pimentel
(orgs.)

SOCIOLOGIA POLÍTICA DO NORDESTE



Novembro/2024

André Botelho
Karim Helayel
Rennan Pimentel
(orgs.)

SOCIOLOGIA POLÍTICA DO NORDESTE

BVPS Coleção 004

BVPS Coleção. Número 004, novembro de 2024.

Sociologia Política do Nordeste. Organizado por André Botelho, Karim Helayel e Rennan Pimentel. Rio de Janeiro: BVPS Coleção, 2024.

ISBN 978-65-01-24042-8

1ª edição

Edição e diagramação: João Mello e Caroline Tresoldi.

Revisão: Caroline Tresoldi.

Capa: Rennan Pimentel.

Ilustrações: Joana Lavôr.



Sumário

Nota à publicação.....	8
Prefácio - Nordeste autopoiesis <i>André Botelho</i>	11
Pensar o regional: o Nordeste em questão <i>Irllys Alencar F. Barreira</i>	26
Gilberto Freyre e José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo <i>Mariana Chaguri</i>	31
Nestor Duarte: um pioneiro da reforma agrária no Brasil <i>Rennan Pimentel</i>	49
O avesso do moderno <i>Nísia Trindade Lima</i>	61
Duas visões sobre comunidade, democracia e história: Barrington Moore Jr. e Robert D. Putnam <i>André Botelho e Karim Helayel</i>	72
<i>Os sertões</i> : crime e castigo <i>Lília Schwarcz e André Botelho</i>	83
Massangana, Nordeste: Problemas no paraíso <i>Lucas van Hombreeck</i>	98
Nordeste, de Gilberto Freyre <i>Karim Helayel</i>	111

A parcimônia do seco, o fascínio do sólido <i>Silviano Santiago</i>	125
Rachel de Queiroz & mais: conversa com Heloisa Buarque de Hollanda, agora Teixeira <i>Caroline Tresoldi</i>	140
O insolúvel dilema <i>Rodrigo Jorge Ribeiro Neves</i>	150
João Cabral de Melo Neto, Recife e Sevilha <i>Felipe Fortuna</i>	160
Celso Furtado e Josué de Castro entre as ideias e a ação <i>Karim Helayel</i>	184
O Brasil vos espera: conversa com Antonio Nóbrega <i>André Botelho e Pedro Meira Monteiro</i>	203
Meus nordestes: Fortaleza, o mar e o sertão <i>Isabel Lustosa</i>	209
O Nordeste como perspectiva: o projeto “Emprego e mudança socioeconômica” <i>Lucas Carvalho</i>	227
Padrões de desenvolvimento, regimes de trabalho e persistência da desigualdade no Nordeste <i>Roberto Vêras de Oliveira</i>	240
Recôncavo: laboratório de uma experiência humana (1958), de Luiz de Aguiar Costa Pinto <i>Antonio Brasil Jr.</i>	255

Nas brechas da estrutura: ação e processo em Maria Isaura Pereira de Queiroz <i>André Botelho</i>	271
Capitalismo, terra e ação coletiva: a interpretação de Elide Rugai Bastos <i>Karim Helayel e Rennan Pimentel</i>	284
Quando a literatura é adubada com sangue: a trilogia do cacau de Jorge Amado <i>Onildo Correa</i>	300
Aprender com a terra: conversa com Elide Rugai Bastos <i>Rennan Pimentel, Karim Helayel e André Botelho</i>	319
O aprendizado social do conflito pela terra <i>Lucas Carvalho</i>	340
As dinâmicas do campo à luz de <i>Torto Arado</i> <i>Liège Nonvieri, Maria F. Argileu, Max Reis e Rosiane Braga</i> ...	351
A marcha democrática: caminhos do aprendizado social nordestino pelas lentes do desenvolvimentismo <i>Nichollas Paradelo Capote</i>	371
As ilustrações da Série Nordeste <i>Joana Lavôr</i>	384
Posfácio – Um turista aprendiz <i>André Botelho</i>	387
Sobre os autores	393

BVPS Coleção. O suporte digital das publicações sem dúvida tem feito circular com mais agilidade e amplitude não apenas informações, mas também o conhecimento produzido na universidade. Foram essas possibilidades — também elas, não inteiramente livres de ambiguidades — que nos motivaram a criar o **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social** em 2017. O Blog da BVPS é um espaço de formação de editores/as, autores/as e leitores/as de comunicação pública das ciências sociais, literaturas e artes, e aposta sempre na conversa entre diferentes gerações. De lá para cá, temos experimentado muito. Posts menores, posts maiores; ensaios teóricos e visuais; conjuntos diversificados, como os que chamamos de Ocupação ou Séries, Colunas etc. Uma das vantagens principais das publicações digitais é esta: as múltiplas possibilidades de formato que permitem. E, talvez, ainda mais importante, a pluralidade de itinerários de leitura que então comporta. **BVPS Coleção** se propõe a ser mais um desses suportes experimentais, reunindo publicações do Blog e outras que formem um conjunto expressivo sobre um tema, questão ou mesmo autor/a.

Equipe BVPS

Nota à publicação

No momento em que realizamos o Workshop “As sociedades aprendem?”, do Projeto Universal/CNPq coordenado por André Botelho,¹ publicamos o quarto volume da **BVPS Coleção**, dedicada agora ao tema da Sociologia Política do Nordeste, uma das frentes de pesquisa deste projeto, que aborda de modo mais amplo o problema do aprendizado social como dinâmica reflexiva que articula mudanças sociais e interpretações da sociedade.

Os textos que reunimos aqui saíram no primeiro semestre de 2023 no **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**² como parte de um experimento pedagógico intitulado “Série Nordeste”, que publicou com antecedência de uma semana aulas do curso de Sociologia III ministrado por André Botelho no IFCS/UFRJ e também posts de conteúdos adicionais com convidados – foram 24 posts de 21 autores e 2 posts bônus com trabalhos de conclusão da disciplina. A proposta da disciplina, que também contou com a participação de Karim Helayel e Rennan Pimental, pode ser conhecida no prefácio deste

¹ O projeto é intitulado “As sociedades aprendem? Dinâmicas de comunicação reflexivas sobre região, raça e gênero no pensamento social e na sociedade brasileira”. O Workshop com discussões parciais das pesquisas desenvolvidas está sendo realizado no IFCS/UFRJ nos dias 26 e 27 de novembro de 2024.

² Por isso, quando os textos fazem menção a “este ano”, o leitor e a leitora devem entender 2023.

volume e alguns de seus encaminhamentos são contados por André no posfácio.

Nesta coletânea, aulas, ensaios e entrevistas aparecem na ordem cronológica de publicação na BVPS. Ao coligir os textos desse modo, é possível observar os ganhos desse experimento pedagógico, que constitui um repertório rico e diversificado para as discussões sobre o Nordeste e o aprendizado social da democracia. Se os textos formam uma espécie de arquivo da disciplina, eles também não deixam de apontar para a construção pública de uma agenda de pesquisa coletiva que continua aberta e em andamento.

Agradecemos aos autores e autoras que contribuíram com nosso experimento, à Joana Lavôr que fez duas belas ilustrações para acompanhar os posts, bem como aos editores do Blog da BVPS, em especial Maurício Hoelz, que acolheu de modo entusiasmado a Série Nordeste, e João Mello e Caroline Tresoldi, que editaram essa brochura.

André Botelho, Karim Helayel e Rennan Pimentel
Rio de Janeiro, novembro de 2024

NORDESTE BVPS



Prefácio - Nordeste autopoiesis

André Botelho

Interpretações do Nordeste

O Nordeste é uma das matrizes do Brasil. Também no pensamento social brasileiro. Há nele um repertório rico, diversificado e potente de interpretações, históricas e contemporâneas, que se debruçaram sobre a formação social da região, discutindo seu papel e suas relações com a formação da sociedade brasileira como um todo. Há ainda uma notável riqueza de linguagens e dispositivos em que essas interpretações se realizaram e se realizam no quadro nacional: romances, poesia, ensaios, artes plásticas, cinema, ciências sociais etc.

Em “As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar”, Klaus Eder (2001) traça os contornos de uma sociologia do aprendizado social muito instigante que permite valorizar os processos reflexivos por meio dos quais a ação ganha significado no curso das interações. Na sua proposta, o processo de significação das ações coletivas envolve sempre um fundamento *narrativo* da ordem social. O mesmo tipo de preocupação vem orientando nosso grupo de pesquisa, o Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS) sediado nas universidades UFRJ, UFF e UFRRJ. Há pelo menos duas décadas, nossas pesquisas do

pensamento e teoria social estão voltadas para a compreensão da relevância do conhecimento social para a sociedade. Ou, mais especificamente, para como as ações sociais são afetadas pelo constante reexame a que estão submetidas a partir das informações produzidas sobre elas. Estamos interessados em discutir a dimensão semântica do fazer-se da sociedade.

Neste semestre, com a disciplina Sociologia III (Sociologia brasileira) propomos uma nova frente de discussão sobre o Nordeste e o aprendizado social da democracia – que, talvez, possa vir a se constituir numa frente de pesquisa mais ampla. De todo modo, buscamos ainda assim aperfeiçoar o campo da discussão sobre a dinâmica reflexiva que articula as interpretações do Brasil, e, agora, as interpretações do Nordeste, o aprendizado e a mudança social e política. Trata-se de qualificar o caráter reflexivo das interpretações do Nordeste, entendendo-as como forças sociais. Por exemplo, que papéis elas desempenham nos processos de percepção e inteligibilidade de certos elementos da vida social que se apresentam como problemáticos e, desse modo, resultam em conflitos e negociações que estão na base da cidadania?

O suposto básico é o de que, se a cultura é constitutiva, e não mero reflexo, das estruturas sociais, será da maior relevância avançar no estudo dessa dinâmica reflexiva. Isso não quer dizer que a cultura tem precedência empírica ou teórica na explicação dos processos histórico-sociais. A cultura não apenas reflete uma dada condição estrutural; ela é uma instância de criação de interesses ou identidades que agem dinamicamente em interação com as dimensões

políticas ou econômicas. Nossa hipótese principal é a de que como forças sociais, as interpretações do Brasil interagem nos processos de mudança social, mobilizando e transformando repertórios ou gramáticas intelectuais e políticas.

Propomos, então, compor um repertório básico em termos de sociologia política, representativo não apenas de posições sobre o campo problemático a ser construído, mas também das linguagens envolvidas nesse jogo semântico: ensaios, literatura de ficção, filmes e, sobretudo, as ciências sociais serão mobilizadas e recomendadas.

A metodologia já foi testada, alcançando resultados significativos, no meu livro *O retorno da sociedade. Política e interpretações do Brasil* (2019), no qual a ideia de “sequências” forjada permitiu a construção de um espaço dinâmico de embates entre “temporalidades”, “linguagens” e “verdades” sobre as interpretações do Brasil. Agora, voltando-nos para as interpretações do Nordeste, cabe investigar quais são os repertórios do aprendizado social da cidadania e da democracia codificados nos “textos” sobre a região. Por exemplo, de *Os sertões* (1902) a *São Bernardo* (1934), passando por Gilberto Freyre e Josué de Castro ou Celso Furtado. Pois, também essas interpretações constituem a seu modo espécies de códigos simbólicos potentes que ultrapassam o mero registro factual sobre a formação histórica e/ou social da região e do país e tornam-se parte das relações sociais que visam interpretar, modelando tanto a compreensão dos especialistas quanto o autorreconhecimento social em geral.

Conflito e aprendizado social

No segundo semestre de 2019, me juntando aos colegas do Centro Celso Furtado, preparava um seminário que buscava pensar o Nordeste no contexto do centenário desse grande brasileiro. “Furtado Nordeste: 100 anos de Celso Furtado e interpretações do Nordeste” estava previsto para ocorrer em 2020 em seis instituições e capitais de estados diferentes: na UFRJ, no Rio de Janeiro; no IEB/USP, em São Paulo; na PUC-RS, em Porto Alegre; na UFPB, em João Pessoa; na UFPE, em Recife; e na UFAM, em Manaus. Infelizmente a emergência sanitária da pandemia da Covid-19 atrapalhou imensamente nossos planos e acabamos optando por não realizar o seminário no modo virtual, como seria então possível. Naquele momento, meu interesse, compartilhado com colegas das instituições parceiras, tinha a ver com algumas coisas: com a interpretação de Celso Frutado sobre o Nordeste e o modo como ele atuou a favor do desenvolvimento da região, pensando especialmente na SUDENE; com o próprio contexto em que comemorávamos o centenário de Furtado, marcado por ataques diretos do então presidente da República e a mobilização de estigmas socialmente enraizados contra o Nordeste e os nordestinos; e, sobretudo, com um fato novo, que desde o início me chamou muito a atenção: a criação do Consórcio Nordeste.

Os ataques e os estigmas sistematicamente mobilizados contra o Nordeste indicam conflitos políticos de longa duração no arranjo federativo do Brasil, divisões entre as regiões e a própria reorganização de blocos regionais. A criação do Consórcio Nordeste, em 2019, como um

instrumento jurídico, político e econômico de integração da região é um momento decisivo nesse sentido. Formado por nove das vinte e sete unidades da federação brasileira – como a própria entidade faz questão de assinalar – o Consórcio tem como objetivos principais: promover a integração regional por meio da articulação e implementação de políticas públicas; ampliar e modernizar a infraestrutura de exploração dos recursos naturais da região, atraindo investimentos internos e externos; modernizar a gestão dos Estados Membros e buscar parcerias com o setor privado e, entre outros, promover o desenvolvimento sustentável, “respeitando o meio ambiente e a democracia”. As adversidades vividas durante o governo Bolsonaro (2019-2022) parecem ter sido transformadas em capital social e político, haja vista o protagonismo na linha de frente do recém-iniciado terceiro governo Luís Inácio Lula da Silva de ex-governadores do Nordeste, como Rui Costa (PT), da Bahia; Flávio Dino (PSB), do Maranhão; Camilo Santana (PT), do Ceará; Wellington Dias (PT), do Piauí; e Renan Filho (MDB), de Alagoas.

Quais são as bases sociais desses conflitos e novos arranjos institucionais, políticos e econômicos? Como entender o lugar do Nordeste no contexto político contemporâneo? Quais suas implicações para o debate sobre região e nação no mundo globalizado?

Trabalhos importantes sobre região e nação, como os de Elide Rugai Bastos (2006, 2011), Nísia Trindade Lima (1999) e Mariana Chaguri (2014), por exemplo, têm mostrado que a presença recorrente do tema no pensamento social brasileiro se explica pelo fato das nem sempre harmônicas

relações entre região e nação terem, nos momentos de crise, alterado os rumos políticos do país como um todo. Mostram também que, vista no pensamento brasileiro como componente da questão nacional, a região ganha dimensões políticas importantes por estar fortemente vinculada à elaboração do(s) projeto(s) nacional(ais). A questão da distribuição desigual de bens entre as regiões e os componentes da população brasileira é certamente um dos temas mais candentes. Como observou Elide Rugai Bastos (2011) num balanço sobre o tema: “Não se trata simplesmente da média População/ Produto nacional bruto – mas da desigualdade de acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, aos bens culturais, aos direitos de cidadania, à representação política para a própria formulação dos problemas. Mesmo assim, é possível perceber que a reflexão sobre as relações região-nação é a porta de entrada para desnudar um vasto quadro de questões sociais”.

Discutir região e nação, no início da terceira década do século XXI, nos leva ao tema mais amplo da “crise” do Estado-nação como forma típica de comunidade política da modernidade. Analisando o que chama de desacoplamento entre Estado e nação, Eder (2003) aponta que, no mundo contemporâneo, estaria ocorrendo uma dissociação entre as estruturas sistêmicas que governam a reprodução da dominação política e econômica, acima e abaixo do âmbito nacional, de um lado, e as estruturas geradoras de identidades culturais, de sentimentos de pertencer e de entusiasmos coletivos, de outro. Ou seja, no contexto de desacoplamento entre nação e Estado, paralelamente às identidades nacionais, surgem novas identidades coletivas,

não apenas transnacionais como também subnacionais. Assim, é importante repensar a questão região e nação a partir do Nordeste contemporâneo considerando também as novas dinâmicas de mobilização de identidades coletivas.

Aprendizado da democracia?

O quadro teórico do problema que estamos levantando se define a partir de um tema clássico da sociologia política: as relações entre comunidade e democracia. A análise de outros casos nacionais nos ajudará a desenvolver uma abordagem comparativa mais fina, a exemplo do que se realiza nos clássicos *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, de Robert D. Putnam, e *Origens sociais da ditadura e da democracia*, de Barrington Moore Jr. Queremos destacar, no caso do Nordeste, a discussão sobre estrutura agrária, participação social e mudanças sociais e políticas. É possível pensar um percurso (não linear e inacabado) que liga a emergência da questão social (face à estrutura agrária vigente) à participação social que acaba por alterar politicamente a sociedade?

Noutras palavras, queremos entender se e como, na longa duração e visto em termos macrossociológicos, se forjou um processo social de aprendizado social da democracia que envolveu três momentos decisivos: no primeiro, opera-se a construção social de inteligibilidade da “injustiça” diante de situações como a seca, a fome, as migrações e a violência, que receberão progressivamente novas interpretações; num segundo momento, como faces

da questão social, que passam a ser objeto de conflitos entre diferentes setores da sociedade e do Estado. E é com base, em grande medida, nessa experiência – que também pode ser caracterizada como um *aprendizado social do conflito pela terra* –, que num terceiro momento, no presente, a participação social não apenas se adensa, mas ganha condições tangíveis de alterar o cotidiano da política no Nordeste.

Desde as Ligas camponesas, passando por outras formas de luta pela terra no Nordeste, até as inovações institucionais e políticas públicas que vão ganhar corpo com governos de centro-esquerda, como especialmente as experiências de orçamento participativo, vai se formando um aprendizado social da cidadania que, a nosso ver, se coloca na base das relações políticas contemporâneas. Nesse processo, em meio às contendas dos atores e grupos sociais, formas de ação, mas também de narrativas, perdem e ganham eficácia, assim como se alteram os modos de sensibilização e reconhecimento diante dos problemas sociais. E apesar do aprendizado social envolvido, nem sempre resultam em mudanças na sociedade, pois dependem de portadores sociais e das relações estabelecidas entre eles para se efetivarem ou não como forças sociais reflexivas (Botelho, 2002; Botelho & Hoelz, 2022).

Sociologia Política do Nordeste

Este permanece sendo o pano de fundo de parte das minhas preocupações intelectuais atuais que, espero,

começarão a ganhar forma neste próximo semestre em estudos, disciplinas, pesquisa e orientação acadêmica. Nesse quadro, a disciplina Sociologia III (ver programa adiante) que ministrarei com Karim Helayel e Rennan Pimentel neste primeiro semestre de 2023 é um primeiro e decisivo passo. Faremos uma sociologia política do Nordeste com o recorte histórico no século XX e início do XXI, o período de modernização e de grandes movimentos migratórios e sociais na sociedade brasileira e nordestina. Do ponto de vista da temática, a disciplina aborda justamente a problemática que articula estrutura agrária, participação social e mudanças sociais e políticas como componentes de um possível aprendizado social da democracia.

A disciplina foi pensada da seguinte forma:

1º módulo: Nordeste: comunidade e democracia

14/04 – Região e nação

Bastos, Elide Rugai. “Região e nação”. In: Botelho, André & Schwarcz, Lilia Moritz. (Orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Chaguri, Mariana. “O Norte e o Sul: região e regionalismo em meados do século XX”. *Sociologia & Antropologia*. v. 4, n.1, p. 185-206, 2014.

28/04 – Comunidade e democracia

Putnam, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

Moore Jr. Barrington. “A guerra civil americana: a última revolução capitalista”. In: *Origens sociais da ditadura e da democracia*. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

2º modulo: A construção social da injustiça

05/05 – Sertão, litoral e guerra

Cunha, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras: 2019.

12/05 – Outra modernidade?

Freyre, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

19/05 – Capitalismo agreste

Ramos, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

3º modulo: A questão social ganha forma

26/05 – Seca, fome

Castro, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Todavia, 2022.

Furtado, Celso. “A Operação Nordeste”. In: *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

02/06 – Cerca, Reforma agrária

Duarte, Nestor. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: 1953.

16/06 – Modernização e trabalho

Costa Pinto, Luís de Aguiar. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1958.

Oliveira, Roberto Vêras de et. All. “A formação de um regime de trabalho desigual no Nordeste”. In: Oliveira, Roberto Vêras et al. (Orgs.). *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2021.

23/06 – Violência e solidariedade

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Jagunços”. In: *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Fundação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Política, Ascensão Social e Liderança num Povoado Bahiano”. In: *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

4º módulo: A participação social altera a política

30/06 – Ação coletiva

Bastos, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1983

07/07 – O aprendizado social do conflito pela terra

Carvalho, Lucas Correia. “Do bom uso do saber: campesinato e questão agrária na obra de Moacir Palmeira”. *Sociologia & Antropologia*. v. 12. 01: 139-164, 2022.

Palmeira, Moacir. “Nordeste: violência e política no século XX”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 37, n. 1, 2006.

Sigaud, Lygia. “Luta política e luta pela terra no nordeste”. *Dados*, vol. 26, n.1, p. 77-95, 1983.

14/07 – Orçamento participativo: o novo

Avritzer, Leonardo. (Org). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

21/07 – Migrações e evangélicos: novo, velho?

Fusco, Wilson. “Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes”. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XX, n. 39, p. 101-116, 2012.

Mariano, Ricardo. “Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita”. In: Magna, Inácio; Oliveira, Vanessa Elias de. (Orgs.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?*. São Paulo: Hucitec, 2022.

A Série Nordeste no Blog da BVPS

O convite do colega e amigo Maurício Hoelz, professor da UFRRJ e editor responsável deste Blog da BVPS, para desenvolvermos uma espécie de auto-observação dos primeiros passos dessa possível nova frente de pesquisa que se abre com a disciplina na graduação do IFCS/UFRRJ é muito instigante. Agradeço a ele e a todo o pessoal do Blog a

oportunidade desse experimento que, além de nos levar a meta-reflexões sobre os conteúdos pedagógicos da disciplina e dos procedimentos iniciais de pesquisa e orientação, permite um acompanhamento reflexivo do processo de criação intelectual, um *work in progress* e também um *making of*. Um experimento que tem tudo a ver com a iniciativa voltada à inovação da comunicação pública das ciências sociais, artes e humanidades como é a BVPS.

Contaremos também com a participação de outros colegas e estudantes na série. Além de Karim Helayel e Rennan Pimentel, que estarão na disciplina, já posso adiantar algumas participações especiais, como de Lucas Carvalho, professor da UFF e especialista em teoria e história da sociologia rural brasileira; de Rodrigo Jorge, crítico e professor de literatura, e de Lucas van Hombeeck, doutorando em sociologia do PPGSA/UFRJ, entre outros. Eles têm sido interlocutores importantes na montagem da disciplina e nas questões que ela levanta. Elisa Reis teve a gentileza de, ao ler o programa da disciplina, sugerir, com toda a razão, a inclusão de Robert Putnam na bibliografia obrigatória para introduzir uma perspectiva comparada desde o início do curso. Tive a oportunidade de compartilhar este ano uma viagem a Alagoas com Elide Rugai Bastos, grande especialista nos temas que trago para discussão na disciplina e na série. Foi uma imersão intelectual e sentimental no Nordeste, nas suas pesquisas e na nossa longa amizade que, enfim, acabou por conferir sentido a este projeto.

No que consistirá a “Série Nordeste” aqui no Blog da BVPS? A princípio, a proposta é trazer semanalmente

resumos das aulas com base nos respectivos temas e textos indicados para a leitura no programa. Compartilharemos, assim, linhas gerais dos conteúdos pedagógicos da disciplina, que poderão ser acompanhados pelos estudantes e pelos leitores em geral do Blog. Mas, como se trata de um experimento em processo, queremos trazer também, além de dicas de leituras, filmes e exposições sobre o tema, textos e comentários de outros colegas que ajudem a delinear e a construir o campo problemático que construiremos juntos em sala de aula e aqui no Blog da BVPS.¹

Referências

BASTOS, Elide Rugai. (2011). Região e nação. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTELHO, André. (2002). *Aprendizado do Brasil. A nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora da Unicamp.

BOTELHO, André. (2019). *O retorno da sociedade. Política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Vozes.

BOTELHO, André & HOELZ, Maurício. (2022). *O Modernismo como movimento cultural. Mário de Andrade, um aprendizado*. Petrópolis: Vozes.

¹ Aos estudantes, em particular, recomendo a ocupação “Sociologia Política” feita por Rennan Pimentel nas redes sociais da BVPS, em 2022, pois ela contém um vocabulário básico e uma gramática dos problemas gerais da disciplina.

CHAGURI, Mariana. (2014). O Norte e o Sul: região e regionalismo em meados do século XX. *Sociologia & Antropologia*. v. 4, n. 1, p. 185-206.

EDER, Klaus. (2001). As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar. *Lua Nova*, n. 53, p. 5-29.

EDER, Klaus. (2003). Identidades coletivas e mobilização de identidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 18, n. 53.

LIMA, Nísia Trindade. (2013). *Um sertão chamado Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec.

MOORE, JR. Barrington. (1983). *Origens sociais da ditadura e da democracia*. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes.

PUTNAM, Robert D. (1993). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Pensar o regional: o Nordeste em questão

Irly Alencar F. Barreira

O adjetivo regional é mais que uma especificação de lugar. Pensar sob a ótica de uma região sugere imediatamente a contraposição a outras, aludindo a um conjunto amplo que denominamos por nacional. Essa perspectiva já refletida por Bourdieu (1989) em suas pesquisas aponta os dilemas da identidade regional, com os pressupostos de inclusão e exclusão aliados à busca de reconhecimento de espaços. No Nordeste é interessante mencionar diferentes significados simbólicos que foram se estruturando em conceitos fundamentados em modelos históricos. Destacam-se, entre outros, a linguagem da modernização desenvolvimentista (de Celso Furtado) e a cultura do passado colonial (presente na obra de Gilberto Freyre). Percepções de teor acadêmico, ou baseadas no senso comum, valorizam práticas culturais, concebendo a região como reservatório de tradições, incluindo o folclore e as formas típicas de manifestação popular.

Quando se tem o Nordeste como referência, a dimensão regional remete ainda a formulações de natureza política que englobam a demanda por intervenções governamentais, visando o fortalecimento de setores excluídos de benefícios sociais.

As ciências sociais não estão imunes aos atributos associados à *questão regional*.

Os diferentes encontros de Ciências Sociais Norte/Nordeste,¹ incluindo pesquisas realizadas no período 1985-1997, constituem um rico material em torno do qual foi possível vislumbrar elementos significativos de um olhar acadêmico voltado para entender singularidades. Destacam-se em várias pesquisas a vigência de processos sociais em curso, sob o impacto de modernizações tecnológicas, incorporando a redefinição do papel do Estado na implementação de políticas públicas. No conjunto das reflexões, um destaque para a especificidade chamou atenção para determinados processos sociais tais como modernização, crescimento industrial e expansão urbana que ocorreram de forma diferenciada, guardando singularidades dignas de serem sustentadas pela observação empírica. O reforço à especificidade trouxe por consequência o questionamento de teorias abrangentes, que pensavam o país a partir de polos hegemônicos, desconsiderando singularidades observáveis no âmbito das diferentes regiões (Martins, 1993).

A crítica ao dualismo emergiu também como um ponto importante de reforço simultâneo às especificidades e suas articulações gerais. Trata-se da tentativa de compreender o país em sua totalidade, pensando o regional com base em uma dupla entrada, reunindo a um só tempo homogeneidade e heterogeneidade. Nesse sentido, foram fundamentais as reflexões de Francisco de Oliveira presentes

¹ Uma versão ampliada e mais detalhada sobre essa questão pode ser encontrada em Barreira I. e Lemenhe A. (2000).

no artigo sobre a “Crítica à Razão Dualista” (1972) e posteriormente no livro *Elegia para uma Re(li)gião* (1977), deslocando o enfoque dos “desequilíbrios regionais” para o exame do planejamento articulado, visto agora sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil.

O Nordeste como uma espécie de enigma a ser decifrado serviu de referência a inúmeras pesquisas, congregando tanto pesquisadores da região como demais estudiosos envolvidos, sobretudo, com a temática agrária. Um “saber acumulado” sobre diferentes sistemas produtivos (cana, algodão) e contextos políticos diversos conformou preferências temáticas e influenciou a criação de equipes de pesquisa (Novaes, 1988).

A esse respeito é importante mencionar as reflexões de Moacir Palmeira quando tematiza sobre as dificuldades de pensar a política puramente a partir de uma instância social objetiva:

Boa parte da atividade política em nosso país é pensada como uma espécie de distorção com relação a certos esquemas explicativos pré-existentes. Você pensa um fato político em termos institucionais ou de oposição de classes e, depois, aquilo que não é explicável nesses termos você vê como um tipo de distorção. Quer se reconheça como tal ou não, trata-se de uma visão normativa, que reduz os fatos a serem explicados a sua distância da regra postulada, distância creditada (ou debitada, como queiram) a alguns ismos mágicos: clientelismo, cartorialismo, corporativismo – escolhidos de acordo com a retórica política do momento. Cada vez que se

pensa em clientelismo no Brasil, por exemplo, ele é formulado como uma sobrevivência. Você começa falando do coronelismo, depois começa a falar da decadência do coronelismo e por aí vai até chegar ao clientelismo (Palmeira, 1989: 114).

No escopo dessas reflexões, é possível acrescentar que a região Nordeste terminou sendo instituída como berço dessa distorção, caracterizada pela existência de processos sociais inconclusos: o Nordeste *quase capitalista, quase modernizado*, cuja evidência estendia-se a diferentes esferas da vida social.

Discussões desse teor lançaram luzes na temática das chamadas especificidades, sem enquadrá-las a partir de um reduto espacial ou temporal. A observação sobre a existência de processos sociais diferenciados em outras sociedades, o chamado saber local, rompeu com a ideia de resíduo, ou com as dualidades entre o que estaria do lado de uma possível lógica conceitual e o que ocorreria no plano das “distorções”.

O conjunto de textos registrado em livros e Anais dos Encontros Norte e Nordeste, designados à época como “Anpocs Regional”, compõe um acervo importante sobre a memória social e política da investigação, revisitando temáticas sobre o mundo social e político em destaque nos últimos decênios do século passado.

Referências

BARREIRA, Irllys Alencar F. (2000). Artes e recortes do regional. In: BARREIRA, Irllys & LEMENHE, A. (orgs). *Além*

das fronteiras: Região, políticas públicas e dinâmicas institucionais, São Paulo: Terceira Margem.

BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.

MARTINS, Paulo Henrique. (1993). O regional e o nacional no imaginário desenvolvimentista brasileiro: da nostalgia oligárquica ao fim do nordeste. In: XIMENES, Tereza (org). *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*. Belém: Universidade Federal do Pará.

NOVAES, Regina. (1988). O que há de novo no Nordeste? anotações acerca das relações entre recentes projetos governamentais e sindicalismo de trabalhadores rurais. In: *Nordeste o que há de novo? Anais do Encontro de Ciências Sociais*, Natal. 22 a 25 de novembro de 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. (1977). *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, Francisco de. (1981). A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. *Estudos Cebrap*. Petrópolis: Vozes/Cebrap.

PALMEIRA Moacir. (1989). Política, facção e compromisso: alguns significados do voto. In: *Anais do IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. Salvador, 10 a 13 de dez. de 1989.

Gilberto Freyre e José Lins do Rego: Modernismo e Regionalismo¹

Mariana Chaguri

É neste cenário do Recife dos anos 20 que o então polemista Lins do Rego, com destacada atuação no semanário *Dom Casmurro* que dirigia com Osório Borba, inicia sua amizade com Freyre, então um jovem sociólogo recém-chegado de anos de estudos fora do Brasil.

Sobre o semanário comenta Souza Barros,

naquele ano [1922], o romancista do Ciclo da Cana-de-Açúcar se juntaria a Osório Borba para editar um panfleto literário e político. E *Dom Casmurro* empolgou o Recife, pelo seu tom de desafio. Borba liderava o ataque. Os artigos de José Lins não possuíam a agressividade dos escritos pelo futuro autor de *A Comédia Literária*. Nenhum deles, entretanto, atacava problemas, mas indivíduos (Souza Barros, 1972: 1980).

Segundo Neroaldo Pontes de Azevedo (1996: 23), o semanário *Dom Casmurro* seria uma amostra exemplar do envolvimento político da imprensa e de suas consequências, “é a crônica política que constitui o grosso das publicações do

¹ Texto publicado no livro da autora, *O Romancista e o engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930*.

impiedoso panfleto, que era temido por suas críticas aos políticos locais, à ‘politicagem provinciana’ em geral ou à atuação do governo federal”. Tanta efervescência política trará inúmeros problemas como esse episódio citado por Luiz do Nascimento:

a revista panfletária *Dom Casmurro*, de Osório Borba e José Lins do Rego, [...] estava sendo composta e impressa na modesta tipografia de Nelson Firmo, que tomara a peito o trabalho, recusado por várias outras oficinas gráficas, temerosas de represálias policiais. Pois, no assalto de 30 de abril, os vândalos carregaram todas as páginas de *Dom Casmurro* em ponto de impressão (Nascimento, 1967: 217).

No plano cultural, *Dom Casmurro* se dedicará, vivamente, à crítica ao Modernismo da Semana de Arte Moderna, veiculando algumas das posições mais hostis em relação ao movimento,

já no número de estréia, a 1^a de novembro de 1922, num artigo sem assinatura, ‘O pensamento brasileiro na voz das novas gerações’, faz-se o elogio do livro de poemas, *Horizonte*, de Oliveira e Silva, ‘em que o lirismo parnasiano esplende, brilhante e claro, como a melhor resposta às extravagâncias infantis que a geração dos futuristas de São Paulo tenta agora mesmo erigir em doutrina de reação contra a estética parnasiana’. No n., de 6 de novembro, em artigo também sem assinatura, ‘Restrições aos nossos exageros’, sobre o teatro nacional, escreve-se que em São Paulo ‘há uma porção de energias

perdidas nas preocupações preciosas do ‘futurismo’, ou melhor, um lamentável esnobismo literário’. No número 3, de 13 de novembro, num artigo ainda uma vez sem assinatura, ‘Enquanto os futuristas de São Paulo fazem ridículos, uma geração no Sul salva a cultura brasileira’, volta-se a criticar os futuristas de São Paulo, contrapondo-os à ‘nova geração intelectual do Rio’. Klaxon é criticada, enquanto Árvore Nova, do Rio, merece elogios. O grupo de São Paulo ‘inventa originalidades fáceis a custo de escândalo de ignorância’ (Azevedo, 1996: 39-40).

Em entrevista a Moema D’Andrea, Freyre comenta que “nunca soube o que era esse *Dom Casmurro*. Eu sei que era um jornal panfletário e sei que me ufano ter arrancado José Lins do Rego do jornalismo panfletário em que o encontrei atolado, quando cheguei da Europa”, quando inquirido sobre a possível alteração nas posições políticas e estéticas de José Lins, Freyre responde

bem, ele tomou inteiramente outro rumo, ele repeliu, brigou com Osório, Osório brigou com ele. E era um jornal dessa espécie que recebia dinheiro para atacar. Tinha um lado ético, em que eu sinto que o José Lins do Rego tivesse se deixado meter. Eles se atacavam servindo-se de certos políticos contra outros, recebendo quantias que não deviam receber. Não era jornalismo independente. Agora, a renúncia de José Lins do Rego a essa espécie de popularidade que ele estava gozando, através desse panfletarismo, é

uma das mais belas coisas na vida desse meu amigo (Freyre, 1992: 24).

Em vários escritos, José Lins confirmará tais observações de Freyre. Um dos mais emblemáticos é o prefácio do autor ao livro *Região e Tradição* (1941) de Freyre, no qual José Lins afirma que a partir da amizade com o sociólogo “começava a existir para mim um outro mundo das ideias, o mundo das artes”. O romancista afirma ter passado a enxergar o Brasil não mais como um “vulgar cotidiano”, percebendo que “havia o Brasil, que havia uma grandeza brasileira, com raízes sólidas, plantadas pelo lusitano que tanto se desprezava” (Rego, 1941: 11).²

Precisamos considerar José Lins um informante bastante parcial quando comenta sobre o impacto das ideias e das sugestões de Gilberto Freyre não apenas sobre ele, mas especialmente sobre os círculos intelectuais do Recife. Mesmo como fonte quase viciada, não podemos esquecer, contudo, que as crônicas e artigos de José Lins contribuirão, e muito, para a legitimação de Freyre como o sistematizador das ideias regionalistas já em voga no Recife. Citemos um exemplo:

começou Gilberto a agitar nos seus artigos temas inteiramente novos para o Brasil, a falar de gente inteiramente desconhecida para nossos meios

² Nota-se esse quase encantamento de José Lins com a redescoberta do Nordeste quando comenta, no mesmo prefácio, uma viagem que fez com Freyre à Paraíba: “nosso passeio pelos engenhos dos meus parentes. Eu mostrando a minha gente e a minha terra, os partidos de cana, os bangüês, os tios, as tias, *e tudo aquilo lhe parecendo melhor do que eu pensava que fosse*” (Rego, 1941: 15, grifo nosso).

literários, revelando um Joyce, um Meredith, o neo-thomismo de Maritain, os Browning, Ganivet, a escrever de um jeito que era novo sem ser “moderno”, a dar à língua portuguesa uns acentos melódicos, a descobrir soluções poéticas para certos acentos ásperos da nossa língua. A prosa de Gilberto era por esse tempo uma coisa inteiramente original, sem que fosse bizarra ou exótica (Rego, 1941: 15).

Com o objetivo de aproximar os homens das manifestações mais íntimas da vida, a sociologia de Freyre se asseguraria

mais na vida que nas teorias, é mais humana que sistemática [...] as descobertas de Gilberto Freyre, as suas análises miúdas, as suas interpretações, as suas sínteses, provém do homem, da organização lírica, da sabedoria humanizada que é a sua. Os americanos lhe ensinaram muito, mas muito sabia por si mesmo (Rego, 1941: 18).

Nesses termos, José Lins também concederá a Freyre o mérito de dar novos contornos ao Regionalismo até então existente no Brasil, o qual

quando não era uma coisa de superfície, o saudosismo do burity solitário de Affonso Arinos, todo pitoresco, mais sentimental que cultural, era o caipirismo paulista que atingira com Monteiro Lobato o seu melhor padrão. Ou então limitavam o Regionalismo às extravagâncias de linguagem e traje. É verdade que Simão Lopes Neto no Rio Grande do Sul compusera uns contos admiráveis,

onde havia algumas coisas mais que a cor da terra e o exotismo da gente [...] Mas no plano das ideias e da literatura, Regionalismo era uma limitação, quando não se tornava uma manifestação perniciosa (Rego, 1941: 19)³.

Desse modo, será entre bacharéis nordestinos que desenvolviam atividades como cronistas ou críticos em jornais do Recife que Freyre encontrará acolhida privilegiada para suas ideias. São figuras como José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Alfredo Morais Coutinho, Odilon Nestor, Luís Jardim que, juntamente com outros, apresentavam preocupações comuns quanto ao tumultuado período político que a República atravessava, canalizando seus descontentamentos especialmente para a centralização política entendida como puro artificialismo, uma fórmula fictícia

sem bases históricas, nem geográficas, que em vez de uma coloração harmoniosa de entidades histórico-sociais, resultou nesse irritante fenômeno de hegemonia alternativa, em que dois Estados mais influentes se revezam, de quadriênio em quadriênio, na direção do país (Coutinho, apud Azevedo, 1996: 213).

Demonstram, ainda, preocupações, embora pouco sistematizadas, quanto à desagregação das formas de vida

³ Rocha (1964: 12) atribui aos artigos publicados por Freyre no *Diário de Pernambuco* o início do movimento regionalista: “o seu estilo revolucionário e os seus assuntos regionalistas e tradicionalistas surpreenderam os velhos e, até mesmo, alguns dos novos intelectuais do Recife”.

tradicionais especialmente na zona açucareira, bem como com a progressiva descaracterização das formas típicas de organização social da região, de modo que, à luz da progressiva decadência do Nordeste, as questões relacionadas à região e à tradição colocam-se na pauta do dia.

Retornando ao Brasil em 1923, Gilberto Freyre insere-se vivamente nas discussões sobre a renovação cultural da região Nordeste, travando polêmicas com Inojosa e articulando e sistematizando o Regionalismo que ganharia contornos claros a partir de 1924 com a fundação do *Centro Regionalista do Nordeste* e em 1926 com a realização do *Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste*. Historiadores do período como Souza Barros (1972) e Tadeu Rocha (1964) atribuem grande importância a esses dois eventos, marcando-os como os elementos que ajudaram a alargar o raio de ação do *Regionalismo*, principalmente, pelos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte⁴. No trabalho de divulgação e publicização das sugestões regionalistas, José Lins também assumirá um papel privilegiado, particularmente entre os círculos intelectuais paraibanos e alagoanos.

Importante notar como mesmo reunindo um grupo de intelectuais, o Centro Regionalista nunca chegou de fato a institucionalizar-se, mantendo reuniões extremamente familiares na casa de Odilon Nestor, “em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região” (Freyre, 1976a: 54). O *Centro* não teve duração muito prolongada,

⁴ Tadeu Rocha (1964) comenta que ambos os eventos chamaram a atenção dos intelectuais nordestinos para o trabalho renovador de Freyre que, no *Livro do Nordeste* (1925), já dera mostras de seus métodos de pesquisa.

correspondendo a uma tentativa de, no contexto dos anos 20, dar contornos claros e agregar o que vinham sendo as discussões sobre o Regionalismo, em especial no Recife, de modo a compor aquilo que ficaria conhecido como o Movimento do Recife e que gravitou, especialmente, em torno de Freyre e de suas sugestões, sendo batizado por ele como *Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife*⁵.

Numa síntese expressa no *Manifesto Regionalista*, Freyre argumenta ser o *Regionalismo*

tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – este sim, separatista – para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser – os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão – que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de inter-relação que, ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte rio-grandense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e

⁵ Pode-se considerar que a denominação atribuída por Freyre destaca o cunho de modernidade que deveria nortear essas manifestações culturais e artísticas: a marca da oralidade linguística, a plasticidade rítmica, a sintaxe corrida e o lirismo telúrico. Para Moema D'Andrea (1992), teríamos um “*modernismo ordeiro*” que opera como uma força centrífuga da tradição.

difusamente brasileiro ou vagamente americano (Freyre, 1976a: 54-55).

Para Freyre, ao longo do Império (1822-1889) as províncias foram sacrificadas por um suposto imperialismo da Corte que, por sua vez, seria, de acordo com as conveniências do momento, excessivamente afrancesada ou anglicizada. Com a República, por sua vez ianquizada, as províncias foram substituídas por estados que

passaram a viver em lutas entre si ou com a União, impotente, nuns pontos, e, noutros, anárquica: sem saber conter os desmandos para-imperiais dos Estados grandes e ricos, nem policiar as turbulências de alguns dos pequenos em população e que deviam ser ainda Territórios e não, prematuramente, Estados (Freyre, 1976a: 55).

A solução proposta pelos regionalistas nordestinos estaria, segundo Freyre, na articulação inter-regional, “pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais”, desse modo, as ações dos governos central e estaduais devem ser pensadas inter-regionalmente porque “somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’”, logo é regionalmente que o Brasil deve ser administrado

sob uma só bandeira e um só governo, pois Regionalismo não quer dizer separatismo [...]. Regionalmente deve ser estudada, sem

sacrifício de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem do mesmo modo que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas de economia nacional e os de trabalho (Freyre, 1976a: 56, grifo nosso).

Nota-se que a defesa da coesão regional encontra no aspecto homogeneizador da região seu mais forte argumento funcional. Nesse sentido, é a partir de uma identidade espacial e sob o predomínio do Nordeste açucareiro que se construiu a defesa da região. Para Freyre (1976a: 13), o *Movimento do Recife* caracteriza-se como um “esforço de renovação cultural mais de dentro para fora do que de fora para dentro”, buscando aquilo que seria organicamente brasileiro em termos culturais, voltando-se para a tradição e para o povo.

Movimento que seria apolítico e contrário a quaisquer dogmatismos estéticos ou políticos, elementos que teriam permitido sua imensa repercussão na cultura e na vida brasileira, fazendo com que ambas não possam ser analisadas sem que se dedique especial atenção ao *Movimento do Recife*.

Freyre observa que o *Congresso Regionalista de 1926* representaria justamente um esforço para deixar clara a ação regionalista que, para ele, ainda era mal compreendida e superficialmente julgada. Segundo José Lins, convergiram para o Congresso “moços e velhos, gente das tendências mais opostas. Chamou [Gilberto Freyre] padres, juizes, senhores de engenho, advogados, médicos, presidentes de clube de carnaval, velhas cozinheiras,

doceiras, o governador do Estado, o arcebispo, o juiz federal” (Rego, 1941: 19). Assim, o *Congresso* caminhava para a vida,

a terra e a gente não como temas, mas como personagens do drama [...] o Regionalismo de Gilberto Freyre [...] no plano político é contrário ao estadualismo que a República plantara; no plano artístico é uma sondagem na alma do povo, nas fontes de folclore, no que há de grande e vigoroso na alma popular.

[...]

A este Regionalismo poderíamos chamar de orgânico, de profundamente humano. Ser da sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura da vida, mais ligada à realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade [...] Com um Regionalismo desses é que poderemos fortalecer mais ainda a unidade brasileira (Rego, 1941: 20).

Freyre assume, na maior parte dos casos, uma posição contrária às propostas da Semana de Arte Moderna, sendo recorrente a crítica de serem excessivamente europeizados, ao invés de se dedicarem vivamente ao Brasil e às tradições brasileiras. Considera o *Regionalismo tradicionalista e seu modo modernista do Recife* como completamente “independente do ‘Modernismo’ Rio-São Paulo, do qual tanto se fala, às vezes esquecendo-se esse outro movimento da mesma época, saído do Recife” (Freyre, 1976b: 15), afirma que não aderiu à Semana e que seus “modernismos trouxe-os direta e

pessoalmente ao Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. Descobertos por mim. Assimilados por mim” (Freyre, 1981).⁶

Argumenta, ainda, que o grande impacto do *Movimento do Recife* foi sobre

as próprias formas de vivência e de convivência e sobre as formas mais diretas de interpretação dessas formas por ensaístas, por sociólogos, por antropólogos, por historiadores, por folcloristas de um novo e revolucionário tipo: com algo de poético e por vezes até de lírico no seu modo de serem analistas mais ou menos científico (Freyre, 1976b: 29).

Tadeu Rocha (1964: 13) aponta Maceió como a cidade onde “surgiu a mais importante sucursal do Regionalismo Tradicionalista [...] O movimento só foi ali acolhido em começos de 1927 – um ano após o lançamento do Manifesto Regionalista e alguns meses após a chegada do escritor José Lins do Rego à capital de Alagoas”. Nesse sentido, a cidade teria vivenciado a ebulição regionalista na década de 30, em razão, especialmente, do encontro de “pessoas essenciais” como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Hollanda etc., ganhando fôlego, pela primeira vez desde o início das discussões sobre o *Regionalismo*, a produção de romances.

José Lins passou a residir em Maceió para ocupar o cargo de fiscal de banco. Também na capital alagoana,

⁶ Nerolado Pontes de Azevedo (1996) comenta que em 1922 Freyre viaja para a Europa e em Paris torna-se próximo dos pintores pernambucanos Joaquim e Vicente do Rego Monteiro, conhece Brecheret e os movimentos de vanguarda da Europa.

publicou inúmeros artigos e crônicas sobre o Regionalismo e sobre a renovação literária decorrente dele, tornando-se, inclusive, o correspondente alagoano de *A Província*, dirigida por Freyre. Segundo Tadeu Rocha (1964: 29), a influência de José Lins “junto ao povo alagoano foi o tipo do apostolado moderno: apostolado do meio, em que o intelectual chegado de fora atuou entre intelectuais da terra, passando a estes a incumbência de levar a nova mensagem regionalista”. Nesses termos,

se é certo que a Revolução de 1930, com o desaparecimento de ‘A Província’, o ostracismo político de Odilon Nestor e o exílio de Gilberto Freyre, determinou uma descontinuidade nos trabalhos do movimento regionalista em sua própria sede, não é menos verdadeiro que em Maceió – onde surgiu a mais importante sucursal do Regionalismo Tradicionalista – as coisas se passaram de outro modo (Rocha, 1964: 70).

Na realidade, o movimento em Maceió se firmou com aparecimento da revista semanal *Novidade*, dirigida por Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti, e que fortaleceu a publicação de livros de ficção e de ensaios. No prefácio a *Gordos e Magros* (1942), José Lins comenta sua passagem por Maceió: “relembro a fase alagoana de minha vida como tempos fecundos, época de floração de minha carreira. Saía do aprendizado para fazer qualquer coisa com as minhas próprias mãos” (Rego, 1942: 47).⁷

⁷ Tadeu Rocha (1964) comenta que José Lins e Jorge de Lima transformaram os “meninos de Alagoas” em seus confidentes, a quem mostravam poemas e capítulos de romances ainda em elaboração.

Tecendo um panorama sobre o cenário intelectual de Maceió, Tadeu Rocha comenta:

José Lins do Rego e Graciliano Ramos escreviam romances, Valdemar Cavalcanti fazia crítica literária, Mário Marroquim trabalhava em pesquisas linguísticas, Carlos Paurílio redigia contos poéticos e Aloísio Branco publicava seus inesquecíveis poemas. Raul Lima, Diégues Júnior, José Auto, Aurélio Buarque de Hollanda, Alberto Passos Guimarães, Paulo Malta, Carlos Duarte e Arnon de Melo, em Maceió, no Recife ou no Rio de Janeiro, cometiam também os seus poemas, escreviam os seus contos ou crônicas e começavam a encaminhar-se pelos mais diversos roteiros da vida prática.

Foi nesta fase [...] que Rachel de Queiroz levou ali uma parte daqueles quatro anos decorridos entre a conclusão de João Miguel (dezembro de 1931) e a elaboração do Caminho de Pedras (outubro de 1936)” (Rocha, 1964: 81).

Em linhas gerais, é possível notar que a efervescência cultural de algumas capitais nordestinas no fechar dos anos 20 marcará decisivamente a produção intelectual da região, particularmente no que se refere à prosa de ficção. Para Freyre, esta seria tributária não das tendências estéticas ou literárias vindas do Sul; antes, seriam influenciadas pelas propostas regionalistas gestadas no Recife, propostas que, para ele, reuniam a busca e a explicitação de valores tradicionais, bem como a utilização da experiência pessoal de cada artista num movimento que reunia tradicionalismo, Regionalismo e Modernismo como modo de revolucionar as

“normas de artes brasileiras”. Considera, portanto, o romance social do Nordeste um exemplo da manifestação de novas expressões literárias fruto das provocações do *Movimento do Recife* às convenções literárias e artísticas da época.

É a partir da expressão da vida vivida que os regionalistas retomam o passado de prosperidade do Nordeste, bem como apontam, à luz desse mesmo passado, o drama atual de uma região reduzida à sombra de sua história, assistindo àquilo que consideram ser a inversão de seus valores sociais e que transformou netos de senhores de engenho em “pífios funcionários públicos”, descaracterizando os engenhos que, agora, “*profiteuirs* venturosos administram de longe, por trás de firmas comerciais” (Freyre, 1976a).

Assim, Gilberto Freyre argumenta que o Brasil é “combinação, fusão e mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essas misturas de sangues e de valores que ainda fervem [...]” (Freyre, 1976a: 76). Ainda ressalta que vários valores da região se tornaram nacionais “depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores” (Freyre, 1976a: 57), podendo o Nordeste se considerar uma região que já contribuiu grandemente para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade.

Pode-se argumentar, como sugere Moema D’Andrea, que é por meio do *referendum* cultural do colonizador que

Gilberto Freyre reivindicará para o Regionalismo nordestino a expressão cultural mais autêntica de brasilidade, isto é, ao insistir na identificação da colonização portuguesa com uma cultura nacional, Freyre elege o passado como o elemento autenticamente brasileiro, convertendo, por essa via, o passado em um presente contínuo.

Freyre argumenta, por exemplo, que o Nordeste foi a região do país onde a Abolição se fez sentir mais profundamente, chegando alguns senhores de engenho a falirem por não conseguirem outra fonte de mão-de-obra para as lavouras. Se, por um lado, não contar com os imigrantes para substituir a força de trabalho escrava representou uma grave crise econômica, por outro, transformou o Nordeste num “refúgio da alma brasileira”, ou seja, permitiu que “se fortalecesse, mais do que no Sul, a brasilidade [...] o tempero mais vivo que já se sente ir animando uma cultura distintamente brasileira, saída da região mais endogâmica do Brasil contra as infiltrações europeias ou norte-americanas” (Freyre, 1941: 193).

Em síntese, o Regionalismo inspirado por Freyre procurou não só estudar e observar direta e objetivamente as características regionais, como buscou, também, enriquecer tais observações com experiências pessoais vividas diante do que seriam os traços típicos da região. Trata-se de um estudo do todo (o Brasil) por meio das partes (as regiões) de modo a revelar um país que não seria “dividido, mas respeitando-se nas suas diversidades [...] Um Brasil livre de tutelas que tendem a reduzir a feudos certas regiões” (Freyre, 1941: 57).

Referências

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. (1996). *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Editora UFPB/Recife: Editora UFPE.

D'ANDREA, Moema. (1992). *A tradição re(des)coberta*. Campinas – SP: Ed. da Unicamp.

FREYRE, Gilberto. (1941). Aspectos de um século de transição no nordeste do Brasil. In: *Região e tradição*. RJ: José Olympio.

FREYRE, Gilberto. (1976a). O movimento regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista do Recife. In: *O manifesto regionalista*. Recife: INPJN.

FREYRE, Gilberto. (1976b). Manifesto regionalista de 1926. In: *O Manifesto regionalista*. Recife: INPJN.

FREYRE, Gilberto. (1981). Serei um anti-São Paulo (2). *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 set. 1981.

FREYRE, Gilberto. (1992). Entrevista à Rosa Maria Godoy Silveira e Moema Selma D'Andrea em 14.abr.83. In: D'ANDREA, Moema. *A tradição re(des)coberta*. Campinas: Editora da Unicamp.

NASCIMENTO, Luiz do. (1967). *História da imprensa de Pernambuco*. vol. 3. Recife: Imprensa Universitária.

REGO, José Lins. (1941). Notas sobre Gilberto Freyre In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio.

REGO, José Lins. (1942). *Gordos e magros*. RJ: Casa do Estudante do Brasil.

ROCHA, Tadeu. (1964). *Modernismo e regionalismo*. Maceió: Imprensa Oficial de Alagoas.

SOUZA BARROS. (1972). *A década de 20 em Pernambuco*. RJ: Editora Paralelo.

Nestor Duarte: um pioneiro da reforma agrária no Brasil

Rennan Pimentel

Nestor Duarte Guimarães nasceu em Caitité, na Bahia, em 1902, e faleceu em Salvador em 1970. Filho de desembargador, segue a carreira do pai, uma das mais prestigiosas da época, formando-se em Direito na Faculdade de Direito da Bahia em 1924. Já no ano seguinte, trabalha como delegado no Convênio Interestadual de Combate ao Banditismo na Bahia, Alagoas e Sergipe. Em 1928 passa a lecionar Sociologia e Psicologia na Escola Normal da Bahia e, em 1933, torna-se catedrático de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade da Bahia, com a defesa da tese *O Direito e a Norma*.

Em 1929, Nestor Duarte inicia sua carreira política se elegendo Deputado Estadual, cujo mandato, porém, é interrompido no ano seguinte por aquela que se convencionou chamar Revolução de 1930. Em 1933, milita na Liga de Ação Social e Política (LASP), apelidada de Liga dos Amigos de São Paulo por seu apoio à Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1934, foi o candidato mais votado da Bahia para deputado estadual (1935-1937) pela Concentração Autonomista, e foi escolhido líder de sua bancada na Constituinte Estadual. Opositor do Estado Novo, instituído em 1937, Duarte chega a ser preso em 1938. Mas

em 1945 é eleito Deputado Federal pela União Democrática Nacional e participa da Constituinte do mesmo ano. Em 1947, apresenta ao Congresso Nacional um projeto de reforma agrária. No mesmo ano, afasta-se da legislatura para assumir a Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, cargo que ocupou até 1950, quando se reelege Deputado Federal pelo Partido Libertador, uma dissidência da União Democrática Nacional após a abertura democrática em 1945. Em 1955, torna-se líder da oposição ao Governo Juscelino Kubitschek. Retorna à Câmara Federal entre os anos de 1959 e 1962, quando se torna um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Entre as obras de Duarte, vale notar que em 1936 ele faz sua estreia com o romance *Gado Humano*, pela editora Pongetti; em 1939 publica o ensaio *A Ordem Privada e a Organização Nacional*, pela Editora Nacional, na prestigiosa coleção Brasileira; em 1953 lança o ensaio *Reforma Agrária*, pelo Ministério da Educação e Saúde e, em 1958, volta à ficção com o romance *Tempos Temerários* pela importante Editora José Olympio. Dez anos depois, e dois antes de sua morte, publica seu último livro, o romance *Cavalo de Deus*, também pela Editora José Olympio.

Como se pode ver por esse breve panorama cronológico de vida e obra, Nestor Duarte é um ator político e intelectual muito importante do século XX brasileiro.

Nos anos de 1930, o Brasil se repensava como sociedade: questão nacional, questão social, questão regional, modernização, industrialização, urbanização e democracia foram alguns dos temas mais debatidos. Uma pergunta, em especial, vocaliza as inquietações da época: que Brasil

moderno seria possível? Um país urbano, capitalista e democrático seria possível numa sociedade com tão profundas raízes agrárias e com uma formação social forjada no latifúndio e no baralhamento entre público e privado dele decorrente? Esse debate envolveu diferentes setores sociais e grupos da sociedade brasileira, e mobilizou, especialmente, os intelectuais e artistas obcecados pela pergunta “que país é esse?” – que ainda hoje nos assola. Não por acaso, talvez, foi neste contexto que se desenvolveu uma espécie de agenda coletiva de investigação sobre a formação da sociedade brasileira e suas perspectivas de futuro em diferentes frentes e linguagens: na literatura e nas artes, nos ensaios de interpretação do Brasil, nas nascentes ciências sociais e também entre atores e movimentos políticos e mesmo construtores do Estado (*statemakers*). Voltar a este momento decisivo da história da sociedade brasileira e, especialmente, aos debates sobre rural e urbano e sobre público e privado é importante para compreender não apenas o processo social que liga e separa passado e presente da sociedade, mas também para discutir como as interpretações do Brasil constituem repertórios ainda presentes nos conflitos e mobilizações de identidades e ações coletivas. Afinal, como sugere André Botelho,

As interpretações do Brasil existem e são relidas no presente, não como supostas sobrevivências do passado, mas orientando as escolhas de pessoas e imprimindo sentido às suas experiências coletivas. Elas constituem um espaço social de comunicação entre diferentes momentos da sociedade, entre

seu passado e futuro, e é por isso que sua pesquisa pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o nosso próprio presente ainda oculta. E porque representam um “repertório interpretativo” a que podemos recorrer manifesta ou tacitamente para buscar motivação, perspectiva e argumentos em nossas contendas, bem como na mobilização de identidades coletivas e de culturas políticas, é preciso, então, começar por reconhecer que nem o “ensaísmo”, nem as “interpretações do Brasil” neles esboçadas constituem realidades ontológicas estáveis. São antes objetos de disputas cognitivas e políticas e, nesse sentido, recursos abertos e contingentes, ainda que não aleatórios, no presente (Botelho, 2019: 218-219, grifos no original).

Nestor Duarte apresentou o projeto de Reforma Agrária (PL100/47) em 24 de abril de 1947 ao Congresso Nacional na condição de Deputado Constituinte eleito pela União Democrática Nacional. O projeto praticamente inaugura o debate sobre a questão agrária, que passa a assumir centralidade no cenário político nacional do período que culmina no Golpe Militar de 1964 (Dombrowski, 2000), quando o então presidente da República João Goulart (1919-1976) anuncia uma ampla reforma agrária. Pouco antes da queda de Goulart, que deu início a 21 anos de ditadura militar, as expectativas de realização de uma ampla reforma agrária motivaram inúmeros debates entre os parlamentares.

A reforma agrária também constitui um debate central no pensamento social brasileiro da época, enfrentado por

diversos intérpretes, como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Celso Furtado, o próprio Nestor Duarte, entre outros. São propostas distintas de reforma agrária, até porque são diferentes as visões dos autores da época sobre a própria sociedade brasileira e sua formação histórica.

Ainda que no plano das interpretações e no plano político e das políticas públicas as discussões sobre reforma agrária tenham se interrompido bruscamente pelo golpe e pela ditadura militar que a ele se seguiu, podemos considerar sua importância para a retomada do debate na Constituinte de 1988. Na Constituição Brasileira vigente, em seu art. 184, afinal, prevê-se a “desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária”.

Na interpretação de Nestor Duarte, família, propriedade e feudalismo seriam partes de um mesmo processo. É no feudalismo que a família apresenta a sua índole institucional contrária à atuação geral, universal e impessoal que segue normas abstratas, como é o caso do Estado moderno. Destaca-se, então, uma estrutura social avessa ao Estado e de moral apolítica, além de sentimento particularista que, apegado a valores patriarcais, impediria uma comunidade política nacional democrática no Brasil (Dombrowski, 2000).

Duarte publica o ensaio *A Ordem Privada e a Organização Nacional* (1939) em plena vigência do Estado Novo, refletindo sobre os impasses representados pelo latifúndio para a vida democrática brasileira. Posiciona-se também claramente do ponto de vista intelectual, por

exemplo, criticando autores centrais do período, como Oliveira Vianna, que defendia um Estado forte, incontrastável e centralizado, ideias influentes na própria construção do Estado Novo – lembrando que coube a Vianna fazer o anteprojeto da Constituição de 1937. Duarte difere também da interpretação de Gilberto Freyre, cujo diagnóstico da formação agrária brasileira, ainda que possa ser aproximado em certos aspectos daquele formulado por Oliveira Vianna, dele discrepa pela afirmação do papel positivo do patriarcado rural na manutenção da ordem social. Como mostra Elide Rugai Bastos (2005), Freyre recusa simultaneamente tanto o papel do indivíduo quanto do Estado na reordenação da vida social. Entre a posição conservadora de Freyre e a autoritária de Oliveira Vianna, Duarte propõe uma nova relação entre Estado e sociedade, defendendo o Estado democrático, oposto também às formulações de outros intelectuais autoritários como Alberto Torres, Azevedo de Amaral e Francisco Campos (Ambrosini, 2011). Para Duarte, a democracia seria o único regime capaz de se opor e de promover a efetiva superação do predomínio do privatismo derivado das formas sociais da propriedade fundiária no país. De modo geral, o ensaio do autor compreende três aspectos fundamentais: o diagnóstico da organização social pautado em uma lógica e dinâmica privatistas; o prognóstico que destaca a importância do Estado democrático como garantidor da esfera pública e de uma dimensão pública de convivência; e a defesa categórica da democracia como processo fundamental de pedagogia política (Ambrosini, 2011). Em resumo, Nestor Duarte interpreta e se opõe às estruturas sociais e econômicas que

consolidam o Estado autoritário do seu tempo e propõe medidas necessárias para superá-las.

A reforma agrária é, para Nestor Duarte, o meio principal e estrutural de superar a lógica do Estado autoritário e privatista brasileiro. Para o autor, o problema central da formação da sociedade brasileira diz respeito às Capitânicas Hereditárias que foram uma espécie de privatização do território brasileiro. Para desenvolver o projeto de colonização na prática, a Coroa portuguesa cedeu a proprietários “provisórios” a administração de extensas faixas de terras do território brasileiro. Juntamente com a concessão das terras, a Coroa portuguesa delegou plenos poderes aos donatários para administrarem do modo que lhes fosse mais conveniente. Tal questão originou o baralhamento do que é o Estado, do que é público, do que é o bem comum e a própria autoridade pública com o privado.

O ensaio de Duarte chama a atenção para a fragilidade do Estado brasileiro, que não teria conseguido se impor face aos interesses privados, em especial dos grandes proprietários de terras, uma vez que estes constituiriam “domínios feudalizados” presentes em todo o território nacional. As Capitânicas Hereditárias não apenas produziram a concentração de grandes propriedades nas mãos de uma pequena parcela privilegiada, como também representaram a forma de um feudalismo atípico nos trópicos. Atípico, sobretudo, porque incorpora o capitalismo do ponto de vista econômico, mas reproduz a estrutura social do feudalismo europeu.

A caracterização de um feudalismo brasileiro não era consensual no debate dos anos 1930, como não seria depois.

Houve muita controvérsia entre os intérpretes do Brasil sobre o tema, mesmo porque o entendimento sobre o caráter feudal ou não da colonização brasileira decorreriam encaminhamentos políticos e práticos diferentes. Para Duarte, que, como estamos vendo, defendia o caráter feudal do Brasil, a posição oposta à sua, ou seja, o argumento segundo o qual o Brasil não seria feudal, baseava-se em elementos de ordem puramente econômica. Duarte ressaltava a necessidade de considerar o fenômeno em sua complexidade, destacando que, do ponto de vista da organização da sociedade e do próprio Estado, o Brasil guardaria traços feudais fundamentais. Estado frágil e sociedade hierárquica diante do poder e da solidez da ordem privada seriam provas do nosso “feudalismo”. A propriedade agrícola no Brasil nasceu sob o regime feudal e vive sob tal tradição. E a extensão das grandes propriedades assumiu aqui dimensões jamais vistas em outros países (Duarte, 1953)

Portanto, para superar tais questões seria necessário reformar a estrutura social, econômica e política vigente decorrentes das formas sociais da propriedade fundiária. A reforma agrária seria, para Duarte (1953: 5), “a revisão, por diversos processos de execução das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, com o objetivo de modificar determinada situação atual do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola”.

A proposta de reforma agrária de Nestor Duarte (1953), na prática, volta-se contra o latifúndio e a favor das pequenas propriedades e dos pequenos produtores rurais. Por isso, privilegia a distribuição de terras mais próximas aos centros urbanos ou de mais fácil acesso, aquelas que “representam

valor socialmente útil”, embora envolva também a redistribuição de toda a terra agricultável. Não à toa, defende a valorização da policultura, pois “com a policultura pode-se modificar a forma de ocupação do solo, alterar a extensão da propriedade territorial e criar novas relações entre homem e a terra”.

Ao lado dessa posição de Nestor Duarte, conviviam outras concepções e propostas de reforma agrária, que mobilizavam diferentes intelectuais e atores políticos do período. Nesse debate se destacaram particularmente visões e contradições ligadas e/ou associadas ao Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922. O PCB foi um ator político fundamental na colocação da necessidade da reforma agrária. Entretanto, isso não significa que houvesse uma única ideia ou projeto de reforma agrária mesmo no interior do partido. Para ilustrar essa questão, pode-se reconstituir as linhas gerais do debate dentro e fora do PCB, que envolveu dois protagonistas fundamentais: Caio Prado Júnior (2011, 2012, 2014) e Alberto Passos Guimarães (1977). No centro desse debate sobre a problemática está a compreensão sobre o sentido da formação social brasileira. Feita a indicação, em outra oportunidade desenvolverei a comparação entre as diferentes propostas de reforma agrária destes autores.

Para concluir esta apresentação preliminar de Nestor Duarte, chamo a atenção para como a sua proposta de reforma agrária vai muito além da mera desapropriação e redistribuição de terras; ela significa, antes, uma verdadeira refundação da sociedade e do Estado brasileiros. A reforma agrária estaria, para nós, como a Queda da Bastilha para os franceses. Nestor Duarte não pensava apenas em modificar a

estrutura de propriedade da terra, mas empregava um esforço mais amplo no sentido de criar uma nação brasileira moderna e democrática.

Apesar dos avanços, e dos muitos retrocessos, uma reforma agrária efetiva como Nestor Duarte idealizou jamais ocorreu. A pauta segue aberta com novos atores sociais e políticos. O Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária nos lembra não apenas o massacre de Eldorado do Carajás, com a morte 21 trabalhadores rurais sem-terra, mas também que a luta pela garantia dos direitos à terra continua.

Referências

AMBROSINI, Diego R. (2011). *Contextos de Nestor Duarte – direito, sociologia e política*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

BASTOS, Elide Rugai. (2005). Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo. *Perspectivas*. São Paulo, p. 19-36.

BASTOS, Elide Rugai. (2006). *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global.

BOTELHO, André. (2019). *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis: Vozes.

BOTELHO, André. (2007). Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, v. 50, p. 48-82.

BRANDÃO, Gildo M. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec.

DOMBROWSKI, Osmir. (1998). *Reforma Agrária no Brasil: primeiros projetos 1945-1955*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

DOMBROVSKI, Osmir. (2000). Ordem privada e reforma agrária em Nestor Duarte. *Lua Nova*. n. 49, p. 225-255.

DUARTE, Nestor. (1939). *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.

DUARTE, Nestor. (1937). *Gado Humano*. Coleção Pongetti.

DUARTE, Nestor. (1953). *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

FREYRE, Gilberto. (2005). *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Ed. Global.

FURTADO, Celso. (1959). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

GUIMARÃES, Alberto P. (1977). *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. (1973). *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF.

PIVA, Luiz G. (2000). *Ladrilhadores e semeadores*. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000.

PRADO JR, Caio. (2014). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

PRADO JR, Caio. (2012). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

PRADO JR, Caio. (2011). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras.

O avesso do moderno¹

Nísia Trindade Lima

Um dos mais visitados temas nas artes e nas ciências produzidas no Brasil, o sertão continua a ser objeto de complexas e persuasivas interpretações sobre o país, seus contrastes e, sobretudo, suas desigualdades. Por vezes delimitado com contornos de uma geografia precisa, é, por outras, percebido como uma categoria difusa, indicando, conforme expressão de Guimarães Rosa, o que está sempre mais distante e, ao mesmo tempo, dentro de nós. Serviu de inspiração para obras que escapam a qualquer tentativa de enquadramento em regionalismos ou outras chaves classificatórias semelhantes e se encontram entre as mais consagradas e estudadas de nossa tradição cultural: o livro de Euclides da Cunha; o cinema de Glauber Rocha; as obras ficcionais de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa; e toda uma produção sociológica dedicada ao que, no contexto das décadas de 1950 e 1960, denominavam-se populações rústicas. Manifestações de períodos históricos e de estilos artísticos e de pensamentos distintos, ao evocar o sertão, todas elas nos remetem a uma discussão de natureza mais geral sobre a importância da dimensão cognitiva nas sociedades.

¹ Prefácio à segunda edição de *Um sertão chamado Brasil*, 2013.

De fato, ao refletirmos em perspectiva histórica sobre as ideias e a possibilidade de elas se constituírem em forças sociais, verificamos que algumas persistem e em sua permanência – presente do passado – nos propõem novos desafios. Em muitos casos, perde-se a memória de seu significado original e por vezes isto se torna mesmo irrelevante. Foi o que ocorreu com a ideia de sertão no pensamento social brasileiro e a ela me dediquei em extensa pesquisa de que resultou este livro apresentado agora em segunda edição. Por que o tema do contraste entre o Brasil do litoral e o dos sertões é tão presente nas interpretações sobre o país? Na tentativa de responder a esta pergunta, escolhi um caminho em que se cruzaram o debate sobre a construção da nacionalidade e a reflexão sobre a identidade dos intelectuais, associando a forte presença dessa concepção a duas explicações complementares. De um lado, à forma como os intelectuais percebem os caminhos da modernidade, particularmente no que se refere às distâncias sociais e culturais. De outro, à forma como eles têm representado seu próprio lugar – o de exilados, ou “desterrados na própria terra”, conforme a conhecida expressão de Sérgio Buarque de Holanda (1996). Foi desse modo que apresentei a tese e posteriormente o livro publicado em 1999.

A proposta de trazer à cena esta segunda edição, resultado, sobretudo, da generosidade e do empenho de Elide Rugai Bastos e André Botelho, não poderia deixar de me fazer interpelar sobre a curta história do livro e o sentido de republicá-lo. O fato é que *Um sertão chamado Brasil* vem inspirando trabalhos acadêmicos, em particular dissertações

e teses de doutorado em áreas disciplinares diversas, entre as mais frequentes, sociologia, história, geografia, letras e educação. Pesquisa em curso vem indicando de que modo o diálogo com sua tese central está presente nessas diferentes áreas e em duas vertentes que estruturaram o livro: o argumento a respeito das continuidades cognitivas existentes entre o chamado ensaísmo e as ciências sociais institucionalizadas; e a identificação da dualidade sertão/litoral como referência incontornável na experiência intelectual e política brasileira.²

Talvez por sua característica de estabelecer relações entre intelectuais de diferentes períodos, inserções e linhagens cognitivas, a obra constituiu para mim mesma uma porta de entrada para amplo universo de questões, que pude tratar em maior profundidade nos últimos anos. Desse modo, as interpretações do Brasil presentes nos escritos de Euclides da Cunha, Vicente Licínio Cardoso e Roquette-Pinto foram objeto de pesquisas posteriores, algumas resultando em publicações mais densas sobre as ideias mobilizadas por esses autores e o contexto social e cognitivo da elaboração de seus textos (Lima, 2008; 2009; Lima & Sá, 2008). Também as relações entre história, pensamento social, ciência e território foram analisadas em estudos sobre viagens científicas e a divulgação de seus relatórios no século XX. Entre elas, destacam-se a Comissão Rondon; as

² A investigação mencionada integra o projeto *Cartografia do “Pensamento Social” no Brasil: um mapa de teses e dissertações*, realizado por Antonio da Silveira Brasil Jr., sob minha orientação, pelo Programa de Apoio ao Pós-Doutorado no Estado do Rio de Janeiro Capes/Faperj. Agradeço a Antonio e também a Tamara Rangel Vieira pelo apoio na organização desta segunda edição.

expedições do Instituto Oswaldo Cruz; a viagem do médico Julio Paternostro ao rio Tocantins e o interessante livro por ele publicado na coleção Brasileira; e as comissões de estudos para a localização da nova capital da República, nas décadas de 40 e 50 do século passado, um período no qual Brasília chegou mesmo a ser vista como a capital no sertão (Lima, 2008, 2009, 2010; Lima & Sá, 2008; Vieira & Lima, 2011). Recentemente, estudo realizado em colaboração com André Botelho permitiu comparar as viagens realizadas por Carlos Chagas e Mário de Andrade à Amazônia, aos sertões de noroeste, conforme expressão corrente das três primeiras décadas do século XX. Nele nos detivemos nas observações desses dois intelectuais a respeito da natureza, das populações locais e de suas representações sobre malária, civilização e trópico (Lima & Botelho, 2013).

Algumas das ideias apresentadas no livro vêm sendo retomadas como questão de pesquisa, sobretudo no que se refere ao mundo rústico e às relações entre as dualidades nação/região e campo/cidade (Lima, 2011). Em certa medida, trata-se de entender as formas de representar os contrastes, tanto no passado como no presente, de uma sociedade constitutivamente desigual e hierarquizada, na qual parece sempre distante a conquista da cidadania democrática. No que se refere à dualidade nação/região, o texto de Elide Rugai Bastos acentua a atualidade do problema, referindo-se à distribuição desigual de bens entre as regiões e os componentes da população brasileira, expressos não somente na participação na renda, mas na “desigualdade de acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, aos bens culturais, aos direitos de cidadania, à representação política

para a própria formulação dos problemas” (Bastos, 2011: 456). Pode-se acrescentar a participação desigual em um processo de desenvolvimento econômico e social que requer a ciência, a tecnologia e a inovação como seus fundamentos.

É também a partir desse enfoque que a abordagem do par nação/região está presente nas diferentes propostas de desenvolvimento em curso. Em termos de experiência pessoal, a participação na política institucional da Fundação Oswaldo Cruz vem trazendo novos elementos para a reflexão sobre os dilemas da sociedade brasileira, ainda que não sistematizados e de difícil abordagem nos limites desta introdução. O fato é que a instituição vem acentuando seu papel como agência estatal de ciência, tecnologia e inovação em saúde e elegendo a superação das desigualdades regionais do país como um dos principais objetivos de sua atuação. Como era de se esperar, tal direcionamento não se faz sem tensões e conflitos de interesses e projetos, mas o que desejo enfatizar é a importância dessa experiência institucional, que já moldara em parte o contexto da pesquisa original, na atualização da agenda proposta em *Um sertão chamado Brasil*. Nos acervos da Fiocruz encontram-se documentos textuais e fotografias preciosos para a análise das relações entre ciência, ocupação do território nacional, ideias e políticas de saúde, utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Foi o contato com fontes relacionadas à imaginação sobre a saúde e sociedade no Brasil que inspirou o próprio título, uma evocação do “sertão mal roçado chamado Brasil” da célebre conferência proferida em 1919 por Rui Barbosa sobre a questão social no país (Barbosa, 1981). Nesse texto, o intelectual traz para o primeiro plano Jeca Tatu, personagem

ícone da população pobre rural, retratada por Monteiro Lobato como ociosa, depois doente, mas, de todo modo, com grande dificuldade para exercer o direito ao voto. Da mesma forma, a agenda contemporânea ao associar saúde, desenvolvimento e equidade traz novos desafios para nossa imaginação social e política sobre o país.

Contudo, começo a me afastar do que seria o objetivo central deste texto introdutório e que convém apresentar desde logo. Não tenho a intenção de proceder a um balanço do livro, atualizando-o, tampouco de realizar um estudo de recepção. Proponho algo menos extenso e mais simples: um diálogo em torno da obra e da questão central por ela enunciada – a continuidade do diagnóstico de uma dualidade constitutiva da formação do Brasil e o quanto ela revela sobre a autorreflexão dos intelectuais e seus dilemas na interpretação desta sociedade. Pelo que trouxeram de aprofundamento e extensão da pesquisa de que resultou o livro, acrescentei ao texto original, dois artigos publicados nos anos que se seguiram à primeira edição: “Brasília: a capital no sertão”, que veio à luz originalmente no livro comemorativo aos cinquenta anos de construção da nova capital, editado pelo IBGE, e “Uma brasileira médica” publicado na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, no suplemento dedicado ao centenário da descoberta da doença de Chagas. Em ambos, retomo, por novos ângulos, a discussão sobre o lugar privilegiado do sertão como categoria-chave na imaginação sobre o Brasil. Ponto de convergência de geografia, história e, sobretudo, política, sertão é também o lugar mais adiante e que pode deixar de existir, daí a importância de retomar sua investigação no

presente. Por esta razão, Lucia Lippi de Oliveira (2012) nos adverte que, na medida em que o sertão se transforma em celeiro de *commodities*, com a expansão do agronegócio, as versões épicas da conquista do território integradas em uma única narrativa nacional possivelmente deixem de fazer sentido. Por outro lado, talvez sertão mantenha seu significado de um de nossos mais importantes mitos fundadores a desafiar projetos de futuro e propostas de desenvolvimento.

Algumas veredas indicadas no livro publicado em 1999 foram em parte por mim trilhadas nos anos que se seguiram, em trabalhos individuais, em diversas colaborações, e na orientação de teses e dissertações. Escolhi caminhos também percorridos por outros autores com os quais compartilho o interesse pelo estudo das relações entre espaço e imaginação social e política sobre o Brasil e pela história das ciências sociais. Ao reler o livro e pensar em seus desdobramentos, tema desta introdução, me dei conta do quanto essa ideia das viagens pelos sertões, viagem virtual pelos textos e documentos de diferentes épocas, assume força expressiva particular em *Um sertão chamado Brasil*. Também me dei conta de curioso paralelo: o livro de Euclides nos falava de sertões no plural, tal como era comum nos textos do início do século XX; eu optei por “**um sertão** chamado Brasil” identificando a força simbólica dessa metáfora para pensar a sociedade brasileira. Há, contudo, outra leitura possível: a existência de muitos outros sertões, em diferentes lugares e tempos, outros sertões dentro e além do Brasil.

Foi exatamente esta a ideia que sublinhei, ao analisar os significados atribuídos a sertão, nos diversos períodos e na voz de diferentes intelectuais mobilizados pela análise, destacando como denominador comum a ideia da distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores. Daí a força do livro de Euclides da Cunha e também de outros textos, menos divulgados e que foram analisados em *Um sertão chamado Brasil* e que constituem, a meu ver, uma das principais contribuições da obra. Dentre os mais expressivos, destaco o de Arthur Neiva e Belisário Penna ao afirmarem que travavam contato com uma população sem assistência e sem proteção de espécie alguma, defendendo a vida a bacamarte e sabendo de governos porque lhes cobravam impostos (Neiva & Penna, 1916).

Em texto recente também abordei as relações entre sertão e cidade, ou melhor, entre sertão e favela (Lima, 2011). Nele observei que no ano da inauguração de Brasília – a capital modernista, construída no sertão – foi publicado o primeiro estudo sociológico abrangente sobre as favelas cariocas. Sobre essa forma de moradia, importantes críticas foram elaboradas, a partir da década de 1960, questionando explicações fundadas na cultura da pobreza, sob inspiração da antropologia rural norte-americana, e no mito da ruralidade e marginalidade de suas populações. Ressaltei, então que a palavra favela tem origem em planta do mesmo nome que, por sua abundância, designava um dos morros de Canudos e passou a nomear o morro do Rio de Janeiro para onde vieram soldados que haviam combatido os seguidores

de Antonio Conselheiro.³ A generalização do termo para os aglomerados urbanos de característica semelhante, no início do século XX, faz pensar nesse encontro ainda hoje tenso e polêmico entre Canudos e civilização urbana; entre sertão e cidade (Lima, 2011). O sertão – o “Brasil velho” – conforme apontou Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974) traz em si o moderno. Afinal, e este é o grande argumento subjacente a este livro, pode-se mesmo dizer que o sertão é o avesso do moderno.

Ao colocar em evidência este significado do debate sobre sertão, concluo que a ubiquidade do tema e o desconforto dos que com ele lidaram constituem um dos desafios de nossa tradição intelectual. Por este motivo, espero que este livro seja recebido essencialmente como um convite ao estudo das relações delicadas e densas que constituem, a um só tempo, a sociedade brasileira e o esforço de imaginação dos que se dedicam a decifrar os seus mais inquietantes enigmas.

Referências

BARBOSA, Ruy (1981). A questão social e política do Brasil. *Ciência e Trópico*, v. 9, n. 2, p. 171-8.

BASTOS, Elide Rugai. (2011). Região e nação: velhos e novos dilemas. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia M.

³ Este argumento histórico sobre as favelas está presente no livro de Valladares (2005).

(orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1974). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora.

HOLANDA, Sergio Buarque de. (1996). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Nísia Trindade. (2011). Campo e cidade: veredas do Brasil moderno. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lília M. (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Nísia Trindade. (2010). Brasília; a capital no sertão. In: SENRA, Nelson de Castro (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE.

LIMA, Nísia Trindade. (2009). Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16 (supl. 1), p. 229-48.

LIMA, Nísia Trindade. (2008). A cidade descobre o sertão: notas sobre a viagem de Roquette-Pinto a Rondonia e a dos médicos Arthur Neiva e Belisario Penna ao Brasil Central. In: ALMEIDA, Marta de & VERGARA, Moema de Rezende (orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Letera; Rio de Janeiro: Mast.

LIMA, Nísia Trindade & BOTELHO, André. (2013). Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos

Chagas e Mário de Andrade à Amazônia. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* (Impresso).

LIMA, Nísia Trindade & SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.). (2008). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

NEIVA, Arthur & PENNA, Belisario. (1916). Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 8, n. 30, p. 74-224.

OLIVEIRA, Lúcia L. (2012). Prefácio. In: MAIA, João Marcelo E. *Estado, território e imaginação espacial*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

VALLADARES, Lícia do Prado. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

VIEIRA, Tamara R. & LIMA, Nísia Trindade. (2011). A capital federal nos altiplanos de Goiás – medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940 e 1950. *Estudos Históricos*, v. 24, n. 47, p. 29-48.

Duas visões sobre comunidade, democracia e história: Barrington Moore Jr. e Robert D. Putnam

André Botelho
Karim Helayel

I. Barrington Moore Jr.

As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno (1966)

1. Teoria, história e comparação

1.1. Na sociologia proposta por Barrington Moore Jr., a história e a comparação são mobilizadas não somente com o intuito de enfatizar a existência de singularidades entre os processos históricos de mudança social, mas para, a partir delas, produzir novas generalizações mais matizadas e adensadas.

Objetivo principal de Moore Jr.: “explicar os diversos papéis políticos desempenhados pelas altas classes terratenentes e pelos camponeses na transformação das sociedades agrárias [...] em sociedades industriais modernas”.

Abordagem comparativa: a comparação surge como um recurso que iluminaria as diferenças e os contrastes entre as diversas trajetórias de modernização assumidas por países

distintos, o que permitiria uma compreensão renovada dos processos histórico-sociais. Para Moore Jr., empreender um movimento comparativo poderia contribuir para a formulação de novas generalizações. Em suma, as singularidades podem ser entendidas como o ponto de partida da sociologia histórico-comparada de Moore Jr., atenta às recorrências que poderiam auxiliá-lo na construção de proposições teóricas mais gerais.

1.2. Vias para o mundo moderno

- via democrática: teria sido através dela que Inglaterra, França e Estados Unidos ingressaram na modernidade, ainda que partindo de sociedades diferenciadas. A extração de inferências teóricas mais amplas aparece com clareza na análise da Revolução Puritana, da Revolução Francesa e da Guerra Civil Americana, qualificadas como a via democrática para a sociedade moderna, a partir das quais destaca uma série de condições gerais.
- via capitalista, porém, reacionária: as sociedades inscritas nesta via não passaram por um processo revolucionário, que efetivamente operasse uma ruptura com o passado, projetando-se através de “formas políticas reacionárias”, que desembocariam no fascismo, um dos efeitos políticos da “revolução vinda de cima”. Exemplos: Japão e Alemanha.
- via socialista: marcada por revoluções que teriam tido como uma de suas principais origens o papel desempenhado pelo campesinato, conforme atesta

Moore Jr. ao examinar o caso chinês, bem como ainda lembrando do caso russo.

- caso da Índia: país que estaria esboçando, de acordo com Moore Jr., seu ingresso no mundo moderno sem ter sofrido uma “revolução burguesa”, uma “revolução conservadora vinda de cima” ou uma “revolução comunista”.

2. Caso dos Estados Unidos

Os Estados Unidos não teriam enfrentado, argumenta Moore Jr., problemas similares à Inglaterra e à França, como, por exemplo, a questão referente ao desmantelamento de uma sociedade agrária fundamentada em instituições feudais. Ou seja, não houve nos Estados Unidos movimentos revolucionários que poderiam ser comparados aos casos da Revolução Puritana e da Revolução Francesa.

Conclusão de Moore Jr.: a Guerra Civil Americana teria sido “a última ofensiva revolucionária da parte daquilo a que podemos legitimamente chamar a democracia capitalista urbana ou burguesa” (116).

Capitalismo & escravidão nos Estados Unidos: a escravidão não teria constituído mecanismo impeditivo para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Segundo Moore Jr., a escravidão teria potencializado o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos em seus momentos iniciais. Em suas palavras, “o algodão produzido pelo trabalho escravo desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento não só do capitalismo americano, como

também do capitalismo inglês” (118). Ou seja, as plantações cultivadas pelas pessoas escravizadas não constituiriam “mera excrescência anacrônica do capitalismo industrial”, mas, sim, “parte integrante desse sistema e dos seus principais motores no mundo em geral” (120).

2.1. Região e nação

2.1.1. Estados Unidos dos anos 1860 (três sociedades):

(i) Sul (cultura do algodão); (ii) Oeste, terra composta por agricultores livres; e (iii) Nordeste, região que se encontrava em um rápido e intenso processo de industrialização.

2.1.2. Grave problema político: migração da escravidão das plantações do Sul para o Oeste. De acordo com Moore Jr., a problemática da “escravatura nos territórios, como eram chamadas as áreas parcialmente colonizadas que ainda não se tinham tornado estados [caso do Oeste, com áreas ainda por colonizar ou precariamente colonizadas], desempenhou um papel importante para conduzir à guerra” (124).

2.1.3. Sul dos Estados Unidos: civilização capitalista, porém pouco burguesa. Teria havido, na região, a manutenção da noção da posição social estabelecida pelo nascimento, uma vez que os plantadores do Sul teriam defendido com veemência o privilégio hereditário.

2.1.4. Norte e Sul: estruturas sociais divergentes e com princípios opostos de orientação das condutas. A aliança entre a indústria do Norte e os agricultores do Oeste teria contribuído para eliminar as possibilidades de uma via reacionária para o moderno, como teria ocorrido no Japão e na Alemanha. Para Moore Jr.: “Nas circunstâncias da

sociedade americana dos meados do século XIX, qualquer solução pacífica, qualquer vitória da moderação, do bom senso e dos processos democráticos, teria sido uma solução reacionária” (135). Ou seja, haja vista os elos entre o capitalismo industrial do Nordeste e a sociedade baseada na mão-de-obra de agricultores familiares do Oeste, podemos perceber que Norte e Oeste teriam criado, segundo Moore Jr., “uma sociedade e uma cultura cujos valores entraram cada vez mais em conflito com os do Sul” (139).

2.1.5. Problema da unidade: Moore Jr. ressalta que seria muito difícil encontrar na história um caso no qual duas regiões distintas tenham forjado sistemas econômicos fundados em princípios de orientação das condutas diametralmente opostos, coexistindo sob a autoridade de um governo central com efetiva autoridade em ambas as áreas.

2.1.6. Causas da guerra: (i) existência de sistemas econômicos distintos, que teriam conduzido a civilizações diferentes e que mantinham posições incompatíveis no que se refere à escravidão; (ii) vínculos entre o Norte e o Oeste teriam tornado inviável a coligação reacionária entre os setores urbanos emergentes e os proprietários de terras, única aliança que poderia ter evitado quaisquer possibilidades de guerra; (iii) com as incertezas sobre o futuro do Oeste, a distribuição do poder central teria se tornado incerta, intensificando as desconfianças e disputas entre Norte e Sul; (iv) as forças de coesão dos Estados Unidos ainda seriam marcadamente pusilânimes.

3. Conclusão: sobre o significado da Guerra Civil Americana

- Ainda que a Guerra Civil tenha dado fim à existência de duas civilizações contrastantes, não teria havido um caráter eminentemente revolucionário.
- Após a Guerra Civil, o capitalismo industrial avançou amplamente, logrando consolidação nos EUA.
- Após a vitória do Norte, o governo federal teria se transformado “numa série de redutos em torno da propriedade, em especial da grande propriedade, e numa agência para execução da frase bíblica, ‘Ao que tem, será dado’” (152).
- Consolidação de um “capitalismo democrático competitivo”: os sistemas agrícolas fundados com base no trabalho das/os escravizadas/os, ou com repressão das/os trabalhadoras/es das plantações, constituiriam entraves ao desenvolvimento do “capitalismo democrático competitivo”.

II. Robert D. Putnam

Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna (1993)

1. A noção de “comunidade cívica”

Comunidade cívica implica a ação e a participação dos cidadãos na vida pública. Putnam: a comunidade cívica se caracterizaria por “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito

público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (31).

1.2. Putnam e a tradição do associativismo

Alexis de Tocqueville (*A democracia na América*): a atividade política do cidadão, por meio de organização de associações políticas, ou partidos, que tenham como fim a defesa da cidadania, a manutenção do espaço da palavra e da ação pode dificultar o surgimento de um Estado autoritário. Através da liberdade de participação política e do poder de ingerência nos assuntos públicos, que afetam direta ou indiretamente seus assuntos privados, os cidadãos atomizados se voltam para os assuntos gerais, equilibrando assim as tendências construtivas e destrutivas da democracia.

Putnam: Tocqueville tinha razão: “diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer... Já cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados”.

1.2.3 Putnam e Michael Walzer

- Putnam/Tocqueville: os cidadãos devem buscar interesses próprios, mas sempre compartilhando do interesse de outrem.
- Walzer (*Spheres of justice*): os valores liberais provocam a dissociação da comunidade cívica.
- Em comum, ambos os autores consideram que (i) a existência de associações é um elemento crucial para o desenvolvimento do civismo numa comunidade e (ii) a

virtude cívica da coletividade pode produzir efeitos que elevam a qualidade democrática.

2. O estudo de Putnam

2.1: *Comunidade e Democracia:*

- Pesquisa empírica envolvendo diferentes metodologias quantitativas e qualitativas que acompanhou por 20 anos (desde 1970) o processo de descentralização política do governo italiano.
- Análise comparativa do caráter da mudança e do desempenho institucional entre governos de diferentes regiões da Itália, no momento de várias reformas institucionais.

2.2 Neo-institucionalismo

- Estudo do processo político tendo como variável explicativa as instituições.
- Desempenho de algumas instituições democráticas e sua relação com a participação ou não da comunidade cívica / influência exercida pelas instituições formais no comportamento dos governos e nas suas políticas.

2.2. Visão histórica

- A história deixa sua marca, corporificando as instituições, moldando-as.

- O autor procura desmistificar o caminho para o alcance da qualidade democrática. Observando e analisando as mudanças e as experiências da reforma institucional na Itália, Putnam desenvolve duas hipóteses principais: (i) as instituições moldam a política; e (ii) as instituições são moldadas pela história.
- O estudo sobre o desempenho dos governos nas diferentes regiões italianas mostrou (i) a importância da vida cívica nas práticas governamentais e no desenvolvimento político, social, econômico regional; e (ii) a estagnação econômica e política de outras regiões devido à postura autoritária e centralizadora.

2.3 Instituição e cultura

- Por que certas regiões são mais cívicas do que outras?
- Por que a comunidade cívica no Norte possui um círculo virtuoso que favorece o desenvolvimento pleno da região, enquanto as regiões do Sul têm sua vida coletiva atrofiada e, conseqüentemente, sofrem no ambiente desfavorecido de bem-estar social?
- “Capital social” e sua relação com as instituições públicas: o capital social em interação com sistemas horizontais de participação cívica favorece o desempenho do governo e da economia.
- O desempenho institucional está associado ao comportamento da atividade cívica, a qual está ligada ao sistema de participação cívica e ao modo como é construída ao longo da história.

- Os círculos virtuosos se configuram a partir de equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivos; tais características definem a comunidade cívica ideal que estimula a manutenção de instituições públicas eficazes.
- No caso da Itália, portanto, foram encontradas diferenças regionais sistemáticas nos modelos de engajamento cívico e solidariedade social e, segundo Putnam, “tais tradições tiveram consequências decisivas para a qualidade de vida, tanto pública quanto privada, hoje existente nas regiões italianas” (31).
- A relação entre cultura e instituição compreende um entendimento causal entre normas e atitudes culturais, as estruturas sociais e os padrões de comportamento que configuram a “comunidade cívica”.
- Atitudes e práticas constituem um equilíbrio mútuo, pois “as instituições de cunho cooperativo requerem aptidões e confiança interpessoais, mas essas aptidões e essa confiança são igualmente inculcadas e reforçadas pela colaboração organizada” (190).

3. Conclusão

Putnam mostra o poder da mudança institucional para remodelar a vida política e as fortes restrições que a história e o contexto social impõem ao êxito institucional.

O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. A existência

de instituições eficazes e responsáveis depende das virtudes e práticas republicanas. Mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política. “Como previam os institucionalistas, a mudança institucional refletiu-se (gradualmente) na mudança de identidades, valores, poderes e estratégias. A mudança formal induziu a mudança informal e tornou-se autossustentada” (193).

Referências

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. (2000). A comunidade cívica em Walzer e Putman. *Lua Nova*, n. 51, p. 71-96.

JASMIN, Marcelo. (2005). *Alexis de Tocqueville*. A Historiografia como ciência da política. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PUTNAM, Robert D. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MOORE JR., Barrington. (1983). A guerra civil americana: a última revolução capitalista. In: *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, p. 115-157.

Os sertões: crime e castigo

Lilia Schwarcz

André Botelho

Muito se tem comentado acerca do perfil cientificista de *Os Sertões: campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha (1866-1909), publicado em 1902. Parece inegável a influência do pensamento evolucionista de sua época, incluídos os seus traços deterministas e mesmo preconceitos tanto em relação aos temas raciais, quanto aos geográficos. Nenhum livro, nem é preciso argumentar muito, por mais inovador que seja, consegue fugir inteiramente das circunstâncias da sua produção, de seu contexto e do momento que o viu nascer – tanto em termos dos problemas abordados, quanto dos recursos mobilizados para sua formulação, além das escolhas e valores nele expressos. É enganoso acreditar, porém, que todo livro participa de seu tempo da mesma forma, e equivocado traçar o contexto de um livro enfatizando apenas o que possivelmente há de comum entre ele e outros contemporâneos, como se a contextualização fosse necessariamente um recurso homogeneizador de todos os pensadores que viveram no mesmo momento político, social e cultural. Tampouco vale a pena imaginar que uma obra como essa seja apenas um “reflexo” imediato de seu tempo. Livros como esse são sempre mais, pois ajudam a criar o contexto que, teoricamente, apenas espelham.

E o que torna *Os Sertões* um livro fascinante é exatamente o fato de que a análise e a narrativa que realiza levam quase ao paroxismo os pressupostos cientificistas de que parte. Nesse sentido, ele é um livro do seu tempo, mas também contra o seu tempo. Esse movimento é simultaneamente interno e externo à obra e se relaciona, sobretudo, com o caráter traumático assumido pela Guerra de Canudos (1896-1897) na cultura brasileira e para Euclides da Cunha a partir de seu contato pessoal com ela. E é a ele que *Os Sertões* deve, em grande medida, seu lugar no pensamento brasileiro. E, também, acrescentamos nós, muito de seu interesse atual. É esse movimento muito próprio do livro que queremos aqui acompanhar.

Euclides: Repórter de guerra

Em 1895, Euclides pede e recebe uma licença do Exército, quando foi considerado incapaz para o serviço militar em decorrência de uma tuberculose que contraíra tempos antes. A partir de então, Euclides da Cunha literalmente se reinventou. Seguiu primeiro para a fazenda Trindade, de propriedade do seu pai, em Belém do Descalvado, e se dedicou às atividades agrícolas. Depois, deu início a uma atividade como engenheiro-ajudante na Superintendência de Obras Públicas em São Paulo. No ano seguinte, entediado, decide afastar-se definitivamente de qualquer ligação com o Exército, sendo reformado no posto de tenente. Em 1897 decide regressar a São Paulo, para tentar a sorte como colaborador do jornal *O Estado de São Paulo*. Foi

aí que sua vida mudou, novamente, e que ele se converteria no “autor de *Os Sertões*”. O jornalista foi então designado para cobrir a 4ª Expedição contra Canudos, na condição de correspondente daquele periódico. O jornalismo de guerra, na posição de testemunha ocular, era atividade nova nesse contexto, assim como a oportunidade de presenciar um evento desse porte e que mexera com a imaginação da população brasileira. Mexeu com a República, também, que logo transformou um pequeno foco num imenso bode expiatório.

A comunidade de Canudos vivia no interior do estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, num local pouco conhecido pelos ilustrados da capital carioca. A região, caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava então por uma grave crise econômica e social. Desenganados, abandonados pelos políticos e grandes proprietários, milhares de sertanejos dirigiam-se para Canudos, uma sorte de cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro (1830-1897). Unidos por uma crença na salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão secular tanto econômica como social, e que transformaria o sertão em mar, o arraial cresceu muito.

Mas a própria organização comunitária de Canudos e o comércio que realizam com a vizinhança tocou nos brios dos grandes senhores da região, os quais, unindo-se à Igreja, que se sentia igualmente ameaçada pelo milenarismo do líder de Canudos, deram início a uma forte pressão junto ao governo da República, no sentido que fosse aniquilado “tal cancro monarquista”.

O certo é que Canudos foi virando uma grande desculpa pronta, suficiente para expiar as culpas da República com os boatos correndo à solta. Criou-se uma série de rumores, sendo que o mais estridente deles era aquele que afirmava que Canudos andava armando-se para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital. E mais: que pretendiam depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia.

A notícia não tinha pé ou cabeça, e não havia chance de um grupo de pessoas esquecidas pela República resolver atacá-la. Mas a grita virou geral e o próprio Euclides, assinando como Proudhon, um filósofo anarquista francês, atacou, num primeiro momento, a “barbárie” deste movimento, oposto ao novo regime, representante da “civilização”.

Mas se Euclides viajou convencido, voltou cheio de dúvidas. Ele pôde presenciar os verdadeiros massacres empreendidos pela República, que enviou três expedições militares contra Canudos, todas derrotadas, e depois conseguiu destruir o arraial, vitimando cerca de vinte mil sertanejos, além dos cinco mil militares que pereceram nos combates.

A guerra terminou com a destruição total de Canudos, a degola de muitos prisioneiros de guerra e o incêndio de todas as casas do arraial. Já Euclides da Cunha perdeu a convicção que carregava consigo quando chegou a Canudos. Além de publicar artigos no jornal que o contratou, o periodista publicou, em 1902, um livro essencial, resultado de sua experiência em Canudos, chamado *Os Sertões*, que

teve imensa repercussão naquele contexto ao denunciar o verdadeiro massacre empreendido pela República.

Contrariando o uso provinciano da ciência

O movimento complexo de pertencimento ao contexto intelectual e, simultaneamente, de distanciamento dele e de inovação prefigurado por *Os Sertões*, para começar do início, já se mostra decisivo na estrutura do livro. Formalmente, o autor segue o esquema positivista de Hypolite Taine, que propunha a trilogia meio, raça e circunstâncias para a interpretação da história. O esquema é transposto ao plano narrativo de *Os Sertões* como uma espécie de roteiro a partir do qual Euclides da Cunha desenvolve sua análise em três partes que dividem e ligam o livro: a terra, o homem e a luta.

Em “A Terra” são examinados elementos gerais da natureza física americana, mas num crescente ajuste de foco para circunscrever a região de Canudos, como a flora, a fauna e o clima, tendo em vista, sobretudo, identificar as causas das secas que caracterizam a região do conflito. Dizem que a leitura em voz alta, dessa primeira parte da obra, reproduz o som sibiloso do sertão; essa terra árida e persistente, na opinião de Euclides da Cunha, como o próprio sertanejo. A formação antropológica do brasileiro, entendida, sobretudo, como uma formação racial decorrente da confluência das três “raças” presentes de modo autóctone (indígenas) ou por imigração (europeias) e diáspora compulsória (africanas), constitui o tema central da segunda parte, chamada “O Homem”. Também nesta, o ângulo de abordagem vai sendo

paulatinamente ajustado, passando das características mais gerais às mais particulares do fenômeno estudado, no caso, as características da população sertaneja. Importante observar como não apenas seus “tipos”, mas também os costumes e mesmo o que poderíamos hoje chamar de cultura, como a própria religiosidade messiânica dos sertanejos, elemento central da Guerra de Canudos e, portanto, do livro, são traçados em relação e, em grande medida, como decorrência dessa formação que se pretendia “física”. O sertanejo seria um “degenerado”, pois decorrente da mistura de raças “mui diferentes” entre si, mas também um “forte”: como a água que sai do cacto. Todas essas dimensões convergem e se concretizam na análise, ao final da segunda parte, da trajetória do líder carismático Antônio Conselheiro, que representaria ele próprio, em seu corpo, as ambiguidades destas populações.

“A Luta” é parte mais longa do livro, correspondendo a cerca de o dobro das duas primeiras juntas, e trata, enfim, da Guerra de Canudos em seis diferentes capítulos. Acabamos de escrever “enfim” tanto porque, no fundo, *Os Sertões* é fundamentalmente uma narrativa da Guerra de Canudos, do confronto entre um movimento messiânico sertanejo e as Forças Armadas – e, por meio delas, do Estado Republicano e da sociedade brasileira da época; quanto porque as duas partes que antecedem “A Luta” também a preparam, no sentido de permitirem a construção de sua inteligibilidade com os (melhores) recursos intelectuais disponíveis à época.

Dessa maneira, se perguntarmos pela imagem de sociedade e pela concepção de história que orientam de modo dominante o livro, dificilmente poderíamos fugir da

constatação de que, numa dimensão, talvez a mais aparente da narrativa, estamos mesmo diante de uma visão determinista naturalista e positivista. Clima, geologia, natureza somadas à formação racial das populações sertanejas dariam conta de explicar a configuração do fenômeno abordado. É isso que sugere, afinal, o próprio roteiro do livro.

Mas essa seria apenas parte da resposta. Para caracterizar o movimento próprio do livro, teríamos que lembrar também que, semelhante a outras abordagens da época, o determinismo naturalista acaba por se combinar a uma visão evolucionista, relativamente inovadora no contexto intelectual da época, que faz com que sociedade e história em *Os Sertões* estejam em permanente transformação. Central, no livro, é o diálogo travado com teóricos deterministas europeus, como Ludwig Glunpowicz (1838-1909), que propunha a luta de raças como fundamento do processo histórico.

São noções de história e de sociedade em transformação às quais não faltam sequer, em alguma medida, a convicção iluminista de que seria possível, por meio da ciência, prever e mesmo intervir nos sentidos das suas mudanças. Note-se que estas concepções permaneceriam presentes por muito tempo, e talvez, permaneçam ainda hoje, de maneiras renovadas, não apenas no debate intelectual, mas também nas políticas de Estado no Brasil. Assim, ao lado das numerosas referências ao determinismo naturalista, então em voga, e de certa oscilação entre uma visão pessimista e outra relativamente otimista sobre as possibilidades de um projeto civilizatório

moderno no Brasil, podemos perceber em *Os Sertões* muitas tensões que expressam, ao fim e ao cabo, as dificuldades de uma mera aplicação dos princípios naturalistas. *Os Sertões*, nos parece, está inteirinho nessas tensões e contradições.

A primeira tensão operada em *Os Sertões* é que os elementos geográficos e geológicos abundantes na primeira parte do livro (“A Terra”) estão também presentes, mas como imagens e metáforas, nas suas partes seguintes. Esse uso alegórico de categorias científicas certamente pareceu pouco ortodoxo ou rigoroso a alguns dos seus contemporâneos positivistas. Mas tais usos são decisivos para o principal argumento desenvolvido na segunda parte do livro: o do isolamento do sertanejo como fator histórico crucial para explicar o antagonismo entre litoral e sertão. Se em “O Homem” verifica-se até mesmo a reprodução de argumentos de Nina Rodrigues sobre a inferioridade das raças que formaram o Brasil, a tese mais importante de *Os Sertões* acaba sendo forjada ali mesmo, justamente em contraste: a de que o sertanejo seria antes um “retrógrado” do que um “degenerado”. E esta situação decorreria, paradoxalmente, da sua distância das influências negativas da “civilização de empréstimo” que se desenvolvera nas cidades do litoral; de seu isolamento. As tensões com relação ao que era de alguma forma hegemônico naquele contexto intelectual seguem por todo o livro. Elas se expressam, sobretudo, na incrível dificuldade que Euclides encontra para fixar uma imagem efetiva do sertanejo. É por isso levado a forjar a imagem ambígua (na verdade, um oxímoro) do “Hércules-Quasímodo”, pois, de acordo com as circunstâncias, o sertanejo oscilaria muito: da fragilidade à

força. Por fim, na terceira parte do livro, na narrativa sobre as campanhas militares, acaba por prevalecer a ideia, quase uma denúncia política, da resistência quase heroica dos sertanejos, até a sua trágica derrota final.

A viagem a Canudos, como tem ressaltado a fortuna crítica, foi decisiva para acentuar as ambivalências do escritor face aos ideais de ciência e progresso, então dominantes, e para alterar profundamente sua visão sobre os sertanejos e o sertão. Em contraste com os primeiros artigos publicados por Euclides da Cunha na imprensa, a crítica aos excessos e contradições da República acentua-se notavelmente em *Os Sertões*. Como observa Nísia Trindade Lima (2009), que sugere que *Os Sertões* também pode ser lido como uma espécie de viagem, com origem no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, a análise de Euclides desconcerta o leitor que busca a mera aplicação dos determinismos em voga ou pretende ler um relato contínuo e evolutivo sobre o incidente que abalou a Primeira República. Escreve ela: “O que se observa é a plasticidade das categorias sertão e litoral, essencialmente referências simbólicas que sofrem no texto uma série de deslocamentos. São os temas da inversão de papéis e comportamentos esperados dos habitantes do sertão e do litoral; entre sertanejos e as forças militares que os combatiam e da transformação súbita dos sertanejos e de sua realidade” (Lima, 2009: 110).

Como mostra *Os Sertões*, a adoção do naturalismo, do evolucionismo e do positivismo – celebrizada na afirmação de Sílvio Romero de que, então, “um bando de ideias novas sobrevoou sobre nós” – nem sempre foi simplesmente servil ou mecânica. É claro que, do ponto de vista das elites

intelectuais brasileiras de então, a adoção dessas teorias também representava uma possibilidade de atualização e modernização da produção intelectual local em relação a certas vertentes do pensamento filosófico e científico dominantes na Europa. Mas poucas vezes, como em *Os Sertões*, esse instrumental parece ter sido apropriado de modo tão consequente para expressar o que ele, de fato, trazia de mais inovador: o reconhecimento da luta e do conflito (no caso, disciplinados pelos paradigmas naturalista/positivista), mas que, sim, arremetiam diretamente contra idealizações e dicotomias vigentes da ordem tradicional.

Mais do que isso, menos vezes ainda se terá visto um uso tão perspicaz das categorias naturalistas para expressarem seus próprios limites explicativos, cuja adoção, entre nós, frequentemente realizou-se por meio da “naturalização” da nossa herança colonial e das relações sociais que, tendo por base a experiência de três séculos de escravidão, estruturaram a sociedade brasileira. Estruturaram e silenciaram, justamente, essas outras histórias e esses outros povos que não correspondiam exatamente aos modelos europeus.

É que a Guerra de Canudos é um evento traumático que altera as perspectivas de Euclides da Cunha e lhe exige um uso inovador e alegórico das categorias de análise que estavam disponíveis. A mera “tradução” tornava-se difícil, com o autor atualizando conceitos a partir da realidade que encontrou no sertão nordestino. Para expressar um evento tão trágico, exigia-se se não um novo repertório, ao menos novos sentidos para as categorias usuais.

Não faltou a Euclides, assim, a coragem de rever o que já sabia a partir do que descobriu em contato com a realidade trágica e terrível da guerra, expondo as fraturas e ambiguidades da nossa realidade social e do projeto republicano. Esse é, por sinal, um uso em nada provinciano da ciência, que, antes, se opunha à usual apropriação oligárquica do moderno no plano das ideias que, de certa forma, vinha e continuaria pavimentando todo um caminho brasileiro para eleger apenas uma determinada modernidade.

A guerra está em nós

A codificação de experiência sociais tão complexas já seria suficiente para reconhecer o lugar tão especial que *Os Sertões* ocupa na cultura brasileira. Entretanto, mais do que transmitir conteúdos, os livros agem, provocam reações no leitor e na comunidade de críticos e teóricos. Implicam e estimulam, igualmente, posicionamentos políticos. Nessa perspectiva, a força de *Os Sertões* existe e resiste também em sua recepção. Não por acaso foi chamado de “livro vingador”, apenas dois anos após sua publicação, em 1904. Tal foi seu impacto, que a editora Laemmert, a mesma que publicou *Os Sertões*, criou um volume, chamado *Juízos críticos*, recolhendo as críticas feitas à obra. Na imensa repercussão, grande até para os dias de hoje, encontramos pistas importantes sobre o sentido de *Os Sertões* na cultura brasileira, de uma maneira mais geral. O livro balançava convicções, denunciava um genocídio, reconhecia a

existência de vários Brasis, e colocava em questão as bases da República no Brasil.

Desde a crítica de José Veríssimo (1857-1910), publicada no rodapé literário do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro no dia seguinte à publicação de *Os Sertões* – isto é, no dia 3 de dezembro de 1902 –, até as críticas de Araripe Júnior (1848-1911), publicadas em fevereiro e março de 1903 no *Jornal do Comércio*, passando pelas de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Coelho Neto (1864-1934) e outros literatos, impressiona o impacto causado, desde cedo, pelo livro.

Mas as críticas permitem também recuperar os embates em torno do caráter científico ou não das ideias de Euclides da Cunha que, em grande medida, permaneceriam conosco por décadas e ainda não desapareceram por completo. Não por acaso, em praticamente todas as resenhas da referida antologia afirma-se, como no caso de José Veríssimo; nega-se, como no de José Maria Moreira Guimarães, ou suspeita-se, como no de Araripe Júnior, que *Os Sertões* promovia um bem-sucedido “consórcio da arte com a ciência”; ideia, aliás, bastante cara ao próprio Euclides da Cunha.

Mais importante, porém, é perceber como a afirmação ou a negação do caráter “científico” e/ou “artístico” das formulações euclidianas, o peso da “ciência” ou da “arte”, da “razão analítica” ou da “imaginação” na configuração de *Os Sertões*, imbricam-se frequentemente com a ratificação, rejeição ou mesmo condenação da sua interpretação sobre o massacre de homens, mulheres e crianças no sertão da Bahia e, particularmente, da atribuição de responsabilidades aos

próprios sertanejos, ou antes, ao exército brasileiro pela tragédia.

Lembremos, a Guerra de Canudos mobilizou cerca de 12 mil soldados distribuídos em quatro expedições militares e deixou um saldo de cerca de 25 mil pessoas mortas. Para uma sociedade que gosta de repetir para si e para os outros o mito da sua pacificidade, um saldo repugnante e tanto, convenhamos.

Naturalmente, os debates sobre a Guerra de Canudos não desapareceram, e parecem mesmo redivivos atualmente, quando a história militar brasileira passa por novas ondas de reinterpretação. Não faltará muito, tudo indica, para que também *Os Sertões* integrem o novo revisionismo historiográfico em curso na sociedade brasileira, no fim desta segunda década do século XXI. Não por acaso, a guerra é também chamada de “Campanha de Canudos”, quando, provavelmente, se atualiza o ponto de vista do Estado, da modernização conservadora, das elites dirigentes e da opinião pública da então capital federal.

É que, há 120 anos, a narrativa exemplar e polêmica do conflito de Canudos realizada por Euclides da Cunha parece desempenhar, guardadas as devidas proporções, também um papel expiatório na sociedade brasileira – como o “castigo” na ficção de Fiódor Dostoiévski ou a “pena” na sociologia de Émile Durkheim.

Os livros não operam apenas no plano intelectual, mas também no sociopolítico e cultural, enraizando-se nas consciências e participando da organização dos grupos sociais e da sociedade como um todo.

Assim, parece que, como Euclides da Cunha ao escrevê-lo e seus contemporâneos ao recebê-lo, prosseguiremos com *Os Sertões: campanha de Canudos* também para tentar expiar nossa culpa e tentar recompor, no plano simbólico, a fratura que o extermínio dos sertanejos criou na sociedade brasileira em meio ao seu processo de modernização conservadora e em nome da “razão de Estado”.

Euclides da Cunha usou as ferramentas que tinha, para subvertê-las. Seu mestiço era forte, e a civilização nunca esteve tão avizinhada da barbárie. De nada adiantaram as citações de Broca, Gumpłowicz ou Moray, que tanta certeza passavam, com seus modelos deterministas que previam tudo: geografias, climas, homens e raças.

Por outro lado, o corpo de Antônio Conselheiro entrava para sempre no imaginário local, como tantos outros corpos que fizeram história. Aí estava o corpo de Conselheiro, o crânio de Conselheiro, tantas vezes maldito. A sua cabeça surge como prêmio para essa civilização que se vinga e impõe o progresso.

O crânio de Conselheiro, devidamente medido por Nina Rodrigues, deveria confirmar a loucura, colocar um ponto final nessa história e cumprir uma espécie de função catártica para essas populações que deliravam diante da morte. Esse é o final deste livro, inconcluso nas interpretações que suscita. Progresso, crime e loucura parecem estar em suspenso. Em suspenso estão o corpo do Conselheiro e das 25 mil mortes que ele personifica, os limites e proximidades entre o litoral e o sertão, bem como o próprio livro *Os Sertões*.

Dizem que quando há muito silêncio, sobra contradição. *Os Sertões* é um livro escrito há mais de um século, mas ainda atual entre nós. Ele continua tanto a denunciar o crime – e o castigo – de uma sociedade eurocêntrica, violenta, autoritária, desigual e excludente, quanto a desafiar as nossas certezas e respostas fáceis; assim como atenta contra as polaridades e dicotomias estanques. Mas, atenção: o sertão, definitivamente, e como diziam os seguidores de Antônio Conselheiro, havia de virar mar (e o mar de virar sertão).

Referência

LIMA, Nísia T. (2009). Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 104-117.

Massangana, Nordeste: Problemas no paraíso

Lucas van Hombeeck

Escrito pela primeira vez como capítulo de abertura de um livro em francês sobre a religiosidade de Nabuco, elaborado a partir de sua reconversão em 1892 (*Foi voulue: Mystèrium fidei* ([1893] 2010¹), Massangana foi traduzido pelo autor para ser o vigésimo capítulo de *Minha formação*, sua autobiografia de maturidade, entre os trechos “Eleição de deputado” (XIX) e “A abolição” (XXI). Ele foi inserido, portanto, nas suas memórias, como um recuo temporal entre os capítulos que apresentam o auge de sua atuação política, pelo qual ele seria aclamado em vida e mesmo postumamente. Um recurso narrativo que o permitiria, em meio ao momento mais decisivo de sua figuração como homem político, explorar as raízes morais e afetivas que o levariam a assumir o “mandato da raça negra” (Nabuco, 2000: 36) a partir de experiências de sua infância no engenho

¹ Segundo Evaldo Cabral de Mello, pelo menos duas entradas de diário do autor correspondem à redação de *Foi voulue*: a do dia 18 de janeiro de 1893 (“Hoje comecei a escrever o livro”) e a de 4 de maio do mesmo ano (“Hoje posso dizer que acabei o livro. O que falta rever, polir, embelezar literariamente, podia ser feito por outro”) (Nabuco, 2006: 313-314). Apesar de escrito em 1893, o livro só foi publicado postumamente na década de 1970, na França, sendo posteriormente traduzido para o português. A edição que cito, publicada em 2010 no Brasil, tem o título *A desejada fê: Mystèrium Fidei*. Daqui em diante, me referirei ao livro pela sigla FV.

Massangano e de seu retorno, a esse mesmo local, já aos vinte anos de idade.

Massangana, portanto – e daí vem, a meu ver, seu principal interesse – é uma peça fundamental na construção narrativa do ator político de elite brasileira branca no contexto em que foi publicado. E que pode ser lido como índice, então, para a interpretação de uma subjetividade do passado forjada em meio a relações com durações que vão além daquele contexto de origem. Um texto de um indivíduo numa posição entre o Estado e a sociedade, os salões e as ruas, na construção da luta abolicionista do último país da América a abolir a escravidão. Peça de um sujeito cujos atos de discurso, ou gestos de escrita, podem ser analisados a partir das operações textuais que desempenham enquanto práticas de si: relatar a si mesmo é elaborar uma figuração que serve de repertório para a conversão dos indivíduos em atores.

Antes da leitura cerrada do texto, quero fazer uma ressalva. A personalidade e o contexto de Nabuco são atravessados por muitas contradições, que não cabe à crítica aplinar para fazer uma síntese do personagem. Entre o elogio e a denúncia dos atores e textos há as contradições sociais – e é justamente isso o que resta à sociologia desentranhar e explicar. A radicalidade e o conservadorismo, a permanência e a ruptura existem simultaneamente na figura, interessando à leitura compreender as relações e dinâmicas entre essas características do indivíduo e da sociedade. Por isso é que o legado desse autor, na política como nas letras, é de fundamental importância para a compreensão de intérpretes do Brasil de linhagens políticas

e intelectuais tão distintas quanto são, por exemplo, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Um senhor e um plebeu, um conservador e um democrata, poderíamos dizer, cujas obras – e talvez, subjetividades – se apropriam e lidam com o repertório analisado de maneiras radicalmente diferentes. Mas isso é um tema para outro post, talvez uma outra série do Blog da BVPS. Por enquanto, e sustentando o inacabamento, vale dizer que aqueles e aquelas implicados com a liberdade herdaram de Nabuco pelo menos uma tarefa: a de não apenas abolir a escravidão, mas destruir sua obra; a de continuar a fazer, contra o complexo senhor-escravo, a cidadania.

1. Carnaval em Madureira: *mon pays et Paris*

(...) *paisagem: pedaço de país que a vista alcança*
Marília Garcia, Expedição: nebulosa

The trouble with a classicist he looks at a tree
That's all he sees, he paints a tree
Lou Reed e John Cale, Song for Drella

A primeira redação de Massangana data de um período em que Nabuco já tinha passado por um auge de sua atuação política, a abolição jurídica da escravidão pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Nos anos que passaram desde esse acontecimento, a monarquia, enfraquecida em suas relações com a elite rural escravocrata e com camadas aderentes ao

positivismo – entre as quais se destaca o exército brasileiro – passa a ser objeto constante de críticas que postulam a República como forma de governo mais apropriada aos interesses da nação. Nabuco, no entanto, como a maior parte dos integrantes do movimento abolicionista, continua monarquista, vendo num eventual terceiro reinado da então Princesa Isabel a melhor via para a continuidade das reformas impostas pela abolição. O resultado desse arranjo é que, uma vez consumado o golpe de 1889, confirmado pela promulgação da Constituição republicana de 1891, Nabuco e outros atores de destaque nos anos anteriores se encontram numa situação de ostracismo político. Combatendo as pressões por indenização da lavoura e filiando-se à família real, não só perdem espaço na administração direta do Estado como se veem numa circunstância muito precária para a sustentação de suas posições críticas ao novo regime, seja em bancas de advocacia ou jornais e periódicos, duas das ocupações mais comuns entre os bacharéis e homens de letras da elite brasileira branca da época.

Apesar da escrita de uma biografia de seu pai e de uma autobiografia já estar em seus planos desde pelo menos 1884, segundo se interpreta da primeira aparição desse projeto em seus diários (Nabuco, 2006: 233), será nesse período de relativa derrota e isolamento político que ela se converterá numa prática do autor. Isso acontece num momento que é geralmente interpretado pela sua fortuna crítica como o de sua reversão conservadora correlata ao ostracismo político, em que ele volta sua ação para uma esfera “doméstica” ou privada da própria existência. É então que Nabuco se casa com Evelina Torres Soares Ribeiro, herdeira de uma família

de produtores de café do Vale do Paraíba vinculada ao Partido Conservador (Alonso, 2007: 240 e ss.), e se dedica ao projeto dos dois “livros em branco” referidos no diário de 1884. Além disso, junto à esposa católica, reencontra-se com a religião, que aparece em diários e memórias entre confissões na igreja dos Oratorianos em Brompton, Londres (Nabuco, 2006: 302) e a lembrança da capelinha de São Mateus em Massagana (Nabuco, 2012: 188).

Em linhas gerais, o arco narrativo do texto de que trato aqui se dá entre a reconstrução da experiência dos primeiros oito anos de infância do autor-narrador-personagem e o seu retorno, já aos vinte anos de idade, àquele mesmo lugar. A descrição demorada, sinestésica e idílica da paisagem do “paraíso perdido” (2012: 194) é interrompida por pelo menos dois acontecimentos que contrastam com a imobilidade do espaço rural acolhedor, no mais apenas fracamente interrompida pelo lento fluxo do rio Ipojuca: a cena em que um jovem escravo, fugindo de um senhor que o castigava, atira-se aos pés do menino e afilhado da dona do engenho, Ana Rosa Falcão de Carvalho, e pede para ser comprado para servi-lo. A outra cena é a da morte dessa madrinha, figura materna piedosa, zelosa de seus protegidos – entre escravos, rendeiros, agregados e o próprio menino – e cuja fisionomia é fundamental para o capítulo. Diante desse segundo evento, todo o sistema que sustenta a paisagem descrita se desarticula, fazendo com que o engenho mude de mãos e o menino tenha que partir para o Rio de Janeiro, onde aos oito anos finalmente passa a conviver com os próprios pais.

Sobre a composição daquela paisagem, que serve de mote à ambientação inicial do texto, vale dizer uma coisa

simples, talvez óbvia: que não existe descrição neutra, em especial quando se lida com a memória. Mais do que aquilo que se descreve, a *forma* da descrição é o que compõe a qualidade da figuração a ser analisada. No nosso caso, é legível na retratação do engenho a base tópica do paraíso perdido. A expressão, de nítida filiação bíblica, aparece nas duas versões do texto (em MF e FV) e é precedida, em ambas, de longas descrições de uma paisagem cuja relação com o corpo do narrador será suporte de uma *origem* da qual é impossível se desvencilhar.

Depois de uma afirmação geral, segundo a qual “[o] traço todo da vida é para muitos um desenho da criança esquecido pelo homem, mas ao qual ele terá sempre que se cingir sem o saber” (Nabuco, 2012: 187), Nabuco retrata o cenário de sua infância:

Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda parte, das grandes tachas em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante, pedaços inteiros da planície transformavam-se em uma poeira de ouro; a boca da noite, hora das boninas e dos bacuraus, era agradável e balsâmica, depois o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo. De todas essas impressões nenhuma morrerá em mim. Os filhos de pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas caídas da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de bois... (Nabuco, 2012: 188)

Mas há problemas no paraíso. A escravidão emerge na cena desvelando a violência que mantinha a ordem produtora do jardim encantado em que o narrador forja suas primeiras impressões. Depois, ou melhor, durante a descrição no melhor estilo do paisagismo romântico de um Bernardin de Saint-Pierre, Chateaubriand ou Alencar, segundo Alfredo Bosi, a contradição aparece num “quadro inesquecido da infância” a que o autor atribui a decisão “do emprego ulterior de [sua] vida” (Nabuco, 2012: 190). É o momento em que “um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, [...] se abraça aos meus pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir” (Nabuco, 2012: 190). Nessa contradição, aparece a posição crítica e reflexiva do autor-narrador-personagem, que a qualifica como “o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava” (Nabuco, 2012: 190).

Uma das características que faz valer a pena a análise de uma vida e obra como as de Joaquim Nabuco, em especial no contexto de uma pesquisa sobre as sequências de uma sociologia política do indivíduo no pensamento social brasileiro, é a sua profunda relação com as contradições que estruturam uma experiência comum, da crítica social à subjetividade de quem escreve. Aqui ela se arma, em primeiro lugar, sobre a narração idílica de uma origem ligada a um paraíso terreal imóvel e isolado do mundo, constituído de relações próprias de engenhos nortistas ou nordestinos administrados por muitas gerações de uma mesma família. Diferentes, assim, das *fazendas* do Sul, racionalmente

orientadas para o lucro e a despersonalização do trabalho e diretamente criticadas no texto. Ao mesmo tempo, não deixa de reconhecer que aquela paisagem é sustentada por uma violência que ofende a dignidade dos que a mantêm, distorcendo a figura do senhor como do escravo: um pelo abuso e outro pela exploração. A injúria dirigida ao último, então, é a que o narrador toma para si como constitutiva de sua interpretação do mundo, representação política via “mandato da raça negra” e, finalmente, ação abolicionista.

O cristianismo, que serve como pano de fundo moral e matriz simbólica da história, também é crivado de ambiguidades. É com base nele que se oporá o “egoísmo” do senhor à “generosidade” do escravo, interpretada no capítulo, como observa Ricardo Benzaquen de Araújo (2017), na chave da imitação de Cristo. Num cenário em que a Igreja se associa ao Império e ao escravismo, Nabuco resgata as origens de sua religiosidade com base no serviço a uma causa de reconhecimento da dignidade daquele que se sacrifica para o benefício do outro, e nunca de si mesmo. Em trecho da versão de Massangana publicada em *Foi voulue*, ele afirma que “os dois grandes sentimentos da criatura, que constituem a substância da religião, [são] a dependência e o reconhecimento” (Nabuco, 2010: 12). Ele o faz, no entanto, invertendo os termos do que se esperaria de uma formulação legitimadora da relação senhor-escravo baseada nesses elementos. Em sua interpretação, “do lado de quem dava é que estava o reconhecimento”, ou seja, do lado do escravo. (Nabuco, 2010: 13-14).

2. Duas dignidades

*Com que finalidade alguém evoca o fantasma da escravidão
se não para incitar as esperanças de transformar o presente*
Saidya Hartman, Perder a mãe

*The trouble with personalities, they're too wrapped up in style
It's too personal, they're in love with their own guile
They're like illegal aliens trying to make a buck
They're driving gypsy cabs but they're thinking like a truck*
Lou Reed e John Cale, Songs for Drella

O autor de Massangana reconhece no escravo a dignidade do homem livre. Ele é criado, como tudo mais, pelo sopro divino, já que “[s]e existe uma verdade moral visível na natureza, é que o Criador não quis a escravidão em sua obra. A liberdade se confunde com o próprio sopro que a tirou do nada; ela é um princípio que se deve estender, na criação, até onde vai o éter, por tudo aonde a luz vai. [...] Foi a queda que trouxe a escravidão” (Nabuco, 2010: 9). A autonomia do dominado, que o libertaria, inclusive, da relação de representação política por um senhor da elite branca em dívida com seus serviços, seria materialmente possível pela associação da abolição com as políticas de reparação defendidas pelo movimento abolicionista. Esse segundo elemento, no entanto, como sabemos, não chegou a se realizar no contexto de Nabuco.

Dessa maneira é que, a meu ver, podemos posicionar a contribuição tardia de Nabuco entre processos de

subjetivação e individuação da sociedade brasileira. Partindo de uma situação concreta, em que uma configuração das relações sociais pressiona pela produção estrutural de um tipo de individualidade que reproduza um sistema de dominação, ele agencia um repertório cultural disponível em favor de uma ruptura com esse sistema. Se essa ruptura ainda deixa, no entanto, as marcas de certas permanências, me parece que podemos atribuir isso tanto aos limites próprios dos repertórios agenciados quanto às consequências de escolhas políticas que determinaram a fisionomia de uma sociedade que não reparou as violências de seu passado-presente. O encontro adiado dessa sociedade com a democracia (Botelho & Ferreira, 2022) parece ser também um encontro adiado com a cidadania, entendida como autonomia e combate à desigualdade, como respeito e valorização do trabalho e da vida.

Talvez a tragédia e o paradoxo de Nabuco, então, tenham sido efetivamente levar a cabo a tarefa a que se propôs. Fazer do complexo senhor-escravo o cidadão, sem ruptura, reformando-o e cultivando a sobrevivência de uma forma de relação que – por mais condenada que seja no texto – serve de sustentação a uma espécie de “teologia política” do autor e ator. Uma passagem do dois ao um, nossa cidadania: sucesso ou fracasso?

Para fechar, retomando o fio das linhagens políticas e intelectuais com as quais o legado de Nabuco se relaciona, e com o qual encerrei o parágrafo de introdução deste texto, vale refazer a mesma comparação do início depois da análise das últimas páginas. Em Gilberto Freyre (1998), leitor entusiasta de Massangana, a outridade do escravizado

praticamente desaparece. Ele é como uma extensão da classe senhorial, que tem o patriarca como sujeito da unidade básica da vida social brasileira: a família patriarcal. Aí, não há nem representação, nem reconhecimento da dignidade do outro – por mais ambígua que esta seja. No máximo, uma contribuição subalternizada sob a figuração de unidade da “cultura brasileira”. O indivíduo não existe: o que existem são os tipos do complexo senhorial.

Já em Florestan Fernandes ([1964] 2021), a cidadania feita “do” complexo senhor-escravo parece ser exatamente o objeto a que o autor se dedica em *A integração do negro na sociedade de classes*. Nesse livro, originalmente sua tese de cátedra, ele estuda a trajetória do contingente negro no pós-abolição na cidade de São Paulo e as desigualdades de que se é (ou a que se está) sujeito diante da combinação entre uma “socialização rústica” e simultânea necessidade de integração à “sociedade competitiva”. Ao trazer para a pesquisa, como seus interlocutores, atores do movimento negro (Medeiros da Silva & Brasil Jr., 2021), uma das rupturas de Florestan com a perspectiva de Nabuco está na rejeição daquele pacto autoral de *O Abolicionismo*, segundo o qual quem fala é o *representante* de uma classe que não pode falar por si mesma. Uma de suas conclusões, pelo contrário, é a de que uma solidariedade horizontal constituída com base na racialização é fundamental para que o povo possa surgir como sujeito da democracia; para que o povo emergja na história. Contra o complexo senhor-escravo, a cidadania.

Referências

ALONSO, Angela. (2007). *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.

BENZAQUEN, Ricardo. (2017). Subjetividade, religião e política em Joaquim Nabuco. *Sociologia & Antropologia*, v. 7 n. 2, p. 586-607.

BOSI, Alfredo. (2012). Joaquim Nabuco memorialista. Apresentação. In: NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Editora 34.

BOTELHO, André & FERREIRA, Gabriela Nunes. (2022). Estado e sociedade no Brasil: um encontro adiado com a democracia. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 36, n. 105, p. 43-64.

FERNANDES, Florestan. (2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente.

FREYRE, Gilberto. (1998). Introdução. In: NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal.

MEDEIROS DA SILVA, Mário & BRASIL JR., Antonio. (2021). Racismo e limites à democracia em *A integração do negro na sociedade de classes*. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente.

NABUCO, Joaquim. (2012). *Minha Formação*. São Paulo: Editora 34.

NABUCO, Joaquim. (2010). *A desejada fé: Mysterium fidei*. Tradução para o português por Ruth Sylvia de Miranda Salles. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

NABUCO, Joaquim. (2006). Diários. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi.

NABUCO, Joaquim. (2005). *Campanha abolicionista no Recife*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

NABUCO, Joaquim. (2000). *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes.

Nordeste, de Gilberto Freyre

Karim Helayel

1. Introdução¹

O livro *Nordeste* se encontra inscrito em um contexto mais amplo da produção intelectual de Gilberto Freyre durante a década de 1930. Podemos destacar os famosos livros do intérprete pernambucano intitulados *Casa-grande & senzala*, publicado originalmente em 1933, e *Sobrados e mucambos*, de 1936, que compõem com *Ordem e progresso*, de 1959, o conjunto por ele denominado “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”, que contaria ainda com *Jazigos e covas rasas* (Bastos, 2006). *Nordeste* é publicado pela primeira vez em 1937, constituindo um dos trabalhos mais importantes de Freyre no período (Araújo, 1994), podendo ser, inclusive, considerado como um livro pertencente ao conjunto da “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”, embora não fosse a intenção original do autor (Bastos, 2006).

Conforme discute Elide Rugai Bastos (2006)², a unidade explicativa do pensamento de Gilberto Freyre consiste na articulação existente entre “patriarcalismo”,

¹ Agradeço a leitura atenta e generosa do Prof. André Botelho, cujas sugestões foram fundamentais para a construção da aula proposta.

² Remeter-me-ei com frequência, no âmbito da introdução desta aula, à interpretação construída pela Profa. Elide Rugai Bastos, em alguns de seus trabalhos, a respeito das formulações de Gilberto Freyre.

“interpenetração de etnias/cultura” e “trópico”, configuração que surge em *Casa-grande & senzala*, o primeiro livro que integra a “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”. Tendo em vista o conjunto, pode-se dizer que *Nordeste* seria um livro que mostra, de acordo com Bastos (2006: 12), “como as regiões tropicais abrigam formas sociais harmônicas, indagando, ao mesmo tempo, sobre o grau de modernidade a que nelas se pode aspirar”.

Mas vale a pena pensar um pouco mais detidamente *Casa-grande & senzala*, antes de adentrarmos a discussão substantiva de *Nordeste*. Como observa Elide Rugai Bastos (1999: 217), *Casa-grande & senzala* foi publicado três anos após a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas, inserindo-se em um quadro no qual o debate sobre a formação nacional comporia “um cenário político em que a centralização administrativa altera o lugar não apenas das regiões como dos grupos que exercem o poder local e regional”. Neste cenário, *Casa-grande & senzala* responde, ainda seguindo o raciocínio de Bastos (1999: 217), a questões fundamentais à época, dentre elas: “quem é o povo brasileiro? Podemos falar de uma unidade nacional? Podemos pressupor a existência de uma cultura brasileira? Esse perfil corresponde às exigências da civilização ocidental e, portanto, o Brasil pode figurar no concerto geral das nações?”. Estas seriam indagações que estavam sendo colocadas e que circunscrevem também a formalização do livro *Nordeste*, publicado no mesmo ano de ascensão do Estado Novo.

Não constitui movimento ocioso recuperar, nesse sentido, a hipótese delineada por Bastos (2006: 15), em seu

livro *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*, que se refere ao fato de que a interpretação de Freyre teria sido “um elemento fundamental no equacionamento político daquele período [a autora se refere à década de 1930], sem esquecer que esse arranjo acabou por marginalizar vastos setores da população nacional”.

Segundo Bastos (1999), ainda que a interpretação do Brasil forjada por Gilberto Freyre estivesse orientada para a análise da formação nacional, tomando como ponto de partida o desenvolvimento da região Nordeste, particularmente o estado de Pernambuco, sua explicação ganha amplitude em nível nacional. Freyre recupera o diálogo com autores inscritos no passado e em seu presente – especialmente Oliveira Vianna e Paulo Prado – “estabelecendo uma polêmica a respeito da questão racial, do determinismo geográfico e sobre o papel desempenhado pelo patriarcado na configuração da sociedade brasileira, temas sempre presentes nessa bibliografia” (Bastos, 1999: 217). Freyre reconstrói minuciosamente, desse modo, a vida íntima dos grupos sociais que integram a sociedade patriarcal, ao procurar se debruçar sobre o cotidiano vivenciado no complexo agrário-industrial do açúcar, fundando sua concepção sobre a formação social brasileira, como discutimos a partir do trabalho de Bastos (2006), no que se refere à articulação entre “patriarcalismo”, “interpenetração de etnias/cultura” e “trópico”.

Dois eixos explicativos surgem na interpretação de Gilberto Freyre: “de um lado, a discriminação entre os efeitos da herança racial e os da influência social, cultural e

de meio; de outro, o peso do sistema de produção econômica sobre a estrutura da sociedade” (Bastos, 1999: 219).

Duas forças que operam na reflexão de Freyre: (1) do modelo econômico teria resultado uma dominação patriarcal que se imporia não apenas sobre a família e sobre as pessoas escravizadas, mas também sobre o conjunto dos agregados e dos homens livres; (2) da escassez de mulheres brancas teria resultado a ocorrência daquela “confraternização entre vencedores e vencidos”, que teria permitido a geração de filhas e filhos dos senhores com as escravizadas, com a miscigenação operando, nesse sentido, para Freyre, como o aspecto que corrigiria a distância social entre polos opostos (Bastos, 1999).

Bastos (2006:13) ressalta que foi através do “patriarcalismo” que teria se constituído a “garantia da interpenetração de valores sociais de caráter diversificado; através dele operou-se a síntese não conflituosa que impediu rupturas”. A tese do patriarcalismo na reflexão do sociólogo pernambucano diz respeito ao papel assumido pela família patriarcal brasileira na estruturação da sociedade. Nas palavras de Bastos (2006: 86):

Resumindo, para Gilberto Freyre, a família patriarcal brasileira formou-se de modo original, produto da colonização portuguesa no trópico e não como forma transplantada de Portugal. Ela será, segundo o autor, o núcleo gerador de todas as relações sociais, que, no Brasil, assumem caráter amistoso afastando o risco dos conflitos resolverem-se por rupturas trazendo transformações estruturais à sociedade. A tese dos ‘antagonismos em

equilíbrio', ponto central da interpretação desenvolvida em *Casa-grande & senzala*, e posteriormente em outros textos, já aparece desde o início de sua formulação, quando coloca a família patriarcal como objeto privilegiado de sua análise.

Ou seja, seguindo a leitura de Elide Rugai Bastos (2006), na proposta de Gilberto Freyre, o patriarcalismo teria sido o elemento que garantiria a unidade nacional do país, uma vez que seria através dele que a convivência supostamente harmoniosa e pacífica entre culturas se tornaria viável.

A casa-grande seria, para Freyre, símbolo de status, o polo da dominação, enquanto a senzala seria o polo da subordinação ou da submissão (Bastos, 1999). O & que conecta os dois termos seria representativo da interpenetração, ressaltando, para Freyre, certa dinâmica democratizante, que corrigiria a hierarquia estabelecida (Bastos, 2006: 12). Em síntese, no Brasil, os extremos possuem forte tendência à conciliação, uma vez que aquela articulação entre “patriarcalismo, etnias/cultura e trópico” seria o que permitiria que “aquelas situações típicas de domínio e submissão, extremas em sua configuração, não levem a uma ruptura no seio da sociedade. Assim, por essa ausência de realização extremada dos tipos, no Brasil se combinam tradição e modernidade, rural e urbano, sagrado e profano, o *velho* e o *novo*” (Bastos, 2006: 12, grifos da autora).

2. Uma sociologia do meio ambiente *avant la lettre*?

2.1. Em primeiro lugar, ao adentrarmos *Nordeste*, cabe ressaltar que a problemática referente ao meio ambiente é parte constitutiva da explicação mais ampla sobre a formação do Nordeste e da sociedade brasileira, inscrevendo-se na dimensão do trópico. Ao opor o trópico ao determinismo geográfico, Gilberto Freyre procura chamar a atenção para a capacidade de agência de homens e mulheres no sentido de modelar o clima e a natureza, o que seria uma das componentes da tese culturalista de Franz Boas, cujas formulações enfatizam a precedência da cultura sobre a raça e o clima (cf. Bastos, 1999). No prefácio à primeira edição de *Nordeste*, o sociólogo pernambucano destaca que seu empreendimento tem em vista a realização de uma espécie de “estudo ecológico” da região Nordeste do Brasil. Freyre se debruça diretamente sobre os efeitos sociais decorrentes do tipo de estrutura agrária sedimentada no Nordeste, que teria como base a monocultura da cana-de-açúcar, o latifúndio e a utilização do trabalho da população escravizada. Em suas palavras, o “critério ecológico” teria como

centro de interesse o homem, fundador de lavoura e transplantador e criador de valores à sombra da agricultura, ou antes, da monocultura da cana. O homem colonizador, em suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África (Freyre, 1961: XI).

2.2. Ênfase na monocultura: Freyre ressalta a centralidade da monocultura em seu esforço de interpretação social sobre o Nordeste. A articulação entre monocultura, escravidão e grande propriedade de terras cumpre papel decisivo no tipo de formulação proposta por Freyre em *Nordeste*. A monocultura e o latifúndio gerido tendo como base o trabalho das/dos escravizadas/os teria deformado, argumenta Freyre, ainda no prefácio à primeira edição de *Nordeste*, o perfil da região, que teria sido esterilizada tanto nas suas fontes de vida quanto de alimentação, bem como pela devastação de suas matas e degradação de suas águas (Freyre, 1961: XII).

2.3. *Nordeste* e a relação entre humanidade e natureza: de acordo com a fortuna crítica, *Nordeste* pode ser qualificado como um trabalho dedicado às relações do “homem com a natureza”, ao tomar “como ponto de partida a análise da ‘influência da cana’, base daquela sociabilidade aristocrática da casa-grande, ‘sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil’” (Araújo, 1994: 155).

2.4. Sobre o triângulo rural (engenho, casa e capela): este se impôs à paisagem da região Nordeste, subordinando a água dos rios e dos riachos ao sistema de relações estabelecido “entre o homem e a paisagem embora conservando-se cheia de curvas e até de vontades” (Freyre, 1961: 21).

2.5. Empobrecimento do solo em decorrência da monocultura: “Devastando as matas e utilizando-se do terreno para uma cultura única, a monocultura deixava que as outras riquezas se dissolvessem na água, se perdessem nos rios” (Freyre, 1961: 22). A destruição das florestas tanto pela

utilização do recurso às queimadas quanto pelo machado foi, de acordo com o intérprete, um aspecto constitutivo fundamental para o estabelecimento da monocultura.

2.6. Difícil relação entre o grande proprietário de terras e a água dos rios: segundo Gilberto Freyre, o latifundiário teria estabelecido uma relação predatória com os rios da região, tornando-os verdadeiros “mictórios”. Nas palavras de Freyre (1961: 35): “Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes no Nordeste”. Freyre ressalta que haveria poucos rios no Nordeste que não teriam sofrido com a poluição da produção da cana-de-açúcar, o que teria afetado, inclusive, a construção das casas, que não seriam mais alicerçadas de frente para o rio. Não à toa, Freyre (1961: 35) afirma enfaticamente que os “rios secaram na paisagem social do Nordeste da cana-de-açúcar”.

2.7. Monocultura como “drama”: a história da região Nordeste seria uma “história de desequilíbrio” (Freyre, 1961: 46). Tal desequilíbrio teria sido gerado, argumenta o autor, pela marcante presença de uma estrutura fundiária concentrada e monocultora, que teria gerado a destruição das matas, da vida animal, alterações no clima e no regime das águas da região. Ou seja, de acordo com Freyre, teria sido profunda a cisão entre “o homem e a mata”, bem como com os animais e as águas dos rios, uma vez que a monocultura teria contribuído decisivamente para inviabilizar a reciprocidade de tal relação.

2.8. Relação entre as/os escravizadas/os e a natureza: ainda que a/o escravizada/o tenha desenvolvido uma relação mais próxima e afetiva com a natureza, o sistema de exploração da cana-de-açúcar a/o teria tornado mero instrumento a serviço da construção da civilização do açúcar. Gilberto Freyre recupera o Quilombo dos Palmares como exemplo emblemático de contraposição à monocultura, uma vez que sua população teria se voltado para a policultura, estabelecendo uma relação distinta com a natureza.

3. As relações sociais do complexo canavieiro

3.1. A monocultura e o latifúndio teriam, argumenta Freyre, aristocratizado o branco e degradado os indígenas e, particularmente, a população negra. A monocultura da cana teria engendrado, discute Freyre (1961: 94), os atores sociais que compõem o mosaico do complexo agrário da Zona da Mata nordestina, mais especificamente daqueles que seriam os “dois tipos de homem regional: o aristocrata e o homem do povo”.

3.2. *Déficit* alimentar nos engenhos, uma vez que, sobretudo na família dos grandes proprietários de terras, a alimentação se dava com base em consumo açucarado, o que teria levado Gilberto Freyre a chamar a atenção para a imagem das “pirâmides de açúcar”.

3.3. A monocultura teria inviabilizado culturas subsidiárias, o que teria impactado diretamente na alimentação senhorial e da população escravizada. O autor lembra que, no Brasil oitocentista, acreditava-se nos

benefícios da cana-de-açúcar contra o escorbuto, doença recorrente à época, e que não acometia somente os viajantes marítimos, fazendo-se presente em consequência dos efeitos da monocultura, pois “quando finda a safra de cana, faltavam frutas e legumes verdes aos engenhos mais descuidados dos ‘mantimentos’ e dos pomares; das culturas ancilares” (Freyre, 1961: 98).

3.4. Freyre chama a atenção para a exportação do “gosto do açúcar” pela população negra do extremo Nordeste que conseguiu retornar à África, uma vez que teriam levado para “as aldeias africanas muita coisa do complexo da cana-de-açúcar” (Freyre, 1961: 99). Sendo assim, Freyre ressalta insistentemente que a população negra teria sido parte constitutiva do complexo canavieiro e que, sem ela, a “civilização do açúcar” não teria sido possível. Nas palavras do autor, aquela que seria a “civilização brasileira do açúcar, que culminou em Pernambuco teve de depender do escravo negro de modo absoluto”.

3.5. Formação da família entre os canaviais de Nova Lusitânia: o engenho de Duarte Coelho seria emblemático para Freyre em sua reflexão sobre os matrimônios contraídos entre pessoas pertencentes à mesma família, o que teria levado ao desenvolvimento de uma aristocracia, na visão do autor, “quase feudal” (Freyre, 1961: 102). Assim, ressalta o intérprete, a civilização forjada através da produção açucareira teria criado “juntamente com o tipo de casa nobre, característica dos engenhos, o seu tipo de aristocrata, o seu tipo de escravo, o seu sistema regional de relações entre senhores e escravos” (Freyre, 1961: 104).

3.6. Visão idílica e edulcorada do passado senhorial: ao efetuar a comparação entre os engenhos açucareiros e outros complexos agrários que se formaram no país, Freyre tece uma visão idílica do passado, pois, para ele, no Nordeste, as relações teriam sido mais “doces” nos grandes engenhos, uma vez que as/os escravizadas/os seriam parte da família. Contudo, Freyre não deixa de citar a experiência de desenraizamento vivenciada pela população escravizada, uma vez que ela teria sido violentamente sequestrada de seu meio para ser submetida a um tipo de lavoura que se encontraria em flagrante oposição às suas práticas agrícolas, como foi o caso da “monocultura latifundiária” (Freyre, 1961: 134).

3.7. A supressão de distâncias entre senhores e escravizadas/os teria sido tão exitosa no Nordeste que não teria havido espaço, argumenta Freyre, para uma espécie de ódio da população escravizada contra seus senhores, inviabilizando, a seu ver, a ação coletiva, que teve lugar, por exemplo, nas Antilhas. Se nos voltarmos para o caráter idílico e edulcorado da visão de Gilberto Freyre a respeito da relação entre senhores e escravizadas/os, poderemos perceber que suas raízes se encontram, de acordo com sua interpretação, na suposta “doçura” do tipo de colonização levada a cabo pelo português, marcada pelo “hibridismo”, que contrastaria com os empreendimentos inglês e francês nas Antilhas. A guerra contra os holandeses teria contribuído para uma suposta confraternização entre negros e brancos, que teria favorecido, inclusive, argumenta Freyre, a população negra. O tipo de política portuguesa teria abrandado as contradições entre negros e brancos no

Nordeste, ao possibilitar, discute o intérprete pernambucano, certa “elevação social do mulato”, permitindo “amolecer o antagonismo entre a população mulata livre, tão numerosa no extremo Nordeste e no Recôncavo desde o século XVII, e os aristocratas quase feudais dos engenhos” (Freyre, 1961: 113). Podemos lembrar, aqui, da centralidade que tem a noção de “antagonismos em equilíbrio” para o tipo de interpretação do Brasil confeccionada por Gilberto Freyre, formulação que foi amplamente estudada por sua fortuna crítica (Araújo, 1994; Bastos, 2006). A miscigenação no Nordeste teria sido uma marca não apenas dos portugueses, mas de grupos nórdicos que aportaram na região.

3.8. Gilberto Freyre registra elogios aos trabalhos do intelectual negro Antônio Pedro de Figueiredo, que se debruçou sistematicamente, dentre outras interpretações forjadas ao longo do século XIX, sobre os problemas da monocultura, do latifúndio e da escravidão. No entanto, Freyre se mostra crítico ao prognóstico delineado por Figueiredo, referente à necessidade de uma reforma agrária que viabilizasse a ascensão de uma classe média, considerando-a romântica quando pensada em um contexto “meio feudal”.

4. Conclusões

Os grandes males identificados por Gilberto Freyre, em seu livro *Nordeste*, não residiriam na miscigenação, como havia sido apontado por intelectuais da época, como Nina

Rodrigues, mas, sim, no tipo de estrutura fundiária calcada no latifúndio monocultor e na escravidão.

Usinas e mudança social: Freyre chama a atenção para as precárias condições de salário, de alimentação e de vida do proletariado em algumas usinas, uma vez que, em outras, poder-se-ia notar a assistência patriarcal do usineiro – que conservaria caracteres de senhor de engenho – ao trabalhador. Percebe-se que a continuidade do patriarcalismo na ordem industrial em ascensão, personificada pelas usinas, na visão de Freyre, poderia contribuir para dirimir a precariedade da vida dos trabalhadores. Contudo, a metamorfose do engenho em usina teria acarretado o arrefecimento do patriarcalismo, deixando os trabalhadores, argumenta Freyre, em condições de vida extremamente precárias. Se, como argumenta Elide Rugai Bastos (2006), na proposta de Gilberto Freyre, o patriarcalismo teria sido o elemento que garantiria a unidade nacional do país, uma vez que seria através dele que a convivência harmoniosa e pacífica entre culturas se tornaria possível, a usina moderna surgiria, para Freyre (1961), como um grande fator de desequilíbrio. De acordo com a leitura de Araújo (1994: 157-158), “é como se a transição da casa-grande para a usina conseguisse prolongar e ressaltar *apenas* o lado despótico da primeira [...], descartando totalmente a intimidade, a relativa confraternização que ela também estimulava”.

“Despersonalização do senhor de açúcar”: a usina encerra formas de dominação impessoais, que contrastam com os contatos diretos e pessoalizados vigentes no complexo dos antigos engenhos. Nos termos de Freyre (1961:

156-157): “A industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vêm criando usinas possuídas de longe, algumas delas por Fulano ou Sicrano & Companhia, firmas para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores, muito menos senhoras”. Ou seja, conforme discute Araújo (1994), em um contexto de decadência do patriarcalismo, emergem “novas forças” que, além de incluírem relações eminentemente capitalistas, características da usina, impõem às casas e ruas de Recife um padrão rigoroso e coerente, alterando a paisagem.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. (1994). *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34.

BASTOS, Elide R. (1999). Gilberto Freyre: *Casa-grande & senzala*. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

BASTOS, Elide R. (2006). *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global.

FREYRE, Gilberto. (1961). *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio.

A parcimônia do seco, o fascínio do sólido

Silviano Santiago

Começemos por algumas linhas de *Memórias do Cárcere*. Elas traduzem o estoicismo filosófico – ético, estético e político – de Graciliano Ramos: “Queria endurecer o coração, eliminar o passado, fazer com ele o que faço quando emendo um período – riscar, engrossar os riscos e transformá-los em borrões, suprimir todas as letras, não deixar vestígio de ideias obliteradas”. Em Graciliano, emoção e escrita literária se interpenetram. Interpenetram-se também a reflexão sobre a dita espontaneidade dos sentimentos cotidianos e o trabalho duradouro que a arte requer e deve ser exercido, *a posteriori*, sobre os borrões. Borrar a espontaneidade dos sentimentos cotidianos significa questionar preconceitos dissimulados, impostos pela formação pequeno-burguesa, que nos enriqueceu sem dúvida, mas de que padecemos, se pensarmos nas injustiças de que é vítima a maioria da população brasileira.

Ao acertar o passo dos propósitos contraditórios de uma escrita literária capaz de abrir espaço para uma sociedade futura, Graciliano encontra uma forma trabalhosa: ao borrar os desacertos sentimentais do passado, melhor se enxergam os caminhos iluminados do futuro. Ao borrar a palavra apressada que lança na folha de papel, o artista sai em busca da palavra certa para o lugar certo. Tanto a depuração

da experiência que fundamenta a memória quanto a depuração do estilo que alicerça a narrativa têm o fim de não deixar o cidadão e o artista caírem nas ciladas armadas pelos poderosos do momento e pelos pares pequeno-burgueses, ávidos que sempre estão a oferecer ao primeiro – o cidadão – o salvo-conduto da má-fé, de que fala Jean-Paul Sartre, e ao segundo – o artista – os grossos dividendos do mercado e os louros espúrios da Academia.

A partir da depuração da experiência e da depuração do estilo pode surgir, no campo estreito e esplendoroso da arte literária de Graciliano Ramos, a ideia de uma utopia socialista. A atitude radical do escritor alagoano não é decorrência do temperamento. Como ele próprio nos alerta, o borrão na folha de papel, que recobre e elimina a escrita apressada, equivocada e preguiçosa, é virtude literária que serve para guiar a vontade de endurecer o coração com a finalidade de eliminar o peso do passado. Por detrás da atitude radical está a força absoluta da indecisão, ou melhor, a prática diuturna dos *borrões*. Feito o borrão, brota, alicerça e se afirma na folha de papel em branco a certeza e a coragem da decisão, fruto que é do império da razão.

Apesar de nunca ter defendido as extravagâncias políticas e religiosas de T. S. Eliot, Graciliano Ramos comunga com ele uma concepção classicizante e universal de arte moderna, pouco reconhecida e muitas vezes menosprezada pelos apressados defensores dos sucessivos – *ismos* (futurismo, cubismo, dadaísmo, surrealismo, etc.), que alimentaram a modernidade e o modernismo brasileiro dos anos 1920, e com eles dialogaram.

Em 1919, em ensaio intitulado “Tradition and individual talent”, Eliot sentiu necessidade de distinguir, no capítulo destinado ao estudo do que se chama *evolução literária*, a parte do talento individual e a parte da tradição. Ou seja, a parte que, na evolução duma literatura nacional, toca ao escritor isolado em *tête-à-tête* narcisista, e a parte que toca ao escritor quando este, pelo conhecimento da história literária em que deseja inscrever seu projeto setorial, se insere a duras penas no amplo e generoso movimento da arte universal.

Os escritores que nos legam livros que são apenas produto do “talento individual” – por mais extraordinário que seja este – saltam, dão cambalhotas no ar, recebem aplausos e desaparecem com o correr dos anos. Já os que nos deixam escritos amadurecidos lentamente, ao compasso da vida que brilha e da história humana que se esvai, produzem efeitos inesperados e definitivos no leitor. Ao lê-los e ao refletirem sobre seus escritos, o leitor atento, o crítico e o historiador da literatura percebem concomitantemente o “atraso” no sistema literário vigente e são levados a repensá-lo, induzidos que estarão pela força histórico-social que esses poucos e definitivos livros carregam. São eles que nos levam a revalorizar e a reorganizar, a partir de insuspeitados parâmetros originais, o acervo artístico de uma nação ou da humanidade. Como diz Heráclito num de seus fragmentos, que Eliot, aliás, cita: “Embora a razão seja comum a todos, cada um procede como se tivesse um pensamento próprio”. O pensamento próprio não brota *ex nihilo*. Sua originalidade nasce no meio da comunidade da razão e, sendo a favor dela, é também contra o *status quo* que ela sedimentou.

Os bons autores “tradicionais” (as aspas são necessárias para que não se os confundam com os escritores *conservadores*, que se afirmam pelo espírito acrítico em relação aos valores do passado, como é o caso, na época de Graciliano, dos poetas que se reuniram em torno da revista *Festa*) terminam sendo responsáveis pela reescrita da História e da História da literatura universal, na medida em que fazem do passado um trampolim necessário e ousado para a interpretação do presente com vistas ao futuro. Tomemos de empréstimo alguns versos aos *Quatro quartetos*, livro maior de T. S. Eliot, publicado em 1943. Ei-los na tradução de Ivan Junqueira:

O tempo presente e o tempo passado
Estão ambos talvez presentes no tempo futuro
E o tempo futuro contido no tempo passado.
Todo tempo é irredimível.
O que poderia ter sido é uma abstração
Que permanece, perpétua possibilidade,
Num mundo apenas de especulação.
O que poderia ter sido e o que foi
Convergem para um só fim, que é sempre
presente.

Nascido em 1892, o velho Graça não chega tarde ao cultivo das letras, como se depreende dos textos publicados em jornal entre os anos de 1915 e 1921, que estão hoje reunidos no volume *Linhas tortas*; chega, no entanto, tarde ao livro publicado e distribuído pelas livrarias do país. Seu primeiro romance, *Caetés*, foi editado no ano em que cumpriu 41 anos. Talvez por ter chegado tarde ao leitor de livros, chega enriquecido por uma reflexão pessoal e

intransferível sobre a arte de narrar. Muito dessa arte, sabemos, foi tomada da leitura dos realista-naturalistas portugueses, em particular de Eça de Queirós, o mais vigoroso e iconoclasta romancista do século XIX português.¹

Dele tomou de empréstimo não só a qualidade castiça do idioma português, como também o espírito político-revolucionário, sempre crítico das injustiças que as formas despudoradas do colonialismo e do pós-colonialismo continuavam a operar pelas margens do mundo europeu, quando tudo indicava que os tempos democráticos eram chegados. Sem tempo hábil para desenvolver a ideia, gostaria, no entanto, de lançá-la nesta ocasião. Deixaria a tarefa de desenvolvê-la – se correta for a hipótese – para as novas gerações. Eis a ideia.

Acredito que exista outro paralelo a ser feito entre a prosa de Graciliano e a poesia de João Cabral de Melo Neto. Sabemos que a descrição do Nordeste por Cabral tem muito a ver com sua descoberta e leitura dos grandes poetas castelhanos.² Confessa ele em entrevista: “Nos arredores da cidade [de Barcelona], vi paisagens áridas como as do

¹ Em frase entrecortada por pontos-e-vírgulas, escreve Graciliano: “Eça é grande em tudo – na forma própria, única, estupidamente original, de dizer as coisas; na maneira de descrever a sociedade, estudando de preferência os seus lados grotescos, ridicularizando-a, caricaturando-a; na arte com que nos sabe transportar do burlesco ao dramático, da amenidade de uma palestra entre íntimos às paisagens de Sintra, dos salões de Paris às serras de Tormes, das práticas devotas de uma velha casa cheia de padres à Jerusalém do tempo de Jesus”.

² Sobre a relação de Cabral com os artistas espanhóis, Felipe Fortuna proferiu uma excelente conferência na ABL, intitulada “João Cabral: Recife e Sevilha”. Foi apresentada no dia 10 de abril de 2018. Há vídeo da conferência: <https://www.academia.org.br/videos/ciclo-de-conferencias/joao-cabral-recife-e-sevilha> (Consultado em 11/05/2023).

Nordeste, era uma espécie de volta a Pernambuco”. Em tom provocativo, acrescento que, de maneira semelhante, o Nordeste de Graciliano Ramos tem muito a ver com a Irlanda que Eça de Queirós descreve e analisa nas extraordinárias *Cartas de Inglaterra* (escritas entre 1874-1878), que ele devorou com entusiasmo juvenil depois de reunidas em livro. De maneira simples, eis a hipótese: o efeito Irlanda, via leitura de Eça de Queirós, está para Graciliano, assim como o efeito Espanha, via atividade diplomática, está para João Cabral.

Começarei a elaborar a hipótese de trabalho com algumas palavras de Antônio José Saraiva, tomadas do seu livro *As ideias de Eça de Queirós*, e continuarei por outras poucas palavras tomadas de empréstimo a uma das cartas da Inglaterra do próprio Eça. Leiamos Saraiva e, ao mesmo tempo, substituamos mentalmente algumas referências à Irlanda do século XIX por referências à situação social e econômica do Nordeste do Brasil no século XX, que conhecemos tão bem. Por exemplo, onde se lê *land-lord inglês*, leia-se *latifundiário nordestino*. Começemos por Antônio José Saraiva:

Só nos fins do [século XIX] a exploração [da Irlanda] pela Inglaterra deixou de ter caráter colonial. Com efeito, a terra irlandesa estava dividida em enormes latifúndios por alguns grandes proprietários ingleses, e o alento dos naturais da ilha era consumido até ao último sopro para manter o fausto e o esplendor dos referidos proprietários estrangeiros. [...] Esta questão da Irlanda é talvez a que deixa um sulco mais fundo e mais comovidamente humano

nas Cartas de Inglaterra. E aqui, como no caso do Egito, Eça sabe ver para além do pitoresco romântico as leis rígidas que presidem aos fenômenos sociais: a fome da Irlanda é o resultado do regime da propriedade e das relações dos land-lords com os trabalhadores da terra.

Teríamos de ler em seguida, e por extenso, a carta da Inglaterra que leva por título “A Irlanda e a Lei Agrária”, publicada na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1881. Contentemo-nos com algumas frases soltas:

Há também outra coisa que se percebe bem: é que a população trabalhadora da Irlanda morre de fome, e que a classe proprietária, os land-lords indignam-se e reclamam o auxílio da polícia inglesa quando os trabalhadores manifestam esta pretensão absurda e revolucionária – comer. [...] Como proprietário do solo, pois, o Lord arrenda-o às famílias que de geração em geração vivem nas suas terras: o irlandês prende-se ao solo como uma árvore pelas raízes, e muitas vezes prefere morrer a abandonar um torrão árido que o não nutre. [...] A natureza quando não se apresenta ao trabalhador irlandês sob o aspecto de solo pedregoso, mostra-se sob o aspecto de pântano. Oferece-lhe de um lado um penedo, do outro um charco. // E diz-lhe com a sua ternura de mãe: // – Escolhe. De qual preferes tirar tu os meios de subsistência?

Se as ideias socialistas de Eça de Queirós, em particular as que atacavam de maneira corajosa os dramas do colonialismo e do pós-colonialismo europeu, tiveram enorme impacto na formação intelectual de Graciliano Ramos, sabemos que o estilo do autor de *Os Maias*, presente e forte em *Caetés*, como Antonio Candido demonstrou em *Ficção e confissão*, será pouco a pouco abandonado em favor de uma escrita brasileira. Documento dos mais extraordinários para indicar a ruptura *estilística* com o romancista metropolitano é a carta que dirige à dona Heloísa de Medeiros Ramos, sua esposa.

Esboçemos primeiro o quadro histórico. Em 1932, tendo se demitido do cargo de Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, Graciliano vai passar algum tempo em Palmeira dos Índios. Lá, funda uma escola na sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. É ali que reescreve o segundo romance, *S. Bernardo*, que será publicado em 1934, no Rio de Janeiro. Heloísa tinha ficado com os filhos em casa do pai, em Maceió. Escreve-lhe Graciliano no dia 1º de novembro de 1932:

O S. Bernardo está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido [grifo meu] para brasileiro, um brasileiro encrocado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que vou passando para o papel.

Portanto, existem duas versões do romance *S. Bernardo*. A primeira, escrita originariamente em língua portuguesa, devedora por certo dos ensinamentos dos clássicos lusitanos, é transcrita (Graciliano vai além, escreve: *traduzida*), ganhando novo léxico e nova sintaxe, com vistas a uma segunda versão, onde predomina uma língua brasileira encrocada, um brasileiro de matuto. Esse processo de *abrasileiramento* do português nos trópicos por certo lembra os desentendimentos estilísticos que José de Alencar defendia na corte de D. Pedro II. E lembra, sem dúvida, os versos do poema “Evocação do Recife”, de Manuel Bandeira, que conhecemos: “A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros / Vinha da boca do povo na língua errada do povo / Língua certa do povo / Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil / Ao passo que nós / O que fazemos / É macaquear / A sintaxe lusíada”.

Abandonados o léxico e a sintaxe propriamente lusíadas, abandonado o dicionário luso, o de Moraes ou o de Cândido Figueiredo, Graciliano, tal um etnógrafo em viagem pela própria terra natal, busca o dicionário-vivo que sai da boca dos amigos e companheiros. Graciliano acrescenta na citada carta:

O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionários. O resultado é que a coisa [refere-se ao romance] tem períodos absolutamente incompreensíveis para a gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes, para a fixação da língua. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu não serei um clássico?

Pode-se concluir, em apenas aparente contrassenso, que o estilo clássico de Graciliano deve muito à fala de Sebastião Ramos, dos irmãos Cavalcanti, Otávio e Chico, e do padre José Leite, primo-irmão de Heloísa.

Sem conhecer um ensaio de Mário de Andrade, inédito até os anos 1970, Graciliano com ele comunga ideias sobre o papel do escritor na “fixação” do idioma nacional. Escreve Mário:

Um erro se justifica por aceitação inconsciente e unânime. E então não é mais erro. [...] Mas uma língua existe porque nela tal dicção é certa e tal errada. E provem da colaboração coletiva. O escriba fixa a filha de todos, trançando-lhe os cabelos, limpando-lhe o nariz porventura; e se o faz com genialidade chama-se Dante ou Camões.

Ou será Graciliano Ramos que escreve? – perguntamos em 2014. Graciliano também desconhecia o teor da carta que Mário envia a Manuel Bandeira em 8 de novembro de 1923. Nela Mário diz: “Não são os regionalistas grifando os erros ditos pelos seus personagens que prepararão Dante, mas os que escrevem por si mesmos na língua vulgar, lembrando erros passíveis de serem legitimados”.

Agindo como etnógrafo em viagem pela terra natal, Graciliano Ramos foi pouco a pouco transpondo os cerceamentos impostos pela única atenção à forma castiça do português escrito em Portugal. Consegue proeza quase impossível – a de criar *em cima* da língua rebuscada e vigorosa de Eça de Queirós uma língua brasileira

parcimoniosa e acre-doce, cética e classicizante, semelhante à do nosso Machado de Assis.

E como trouxemos à baila os dois Ms, Mário de Andrade e Machado de Assis, demos continuidade ao baião de dois. Agora para lembrar um artigo impertinente e sagaz de Mário de Andrade sobre Machado de Assis, que se encontra em *Aspectos da literatura brasileira*. Ao ler o nosso romancista maior, Mário sufoca o pensador antropófago e transgressor que existe nele, para poder melhor enxergar um traço estilístico original do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Esse traço estilístico servirá para que ergamos uma ponte que ligue as ironias sobre a vida burguesa na corte de Pedro II às vidas secas dos retirantes no Nordeste.

Leiamos um trecho do ensaio de Mário sobre Machado. Ele começa por distinguir duas linhas dominantes na tradição literária luso-brasileira: a dos barrocamente excessivos, de que é exemplo Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós em Portugal, e Castro Alves e Euclides da Cunha entre nós, e a dos clássicos parcimoniosos, de que Machado de Assis é exemplo no Brasil. Mário privilegia uma das duas linhas: a dos barrocamente excessivos. Para o nosso raciocínio, temos de inverter os signos da valoração feita por Mário. Onde está o polo positivo na análise de Mário (ou seja, o elogio dos barrocamente excessivos) estará o polo negativo no nosso raciocínio. E vice-versa: onde está o polo negativo em Mário (os clássicos parcimoniosos) estará o polo positivo do nosso raciocínio. Em outras palavras, não nos interessa neste momento a observação aguda de Mário em toda sua amplitude, já que suas conclusões me parecem equivocadas no tocante a Graciliano. Interessa-nos o andaime estilístico

que ele monta para salientar a originalidade de Machado de Assis (de resto rejeitada por ele, repitamos).

Por esse andaime é que vamos *descer*, a fim de enxergar melhor o peso da tradição machadiana na obra enxuta e depurada de Graciliano Ramos. O andaime servirá, ainda, para que possamos nos valer da régua e do compasso que permite construir uma ponte que irá unir o século XIX de Machado, das mesmas setenta palavras, segundo Mário de Andrade, ao século XX de João Cabral de Melo Neto, das “vinte palavras sempre as mesmas”. A ponte que une Machado a Cabral passa por Mário e se chama Graciliano Ramos.

Eis a frase de Mário de Andrade que queremos ressaltar:

Machado de Assis [...] era o homem que compunha com setenta palavras. Era aquele instrumento mesmo de setenta palavras, manejado pelos velhos clássicos, que ele adotava e erguia ao máximo da sua possibilidade acadêmica de expressão culta da ideia.

Não há como não atar essa aguda observação de Mário sobre o estilo parcimonioso de Machado ao poema de João Cabral de Melo Neto, que dá continuidade à linhagem dos nossos escritores secos e sólidos. Refiro-me ao poema intitulado “Graciliano Ramos”, incluído no livro *Serial*. Lembre-se que o *eu* do poema é o próprio Graciliano:

Falo somente com o que falo:
Com as mesmas vinte palavras

Girando ao redor do sol
Que as limpa do que não é faca:
[...]
Falo somente do que falo:
Do seco e de suas paisagens,
Nordestes, debaixo de um sol
Ali do mais quente vinagre

Essas duas estrofes evocam outra do jovem João Cabral, a ser extraída do poema intitulado “A lição de poesia”, incluído no livro *O engenheiro*:

Vinte palavras sempre as mesmas
De que [o poeta] conhece o funcionamento,
A evaporação, a densidade
Menor que a do ar.

Ao contrário dos irmãos hispano-americanos, que desde a primeira hora optaram pelo surrealismo e, mais recentemente, pelo realismo mágico e pelo neobarroco, nossa melhor literatura, desde o século XIX, optou por definir-se estilisticamente pela parcimônia rigorosa no trato das palavras, como se, neste país onde domina a pobreza visceral da maioria dos viventes, a “expressão culta da ideia”, para retomar a expressão de Mário de Andrade, só pudesse ser articulada pela parcimônia do seco e pelo fascínio do sólido. Como diz Guimarães Rosa no *Grande sertão: veredas*: “quem mói no asp’ro, não falseia”.

Em Graciliano Ramos, essa escrita do seco e do sólido, em lugar de repetir-se monotonamente de romance para romance, encontra sua redenção num fato inusitado na literatura brasileira, onde os melhores romancistas e poetas

tendem a fazer da forma individual do primeiro livro uma fórmula para os demais. Cada livro de Graciliano é diferente do anterior sem o ser totalmente, já que os une uma visão comum do homem e do seu universo, dada por uma postura linguística, que termina por traduzir a formação filosófica do artista. Foi o crítico Otto Maria Carpeaux quem percebeu pela primeira vez o fato de que cada novo livro de Graciliano trazia um tipo diferente de narrativa.

Retomando a aguda descoberta de Carpeaux, Antonio Candido, no ensaio “50 anos de *Vidas Secas*”, explicitou de maneira convincente e detalhada a evolução literária do nosso homenageado:

De fato, é notório que, por exemplo, a parte mais importante da obra de José Lins do Rego consiste na retomada dos mesmos temas, no mesmo ambiente, e que há muito disso na de Jorge Amado. Mas Graciliano queimava meticulosamente cada etapa, no sentido quase próprio de quem destrói a fôrma para recomeçar adiante. Tanto assim que depois de dizer o que queria em quatro romances, que são outras tantas experiências sucessivas, deixou o gênero de lado e passou para a autobiografia. Esse medo de encher linguiça é um dos motivos da sua eminência, de escritor que só dizia o essencial e, quanto ao resto, preferia o silêncio.

A passagem da ficção à autobiografia revela, em última instância, o intelectual engajado que já existia no criador de narradores e de personagens de ficção. Ao mesmo tempo romancista, dedicado às questões estéticas da

contemporaneidade, e cidadão, entregue às questões ideológicas do seu tempo, é impossível distinguir na vida/obra de Graciliano Ramos a parte da experiência estética e a parte da experiência vital.

Rachel de Queiroz & mais: conversa com Heloisa Buarque de Hollanda, agora Teixeira¹

Caroline Tresoldi

Na breve entrevista a seguir, a crítica da cultura Heloisa Buarque de Hollanda fala sobre Rachel de Queiroz, a roupa que usará em sua posse na Academia Brasileira de Letras (ABL), agora em julho de 2023, e comenta a programação da Universidade das Quebradas, que também elegeu o Nordeste como tema de debate neste ano. Antes de seguir para a entrevista, vale uma pequena nota para situar o/a leitor/a.

Heloisa escreveu alguns belos ensaios sobre Rachel, reunidos no e-book *Rachel Rachel* (2016), e chegou inclusive a escrever com ela. O ensaio a quatro mãos, “Dona Fideralina de Lavras”, publicado em 1990 e agora reunido no e-book, conta a história de uma cruel matriarca nordestina que fascinou as duas. As matriarcas nordestinas, segundo Heloisa, eram mulheres do sertão oitocentista que se casavam cedo e, na ausência dos maridos, dirigiam com mãos severas as propriedades de gado e açúcar. Mulheres fortes e independentes como as personagens de Rachel.

O evidente afeto de Heloisa por Rachel e a curiosidade pelas histórias das matriarcas nordestinas – mulheres que destoavam muito dos modelos tradicionais de se caracterizar

¹ Entrevista realizada por e-mail em maio de 2023.

a condição feminina – devem ter despertado seu interesse pela obra/trajetória da escritora.

Nos seus ensaios sobre Rachel, Heloisa não procura atribuir um sentido unívoco a sua carreira e obra. Em vez disso, assume a complexidade e as ambiguidades que envolvem a personagem: Rachel escritora, que se tornou figura pública e nome nacional aos vinte anos, após a publicação de seu primeiro romance (*O quinze*, de 1930), mas que se dizia antes de tudo jornalista. Rachel apaixonada por política, que foi comunista na juventude, apoiou o golpe de 1964 e acabou por se definir como anarquista. Rachel independente, que se casou, se separou, casou-se novamente, inventando como quis sua vida particular, um caso raro entre as mulheres de sua geração. Rachel machista, que celebrava seu estilo não ser considerado “literatura de mulher”, mas que construiu algumas das personagens femininas mais fortes e autossuficientes da literatura brasileira. Rachel pioneira, a única mulher incluída no movimento modernista, a primeira ocupar uma cadeira na ABL, mas antifeminista convicta.

O antifeminismo confesso de Rachel parece intrigar de modo especial Heloisa, sendo mencionado, direta ou indiretamente, em todos os seus ensaios sobre a escritora. Entre eles, queria comentar rapidamente o que leva o título “A roupa de Rachel: um estudo sem importância”, publicado na *Papéis avulsos* e no número inaugural da *Revista Estudos Feministas*, em 1992. Trata-se de um dos textos mais marcantes de Heloisa, que, ao etnografar a entrada de Rachel de Queiroz na ABL, descortina as relações de gênero na sociedade brasileira.

Heloisa começa seu ensaio lembrando que durante praticamente oitenta anos a entrada de mulheres na ABL foi barrada em razão da compreensão ortodoxa feita sobre o artigo 2 dos Estatutos da Academia, o qual estabelecia que só poderiam ser membros da ABL os “brasileiros natos”. O debate sobre o acesso feminino à imortalidade literária era colocado, basicamente, como uma questão gramatical: o fato de a palavra “brasileiros” estar no masculino significava que as mulheres estavam excluídas. Apenas em 1976 o regimento interno da instituição foi reformulado, abrindo espaço para a presença feminina, e no ano seguinte Rachel de Queiroz se candidatou para a Cadeira 5.

Eleita, surge a dúvida algo inusitada: “Que roupa usaria Rachel para compatibilizar-se com a simbologia heroica expressa pela espada e os louros do fardão dos imortais?”. Abre-se, como registra Heloisa, uma longa polêmica sobre a roupa de Rachel, em que os próprios acadêmicos se sentiram no direito de decidir o que ela deveria usar. No fim, a escritora aceitou algumas sugestões e escolheu sua roupa, declarando a opção pela sobriedade como uma “opção feminina natural”. Em uma declaração para o jornal, Rachel argumenta que “todas as fêmeas da espécie animal são menos ornamentadas que os machos. De maneira que segui a regra”. A versão aprovada foi um vestido na cor verde acadêmico, simples, longo, com decote em V e mangas boca de sino, com folhas de carvalho bordadas em fio dourado.

A posse de Rachel na ABL, segundo Heloisa, foi festejada por vários setores da sociedade brasileira. No samba, no futebol, passando pela política, a posse ganhou ar de manifestação popular. Muito embora Rachel se declarasse

antifeminista e muitos jornais explorassem essa tendência nas declarações da escritora, Heloisa observa que pairava um clima de euforia por uma mulher ter conquistado um lugar em um dos redutos mais tradicionalmente masculinos no país. Para ela, feitas todas as contas, o estilo mais contido de Rachel e seu antifeminismo, num momento em que o movimento feminista crescia e se institucionalizava no Brasil, era visto como adequado para abrandar o ritual de passagem das mulheres na instituição.

Só que existia um problema: mesmo que a escritora cearense se mostrasse reativa ao feminismo, Heloisa pondera que já em seus primeiros romances, publicados na década de 1930, as personagens femininas construídas por Rachel eram as mais radicais e revolucionárias do período, colocando em pauta questões como a profissionalização da mulher, os constrangimentos do casamento, a liberdade sexual e mesmo o aborto. Questões algo feministas? Além do mais, ao examinar seu discurso de posse na ABL, Heloisa mostra seus sutis deslocamentos que traduzem, para o feminino, um ritual com “traços patrilineares”. Ela observa, mais precisamente, que ao construir a linhagem na cadeira que iria ocupar, logo de início Rachel apresenta seu encontro, quando ainda era moça, com um poema de Raimundo Correia, o patrono da cadeira, num volume já gasto por outra geração de moças, suas tias. Recuperava, assim, uma outra linhagem, a das mulheres leitoras. Ao longo do restante do discurso, a escritora segue entre a insubmissão acadêmica e o elogio contido aos seus antecessores.

Para Heloisa, o caso Rachel mostra uma forma individual de feminismo, “dividido entre a questão social

mais geral e o horror ao mundo circunscrito do espaço doméstico reservado às mulheres e às escritoras”. Não à toa, acrescenta ela, as figuras das matriarcas nordestinas eram caras a Rachel, que narrava os feitos, as audácias e o cotidiano das senhoras do sertão. É para Rachel que Heloisa dedica seu último livro publicado até o momento sobre o feminismo. Na abertura de *Feminista, eu?*, de 2022, lemos: “Para Rachel de Queiroz, que tinha verdadeiro pavor de ser reconhecida como feminista. Perdeu, Rachel! Saudade tanta”.

A roupa escolhida para a posse de Raquel em novembro de 1977 foi abandonada pelas acadêmicas em 2010, como conta Heloisa na entrevista que segue. Em seu lugar, as mulheres passaram a usar um fardão quente, muito semelhante ao traje masculino. O que isso revela sobre a ABL e sobre a sociedade brasileira dos últimos anos? Se muitas coisas mudaram no Brasil daquele final dos anos 1970 para cá, não deixa de causar desconforto que Heloisa seja apenas a décima mulher eleita para a ABL. Em termos percentuais, o número é ainda mais revelador: nos mais de 120 anos de existência, apenas 3,75% de mulheres ocuparam cadeiras na ABL. Mas esse é um assunto para outro post. Fiquemos agora com as palavras de Heloisa sobre Rachel.

1. Gostaria de começar perguntando como você avalia a importância de Rachel de Queiroz no quadro da literatura brasileira.

Rachel, como escritora, foi a primeira modernista fora do eixo Rio-São Paulo. Só isso lhe confere um lugar

especialíssimo na série literária. Aos 20 anos, já no livro de estreia, *O Quinze* (1930), desenvolveu uma linguagem única, sem ornamentos, adjetivos ou redundâncias, típica da virada industrial na economia extrativista, num território de feição colonial. O enquadramento do fenômeno da seca em Rachel, avesso a qualquer estereótipo, fala de um Brasil esmagado pelas políticas coronelistas nos anos de 1930. Foi ainda uma escritora mulher fora da curva, o que fez com que os principais críticos pensassem que o nome Rachel, autora do *Quinze*, fosse apenas um pseudônimo que encobria uma autoria masculina.

2. Como se deu seu interesse e fascínio por Rachel de Queiroz e sua obra? Conte-nos também sobre sua relação pessoal com ela...

Alceu Amoroso Lima, sobre quem fiz um filme, falava muito da “Categoria da Presença”. Ou seja, uma categoria de análise que levava em conta a força da presença de alguém que impacta o interlocutor de tal forma que promove alguma mudança em sua trajetória. É comum ver como Alceu narra sua vida a partir desses encontros/presenças. Foi assim meu encontro com Rachel. Desde nosso primeiro contato meu horizonte se alargou de forma nunca esperado. A presença de Rachel trazia junto um Brasil profundo, desconhecido, misterioso, poderoso. Rachel me deu uma nova escala de ver e de viver. Me levou também a uma curiosidade quase obsessiva sobre a estrutura sociocultural desse Brasil tão longe e tão perto. Provavelmente por vício,

acabei no estudo das mulheres nordestinas coloniais. E surgiu nas nossas conversas uma onda gigante de casos de mulheres chefes de família, poderosíssimas e hipersexualizadas: as matriarcas nordestinas. Não entrarei nos fascinantes detalhes da construção desse imaginário sobre essas mulheres, chefes de família naquela região. Mas dei uma pequena mostra, quando passei para o papel a história que ouvi de Rachel sobre Dona Fideralina de Lavras. Combinamos fazer uma série de livros sobre as matriarcas nordestinas que terminariam com um estudo meu sobre essas mulheres, mas, como tantas pontas que não amarramos a tempo, a série não aconteceu...

3. Conte-nos mais sobre a questão da matriarca nordestina que identifica em Rachel. Ela teria alguma relação com as figuras femininas nas periferias das grandes cidades?

Rachel tem todos os índices da construção das matriarcas atualizados numa jornalista boêmia, cozinheira emérita e grande escritora. A raiz, o nordeste presente em cada gesto, em cada linha, o poder embaixo da pele, o doce autoritarismo da maternalidade patriarcal...

A periferia, sem dúvida, ainda trabalha com referências matriarcais. Existe sempre uma Mãe de Santo, as Senhoras do Samba, uma Quituteira das antigas, uma Bisavó que conta sua história fundida com a história do território. Todas trazendo com força a imagem de um passado estruturante onde se sobressaía o poder da categoria mãe.

4. Em 1977, Rachel de Queiroz foi a primeira mulher a ingressar na ABL. Em “A roupa de Rachel: um estudo sem importância”, você mostra como o debate sobre o fardão que Rachel usaria em sua posse revela complexas relações de gênero. O que significa para você assumir um lugar na ABL hoje, como a décima mulher eleita? E nos conte, você já sabe que roupa usará em sua posse?

Vamos combinar que 10 mulheres eleitas é muito pouco para os tantos homens que assumiram nestes 120 anos da ABL. Tentarei trabalhar muito nesse ponto da inclusão, dos direitos humanos e abrir um espaço para educação. É minha missão na ABL. Minha cabeça está a 1000. A quantidade de coisas maravilhosas que se pode fazer com esses eixos é infinito e mega apetitoso.

Em relação à roupa, usarei uma adaptação do fardão masculino, porque as mulheres se desfizeram da roupa que Rachel escolheu e usou. As mulheres acadêmicas em um certo momento optaram por uma vestimenta com calça e paletó, praticamente idêntica à dos homens, quente e pesada. Vou tirar um tempo para pesquisar o porquê dessa mudança. Como no caso da roupa de Rachel, um despretenhoso tubinho verde, esse desejo de acompanhar o padrão de roupa masculino deve gerar muito assunto.

5. Para finalizar, você poderia comentar a programação da Universidade das Quebradas em 2023? O tema que vocês elegeram foi o debate da literatura, cinema e artes sob “um olhar nordestino-negro-indígena”...

O encontro com Rachel me deixou uma experiência muito forte sobre o que não sei sobre o Nordeste, que logo traduzi para o que não sei sobre o Brasil. Depois que Rachel se foi, convivo com uma gigantesca população nordestina que migrou para as grandes cidades e foi se estabelecer nas periferias e favelas. Sinto uma força estranha nesse convívio. Estou com 84 anos, me permitindo fazer o que quero. E o que quero é, nessa saideira, mergulhar de cabeça no sertão brasileiro. Última chamada. É agora ou nunca mais. Essa escolha foi, sobretudo, egoísta e oportunista. Perdão.

Um P.S. sem importância sobre o sobrenome de Heloisa.² Em 28 de julho de 2023, dois dias após completar 84 anos, Heloisa tomou posse na Academia Brasileira de Letras, utilizando um fardão quente, muito parecido com o traje masculino. Mas, se Heloisa não pôde escolher o próprio traje para entrar na Casa de Machado de Assis ou repetir o de Rachel, ela escolheu um sobrenome distinto do que portava quando foi eleita em abril do mesmo ano (e em maio, quando concedeu essa entrevista). Trocou o Buarque de Hollanda, sobrenome do primeiro marido que ela usou por toda sua carreira profissional, pelo Teixeira, de sua mãe. Ela já queria fazer a troca há uns anos, mobilizada que estava pelo feminismo pulsante da quarta onda. No entanto, escolheu o momento de entrada na ABL, uma das

² Essa nota foi adicionada especialmente para a publicação desse volume da BVPS Coleção. Ela integra o livro *Heloisa Teixeira: crítica como vida*, de autoria de André Botelho e Caroline Tresoldi (Bazar do Tempo, 2024).

instituições mais prestigiadas e conservadoras do país, para oficializar a mudança de sobrenome, afirmando que entrava lá com as “Quebradas”, onde a figura da mãe, da ancestralidade, é fundamental.

E Heloisa Teixeira foi além dessa rebeldia. No discurso de posse, logo após cumprimentar os presentes, começou a construir a linhagem da Cadeira 30, que ela passaria a ocupar, subvertendo o ritual. Diz ela: “Nesse momento, em que dou início ao ritual de entrada na Academia Brasileira de Letras, descubro que essa é a primeira vez que experimentamos, nesta Casa, a sucessão entre mulheres. Somos, ao todo, ainda pouquíssimas na história desta Academia. A proporção é de 10 mulheres para 339 homens, uma realidade eloquente e que reflete a situação das mulheres nestes últimos séculos”.

Heloisa Teixeira passa, então, a nomear as antecessoras mulheres na ABL e fala algo sobre cada uma delas: Rachel de Queiroz, Dinah Silveira de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Zélia Gattai, Ana Maria Machado, Cleonice Berardinelli, Rosiska Darcy de Oliveira e Fernanda Montenegro. E afirma com eloquência: “são estas as Acadêmicas as quais *me filio com orgulho* e a elas *pretendo dar continuidade e reconhecimento*” (grifos meus). Só após marcar as desigualdades de gênero enraizadas na vida institucional brasileira e de escolher a própria filiação, é que Heloisa passa a falar dos ocupantes da Cadeira 30, seguindo as demais regras do ritual, e se detendo na última ocupante, Nélida Piñon. Gestos importam, e muito.

O insolúvel dilema

Rodrigo Jorge Ribeiro Neves

A cena final do filme de Leon Hirszman, de 1972, sobre o objeto desta aula me instiga desde a primeira vez que a vi. A interpretação brechtiana de Othon Bastos, que parece ter nascido para vestir Paulo Honório, impressiona. A fotografia confere uma dramaticidade intensa e intimista, revelando o desamparo do protagonista diante da devastação que promoveu na vida de todos para que pudesse se tornar o proprietário da fazenda de S. Bernardo. O olhar para a câmera, a voz em *off*, parece se dirigir a um espelho, para onde ele lança sua última fala: “E eu vou ficar aqui, às escuras, até não sei que hora, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos” (Ramos, 2009: 199). O mesmo texto do romance de Graciliano Ramos é dito pelo ator ao interpretar o personagem na película. Depois disso, o personagem recosta a cabeça e as luzes vão se apagando lentamente. Paulo Honório admite o esgotamento físico, mas a máquina implacável que ele faz funcionar não aceita suspensões. O descanso é de “uns minutos”. Nada mais.

Em texto incontornável publicado no Blog da BVPS, Silviano Santiago (2023)¹ aponta para duas características do que há de melhor na literatura brasileira, desde o século XIX,

¹ Consultar capítulo anterior, “A parcimônia do seco, o fascínio do sólido”.

que são sintomáticas das condições socioeconômicas em que este país se desenvolveu, e a distingue dos nossos vizinhos latino-americanos: a parcimônia do seco e o fascínio do sólido. No caso de Graciliano Ramos, essas concepções de escrita se manifestam de forma diferente em cada livro, como já havia notado o historiador e crítico literário Otto Maria Carpeaux, no entanto, “os une uma visão comum do homem e do seu universo, dada por uma postura linguística, que termina por traduzir a formação filosófica do artista” (Santiago, 2023). Em Graciliano Ramos, a dimensão estética e a dimensão ética se imbricam de tal maneira que a sua literatura dramatiza, em termos linguísticos e narrativos, os problemas sociais e humanos por ele enunciados em seus textos. A forma literária, portanto, encena os conflitos e as fissuras dos indivíduos em sua relação com o outro e com o mundo ao seu redor.

O romance *S. Bernardo*, publicado em 1934 pela editora Ariel, está entre as obras do autor alagoano em que essas tensões se expressam de modo, literariamente, mais sofisticado, em que cada capítulo e expressão parecem ter sido pinçados com a precisão de um relojoeiro na manipulação da engrenagem medidora do mover do tempo. Aliás, o tempo é um dos elementos de uma estrutura narrativa mais significativos. Aquele que domina o tempo, leva a história para onde desejar. Não por acaso, Antonio Candido recordara certa vez que “o tempo é o tecido da nossa vida”. E narrar, afinal de contas, é não apenas uma maneira de tentar demonstrar um domínio sobre o tempo, mas é também uma forma de sobreviver. Scheherezade, no *Livro das mil e uma noites*, por meio de suas “narrativas-

molduras”, consegue impedir as mortes provocadas pelo rei Shahryar e também demonstrar a capacidade que a arte de contar histórias tem de dominar quem quer que seja, definindo, até mesmo, quem vive e quem morre. Paulo Honório toma as rédeas de sua própria história, como quem reconhece a importância do controle da narrativa para manter ainda tudo sob seu domínio.

Antes de discutirmos um pouco melhor o enredo do romance e alguns aspectos de sua narrativa, talvez valha a pena comentar sobre o percurso criativo de Graciliano Ramos até chegar no livro. Assim como em outras obras, Graciliano parte de um conto para escrever *S. Bernardo*. Desde as suas primeiras incursões literárias, o autor alagoano sempre nutriu interesse nos marginalizados e flagelados sociais, em desvendar-lhes as condições em que foram gestados e os caminhos tortuosos de sua natureza humana. Em carta ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, de 1º de janeiro de 1929, Graciliano relata ter encontrado em sua estante “um par de tamancos imprestáveis, uma coleção de selos e algumas resmas de manuscritos” (Ramos, 2013: 87). Dentre os manuscritos, estavam dois contos inacabados, “A carta”, escrito em 1924, e “Entre grades”, em 1925. O intuito era “fabricar dois tipos de criminosos”. O primeiro deu origem a *S. Bernardo*, o segundo, *Angústia*.

Em entrevista a Paulo Medeiros e Albuquerque, para *A Gazeta Magazine*, em 1941, Graciliano Ramos discorre um pouco mais sobre o primeiro conto, elencando algumas características mais formais: “‘A carta’, do ponto de vista acadêmico, era um conto perfeito. Só faltava uma coisa: ser um conto mais ou menos aproveitável. Tudo, tudo

perfeitinho... [...].” (*apud* Lebensztayn & Salla, 2014: 102-103). Quando indagado pelo entrevistador sobre os romances, em torno do percurso que o levou até o seu segundo livro, o autor explica: “*S. Bernardo* veio mais tarde, ali por volta de 1932. Peguei o primeiro conto que havia escrito, aquele ‘A carta’, do qual já lhe falei. Mas só aproveitei o personagem central, Paulo Honório, e o assunto” (*apud* Lebensztayn & Salla, 2014: 104-105). Embora não tenhamos acesso ao referido manuscrito e não possamos constatar em que medida o conto corresponde ao romance, por meio das cartas e entrevistas é possível mapear as ressonâncias da história na concepção de *S. Bernardo* e acompanhar a configuração de seu projeto literário.

O enredo do romance se desenvolve em torno de Paulo Honório e de suas ações para se tornar o dono da fazenda de *S. Bernardo*. De origem humilde e sofrida, ele não mede esforços nem escrúpulos para conseguir aquilo que almeja. Ele é um rolo compressor. Arruina o Padilha, herdeiro da fazenda, manda matar o Mendonça, desafeto que ameaça a demarcação de seu território, e humilha de todas as formas aqueles que o cercam. Sua sanha autoritária e destrutiva se impõe diante de tudo o que se coloca em seu caminho para fazer de *S. Bernardo* uma fazenda próspera e moderna, de acordo com as mudanças sociais, políticas e econômicas de seu tempo. O capítulo VII, neste sentido, é bastante representativo do esforço do escritor em expor essa transformação da paisagem nordestina, apresentando índices desse processo de modernização: “Mudou tudo. Gente nasceu, gente morreu, os afilhados do major cresceram e foram para o serviço militar, em estrada de ferro

/ O povoado transformou-se em vila, a vila transformou-se em cidade, com chefe político, juiz de direito, promotor e delegado de polícia” (Ramos, 2009: 34).

Apesar de agora contarem com a presença do médico, no lugar dos santos e do advogado, no lugar do major, o vigário ainda possuía seu quinhão de influência, fechando uma capela, mas erguendo uma igreja. Seu Ribeiro, o major, já não exercia o mesmo poder de outrora, tornando-se mero contador do latifundiário. As moças e os rapazes não dançavam mais, de braço dado, ao redor das fogueiras juninas. Não era apenas uma alteração de hábitos e personagens, mas de toda uma configuração social que alimentava as ambições de Paulo Honório e também era alimentada por estas: “Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E impostos” (Ramos, 2009: 40).

Na literatura de Graciliano Ramos, a alteridade exerce uma função mobilizadora das ações das personagens e dos seus percursos na narrativa. Enquanto em *Caetés*, o conflito se dá na relação “acima do outro” e em *Angústia*, “diante do outro”, em *S. Bernardo* temos a “erupção do outro”. Quem é o outro neste caso? Madalena, a professora. É por meio dela que Paulo Honório se vê em face dos seus limites e é forçado a admitir o próprio fracasso. Afinal, não estava interessado no casamento por qualquer razão afetiva. Convenceu-se do benefício da instituição para transmitir o seu legado à posteridade. Contudo, o fazendeiro não contava com o fato

de Madalena ser a única que não se objetifica e, portanto, não se submete à sua vontade.

O suicídio da professora expressa, por um lado, a prevalência da opressão e da violência sobre qualquer força que se coloque diante do irrefreável desejo de expansão e dominação capitalistas, mas, por outro, também desnuda a natureza autofágica desse sistema. E é sintomático perceber que Paulo Honório constata o seu fracasso justamente quando é confrontado com sua própria brutalidade ao reexaminar sua história e a de sua conquista. A esse respeito, Antonio Candido ressalta um aspecto fundamental para a compreensão da estrutura do romance de Graciliano Ramos:

Dois movimentos o integram: um, a violência do protagonista contra homens e coisas; outro, a violência contra ele próprio. Da primeira, resulta São Bernardo-fazenda, que se incorpora ao seu próprio ser, como atributo penosamente elaborado; da segunda, resulta São Bernardo-livro-de-recordações, que assinala a desintegração da sua pujança. De ambos, nasce a derrota, o traçado da incapacidade afetiva (Candido, 2006: 41).

A fazenda. A memória. A articulação desses dois movimentos apontados pelo crítico dá os contornos em que se estrutura o romance e suas personagens. Começamos esta aula pelo final, a partir de uma cena cinematográfica, em que Paulo Honório, mirando-se e mirando-nos, não vê mais saída diante de sua derrota. Todos estão dormindo, menos ele. “Patifes!”. A secura, a solidez e a sobriedade da narrativa

são predcados comumente atribuídos a esse romance, que se acentuam em sua última incursão no gênero, *Vidas secas* (1938). A frase límpida e cortante, que não brilha como “ouro falso”, preenche as páginas de *S. Bernardo* com a mesma obsessão de seu protagonista com o alargamento de suas fronteiras. Entretanto, é preciso também ressaltar a estética do excesso, da abundância e da repetição, característica presente em *S. Bernardo*, que o Velho Graça esgarça ainda mais em outras de suas narrativas.

Como sabemos, *S. Bernardo* é um livro sobre a fazenda e sobre as memórias do protagonista. São 36 capítulos, em que, a partir do XIX, ou seja, precisamente da segunda metade do livro, ele encara a perturbação da ordem linear com a qual sua história estava sendo contada. Assim, Paulo Honório é deslocado, de modo brutal (tal como sua natureza), do embate objetivo com a realidade (sobre a qual ele mantinha controle desde o primeiro capítulo) para o confronto subjetivo com o outro e consigo mesmo: “Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente. A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste.” (Ramos, 2009: 107). A partir de então os contornos que citei anteriormente vão se tornando mais nebulosos e esfumaçados. No entanto, a dimensão humana acentuada por esse *sfumatto* se dissolve e se contorce à medida que a história avança na pesquisa do sujeito sobre si e seus atos:

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo. Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte! A desconfiança é também consequência da profissão. Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes (Ramos, 2009: 202).

Incapaz de admitir responsabilidade sobre os insucessos, Paulo Honório tenta transferir para fatores externos a ele, como sua “profissão”, a culpa por todas essas “qualidades tão ruins”. Não estamos diante apenas da representação de uma zona indistinta que intenta traduzir a impossibilidade de apreender os matizes da natureza humana, mas, principalmente, da expressão de um sujeito cindido e deformado, características reforçadas pelas imagens de exagero.

Na época em que escrevia os primeiros capítulos de *S. Bernardo*, Graciliano Ramos estava internado em um hospital, de onde guardara impressões que elaborou em duas narrativas curtas, “O relógio do hospital” e “Paulo”, reunidas em seus livros de contos *Dois dedos* (1945) e *Insônia* (1947). Os delírios de enfermo no hospital tornaram-se literatura em seus contos e romances. É mais comum pensarmos nessa suspensão lírica da realidade em *Angústia* ou *Infância*, devido ao grau de distensão simbólica e expressiva dessas

narrativas. Se nestas é possível apontar elementos da estética expressionista, em *S. Bernardo* também, embora com alguma contenção em relação às duas últimas. Além do seco e do sólido, o fluido e o abundante se manifestam na literatura de Graciliano como forma expressiva da dramatização de seus conflitos. Diferentemente da impressão, a expressão é “um movimento [...] do interior para o exterior: é o sujeito que por si imprime o objeto” (Argan, 1992: 227).

Dessa maneira, a desumanização do corpo de Paulo Honório passa não por uma despersonalização ou animalização, como ele realizava nas pessoas, e sim por uma progressiva racionalização que os devaneios o levam a enfrentar. Depois de passar longos capítulos eliminando e objetificando todo vestígio de humanidade que se impusesse no projeto de desenvolvimento de sua propriedade, o fazendeiro de *S. Bernardo* se enxerga no espelho e imprime nele aquilo que sempre esteve ali. E o insolúvel dilema, por meio da literatura, se impõe: afinal é humana a face perversa e desumana do capitalismo.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. (1992) *Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.

LEBENSZTAYN, Ieda & SALLA, Thiago Mio (org.). (2014). *Conversas*. Record: Rio de Janeiro.

RAMOS, Graciliano. (2013). *Cartas*. Rio de Janeiro: Record.

RAMOS, Graciliano. (2009). *S. Bernardo*. Rio de Janeiro: Record.

SANTIAGO, Silviano. (2023). A parcimônia do seco, o fascínio do sólido. *Blog da BVPS*. Post do dia 16 maio 2023.

João Cabral de Melo Neto, Recife e Sevilha

Felipe Fortuna

Em entrevista a um jornal carioca, em 1985, quando lançou *Agrestes*, João Cabral de Melo Neto fez uma forte declaração: “Vivo dentro do Recife”. Note-se que o poeta, na ocasião, passava férias no Rio de Janeiro, encerrado em seu apartamento da Praia do Flamengo. Ao final daquele período, deveria voltar ao Porto, onde servia como cônsul-geral. O Recife a que ele fazia referência era a capital da infância e da memória. Não era, como a Itabira de Carlos Drummond, “apenas um retrato na parede”; tampouco o Recife de Manuel Bandeira, cidade feliz e evocada, em que “tudo lá parecia impregnado de eternidade”. O Recife cabralino é uma presença que não dorme, uma cidade que se admira, mas também assombra, um lugar que se transporta mundo afora, que obriga a refletir e onde – fazendo-se jus à citação – o poeta continua a habitar. A declaração do poeta talvez nem fosse surpreendente aos que se lembram de um poema como “Volta a Pernambuco”, publicado em *Paisagens com figuras* (1956) havia 30 anos, no qual se mostra que o Recife sempre surgia diante de paisagens estrangeiras – fossem irlandesas, espanholas, inglesas:

[...] Todas lembravam o Recife,
Este em todas se situa

A cidade é uma elaboração de engenheiros – aqueles que desenham o cais, que perfilam as casas, que inserem praças como espaços de respiração para ruas estreitas, que abrem avenidas e lançam pontes. Essa é a “cidade diária” que já está presente no segundo livro do poeta, *O engenheiro*, de 1945, e justamente no poema “O Engenheiro”, do qual cito quatro versos:

(Em certas tardes nós subíamos
ao edifício. A cidade diária,
como um jornal que todos liam,
ganhava um pulmão de cimento e vidro).

Aqui a cidade não é rural, não é vilarejo, nem povoado. É o mundo urbano que o Brasil começa a ver consolidar-se justamente naquele período, em que as grandes cidades se agigantam e o mundo rural se esvazia e perde recursos. É a cidade para onde se dirige o retirante, sem garantias de chegar. Mas o edifício, “um pulmão de cimento e vidro”, é obra do engenheiro que, para o poeta, e no mesmo poema, “pensa o mundo justo”. Mundo da pura forma – eu esclareço –, forma que se mostra tão importante para esse poeta preocupado com a luz, com o traçado das ruas, com os planos, com as linhas arquitetônicas, com tudo aquilo que o sonho do engenheiro revela. Ele escreve:

O engenheiro sonha coisas claras:
superfícies, tênis, um copo de água.

Mas “o sonho do engenheiro”, nessa poesia, é atravessado por um Recife social que também marca o poeta.

E é esse Recife social que enlameia, conspurca, torna espesso e real o universo planejado e organizado que o engenheiro só consegue de fato sustentar em sonho. O poeta não abandona o plano e a ordem: porém, essas diretrizes passarão a servir a um estranhamento que se localiza na vida mesma da cidade, trazendo-lhe o sujo, o susto, a substância nova. Talvez a primeira menção a esse Recife ocorra de maneira oblíqua, como se lê nos versos iniciais de *O cão sem plumas*, escrito entre 1949 e 1950:

A cidade é passada pelo rio
como uma rua
é passada por um cachorro:
uma fruta
por uma espada.

Em outras palavras: o Recife social do poeta é uma capital nordestina que, no momento mesmo de crescer e se modernizar, de exibir seus prédios novos, recebe por meio do rio – o rio Capibaribe – o fluxo de uma água estagnada. E o poeta que vive dentro do Recife sabe que o rio carrega a “vida suja e abafada” “por onde se veio arrastando”. Esse rio tem

Algo da estagnação
dos palácios cariados,
comidos
de mofo e erva-de-passarinho.
Algo da estagnação
das árvores obesas
pingando os mil açúcares
das salas de jantar pernambucas,

por onde veio se arrastando.

Se não me engano, e após algumas referências mal ou bem reconhecíveis, o Recife só aparece com o seu nome próprio no longo poema *O rio*, publicado em separata em 1954. É um período alvoroçado para o poeta: ele acabara de ser acusado, na linguagem escandalosa do jornal *Tribuna da Imprensa*, como um traidor no Itamaraty (edição de 27 de junho de 1952). Um outro diplomata brasileiro o havia delatado como subversivo e comunista, o que acabou gerando um processo que impôs ao poeta o regime de disponibilidade. Somente em 1954 João Cabral de Melo Neto seria reintegrado à carreira, nomeado para o Departamento Cultural do Ministério.

Pois bem: o motivo para tanto escândalo e para o afastamento do poeta e diplomata do Itamaraty fora uma carta, assinada em 8 de janeiro de 1952, que ele enviara de Londres ao amigo e diplomata brasileiro Paulo Cotrim, que estava servindo no Consulado-Geral em Hamburgo. O teor dessa carta não é bem conhecido, mesmo entre especialistas na obra cabralina – somente foi publicada naquele jornal e, obviamente, anexada ao processo que terminou encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. Na carta, João Cabral de Melo Neto havia encomendado “um artigo – sob pseudônimo, é claro – acerca da luta que se está travando no Brasil entre os ingleses e os alemães e japoneses”. E salientara ele: “O artigo deve ser uma análise econômica da situação”. Outros termos da mesma carta – em que afirma ser importante agitar os problemas do Brasil no Reino Unido, pois “eles não conhecem nada” e confessa ter sido sondado

para ser *adviser* em um suposto comitê para a América Latina – se revelam até pueris, mas foram interpretados como subversão. Dessa carta e de sua trajetória infeliz, quero reter o fato de que o poeta brasileiro encomenda “uma análise econômica da situação” e a necessidade de que sejam mais conhecidos no exterior “os problemas do Brasil”.

Não há dúvidas de que o poeta, já a partir de 1947, quando é pela primeira vez transferido para um posto diplomático, o Consulado-Geral em Barcelona, vai buscar interlocutores e transmitir sua visão política de quem continuava a viver no Recife. No depoimento do artista plástico catalão Antoni Tàpies, havia ao final dos anos 40 um debate entre artistas sobre “as tendências de esquerda, influenciadas pelo comunismo russo”. Explicou que o poeta brasileiro foi “quem, pela primeira vez, alertou-me para o fato de que esse dogmatismo não era muito correto, que era possível preocupar-se com os problemas sociais sem cair no mau gosto do realismo socialista.” No entanto, a leitura do livro *Mémoire* (1981) permite aprofundar o quanto o pensamento de Karl Marx teria influenciado muitas das convicções de João Cabral de Melo Neto. É o artista plástico catalão quem escreve em seu livro: o poeta brasileiro “foi uma das pessoas que, pela primeira vez, suscitaram em mim um verdadeiro interesse por esta ideologia: o marxismo”. Antoni Tàpies reconhecia que fora o pernambucano “uma grande influência em tudo o que tocava aos problemas fundamentais do socialismo e do materialismo dialético”. E que, por fim, nada melhor do que o marxismo para tornar a análise mais rigorosa.

Ainda está por ser feita, acredito, uma análise da poesia cabralina que articule a influência recebida de Paul Valéry com o pensamento marxista, pois esses dois polos caracterizam bem as preocupações do poeta brasileiro com a lucidez, o rigor, a análise, até mesmo a demonstração de um fazer poético que é mesmo muito singular ao dar vazão a elementos denotativos, a uma vizinhança com a prosa, a uma economia de metáforas como raras vezes se viu. A hiperconsciência presente na maior parte da poesia de João Cabral de Melo Neto está vinculada ao fato de que até mesmo a estatística – e o poeta teve experiência profissional com a matéria – pode servir de inspiração, se é que a inspiração existe mesmo para esse poeta. Sabe-se que algo da sua poesia social, a partir de *O cão sem plumas*, adveio da leitura de um artigo sobre a miséria no Nordeste publicado na revista *O Observador Econômico e Financeiro*, artigo no qual se mostrava que a expectativa de vida na Índia era de 29 anos e, no Recife, 28 anos. Em *Morte e vida severina*, o retirante se apresenta assim:

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes do trinta,
de emboscada antes do vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

Não posso deixar de mencionar, e também de justapor, sobretudo quando estou tratando de cidades, a análise de Engels em um dos clássicos do pensamento social, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), especialmente o trecho que comenta os índices deprimentes da cidade de Manchester:

As estatísticas da mortalidade revelam níveis altíssimos, principalmente por causa das mortes entre as crianças pequenas da classe operária. O delicado organismo de uma criança é o que oferece a menor resistência aos efeitos de um modo e vida miserável; o abandono a que frequentemente se vê exposta quando os pais trabalham, ou quando um deles morre, logo faz sentir seu impacto – e, sendo assim, não pode ser razão de espanto se, por exemplo, em Manchester, conforme um relatório que já citamos, mais de 57% dos filhos de operários morrem antes de completar 5 anos, ao passo que essa taxa é de 20% para os filhos das classes mais altas e, nas zonas rurais a média é de 32%. (...) Eis o ponto a que chegamos na Inglaterra, onde a burguesia, que sabe todos os dias pelos jornais o que está ocorrendo, mantém-se inteiramente despreocupada. Das duas, uma: ou toma as providências necessárias para remediar esse espantoso estado de coisas ou entrega à classe operária a administração dos interesses públicos.

Volto então ao poema “O rio”, que desce em direção ao mar e vai relatando o que vê por onde passa. A todo momento, esse rio, o Capibaribe, é ele mesmo um retirante,

emparelhando-se às figuras esquálidas que vê na sua margem:

Vou andando lado a lado
da gente que vai retirando;
vou levando comigo
os rios que vou encontrando.

Esse rio, personagem social, faz, portanto, um caminho humano de fuga, mas não carrega consigo a fome que marcará o deslocamento do Severino. Há ironia no trajeto – como afirmar que “sempre um santo preside” à decadência das cidades que passam à margem. Esse numeroso desfile de cidades – são dezenas e dezenas – não promove, contudo, a mudança da paisagem: uma paisagem sem ornamento, a demonstrar monotonamente que já se encontra exausta, em estado terminal:

A mesma dor calada,
o mesmo soluço seco,
mesma morte de coisa
que não apodrece mas seca.

Esse secar sem apodrecer, essa “morte de coisa” representa o lugar-comum da região, que o rio atravessa sem transbordar e sem resolver. O rio atravessa as áreas das usinas, unidades devoradoras de terra que acabam os sete palmos que servirão para os homens. E, “ao entrar no Recife”, o rio se faz acompanhar, como em cortejo fúnebre, do contingente miserável dos retirantes, tão devastados quanto a paisagem:

entra comigo a gente
que com o mar sonhou,
e também retirantes
em quem só o suor não secou;

Mas não se deve pensar que os retirantes se equivalem
à paisagem: persiste nos retirantes o estigma do anonimato,
pois, ao contrário das cidades, que têm nome e localização,

eles são gente apenas
sem nenhum nome que os distinga;

Assim se chega ao Recife, lugar pesadamente social,
cidade que esconde outra cidade em seu subsolo: aquela
“metade podre / que com lama podre se edifica”, que
contamina toda a cidade em cima, que avança como
metástase, e a transforma em “uma capital mendiga”. Como
foi comentado, essa cidade, feita de grupamentos urbanos
deserdados, está atolada em podridão e dela, em imitação à
perplexidade de Engels, escreve o poeta,

só as estatísticas dão notícia,
ao medir sua morte,
pois não há o que medir em sua vida.

Chamo a atenção, nessa poesia sobre tanta miséria,
para as seguidas aparições da palavra *guenzo*. Regionalismo
nordestino, *guenzo* se refere ao muito fraco, ao adoentado, e
é assim que se refere às crianças: há o “menino bastante
guenzo”, que vê o rio que o vê; e há o “menino *guenzo* /
como todos os desses mangues”, de *Morte e vida severina*, que
acaba de nascer e anuncia uma vida curta e faminta. Outro

impactante símile com o texto de Engels em sua ação política e compadecida sobre a taxa de mortalidade.

No itinerário rumo a uma “capital podre”, atravessando uma paisagem devastada na qual se observa a atividade econômica ultrapassada e sem serventia, o rio faz o percurso de um retirante. Houve quem igualasse o rio Capibaribe do poema de João Cabral de Melo Neto ao Severino que atravessa o auto de Natal pernambucano, publicado logo a seguir, no ano de 1955. A similaridade pode até mesmo servir a esquemas didáticos e professorais. Mas o retirante do poema desempenha uma importante função para o poeta: é quem pode introduzir o problema do trabalho.

Ressalto aqui: o substantivo trabalho e o verbo trabalhar aparecem 22 vezes ao longo do poema. Outros verbos, como lavrar e cultivar, e substantivos como profissão e ofício, são numerosos e pertencem à mesma tipologia, mas é de fato o trabalho – e, mais ainda, a busca pelo trabalho – que se mostra central no poema. O retirante do poema se vê condenado a um mecanismo infernal, no qual o trabalho o subjuga totalmente, assim como a sua ausência, uma vez esgotado o ciclo econômico que fazia persistir aquela forma de sobrevivência. Atraído pela cidade grande – no caso, o Recife – o Severino acaba descobrindo, por uma conversa entreouvida de dois coveiros, que havia feito uma viagem bem diferente da que pensara:

— Não é viagem o que fazem,
vindo por essas caatingas, vargens;
aí está o seu erro:
vêm é seguido seu próprio enterro.

Em momento algum o Severino é um homem livre, ora devendo aos seus patrões, ora tentando escapar da necessidade que lhe impõe a vida mesma, o que Karl Marx, no livro III de *O capital* (1894), definiu com radical lucidez:

Na verdade, o reino da liberdade começa somente a partir do momento onde cessa o trabalho ditado pela necessidade e os fins exteriores: ele se situa, portanto, por sua própria natureza além da esfera da produção material propriamente dita.

Em outras palavras: o Recife não é lugar de redenção. Uma fase econômica moderna forçou a saída do retirante do campo – mas, na cidade, não há trabalho para o saber acumulado por ele. Puro lavrador, capaz de arar até mesmo a calva da pedra, Severino é, na prática, um animal econômico em extinção. E, ao encontrar uma mulher à janela, que vive de lucrar com a morte alheia, ouve um veredicto:

— Esses roçados o banco
já não quer financiar.

Até sua chegada ao Recife, o retirante se vê em situação calamitosa de emparedamento – e, por isso mesmo, ocorre um fato raro (sobretudo quando se pensa em termos de auto do Natal): fala abertamente em suicídio, fala em

saltar, numa noite,
fora da ponte e da vida?

Trata-se da parte mais visceral, mais comovente de *Morte e vida Severina* – e resume o fato de que de nada adiantou ter chegado ao Recife. Já o poeta se vê assombrado pelos “espectros de Marx”, que predizem pura negatividade para o destino humano. Esses espectros, por outro lado, dão título a um pequeno livro de Jacques Derrida, pensador que vê uma direta correlação entre o que Karl Marx e Paul Valéry pensam sobre uma noção do espírito político. E para quem tiver interesse em seguir o pensamento de um jovem João Cabral de Melo Neto, os livros de Karl Marx e de Paul Valéry deverão servir de fontes primordiais: são, seguramente, os heróis intelectuais do poeta.

No grupo de poemas marcadamente sociais, que fizeram o poeta viver dentro do Recife, deve constar o jamais concluído *A casa de farinha*, planejado a partir 1966. Pelo que se conhece, o ângulo econômico se torna ainda mais perceptível e presente, já que o poeta glosa a substituição de uma forma tradicional de fabrico da farinha por uma “fábrica nova”, que coloca em risco a identidade local e, logo a seguir, os empregos. É bem evidente a preocupação do poeta com a classe dos trabalhadores, separados com precisão em carregadores, raspadoras, raladores, prensadores, forneiros. E também seu renovado cuidado em salientar a importância do trabalho, segundo anotações que indicam:

- que é a última vez que trabalham.
- que por isso há tanto trabalho. (...)
- que por isso trabalham de mutirão.
- que vão ter de acabar tudo naquele dia, por ser o último

Graças a essas anotações, sabe-se que o poema, se tivesse sido de fato escrito, traria também uma crítica ao fracasso da ação governamental da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, na figura de um personagem que demora a aparecer e aparenta conhecimento limitado das condições locais. O poeta expressou não querer que esse personagem fosse semelhante a um Godot, que é pura expectativa. No poema, ele aparecia para conhecer a crise – mas de maneira inútil e inconsequente.

Em 1947, João Cabral de Melo Neto é transferido para o seu primeiro posto no exterior: o Consulado-Geral em Barcelona. A partir de então, como sabemos, a Espanha passará a ter importância central na sua poesia. No entanto, a cidade de Barcelona não é propriamente uma referência crucial nos poemas que serão escritos – e sim, muito mais amplamente, muito mais politicamente, a Catalunha, a comunidade autônoma formada por Tarragona, Girona, Lérida e Barcelona, sua capital. Sobre o assunto, quero fazer uma observação que, a meu ver, e para minha perplexidade, tem escapado à crítica: o fato mesmo de ser a Catalunha uma comunidade autônoma deverá ter repercutido muito para o poeta brasileiro, tão interessado em história e, especialmente, tão defensor de uma independência, de uma insubordinação cara a Pernambuco, marcada pela sequência de movimentos nativistas e separatistas, a partir da Guerra dos Mascates (1710-1711) até a Revolução Praieira (1848-1850). Nesse intervalo de 140 anos, encontram-se a Revolução

Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824). O poeta brasileiro saberá glosar algumas vezes, em sua obra, esse Pernambuco insurrecto e rebelde, e dedicar o *Auto do frade* (1984) a Frei Caneca, o Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo. Numa entrevista concedida a mim e publicada, em 1987, no *Jornal do Brasil*, João Cabral de Melo Neto confessou elaborar um outro poema que, aparentemente, jamais escreveu. Ele mesmo explicou nessa entrevista:

Eu tenho anotado algumas coisas, mas ainda não comecei. Seriam as Memórias prévias de Jerônimo de Albuquerque, que era cunhado do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira. Ele chegou a Pernambuco, se juntou a uma índia, teve uma porção de filhos, depois se casou com a filha do governador da Bahia, teve outros tantos filhos, de modo que ele ficou sendo conhecido como o “Adão pernambucano”. Nesse livro ele contaria todas as injustiças e todas as monstruosidades que o Brasil vai fazer com Pernambuco. Em vez de póstumas, seriam memórias prévias: ele adivinhando tudo o que Pernambuco iria sofrer na História do Brasil. Mas não sei se tenho coragem.

Esse pequeno desvio quis apenas servir de comentário sobre uma compreensão das questões políticas e históricas de Pernambuco que deverão ter feito o poeta ainda mais sensível para a situação da Catalunha, sobretudo no difícil período de reconstrução da Espanha após a Segunda Guerra Mundial, que consolidou o poder de Francisco Franco.

Nesse ambiente político é que João Cabral de Melo Neto aprofundará a sua defesa do marxismo, em especial junto aos artistas e intelectuais que formavam o grupo Dau al Set [1948], alguns dos quais com participação na série de publicações conhecidas como O Livro Inconsútil, que o poeta imprimia em sua gráfica doméstica.

Em depoimento, Arnau Puig, sociólogo e crítico de arte espanhol, ainda entre nós aos 92 anos, amigo do poeta em Barcelona, dá testemunho da influência do pernambucano sobre o grupo catalão, em especial Joan Brossa. Segundo afirmou, João Cabral de Melo Neto chegou a distribuir um livro com discursos de Joseph Stálin, batia-se por ideias políticas, falava vigorosamente de Luís Carlos Prestes e pregava a necessidade de praticar não um realismo socialista, mas um realismo social nas artes. No prefácio a um dos livros de Joan Brossa, *Em va fer Joan Brossa* (1951), ainda não publicado em português, defende essa orientação e afirma que:

Este livro de Joan Brossa reúne os primeiros passos do autor no sentido de realizar uma poesia mais amplamente humana. Mais amplamente humana, ou seja: com o enorme tema dos homens. E não estritamente humana, com os temas de um homem individual, embora sejam os temas da sua sala de jantar, do seu quarto, do seu álcool e de suas máquinas de fugir da realidade. (...) Contrariamente a quase toda a poesia catalã atual, preocupada sempre pelo vocábulo nobre, pouco corrente, erudito e arcaico, era na realidade mais humilde, no léxico de cozinha, de feira, e de fundo de oficina onde

Brossa ia buscar o material para elaborar as suas complicadas mitologias. Por isto é compreensível que, ao pressentir a falsidade de toda a sua temática anterior, se tenha colocado cara a cara com este vocabulário concreto seu e, para ele, da realidade de cozinha, de feira e de fundo de oficina, onde a tinha recrutado.

Ao defender uma percepção sua da obra poética, é obvio que o poeta pernambucano acabou revelando muito mais da sua poesia do que da poesia do amigo catalão. No prefácio, está presente a “sala de jantar” que simbolizara, solenemente, a ordem estabelecida nos engenhos. E é notável que a luta para apreender o concreto acontece em oposição à ideia de falsidade, de “complicadas mitologias”, que deveriam ser eliminadas tanto na poesia de Joan Brossa quanto na sua própria. João Cabral de Melo Neto desprezava e repelia as “máquinas de fugir da realidade”, mas defendia a “machine à émouvoir” (máquina de emocionar) de Le Corbusier, trazida em citação na abertura de *O engenheiro*.

Esse período de forte criação poética e de muita densidade política também é marcado por sua transferência para o Consulado-Geral em Londres, em 1950. A década de 50 caracteriza o modelo de coerência almejado pelo poeta: obra sem engajamento, mas de forte mensagem política e social, voltada para o concreto. E, de cidade em cidade, uma vez superado o processo administrativo, foi ainda transferido para Marselha e, em 1960, para Madri, embora continuasse a viver dentro do Recife. Um Recife de desigualdades, de fome e de mortes provocadas pelo modelo econômico. Mas também, de modo inescapável, um Recife

que o acompanha na contemplação, que o faz comparar paisagens e figuras. Por exemplo, no seu período como embaixador em Dacar, escreveu o pequeno e belo poema “O Sol no Senegal”, publicado em *Museu de tudo* (1978):

Para quem no recife
se fez à beira-mar,
o mar é aquilo de onde
se vê o sol saltar.
Daqui se vê o sol
não nascer, se enterrar:
sem molas, alegria,
quase murcho, lunar;
um sol nonagenário
no fim da circular,
abúlico, incapaz de um limpo
suicidar.

Em pelo menos uma entrevista, João Cabral de Melo Neto declarou que o essencial da sua obra fora escrito até 1965. A acreditar no poeta, a sua lição de poesia estaria enfeixada no volume *Poesias completas*, de 1968, que se abre com o livro então publicado mais recentemente, *A educação pela pedra* (1966). Talvez seja um tópico de interesse examinar de que modo o golpe militar de 1964 terá interferido na sua produção poética. Não me refiro, aqui, a temas escolhidos ou a protestos subliminares nesse poeta que, também diplomata, foi transferido para Genebra naquele mesmo ano de 1964 e, em 1966, foi servir em Berna, assim alongando sua temporada suíça, enquanto *Morte e vida Severina* conhecia impactante repercussão a partir da

montagem do Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com música de Chico Buarque de Holanda.

Tudo é política, como se diz comumente: máxima repetida pelo pipoqueiro da esquina e pelas autoridades máximas dos poderes constituídos. E assim surgiu Sevilha na biografia de João Cabral de Melo Neto e, mais adiante, na sua poesia: por engenho e arte da política. Encerrado o julgamento, no Supremo Tribunal Federal, do processo contra o diplomata e poeta, o Itamaraty achou por bem transferi-lo para Barcelona – mas com um importante *caveat*: a missão seria mesmo exercida no Arquivo das Índias, em Sevilha, até mesmo para que o funcionário, voltado para a pesquisa acadêmica, se mantivesse por um tempo fora do ambiente político. O trabalho foi finalmente publicado de 1966, com o título de *O arquivo das Índias e o Brasil: documentos para a história do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilla*.

Na obra poética de João Cabral de Melo Neto, a primeira referência àquela cidade espanhola se encontra, justamente, no poema intitulado “Sevilha”, do livro *Quaderna* (1960). Poema de dezesseis estrofes de quatro versos cada, do qual cito apenas as duas primeiras:

A cidade mais bem cortada
que vi, Sevilha;
cidade que veste o homem
sob medida.
Justa ao tamanho do corpo
ele se adapta
branda e sem quinas, roupa
bem recortada.

O poeta faz referência aqui ao sevilhano, “homem pequeno”, mas é razoável interpretar que a cidade espanhola servia bem, no seu tamanho, ao próprio poeta que acabara de ser tratado com justiça. É a ele, portanto, a quem a cidade cabe. E o poeta torna-se íntimo da cidade como se esta não fosse apenas uma roupa, mas um corpo; ou, por vezes, uma casa confortável, que passa a conhecer com intimidade. É também no mesmo poema que se lê a palavra *amor*: palavra raríssima de se encontrar na poesia de João Cabral de Melo Neto, mas que denuncia, com sua aparição, uma das mais importantes modificações ocorridas em sua obra poética. Em um esquema bem simples, percebe-se logo que o Recife passa a ser a cidade do trabalho e da exploração; Sevilha passa a ser a cidade do corpo e do prazer. Ele escreve:

O sevilhano usa Sevilha
com intimidade,
como se só fosse a casa
que ele habitasse (...)

E mais que intimidade,
até com amor,
como um corpo que se usa
pelo interior.

Sevilha fará brotar uma sensualidade bem arquitetada na poesia de João Cabral de Melo Neto, como se lê, no mesmo livro, no poema “A mulher e a casa”, no qual a casa é o corpo e vice-versa. A cidade inteira se sensualiza – cada praça, cada beco, cada bairro –, fazendo o poeta escrever “A urbanização do Regaço” e ainda “O Regaço urbanizado”, poemas que buscam definir uma totalidade erótica da cidade

que o poeta habita, na qual os lugares demonstram “abrigos e íntimos de corpo”, onde nem sempre é possível perceber a fronteira entre estar fora e estar dentro. O regaço é o côncavo que dá abrigo a esse erotismo fora da terra natal, que o poeta descreve com surpreendente engajamento.

Em um ensaio agora antigo sobre o erotismo na poesia de João Cabral de Melo Neto, fiz alusão a uma “paisagem corporal” que caracteriza uma certa dimensão ordenada: um Recife masculino e uma Sevilha feminina. Por um lado, há uma resoluta estruturação em pares opostos: por exemplo, em *O cão sem plumas*,

A cidade é fecundada
por aquela espada
que se derrama,
por aquela
úmida gengiva de espada.

Aqui, o Capibaribe fecunda e o Recife se deixa fecundar. Em *O rio*, o poeta faz notar que as terras de cana,

Como terras de cana,
são muito mais brandas e femininas.

Já em *Paisagens com figuras*, no poema “Duas Paisagens”, o poeta, um classificador obcecado, escreveu:

Em termos de uma mulher
não se conta é Pernambuco
é um estado masculino
e de ossos à mostra, duro,

de todos, o mais distinto
de mulher ou prostituto
mesmo a de mulher virago
(Como a Castilla de Burgos).

No poema “Na Baixa Andaluzia”, a terra erotizada é como que descrita quase anatomicamente pelo poeta. A Andaluzia é

(...) terra sem menopausa,
que fácil deita e deixa, nunca enviúva,
e que de se fêmea nenhum forno cura.

A terra das telhas apesar de cozida
não cessa de dar-se ao que engravida:
sangue do feminino; aliás, são do gênero
as cidades ali, sem pedra nem cimento,
feitas só de tijolo de terra parideira
de que herdaram tais traços de femeeza.
(Sevilha os herdou todos e ao extremo:
a menos macha, e tendo pedra e cimento).

A demonstração dessa oposição e dessa tensão entre um Recife macho e social e uma Sevilha fêmea e sensual poderia alongar-se aqui. Não sendo o caso, faço apenas duas observações: a primeira, quando a paisagem corporal concebida pelo poeta dá sinais de ambiguidade e exige criatividade de quem classifica, ordena e se vale de todo o racionalismo. É o que acontece no poema “O Engenho Moreno”, publicado em *A escola de facas* (1980), que, de algum modo, encapsula algumas das preocupações do pernambucano: ali se encontra a indiferença local ao Imperador, denominado de “o manso déspota”, encarnação

do poder central. Em visita a Pernambuco, foi-lhe oferecida hospedagem no engenho Moreno, mas não o conchego

de São José, de seus becos,

onde o Recife secreto
é a Recife, muda o sexo.

Assim agia o poeta, mudando o gênero para mudar o sexo, e atribuindo às terras e aos lugares uma potência erótica capaz de decifrar a identidade do que via e do que sentia.

A segunda observação é de que “não existe na poesia de João Cabral de Melo Neto o erotismo físico, de dois ou mais corpos humanos, nem mesmo comparação à relação concreta entre duas pessoas. Na verdade, o seu erotismo representa bem uma *psicologia da composição*: é um erotismo que estrutura realidades, que metaforiza corporalmente as realidades corporais”. Esse distanciamento, tão raro em um poeta (que mencionou avaramente a palavra amor, e quase se cala sobre o amor físico) se reduz, contudo, no contexto da cidade de Sevilha. Foi ele, o poeta, capaz de se referir a si mesmo na terceira pessoa, como fez no poema “Despedida de Sevilha”, do livro *Crime na calle Relator*, para confessar que

Conheceu Sevilha como a Bíblia
fala de conhecer mulher

Quase sou levado a dizer que muito da poesia cabralina é coisa de circunstância: não propriamente verso de circunstância ou mesmo poesia de circunstância, mas, sim, resultado de uma elaborada reflexão sobre fatos

contingentes. O poeta era capaz de tirar lições da arte dos toureiros, de aspectos da arquitetura, da musicalidade do *flamenco*. Tanto em relação ao Recife quanto à Sevilha, o poeta exibia o seu itinerário pessoal, a sua escolha muito singular de lugares, afetos e acidentes que dizia respeito também à maneira como escrevia, como decidia elaborar um poema. Mas no livro derradeiro do poeta, *Sevilha andando* (1990), a celebração da cidade espanhola – que, lembremos, serviu de abrigo ao diplomata recém-reintegrado à carreira – extrapolou de um modo de novo accidental. O poeta, que havia até então demonstrado que Sevilha é mulher, passa, a partir de um determinado instante, a revelar que *uma certa* mulher é Sevilha. Sabem muito bem aqueles que convivem com a poesia de João Cabral de Melo Neto que essa mulher é Marly de Oliveira, que entra na vida do poeta tão logo ele enviúva, e assim fica registrada:

Não há sentido em comparar-te
A uma sevilhana, (...).

Mais que de Sevilha, és Sevilha,
embora cem papéis desmintam,
que vieste ancorar em Campos
desde Trás-os-Montes e a Itália.

De novo, aparecem os dados precisos, dessa vez sobre a mulher que, pela segunda vez, se casaria com um diplomata: essa mulher que passara a infância e a adolescência na cidade fluminense de Campos, que estudara língua italiana e filologia românica na Universidade de Roma, e que provavelmente nunca tenha conhecido Sevilha.

Para o poeta, a mulher passa a ser “A Sevilhana que Não se Sabia”, como se lê o título de um dos poemas dessa fase, segundo uma percepção utópica de “sevilhizar o mundo”, “com todos os sentidos em riste”, por meio de arroubos e confissões, e de minúcias que se encontram incrustadas em muitos versos da derradeira coletânea de poemas. Nunca esteve o poeta tão perto do autobiográfico.

Fecha-se, assim, um percurso circular: o poeta continua a viver no Recife e retorna a Sevilha por meio de uma mulher. É coisa rara que o livro derradeiro de um poeta contenha tamanha energia e impulso, que possa transmitir a lembrança muito vívida de um período passado que se reflete muito no presente. Mas isso aconteceu com João Cabral de Melo, que sempre converteu as cidades que conheceu em seres vivos e singulares. Nós todos, que percorremos e conhecemos essas cidades poéticas, só podemos agradecer.

Muito obrigado.

Celso Furtado e Josué de Castro entre as ideias e a ação

Karim Helayel

Introdução¹

A articulação entre formulações teóricas e a construção de projetos de mudança social constitui preocupação recorrente da intelectualidade situada na periferia do capitalismo e, mais especificamente, da *intelligentsia* brasileira. A despeito dos diversos sentidos assumidos, tal articulação teria sido, seguindo o raciocínio de Daniel Pécaut (1990), uma espécie de marca, em um sentido mais amplo, entre nossos intelectuais. Os anos 1950 e 1960 foram marcados por tentativas de construção de políticas públicas de desenvolvimento, que permitissem o enfrentamento dos diversos problemas sociais atravessados pelo país. Este contexto se encontra referido a um momento histórico onde talvez a melhor imagem que defina a sociedade brasileira da década de 1950 seja, nas palavras de André Botelho (2008), a de uma “*sociedade em movimento*”. Temas cruciais como “industrialização” e “desenvolvimento”, bem como aquele que se refere à formação dos atores sociais característicos de uma ordem

¹ Agradeço a leitura sempre atenta e generosa do Prof. André Botelho, cujas sugestões foram fundamentais para a construção deste plano de aula.

urbano-industrial, informaram decisivamente as formulações de diversos intelectuais durante o período.

Não foi diferente com o médico e geógrafo Josué de Castro e o economista Celso Furtado, que diagnosticaram o problema do “subdesenvolvimento” em seus trabalhos, de modo a forjar prognósticos consistentes que pudessem contribuir para sua resolução. Os trabalhos que serão discutidos nesta aula procuram tratar da problemática do “subdesenvolvimento”, que mobilizou a intelectualidade do período, interpelando de modo contundente a Castro e Furtado. Ambos construíram interpretações do Brasil potentes, articulando, nesse sentido, suas análises à construção de proposições com vistas à alteração do cenário desfavorável no qual boa parte da população brasileira e, particularmente nordestina, encontrava-se inscrita.

Fio condutor: o objetivo desta aula será discutir o modo pelo qual os autores em tela trataram os problemas que afligiam a população nordestina, com destaque para dois trabalhos de Josué de Castro e Celso Furtado, que podem auxiliar nesse tipo de leitura: o famoso livro *Geografia da fome*, de Castro, publicado originalmente em 1946, e o texto “A Operação Nordeste”, de Furtado, que formaliza sua apresentação realizada em 13 de junho de 1959 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). O argumento que será discutido é o de que, tanto em *Geografia da fome* quanto em “A Operação Nordeste”, Josué de Castro e Celso Furtado não apenas se preocupam com a identificação dos problemas e dos males que afligem o Nordeste, mas têm em vista a definição de políticas públicas consistentes para a região.

Teoria, história e a construção de projetos de mudança social: tendo em vista o tipo de recorte proposto para a aula, deve-se ressaltar que, desde os mais famosos ensaios de interpretação do Brasil, a incorporação da relação entre teoria e história teria sido algo recorrente entre nossos intelectuais, que não deixaram de lado a articulação entre as dimensões da diagnose e da prognose. De acordo com Elide Rugai Bastos (2005), o vínculo entre teoria e história pode ser encontrado em diferentes ensaios, publicados na década de 1930, com destaque para os clássicos trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Embora adotem interpretações algo distintas sobre o passado local, orientando-se por instrumentos analíticos diversos, a combinação entre história e sociologia promovida por tais ensaístas visa não apenas à explicação da formação do país, como também “assume função política e define o modo pelo qual a utilizam não só como forma de desvendamento da realidade, mas como proposições para alterá-la” (Bastos, 2005: 20). Ainda que não fossem sociólogos de formação, não seria exagero argumentar que tanto Castro quanto Furtado se valem, ainda que de modos distintos, da relação entre suas formulações teóricas e a história para a construção de suas análises, forjando-as de modo a atribuírem densidade à elaboração dos prognósticos propostos,² que viabilizariam a construção efetiva de

² Como argumenta Afrânio Garcia Jr. (2016), a preocupação de Celso Furtado com a dimensão da historicidade surge de modo marcante, por exemplo, no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961. Garcia Jr. (2016: 271) argumenta que as críticas de Furtado buscavam se contrapor ao universalismo da ciência econômica inscrito em modelos clássicos, neoclássicos, keynesianos e marxistas, no intuito de “fundar a ideia

projetos de mudança social para a região Nordeste. Em outras palavras, mais do que propriamente intervir na realidade, o que parece mobilizar Castro e Furtado, malgrado suas diferenças, é a preocupação em delinear as diretrizes para um projeto de mudança social do Nordeste, de modo a dirimir os males que afetam a região.

I. Josué de Castro

Geografia da fome (1946)

1. Josué de Castro e o mapa da fome

1.1. Como indica Silvio Almeida (2022), em *Geografia da fome*, Josué de Castro procura tratar a fome como um fenômeno histórico, ao apresentar uma análise complexa da organização socioeconômica na contemporaneidade. E esse movimento empreendido por Josué de Castro, ao enfatizar o tratamento analítico do problema da fome, não constitui movimento trivial, haja vista que, no prefácio à primeira edição de *Geografia da fome*, o médico e geógrafo chama a atenção para a exiguidade da literatura sobre o tema. Exiguidade essa que, a seu ver, encontrava-se ancorada em fundamentos morais, que teriam em vista o “fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimentos, como a fome

de que todos eles servem para dar conta das economias de países do hemisfério norte, onde ocorreram revoluções industriais, mas que os diferentes arcabouços teóricos eram insuficientes para entender as dinâmicas de economias ‘periféricas’ ou ‘subdesenvolvidas.’”

sexual, é um instinto primário e por isso um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre o dos instintos na conduta humana” (Castro, 2022: 18-19).

1.2. Além de fundamentos morais, o autor destaca os interesses econômicos dos grupos sociais dominantes como um fator preponderante para obnubilar o tema da fome, uma vez que interessaria ao comércio internacional que o circuito produção, distribuição e consumo de alimentos se mantivesse circunscrito ao âmbito econômico, e não fosse entendido como um problema de saúde pública (Castro, 2022). A preocupação de Josué de Castro não tem em vista, desse modo, tratar a fome como um tema crucial passível de compreensão e explicação *stricto sensu*, mas estudado, haja vista o objetivo de construção de políticas públicas eficazes para solucioná-lo. Ou seja, *Geografia da fome* parece ser trabalho representativo do vínculo entre ideias e ação política da intelectualidade, inscrevendo o autor no rol de intérpretes que não se preocuparam apenas em compreender e explicar a nossa formação social, mas intervir efetivamente na realidade através da construção de projetos consistentes de mudança social.

1.3. Sendo assim, o objetivo de Josué de Castro é analisar o fenômeno da fome coletiva, que atinge endêmica ou epidemicamente grandes grupos humanos, tendo em vista ainda a chamada “fome parcial”, caracterizada não pela inanição extrema, mas pelo *déficit* de certos aspectos nutritivos na dieta, o que leva determinados grupos populacionais a morrerem lentamente de fome, malgrado se alimentarem diariamente. Como evidencia Castro (2022: 25),

é sobretudo “o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho”.

1.4. Assim, Josué de Castro lança mão da comparação como recurso fundamental para analisar as diferentes formas através das quais o *déficit* nutricional da população brasileira se manifesta. No entanto, o autor não confina sua interpretação à atuação de fatores climáticos ou mesológicos, chamando a atenção fundamentalmente para a cultura e para as relações sociais, mais precisamente, para as formas de organização da produção no Brasil. De acordo com Castro, o Brasil disporia de ampla variedade de “quadros climatobotânicos”, que possibilitaria nutrir a população de forma racional e abundante, porém fatores vinculados à nossa estrutura socioeconômica teriam inviabilizado recorrentemente o aproveitamento racionalizado das possibilidades geográficas do território. O país seria, na visão do médico e geógrafo, uma espécie de ponto de vista privilegiado para uma reflexão em torno do problema da fome, valendo-se da comparação como recurso fundamental para a construção de proposições mais gerais, uma vez que, a partir da pluralidade apresentada pelas diferentes regiões do Brasil, poder-se-ia formular “generalizações até certo ponto válidas para inúmeras outras regiões tropicais do mundo”.

1.5. Ao subdividir as cinco diferentes áreas que formariam o mosaico alimentar brasileiro, Josué de Castro aponta que, ao lado da área amazônica, a zona da mata e o sertão nordestino constituiriam “áreas de fome”. Apesar de apresentarem certas deficiências, o Centro-Oeste e o Centro-

Sul não padeceriam com *déficits* nutricionais tão acentuados, o que as caracterizariam como “áreas de subnutrição”. No entanto, a despeito da pluralidade da cartografia da fome delineada por Castro, vale a pena pensarmos a situação do Nordeste, foco da disciplina e da Série Nordeste, para discutirmos suas propostas de intervenção em relação aos prognósticos de Furtado.

2. O Nordeste, por Josué de Castro

2.1. Como discute Josué de Castro, o Nordeste poderia ser pensado a partir de dois retratos, a mata e as secas, que podem ser tomados como pontos de orientação para o estudo da fome na região. Para o autor, mais do que as secas enfrentadas constantemente por parte do Nordeste, o que acarretaria o grave problema da fome seria “o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez, os anos das vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas” (Castro, 2022: 263-264). Ou seja, em um contexto no qual comumente os problemas referentes à “pobreza” e ao “atraso” eram atribuídos às origens étnicas e climáticas, Castro entendia que sua causa residiria em razões de ordem social (Andrade, 1997).

2.2. Castro (2022: 265) assinala, desse modo, o imperativo da luta contra o subdesenvolvimento no Nordeste, mais especificamente, a luta contra a monocultura

e o latifúndio, estruturas socioeconômicas decorrentes, nas suas palavras, do “feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região”. Não bastariam planos de combate às secas *per se*, uma vez que o prognóstico delineado por Castro (2022: 265) destaca que a luta contra a fome demandaria uma “reforma agrária racional que liberte suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades” (Castro, 2022: 265). Em suma, a reforma agrária constitui prognóstico fundamental para o autor, ao contribuir para a resolução dos problemas referentes à fome, de modo a libertar “suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades” (Castro, 2022: 265).

2.3. Sendo assim, na luta contra o subdesenvolvimento e, mais especificamente, contra o latifúndio e a monocultura, problemas recorrentemente tratados em diferentes interpretações do Brasil, Castro atenta para a necessidade de uma reforma agrária, que beneficie a população campesina, posto que no arcaísmo de nossa estrutura fundiária residiria o problema do desemprego, fator fundamental para a prevalência da fome na região. Com isso, Castro menciona brevemente a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), demonstrando certa esperança nas possibilidades abertas por sua fundação. Contudo, apresenta divergências com alguns dos princípios que a forjaram, como, por exemplo, sua suposta ênfase no entendimento de que o subdesenvolvimento do Nordeste seria produto de sua base física, advogando ainda o deslocamento de certos excedentes populacionais.

2.4. Castro efetua, portanto, uma contundente crítica daquilo que qualifica como “aventura mercantil”, que conteria um caráter predatório em diversos momentos da história brasileira, desenvolvendo-se, no Brasil, certa “vocalização oceânica” exportadora da riqueza potencial do país por preços irrisórios. Nas palavras de Castro (2022: 287): “Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo”. Para Castro (2022: 287), os interesses estrangeiros teriam logrado predominância, ao orientar nossa economia para “a exploração primária da terra e para a exportação de matérias-primas assim obtidas”.

2.5. O autor discute, dessa forma, o sentido do desenvolvimento brasileiro, uma vez que sua ênfase teria consistido no desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas do país, sem a preocupação com a efetiva integração das áreas entendidas como marginais, como são os casos do Nordeste e da Amazônia. Na visão de Castro, o caso do Nordeste seria o mais preocupante, haja vista que, até então, a região concentraria um terço da população do país, cuja precariedade das condições de vida seria marcadamente acentuada. Para o médico e geógrafo, deveria haver um esforço concentrado das regiões mais desenvolvidas do Brasil no intuito de cooperação para a emancipação das regiões mais pobres, movimento que se daria em benefício do país como um todo. As divisas geradas pelos principais produtos primários do Nordeste não estariam beneficiando amplamente a região, posto que boa

parte delas seriam drenadas pelo Estado, a fim de “equipar a indústria do Sul e às vezes, ainda pior, para cobrir a importação de produtos de luxo, ostentatórios [...] com que os países subdesenvolvidos pensam cobrir sua miséria, mas apenas evidenciam de forma mais gritante o seu subdesenvolvimento” (Castro, 2022: 292).

2.6. Castro argumenta a favor da atenuação da disparidade entre as diferentes regiões do país, reivindicando uma distribuição mais equânime das riquezas e um critério mais equilibrado para os investimentos tanto nas diversas regiões quanto nos diferentes setores da economia. Ou seja, a dependência surge como problema fundamental a ser resolvido, pois seria a economia de “dependência total” do Nordeste e da região amazônica em relação ao sistema econômico de outras áreas do Brasil que contribuiria, junto ao desnível setorial entre as economias agrícola e industrial, para a manutenção da fome.

2.7. Desenvolvimento econômico como prognóstico: para Castro (2022: 302, grifos do autor), a política de desenvolvimento constitui uma “*necessidade histórica*”, uma espécie de imperativo em relação ao qual o país não poderia se furtar. A ideia seria promover ainda uma economia planificada, que atuasse efetivamente sobre todo o sistema econômico, evitando desequilíbrios entre os diferentes setores. Para o autor, o desenvolvimento da indústria brasileira seria somente viabilizado mediante a concomitante expansão e consolidação do setor primário.

2.8. Castro destaca, nesse sentido, a ausência de um mercado interno capaz de absorver a produção industrial, o que o conduz a uma reflexão sobre a necessidade da

integração do campesinato. O Nordeste seria o mais grave de nossos problemas, que ameaçaria não somente a economia do país, como também a segurança nacional, emergindo o chamado dilema do pão ou do aço, decisivo para suas reflexões. Nas palavras do autor:

Ao promover o desenvolvimento econômico do país fica o governo um tanto perplexo diante do dilema do pão ou do aço, ou seja, de investir suas escassas disponibilidades na obtenção de bens de consumo ou de concentrá-las na industrialização intensiva, sacrificando durante um certo tempo as aspirações da melhoria social da coletividade (Castro, 2022: 304, grifos do autor).

2.9. Para Castro, a resolução do dilema não se encontraria na concentração de esforços sobre o pão ou o aço, mas no seu atendimento concomitante, conferindo atenção a ambos os polos e levando em consideração as circunstâncias sociais e as disponibilidades econômicas correntes. Para que o desenvolvimento econômico seja efetivamente levado a cabo, o governo não somente teria que estar atento às necessidades dos grupos sociais atuantes no setor agrícola, mas promover, sobretudo, “uma melhor distribuição regional em matéria de crédito e investimentos a fim de que o gigante brasileiro não venha a crescer capenga ou torto” (Castro, 2022: 305). Assim, Castro (2022: 307) se opõe ao que considera o arcaísmo da estrutura agrária brasileira, marcada por relações de produção de “tipo feudal”, nas quais perdurariam as “sobrevivências do feudalismo agrário”. A estrutura agrária arcaica calcada na

monocultura e no latifúndio seria, desse modo, o principal fator para a predominância da fome enquanto problema crucial na formação social brasileira. Não à toa, a reforma agrária surge, como discutimos, como uma “*necessidade histórica* nesta hora de transformação social que atravessamos: como um imperativo nacional” (Castro, 2022: 309, grifos do autor).

II. Celso Furtado

“A Operação Nordeste” (1959)

1. Celso Furtado e a transformação estrutural do Nordeste

1.1. Para pensar os problemas enfrentados pelo Nordeste, Celso Furtado³ (2009: 30) destaca um problema fundamental do desenvolvimento econômico, que se refere à criação de desigualdades, chamando a atenção para o que ele entende como a “lei da concentração”. O economista paraibano ressalta que o mais grave problema brasileiro consistiria nas disparidades regionais que vinham sendo gestadas com o processo de desenvolvimento urbano-industrial, que teria a tendência de acentuá-las. O autor aponta para a relação entre

³ É interessante chamar a atenção para o experimento recentemente realizado por Pedro Cafardo (2023), que perguntou ao ChatGPT quais seriam os dez maiores economistas brasileiros e obteve como resposta o nome de Celso Furtado como o número um da lista, por conta de suas formulações a respeito do desenvolvimento econômico do Brasil.

industrialização/desenvolvimento econômico e concentração de renda, uma vez que poderia ser identificado no Brasil problema similar ao da economia mundial, a saber, uma certa geopolítica que coloca, de um lado, as metrópoles industrializadas e, de outro, as colônias produtoras e exportadoras de matérias-primas. Furtado argumenta que as relações entre as economias industrializadas e as economias primário-exportadoras engendrariam, inevitavelmente, formas de exploração, que inibiriam o desenvolvimento das últimas. Tendo em vista o problema, o autor discute as propostas de intervenção da Operação Nordeste, posto que a região seria, nas suas palavras, o “sistema subdesenvolvido mais importante do Brasil” (Furtado, 2009: 32).

1.2. Com isso, Furtado empreende o movimento de construção de um diagnóstico para a região, no intuito de propor uma política de desenvolvimento consistente, que teria a Sudene como promotora fundamental. A Sudene teria como objetivo a promoção do processo de industrialização do Nordeste, contribuindo ainda para o combate à miséria e aos conflitos que se espalhavam pela região e que inquietavam o então presidente Juscelino Kubitschek, receoso com possíveis ameaças à democracia e à soberania do país (Mendes, 2017). Contudo, argumenta, alguns problemas emergem no processo, como, por exemplo, certas dificuldades de ordem administrativa. Para Furtado, o Estado não se encontraria suficientemente aparelhado para que pudesse vir a resolver problemas econômicos cruciais, o que se aplicaria ao problema para cuja resolução a Operação Nordeste foi criada.

1.3. Assim, Furtado chama a atenção para o imperativo da realização de uma reforma administrativa, que seria fundamental para que a implementação de políticas públicas de desenvolvimento pudesse lograr êxito no Nordeste. Portanto, a Sudene surge como um órgão que teria dois objetivos complementares, a saber, nas palavras de Furtado (2009: 35), “dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função de novos objetivos”. Como afirma Furtado (2009: 167), em seu “Discurso de posse na Sudene” como superintendente, sua criação tinha como objetivo conferir ao governo as ferramentas necessárias para o exercício de sua “funcionalidade como instrumento promotor do desenvolvimento”.

2. Diagnose e prognose

2.1. Mobilizando a história do Nordeste como recurso heurístico, Furtado destaca a monocultura e o latifúndio como dois fenômenos que se encontrariam vinculados ao modo pelo qual a economia do açúcar teria se desenvolvido na zona úmida da região. Além disso, a economia do Nordeste teria promovido uma alta concentração de renda nas mãos de um exíguo número de grandes proprietários de terras, o que teria inviabilizado, argumenta o economista, o crescimento de um mercado interno. Ou seja, diferentemente da economia cafeeira em São Paulo, compara Furtado, que teria permitido uma maior

distribuição de renda, a economia açucareira, ao concentrá-la, teria contribuído para entravar a formação de um mercado interno dinâmico o suficiente para efetuar a transição de uma economia de exportação para uma economia industrial. Assim, no momento em que as exportações de açúcar tiveram seu impulso de crescimento arrefecido, a dinâmica do sistema teve sustada a possibilidade de empreender uma transição para a industrialização. Como discute o autor, não obstante sua expansão horizontal, através da economia de subsistência e da ocupação de terras de qualidade diminuta e mais propensas a sofrerem com as secas, a estagnação do açúcar teria tornado o Nordeste uma economia sem mecanismos que permitissem um impulso de crescimento.

2.2. Furtado elabora, em “A Operação Nordeste”, um plano de ação para dar conta dos problemas apresentados pela região. O primeiro objetivo deveria ser uma economia resistente à seca, o que demandaria um conhecimento mais profundo da região semiárida, ou seja, de seus recursos tanto de água superficial quanto subterrânea, bem como de sua flora, sendo necessária ainda a mobilização de crédito e assistência técnica. A ideia seria incorporar ao Nordeste “terras úmidas com invernos regulares”, por meio da abertura de “estradas adequadas, colonizando, organizando uma economia adaptada ao meio”. Contudo, Furtado chama a atenção para o imperativo de desenvolvimento das atividades secundárias, reivindicando uma linha de ação que tivesse em vista um aumento dos investimentos industriais no Nordeste. O processo de industrialização da região viabilizaria a incorporação de um amplo estoque

populacional que se encontraria à margem nas zonas urbanas, uma vez que somente seria possível empregar “essa população por meio de um grande número das atividades do setor secundário, isto é, nas indústrias” (Furtado, 2009: 46), além de permitir “um esforço para diminuir a disparidade de ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul”.

2.3. Mas, por outro lado, Furtado esposa uma perspectiva integrada entre a produção de alimentos e o processo de industrialização da região, entendendo que o crescimento do poder de compra das zonas urbanas e o desenvolvimento industrial seriam dois momentos de um mesmo processo. Sem o aumento da produção de alimentos haveria um aumento dos preços que contribuiria para frustrar o desenvolvimento industrial, uma vez que os salários monetários apresentariam forte tendência ao crescimento, o que retiraria a vantagem do Nordeste na concorrência com o Centro-Sul, a saber, seus salários mais baixos no setor secundário. Portanto, o ponto nevrálgico da economia do Nordeste residiria na agricultura, posto que se “não resolvermos o problema da utilização adequada das terras da faixa úmida – subutilizadas nos grandes latifúndios do açúcar e nos chamados vales úmidos da zona litorânea – não podemos criar, no Nordeste, uma indústria capaz de sobreviver” (Furtado, 2009: 49).

III. Considerações finais

A despeito das divergências de Josué de Castro em relação a certos aspectos que informavam a Sudene, tanto ele

quanto Celso Furtado se voltam para a resolução dos problemas enfrentados pelo Nordeste, procurando delinear alternativas para o desenvolvimento econômico da região. Ou seja, Castro e Furtado desenvolvem seus trabalhos sobre o Nordeste, enquadrando-os sob a ótica de uma luta contra o chamado “subdesenvolvimento”.

Ambos propõem a integração entre o investimento na agricultura e o desenvolvimento urbano-industrial. Contudo, podemos identificar uma diferença significativa: apesar de entender a importância do tema da reforma agrária, Furtado teria preferido evitá-lo por conta do receio de gerar algum enfrentamento mais ríspido com as oligarquias agrárias, decretando o fim precoce da Sudene (Mendes, 2017), o que fica claro no texto “A Operação Nordeste”, no qual o tema não ganha corpo. Contudo, isso não quer dizer que a questão agrária não tenha importância no pensamento do economista paraibano, como pode ser notado em seu clássico livro *Formação econômica do Brasil*, publicado originalmente em 1959 e, como vimos, no próprio texto “A Operação Nordeste”. Já Castro se debruça minuciosamente, em *Geografia da fome*, sobre o tema da reforma agrária, reivindicando-a como projeto fundamental para dirimir o problema da fome no Nordeste, uma vez que a monocultura e o latifúndio jogariam papéis decisivos para a situação extremamente precária de grande parte da população da região.

Se pensarmos na democracia como longa duração e como as interpretações do Nordeste afetam o seu aprendizado social como propõe o curso que estamos ministrando, Castro e Furtado situam-se naquele momento

decisivo de transformação dos sentimentos mais difusos de injustiça (no tratamento de situações como a seca, a fome, as migrações e a violência) em questão social propriamente dita, como sugere Botelho (2023), inspirado em Barrington Moore Jr., no post de abertura da Série Nordeste BVPS.⁴ Não custa lembrar, ademais, que Josué de Castro chegou a ser reeleito, em 1958, como o deputado federal mais votado no Nordeste (Andrade, 1997), enquanto Furtado atuou diretamente como superintendente no projeto da Sudene, cujas reflexões aparecem sistematizadas, como vimos, em “A Operação Nordeste”.

Referências

ALMEIDA, Silvio. (2022). Nosso alimento é a esperança. In: CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Todavia.

ANDRADE, Manuel C. de. (1997). Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*. n. 11, v. 29, p. 169-194.

BASTOS, Elide R. (2005). *Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo. Perspectivas*, São Paulo, 28, p. 19-36.

BOTELHO, André. (2008). *Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia*: apresentação. In: BOTELHO, André & BASTOS, Elide R & VILLAS BÔAS, Glaucia. (orgs.). O

⁴ Consultar capítulo anterior, “Nordeste autopoiesis”.

moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks.

BOTELHO, André. (2023). Nordeste autopoiesis. Série Nordeste. Blog BVPS. Post dia 27/05/2023.

CAFARDO, Pedro. (2023). Os dez maiores economistas brasileiros, segundo a IA. *Valor Econômico*. Texto publicado em 23 de maio de 2023.

CASTRO, Josué de. (2022). *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Todavia.

FURTADO, Celso. (2009). A Operação Nordeste. In: *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto.

FURTADO, Celso. (2009). Discurso de posse na Sudene. In: *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto.

GARCIA JR., Afrânio. (2016). “Ares do mundo” e meditações sobre centros de decisões internacionais: o valor heurístico da “obra autobiográfica de Celso Furtado”. *Política & Trabalho*. n. 45, p. 251-284.

MENDES, Flávio da S. (2017). No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da Sudene. *Lua Nova*, n.100, p. 283-311.

PÉCAUT, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática.

O Brasil vos espera: conversa com Antonio Nóbrega

André Botelho

Pedro Meira Monteiro

1. Como você, um artista plural, gostaria de se apresentar aos nossos leitores, Antonio Nóbrega?

Essa tem sido uma pergunta para a qual ainda não encontrei uma resposta que me agrade no justo total. A mais próxima que cheguei foi a de um artista brasileiro, mas também a de artista multidisciplinar serve. Músico, dançarino também se ajustam...

2. Sabemos que você tem uma trajetória riquíssima, mas sempre pensamos na importância do Movimento Armorial e em Ariano Suassuna nela. Conte-nos um pouco sobre aqueles anos e o que deles ainda vive em você.

Foram anos muito felizes em minha vida. Por conta do convite de Ariano para integrar o Quinteto Armorial, tive a oportunidade de abrir os olhos para uma realidade cultural brasileira sempre colocada à deriva. Foi um período em que convivi com inúmeros brincantes, músicos, poetas e dançarinos da cultura subalternizada brasileira. Essa imersão, se assim posso nomear, começou em Recife, depois

se estendeu para outras cidades nordestinas; posteriormente, quando nos mudamos Rosane e eu para São Paulo, pude conhecer as manifestações culturais populares do Sul, Centro e Sudeste.

Por outro lado, a convivência pessoal com Ariano também me foi muito instrutiva. Nos ensaios do quinteto conversávamos sobre arte em geral, mas, sobretudo, literatura. Quando o conheci tinha 18 anos e ele – me lembro bem – dava os retoques finais naquela que seria a sua obra mais importante, o *Romance d'A Pedra do Reino*.

3. Você é um dos principais artistas nordestinos e pensadores da arte nordestina. Qual o lugar do Nordeste na cultura brasileira? Quantos Nordestes existem?

O Nordeste, opino, tem um lugar primacial na cultura brasileira, sobretudo em sua vertente popular. O dinamismo da máquina econômica evidentemente colaborou nessa *primacialidade*. Aprendemos que as capitanias de Pernambuco e da Bahia foram aquelas que mais cedo prosperaram, e isso devido à extração canavieira. O mundo cultural consequentemente começou a rodar mais cedo. Se hoje existe frevo em Recife – uma *instituição cultural* que congrega ritmo, poesia, dança, música em diversas modalidades –, tal fato se deve às reuniões festivo-devocionais dos negros escravizados realizadas entre os sábados e os domingos, reuniões que, passados quatro séculos, permanecem vivas e agora chamadas de sambadas de Maracatu rural, Cavalo-marinho, rodas-de-coco etc.

Quanto aos nordestes, não acho que os hajam... As diferenças culturais estão na mesma proporção das diferentes entoações dos falares da região. É o que entendo por diversidade dentro da unidade. Penso que o Brasil é refratário de apenas duas culturas ou correntes de cultura, como prefiro dizer: a europeia ou ocidental, de transplante, e a popular, autóctone, que teimam em não fazê-la existir. Tudo que se fixou no Brasil culturalmente é proveniente dessas duas linhas ou tradições culturais. O nosso lastro ou húmus cultural provém unicamente delas. É o que as obras de Guimarães Rosa, Mário de Andrade, Ariano Suassuna, Villa-Lobos, Noel Rosa, Pixinguinha, Chico etc. refletem. Mas o Brasil ainda não acabou, ou pelo menos não deveria. Como encantado pelo que vi, escutei e dancei durante os meus anos de aprendizado, se houver ainda um Brasil, acho que dependerá muito de como iremos dimensionar o papel da cultura.

4. Conte-nos um pouco sobre as linhas de atividade do Instituto Brincante em São Paulo. Qual o papel do Instituto hoje, e como vocês o veem no futuro? Como as pautas contemporâneas da cultura e da política vêm ressoando no Brincante?

Através dos cursos e eventos oferecidos, o Brincante tem procurado confraternizar, tanto na prática quanto na teoria, os dois brasis que parecem opostos – em muitos sentidos realmente são (coalizar bilionário com quem passa fome é difícil pra cachorro!) – mas que, culturalmente, são

complementares. Essa perspectiva, todavia, tem sido muito difícil de ser compreendida e, sobretudo, colocada em prática. Ainda continuamos demasiado dependentes da visão cêntrico-ocidental de cultura. Através do Rock in Rio, do The Town, do Lollapalooza, dos programas televisivos macaqueados dos States etc. continuamos a assinar novos atestados de vira-latismo. Ora, somos o país do Frevo, do Baião, do Chamamé, do Carimbó, do Choro – bem, não vou citar o samba, né?... – gêneros e formas de expressão musical brasileira que não estão dormindo e muito menos podem ser taxados de folclóricos, passadistas ou regionais. O Brasil é uma região do mundo, portanto, a sua cultura é regional, regional do Brasil. Pois é, esse estado de coisas me incomoda muitíssimo, mas pelo que vejo a classe pensante brasileira não parece tão incomodada quanto. Fico, por vezes, atônito pelo desinteresse e apatia em se debater e pensar cultura, em se pensar num projeto de cultura para o Brasil, digo um projeto cultural de Estado e não só de governo!

5. Recentemente você foi professor-visitante na Unicamp. Conte-nos sobre essa sua experiência docente.

Fui convidado muito generosamente pelo Instituto de Estudos Avançados (IDEA) para realizar uma residência. Foi uma experiência muito proveitosa para mim. Durante seis meses, duas vezes a cada mês, ministrei oficinas e aulas teóricas, subordinado ao tema geral Brasisbrasil. O escopo desses encontros foi alicerçado na ideia de apresentar notícias sobre o mundo cultural popular: o seu processo de

formação e desenvolvimento, seus mitos fundadores, onde estaria a sua práxis e, ao final, considerações em torno de sua poética. Esse processo me ajudou bastante a reunir os fios da trama de um livro que ando procurando concluir e que, acho, deverá ter o mesmo nome dessa minha residência.

Buscava também com essa residência despertar o interesse acadêmico nas práticas e estudos do mundo cultural popular que cheguei a dar início na própria Unicamp há mais de trinta anos atrás, quando, junto a outros professores, convidados todos pela professora doutora Marília de Andrade, fundamos no seu Instituto de Artes o Departamento de Artes Corporais. Nele fui responsável pela cadeira Danças brasileiras.

6. Você está escrevendo um livro novo, que parece seguir trilhas deixadas por Mário de Andrade. Por favor, conte-nos mais sobre o projeto e o que podemos aguardar.

Como assinalei na resposta anterior, ando tentando concluir essa paradinha. Escrever esse livro é algo que tem me motivado imensamente. Não tem sido fácil conciliar o artista com o pesquisador-escritor-pensador... A minha meta é finalizá-lo dentro dos próximos três meses. Penso que, desta vez, conseguirei obedecer aos prazos que me impus – melhor dizendo, me impuseram...

Em relação a Mário, acho-o realmente um farol. Melhor: um faroleiro reverenciado, estudado, cujas ideias poderiam ser bem mais postas em prática. Às vezes, leio que Mário falhou em seu projeto de cultura; cá comigo e agora

cá com os que me leem: quem falhou e continua falhando é o Brasil. Mário nos ensina que muito do Brasil está nas ruas, nos terreiros, nos rincões interioranos etc. Entendendo e vivendo o que existe neles, chegaremos mais perto do país. Como o poeta, precisamos ainda, senhores, sujar nossas mãos de barro, gastar as alpercatas, sambear, ouvir e tirar versos. Cantarolar toadas e sambas... Vivendo-entendendo o que se passa na consciência-inconsciência e no corpo do povo.

O Brasil vos espera. É isso.

Meus nordestes: Fortaleza, o mar e o sertão

Isabel Lustosa

Uma das canções do Pessoal do Ceará que mais gosto é a que diz assim:

Você conhece o Nordeste, / palmilhou seu chão sagrado, viu cascavel em Coluna, / sol quente pra todo lado // você conhece o Nordeste / Morro Branco e Quixadá, / palmilhou seu chão sagrado / por isso pode falar...

Cantada por Teti, parceira do compositor cearense Rodger Rogério, cujo tom agudo, sincero e dramático da voz remete ao das cantorias das novenas do interior do Ceará, parecia mesmo que a gente estava sentindo sol quente pra todo lado. Rodger compôs esses versos, depois musicados por Belchior, em homenagem a um amigo que fez quando esteve na USP: Paulo Vanzolini. Talvez tenham se aproximado por conta do fascínio que a boemia de Fortaleza tinha e ainda tem por *Ronda*, canção mais conhecida desse grande artista e zoólogo.

Talvez também por conta da identidade dupla que os irmanava: cientistas e compositores, pois Rodger é físico e professor da UFC. O fato é que, se a amizade começou por conta de *Ronda*, ela se estreitou depois em uma mesa de bar, como não podia deixar de ser. Numa dessas ocasiões, Rodger

duvidou que Vanzolini conhecesse bem o Ceará. Vanzolini venceu o desafio dando demonstrações de um conhecimento muito superior ao de Rodger, chegando mesmo a ostentar: *Em Quixadá, conheço até os bodegueiros*. Rodger não conhecia nada, pois, tal como eu, cresceu e passou a vida toda em Fortaleza, frequentando a praia de Iracema e as tertúlias do Clube Maguary.

O Pessoal do Ceará era de Fortaleza

Aliás, o Pessoal do Ceará, como ficou conhecida aquela geração de artistas da MPB que surgiu nos anos 1970, era muito mais de Fortaleza do que do Ceará. Dois dos mais famosos, Ednardo e Fagner, por sinal, pertenciam à mesma paróquia em que passei a infância e a adolescência: a da Piedade. A Piedade reúne o bairro Joaquim Távora e a parte do bairro José Bonifácio, – onde a família de Ednardo vivia e mantinha um colégio – e fica entre o Centro, o bairro de Fátima e a Aldeota. A Piedade era uma região de classe média e sua vida se fazia em torno da igreja governada pelos padres salesianos que ali também mantinham um colégio para meninos.

Grande parte das músicas de Ednardo têm Fortaleza, sua paisagem e sua gente, como tema. São tão boas que estão na moda entre os jovens de hoje que criaram até um bloco de carnaval inspirado em uma delas: Luxo da Aldeia. O nome se deve ao trecho da letra de “Terral”, que começa dizendo “Eu venho das dunas brancas” para terminar com a formidável sequência: “eu tenho a mão que aperreia / eu

tenho o sol e areia / sou da América, sul da América / South América / eu sou a nata do lixo, eu sou do luxo da aldeia / eu sou do Ceará”. Ednardo era também o artista cearense preferido de meus colegas de Ciências Sociais da UFRJ, entre o final dos anos 70 e começo dos 80, que adoravam a sonoridade de sua música e a grande beleza que há nos versos de suas composições.

Outra canção que é um hino de amor a Fortaleza é “Longarinas”, que diz: “Faz muito tempo / Que eu não vejo / O verde daquele mar quebrar / Nas longarinas da ponte velha / Que ainda não caiu”. Essa canção também tem construções preciosas do tipo: “Uma a uma, as coisas vão sumindo / Uma a uma, se desmilinguindo”, referindo-se à destruição de tantas casas e prédios antigos da cidade para dar lugar aos edifícios que hoje caracterizam aquela paisagem urbana. Mais adiante aparece a Fortaleza dos modernos chocando-se com o bucolismo das noites de luar: “E a lua viu desconfiada / A noiva do Sol com mais / Um supermercado...”.

Outra referência à Fortaleza onde vivi até o começo da juventude é “Beira-mar”, cujo primeiro verso diz: “Na Beira-Mar, entre luzes que lhe escondem / Só sorrisos me respondem / E eu me perco de você...”. Imagem que remete ao famoso Bar do Anísio, à agitação boêmia que havia nos anos 70, naquele trecho da avenida. Era nessa beira-mar boêmia que se desenrolavam alguns dramas sentimentais, encontros e desencontros como os que sugerem a música.

Olha o tombo da jangada nas ondas do mar: os pescadores e a arte de Raimundo Cela

Essa vida boêmia com noites que se estendiam até o amanhecer era vizinha da comunidade de pescadores que até hoje ocupa o final daquela praia. Os verdes mares bravios de Alencar comparecem ali, no burburinho dos homens do mar chegando com seus barcos e jangadas, trazendo o produto fresco de sua jornada que se iniciara ainda na madrugada. E Fortaleza tem ainda essa imagem dos barcos ancorados; das redes de pesca estendidas ao vento e de sua minúscula igreja bem em frente a essa paisagem, em que o pescador vai agradecer a seu padroeiro S. Pedro pela boa colheita e por ter sobrevivido mais uma vez.

Essas imagens da beira-mar urbana remetem à obra de nosso maior pintor: Raimundo Cela. Nascido em 1890, em Sobral, no interior do Ceará, Cela criou-se em uma cidade litorânea próxima dali: Camocim. E foi lá que pintou os pescadores, suas jangadas e seus costumes. Sua arte não procura simplesmente imitar as coisas representadas, é de uma beleza solene, meio melancólica, mas luminosa e colorida. Ela nos revela, de maneira muito sutil, sem grandiloquência ou pieguice, a poesia que inspira a visão dos pescadores e de suas jangadas nas praias do Ceará.

Artista nordestino, porém internacional, Cela era filho de um espanhol, funcionário de uma empresa ferroviária e de uma professora cearense. Ele veio para o Rio de Janeiro, em 1910, cursar engenharia, como desejava o pai, e a pintura, como ele mesmo desejava. Aqui, estudou sob a orientação dos maiores mestres do começo do século, ficando

pessoalmente ligado a Eliseu Visconti. Formando-se em engenharia, Cella trabalharia com o Marechal Rondon e, mais tarde, no escritório do então famoso arquiteto Arquimedes Memória (autor do projeto da Câmara dos Vereadores, a famosa “gaiola de ouro”). Em 1917, Cella ganhou o prêmio de viagem do Salão Nacional de Belas Artes. Por causa da Primeira Guerra e da necessidade de concluir o curso de engenharia, só viajou mesmo em 1920. Permaneceu na França por dois anos, onde se dedicou ao aprendizado da gravura em metal.

De volta ao Brasil, foi viver no Camocim, trabalhando durante dez anos como engenheiro de uma pequena usina elétrica. Em 1938, a pintura de um painel para o governo do Estado, representando a libertação dos escravos do Ceará, o trouxe de volta à vida artística. Pouco depois, em 1940, estabeleceu-se em Fortaleza, onde constituiu ateliê nos autos do teatro José de Alencar. Cella faz parte daquela geração de brasileiros que se criara sob a influência da cultura francesa. O pintor retornou ao Rio de Janeiro em 1945. Aqui se tornou professor de gravura em metal da então ENBA, cargo que ocuparia até a sua morte, em 1954. Nesta última fase da carreira, Raimundo Cella foi duas vezes premiado com a medalha de ouro do Salão Nacional de Belas Artes.

Benefício-me da crítica de Cláudio Valério Teixeira, que identifica na obra de Cella uma simbiose entre a pintura e a aquarela: *uma seleção de pigmentos de quem já havia olhado a pintura impressionista e por ela se deixado envolver, uma paleta aberta cujas cores luminosas tomam o lugar das terrosas*. Segundo aquele crítico, o artista teria sabido se apropriar dos temas de sua terra, dando-lhes um tratamento natural, mas valendo-

se de distorções quase caricaturais, recurso que, na opinião de Cláudio Valério, *subtrai de seus desenhos o caráter naturalista, fazendo-os ganhar em expressividade*. O importante, diz ainda o mesmo crítico, *é verificar como o artista vai transformando a forma clássica – poses típicas de estudos de academia – em traços pessoais, desenhos menos laboriosos, realizados ao natural, agregando características formais inteiramente próprias*.

Raimundo Cela, sendo um moderno, nunca foi um modernista. Ele apareceu justamente naquele momento de nossa história cultural em que as artes seriam atingidas pelo radicalismo de 1922. Criou-se então o mito, que hoje vem sendo revisto pelos estudos sobre o pré-modernismo, de que havido um hiato entre os mestres do século XIX e a Semana de Arte Moderna. Neste período nada teria sido produzido de interessante e criativo. Os que surgiram naquela fase foram mantidos assim numa espécie de limbo cultural. Mas a arte de Raimundo Cela é prova do contrário, e seu valor deve muito ao fato de ter sido concebida à margem das escolas, de não ter sido contaminada pelos modismos passageiros. Além das imagens de surpreendente beleza, o que a obra de Cela proporciona é uma janela para o Ceará. Um Ceará de praias oceânicas, de jangadas e de jangadeiros. “Olha o tombo das jangadas nas ondas do mar”, verso do baião “Imbalança”, descreve bem o movimento que sua pintura conseguia simular. Um Ceará da gente do mar, com muita luz, vento, areia e água salgada. Certamente está em seus quadros a melhor tradução pictórica dessa paisagem nordestina.

Meus sertões: Luís Gonzaga, Canindé, Camará, papai e Dalva

Se a geração musical dos anos 1970 teve pouco de inspiração sertaneja, a exceção talvez do arquiteto e compositor nascido em Quixeramobim, Fausto Nilo, e do quase padre sobralense, Belchior, o sertão não faltou nunca na memória afetiva de todos nós. Desde a infância nos acostumamos a ouvir Luís Gonzaga cantando no rádio seus baiões com as inspiradas letras do cearense Humberto Teixeira. Nelas, o sertão e a seca se faziam presentes em obras de qualidade poética ímpar, das quais a mais conhecida é “Asa Branca”: *Quando olhei a terra ardendo qual fogueira de São João / Eu perguntei a Deus do Céu / Porque tamanha desolação / Que braseiro, que fornalha / Nem um pé de plantação...* No entanto, essa canção também remete a um fenômeno que é familiar a todo nordestino que se afasta um pouco da costa: a forma como a mata gretada, seca e de cor amarronzada e a se confundir com a terra avermelhada se transforma com a primeira chuva. Já em “Asa Branca”, o artista em seu verso mais bonito promete à Rosinha que voltará: *quando o verde dos seus olhos se espalhar na plantação*. Beleza que também marca o primeiro verso de outra canção triste, “Assum Preto”, nome de outro pássaro da caatinga: *Tudo em volta é só beleza, céu de abril e a mata em flor...*

É difícil enumerar as tantas canções que remetem ao sertão e à seca, mas elas ocuparam um lugar definitivo em nossa memória afetiva, fazendo com que a representação desse nordeste sertanejo se incorporasse à nossa própria natureza. Suas imagens ficaram tão impregnadas na

representação do Nordeste que até quem nunca viveu no sertão as sente como suas. Também porque, desde a escola primária, éramos educados a pensar o mapa do Brasil como dividido em regiões. E as estampas dos livros escolares traziam como representação maior do Nordeste o vaqueiro com seus gibão e chapéu de couro característicos, em meio à paisagem árida da caatinga. Havia também um repertório poético que frequentava as seletas com versos que diziam: *O rio Jaguaribe é uma artéria aberta por onde escorre o sangue do Ceará...* Ou outro do qual só me lembro do final, que culminava com a sentença: *Chove na minha terra, chove no Ceará*. Porque no Ceará, quando o tempo está carregado de nuvens escuras, o sujeito olha para o céu e diz: *tá bonito prá chover*.

Meu pai passou a infância no sertão do Ceará, na cidade de Canindé. Embora tenha vivido em Fortaleza, aonde sua família chegara por volta de 1915, fugidos da seca feroz daquele ano, Seu Costa, até morrer, trazia nas retinas octogenárias a imagem que descrevia com gosto das grandes pedras que calçavam a rua em torno da estação de trem, a primeira revelação que guardou da capital. Por causa dele e dos vínculos afetivos que o ligavam àquela cidade, visitamos várias vezes o Canindé. Íamos sempre pagar alguma promessa a São Francisco de Assis, padroeiro daquela cidade, na missa das sete da manhã, o que nos obrigava a viajar de madrugada. A devoção a São Francisco era tão forte na família que têm Franciscos em todas as gerações. No norte do Ceará não há tanto apego ao Padre Cícero. Acho até que papai tinha certa antipatia pelo santo milagreiro do Cariri por conta da invasão de Fortaleza por seus jagunços, em 1914.

Lembro que tudo me parecia muito peculiar no Canindé: o fato de o chão das ruas principais ainda ser de terra, os ex-votos expostos na igreja, a loja do Marreiro, primo de papai, que tinha tudo que o povo do sertão consome no dia a dia, o sítio de Ricardo, seu tio, criador de bodes etc.

Como muita gente do sertão, papai deve ter sido um leitor da bíblia dos sertanejos do século XIX, o *Lunário Perpétuo*. Outro dia aprendi que uma espécie de forquilha feita com galho de árvore que ele usava para identificar se havia possibilidade de abrir um poço em determinado lugar era método ali ensinado. Se tivesse água lá embaixo, a forquilha se inclinava para baixo. Também usar as folhas do mastruz macerada para curar braço torcido ou até quebrado era uma das receitas que se aprendia no *Lunário*.

No Camará, sítio que comprou no começo dos anos 60, na região do Euzébio, lá para as bandas do Aquiraz, papai pretendeu recriar a vida sertaneja da qual tinha saudades. Comprou-o, depois de vender com desgosto o sítio da Messejana, onde moraram seus pais, com sua casinha singela da qual só restaram as fotografias. Deve ter custado muito para o papai se desfazer daquele pedaço de terra. Lugar lindo, fresco, cheio de mangueiras, onde a gente estendia as redes e se balançava. Juntinho de uma igrejainha muito da bonitinha que ainda está lá. Mas a paisagem agreste e seca do Camará lembrava mais o sertão e papai gostava desse desafio sertanejo, adorava todos os afazeres que diziam respeito a ter uma terra, por mais seca e pequena que fosse. Ele ficava por lá, sozinho com os roceiros, erguendo cerca, cultivando macaxeira, cuidando das poucas vacas, fazendo a manutenção do cata-vento, limpando o entorno da lagoa,

que é tão triste quando esvaziada pelo estio e muito bonita quando sangra de tão cheia no inverno bom. Ele mandou fazer até uma casa de farinha com todos os apetrechos. Vinha gente de todo lado para a farinhada. Era bonito ver o pessoal trabalhando nas várias etapas do processo.

E a gente do lugar mais próxima de nós era a família Santana, nossos vizinhos. Deles, a que resiste até hoje é a Dalva, sertaneja valente e trabalhadora. Parece estranho que o principal trabalhador daquela roça tenha sido sempre uma mulher. Que a pessoa em que seu Costa mais confiava, a que era pau para toda obra, sem nenhum traço de feminilidade, além dos vestidos estampados, todos do mesmo modelo, que sempre usou. Parecia grande e forte, mandava e desmandava nos outros, enfrentava quem viesse lhe desafiar. Ninguém se metia com ela. Mas não era valentona, não. Era só, e ainda é, pessoa de muita personalidade. Foi bem mais tarde, fazendo foto dela ao lado do Chico, menino ainda, com seus dez ou doze anos, que percebi como Dalva é pequena. Na foto, é quase um palmo mais baixa que o menino.

Lembrança que me é cara é de Dalva assando castanha de caju sobre a folha de flandres aberta de uma lata velha sobre alguns tijolos. Atividade que gostávamos de ver e de participar. Quando a castanha estava no ponto, a folha era virada e a gente ia catando as castanhas no meio das brasas. A ponta dos dedos ficava preta por muito tempo por causa do óleo da casca que tinha que ser partida com uma pedra. No inverno, lá no Camará, dava tudo que é fruta sertaneja: murici, fruta amarelinha e farinhenta, pitomba, ciriguela, ata, graviola, cajá, cajarana, sapoti, macaúba, jenipapo e, naturalmente, o caju, que dá em toda parte. Bem que papai

tentou plantar abacaxi, mas nasceram tão mirrados que um dos filhos, o mais moleque, sugeriu que ele mandasse amostras para uma seção da Secretaria de Agricultura chamada “aberrações da natureza”.

Sobral, cangaceiros em Cajazeiras e o jeito de falar do cearense

Eu nasci em Sobral, mas tinha três meses quando meus pais se mudaram para Fortaleza. Mesmo assim, Sobral fez parte de toda a minha vida, pois tinha sido um lugar tão importante na vida de meu pai, que foi nomeado diretor do recém-criado IAPC na década de 1940, e lá fez amizades que levou para o resto da vida. Só fui conhecer Sobral na adolescência, quando papai foi eleito membro da Academia Sobralense de Letras e fomos todos lá na nossa Rural Willys. A maior parte dos quatorze filhos de seu Costa e d. Dolores nasceu ali, e mesmo que a gente nunca tivesse ido a Sobral, a cidade chegava a nós por meio dos amigos que vinham visitá-los e das histórias que meu pai contava. Mas Sobral era então uma metrópole sertaneja e as histórias de lá envolviam padres, políticos e o bispo local, além da proverbial mania de grandeza do sobralense. Aliás, o nome do bispo de Sobral, muito justamente apelidado de bispo-conde, era bem apropriado para as pretensões de nobreza da elite do lugar: D. José Tupinambá da Frota. Foi a partir de todas essas histórias que ouvira de papai e de outras tantas que pesquisou que meu irmão mais velho, o jornalista Lustosa da Costa, construiu uma obra única e notável, reconhecida

ainda em vida por aquela municipalidade, que deu à biblioteca da cidade o seu nome.

Bem antes de se estabelecer em Sobral, papai rodou muito pelo interior do Ceará como caixeiro-viajante das Casas Pernambucanas. Pode ser que tenha sido em uma dessas viagens que ele conheceu mamãe, filha de um comerciante bem estabelecido, dono de armarinho, na cidade de Cajazeiras, na fronteira da Paraíba. Aliás, também fomos uma vez de Rural Willys visitar esse avô materno, Crispiniano de Figueiredo Lustosa. A terra onde mamãe passou a infância e a mocidade era uma fantasia ainda mais remota que Sobral, pois convivemos com poucos parentes de mamãe. Meu avô era descrito como um homem alto, muito claro, e assim ele aparece na foto tradicional do casal, ao lado de vovô Chaguinha, cujos traços e cabelos evidenciavam a ancestralidade indígena herdada por muitos dos filhos e netos. Nas boas fotos que nos chegaram, reunindo a família Lustosa, todos pareciam muito elegantes, bem-vestidos e calçados, por isso foi bem decepcionante conhecer o Vovô Piano, naquele velhinho mirrado, surdo e mal-humorado, vivendo com duas filhas solteironas em casa, que me pareceu pobre e desprovida de qualquer encanto. Da longa viagem guardei a memória de nossa passagem pelo Quixadá e do recorte da serra que forma a imagem da galinha-choca. Papai quis nos mostrar o açude.

Mamãe era mais silenciosa e, por isso, só quando eu já era adulta que ela me contou a história da invasão de Cajazeiras pelo bando de Lampião. Não que o próprio Lampião lá tenha estado, quem teria comandado esse ataque teria sido Sabino Gomes, um de seus cabras. Quando não

tinha em vista alguma ação, Virgulino usava dividir o bando entre os homens que mais confiava, e Sabino era de sua inteira confiança. Na entrevista que deu em Juazeiro, Lampião declarou que Sabino e seu irmão Antônio Ferreira eram seus substitutos naturais. Ambos, aliás, se tornaram tenentes pelo mesmo ato de pantomina com que o Padre Cícero fez de Virgulino Capitão.

Foi em 1926, e quase tudo que mamãe contou está também contado no livro de Ivan Bichara: *Carcará*. Conheci o ex-governador da Paraíba na casa de meu saudoso amigo Plínio Doyle, numa daquelas reuniões tão simpáticas que passaram à história com o nome de Sabadoyle. Segundo o relato de d. Dolores, apesar de ter corrido o boato de que os cangaceiros iam atacar a cidade, ninguém acreditava, porque Cajazeiras era grande, depois de Campina Grande, era a maior cidade da Paraíba. E Lampião não atacava cidade que tivesse duas ou mais torres de igreja: se fosse cidade grande, o sucesso da empreitada seria duvidoso.

Quando a invasão de Cajazeiras começou, todo o mundo ficou apavorado e foi se trancar em casa, a bandidagem roubando anéis, alianças e cordões de ouro dos grupos que, distraídos, aproveitavam a brisa do Aracati em suas cadeiras de balanço, nas calçadas como era então comum. Mas os que sabiam que a invasão ia acontecer estavam esperando e reagiram de arma na mão, pondo em fuga os cangaceiros. Estes deixaram a cidade atirando e, no caminho, mataram um alfaiate que, por curiosidade, metera a cabeça na janela para olhar. Ao contrário dos tantos relatos em que, a um simples bilhete de Lampião ou de um de seus asseclas, as cidades imediatamente se submetiam, Cajazeiras

se organizou para a reação armada. Prefeito, juiz, bispo, padre, delegado, comerciantes e a gente simples do povo se prepararam para reagir e reagiram, honrando a tradição de valentia da Paraíba.

Muitas outras histórias de Cajazeiras me são contadas por minha prima Ceci Germano Lustosa, que veio morar com mamãe depois que papai morreu. Ela trouxe a Paraíba para dentro de casa, tardiamente, eu diria. E sabe segredos familiares que mamãe não gostava que ela contasse. O mais interessante é que o convívio com os parentes, seja da Paraíba, seja de Pernambuco, revela uma imensa, para nós pelo menos, diferença no jeito de falar. O sotaque deles nos soa bastante exagerado, com suas vogais muito abertas. É como se fosse havendo uma gradação do Ceará para cima, sendo que as vogais são ainda menos abertas no Piauí e no Maranhão. No Pará, não há mais semelhança alguma. E os paraenses, como os gaúchos, gostam de usar a segunda pessoa do singular.

E por falar em falares, não dá para não fazer referência aqui à maneira como o povo cearense transforma algumas consoantes em “r”: gelado, *relado*; velho, *réi*; mesmo, *mermo* etc. Dalva, por exemplo, gosta de dizer: “marrrr, minino”, no sentido admirado e crítico de “imagine, que coisa”, “que folga”. Também tem a troca do inho por im: pertinho, pertim; bonitinho, bonitim; bonzinho, bonzim etc. Sinto saudade do tempo em que a gente dizia merendar, em vez de lanchar; mangar em vez de zombar; cruzeta em vez de cabide e gigolete, que é como a gente chamava, não sei por quê, o arquinho de prender cabelo. Expressão que eu gosto é “nem escuto a zoada da mutuca”. A gente usava para

afetar indiferença diante de provocações. Outra expressão engraçada é “vou rebolar no mato”, usada para dizer que se vai jogar (rebolar) algo no lixo (no mato). Mais manjado, mas que gosto de contar aos amigos do Rio, é “não morreu galego não”, usada para dispersar ajuntamentos de curiosos. É interessante, eu acho, porque tem a ver com a antiga configuração da sociedade cearense. Uma sociedade onde os galegos (estrangeiros brancos) eram poucos. Daí que fosse natural que muita gente acorresse quando se soubesse que morreu um “galego”.

Viagem ao Sertão: Madalena, Leonardo Mota e Clélia

No final da adolescência estive em Madalena, pequena vila de Quixeramobim, lugar seco que só, mas que no entardecer tinha uma beleza singela e melancólica. Dessa viagem só restaram umas poucas fotos e boas lembranças em que se misturam as canções de Sergio Ricardo, da trilha sonora de *Deus e o diabo na terra do sol*, e as imagens do interior do Ceará. Em Madalena tomei contato com aquela paisagem árida do sertão cearense. Terra de barro vermelho, sem nada em volta e que, na sombra das poucas árvores, se experimenta um frescor incomparável. Era tudo muito seco no entorno da vilinha de poucas casas, umas de frente para as outras e umas poucas mais afastadas, esparsas. No quintal da família dos amigos que nos receberam, Vieira Costa, tinha um pássaro selvagem que atacava quem se aproximasse. Era o jacu que soltava um grasnado meio rouco. Na casa dessa família amiga tomei o melhor café, coado com canela e

adoçado com rapadura, e comi doce feito de sangue de porco. Uma iguaria especialíssima, tão forte e tão gordurosa que hoje me seria impossível encarar.

O sertão cearense que eu conheço é mais o das narrativas literárias do que o da experiência vivida. Sertão do Nordeste que nosso folclorista maior, Leonardo Mota, percorreu anotando, registrando, observando os modos de falar, de pensar e de cantar do homem do interior. Leota, como o chamavam os amigos, tanto viveu pelo mundo que dizia, a exemplo de um dos seus entrevistados, que morava “debaixo de meu chapéu e em cima de minhas alpercatas”.

Em quatro livros *Cantadores*, *Violeiros do Norte*, *Sertão Alegre* e *No tempo de Lampião*, em edições posteriormente ilustradas por outro artista cearense, Aldemir Martins, Leonardo Mota apresentou ao Brasil o Brasil que o Brasil não conhecia. *Cantadores*, lançado no Rio em 1921, numa edição de 10.000 exemplares, obteve grande receptividade por parte da crítica e do público. Mesmo sucesso que acolheu *Violeiros do Norte*, publicado pela Cia. Editora Monteiro Lobato, em 1924, e premiado pela Academia Brasileira de Letras. O material que apresenta é dos mais representativos da literatura oral, flagrantes da mentalidade de um povo, onde os preconceitos mascarados das elites se revelavam de forma cristalina. Expressões da cultura local, pequenas sínteses de um pensamento e de uma poesia que não alcançava a “pancada do mar”, ou seja, que não chegava às cidades do litoral.

Marcante em Leonardo Mota é a percepção do tipo de humor peculiar do homem do sertão. Além dos tantos versos da literatura de cordel ou dos desafios entre cantadores, ele

registrou a graça de histórias como a do matuto que, para vender um burro a um coronel, louvou as qualidades que, de fato, o animal tinha, mas não lhe disse que o bicho tinha o beijo comido por uma bicheira, o que lhe tornava horrível o aspecto. Diante da reclamação do cliente, a resposta irônica do matuto: – *Eu não disse coronel, porque eu tava na mente que o sr. queria era um burro para carga. Agora é que eu tou vendo que o sr. quer é um burro para assobiar.*

E as metáforas? Deliciosas, como a do jovem recém-casado que caiu doente. Ouvindo as recomendações do doutor, o rapaz lança um olhar para a mulherzinha e pergunta: – *Doutor, fará mal quatro chinela debaixo da minha rede?* Ou a história do flagelado da seca de 15 que, na sua peregrinação rumo a algum lugar onde “não seja mais Ceará”, alcança uma fazenda. Indagado sobre como estão as coisas pelo sertão, responde: – *Este ano, de nação de quatro pé só quem escapa é tamborete!*

Minha irmã e melhor amiga, Maria Clelia, teve vida igual à minha, totalmente fortalezense. No entanto, por profissão e por vocação, se fez a maior conhecedora do sertão do Ceará e de seus limites, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí. Geógrafa, ela leva todos os anos seus alunos da UFC para excursões Ceará adentro, visitando as cidades históricas, mostrando as paisagens sertanejas e litorâneas. E, por ir todos os anos palmilhando aquele chão sagrado, tal como Paulo Vanzolini, não digo em Quixadá, mas talvez em Sobral, Clelia talvez conheça até os bodegueiros. Um dia ela me leva numa dessas viagens para que eu finalmente conheça de fato o sertão.

Uma breve nota explicativa

Reuni neste texto muito de minhas memórias pessoais e trechos de alguns artigos que publiquei na imprensa. Não sendo, ao contrário de minha irmã, uma especialista na história e na geografia do Nordeste e tendo produzido apenas um pequeno livro que me ajudou a entender o cangaço e seu lugar no sertão nordestinos (*De olho em Lampião: violência e esperteza* – São Paulo: Claro Enigma, 2011), fiz este exercício atendendo ao convite de André Botelho. Espero que seja útil a seus alunos e colegas que têm contribuído para a excelente Biblioteca Virtual do Pensamento Social Brasileiro, à qual fico muito honrada de dar esta contribuição.

O Nordeste como perspectiva: o projeto “Emprego e mudança socioeconômica”

Lucas Carvalho

No início dos anos 1970, um grupo de antropólogos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN) se viu diante do desafio de garantir a continuidade de pesquisas de campo, individuais e coletivas, sobre trabalhadores rurais e camponeses no Nordeste. Para muitos, pesquisas fundamentais para garantir o término de suas dissertações de mestrado e o ingresso no doutorado. Essa crise teve como principal causa a extinção de recursos financeiros oriundos da Fundação FORD, que durante 1968 e 1972 subsidiou o projeto de pesquisa “Estudo comparativo do desenvolvimento regional”, coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira e David Mayburi-Lewis, viabilizando, inclusive, a criação do PPGAS/MN. A crise se agravaria com a saída de Roberto Cardoso de Oliveira, em 1972, para a Universidade de Brasília em razão de discordâncias com a direção do Museu Nacional. Sob força de circunstâncias – institucionais, políticas e econômicas – muito adversas, como ademais para a intelectualidade brasileira da época, não restaria aos pesquisadores do PPGAS/MN senão criar estratégias próprias para angariar os recursos necessários. Destaco, em especial, um grupo de pesquisadores reunidos em torno dos antropólogos Moacir

Palmeira e Lygia Sigaud, que integrariam o projeto “Emprego e Mudanças Socioeconômica no Nordeste” (1975-1977). São eles: Afrânio Raul Garcia Jr., José Sergio Leite Lopes, Luiz Antonio Machado, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Neide Esterci, Beatriz Heredia, Regina Novaes, Leilah Landim Assumpção, Marie France Garcia, Maria Rosilene Barbosa Alvim, Eliane Cantarino O’Dwyer, Laís Mourão Sá, Amélia Rosa Barreto Teixeira, Dóris Rinaldi Meyer, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Roberto Ringuelet e Maria Cristina Melo Marin.

As negociações com as instituições financiadoras foram fundamentais para a definição dos recortes empíricos e da metodologia do Projeto Emprego, que tinha como principal objetivo analisar as diversas situações de produção, trabalho e migração entre camponeses e trabalhadores rurais, em especial no Nordeste. O Projeto incluía duas frentes de trabalho, uma dedicada a áreas rurais, coordenada por Moacir Palmeira e Afrânio Garcia Jr., e outra dedicada a áreas urbanas, coordenada por Luiz Antonio Machado e José Sérgio Leite Lopes¹. Argumento que, nessas pesquisas, o esforço em discutir os aspectos econômicos da vida social camponesa a partir de conceitos caros às ciências sociais e, em particular, à antropologia, destoaram das premissas básicas do debate hegemônico da época, sobretudo aquelas oriundas da economia clássica e com forte viés evolucionista (Carvalho, 2015). Para tanto, examino como as pesquisas do Projeto Emprego questionaram aquelas premissas a partir a)

¹ Em outro trabalho (Carvalho, 2015), reconstituí a elaboração do Projeto Emprego a partir de pesquisas anteriores até os seus Relatórios Finais, focando sobretudo nos estudos sobre as áreas rurais.

da revisão de categorias econômicas nem sempre adequadas para a compreensão da organização social e econômica camponesa; e b) da crítica da modernização no campo como processo que enseja não só possibilidades de proletarização, mas também de “encampesinamento” dos trabalhadores rurais. Quanto a este último ponto, cabe destacar que as possibilidades de surgimento de um neocampesinato não significava, para estes pesquisadores, ausência de fatores que reforçavam ou mesmo criavam novos mecanismos de dominação baseados na imobilização da mão de obra e no acesso à terra. Processo simultâneo e contraditório que ensejava, a um só tempo, possibilidades de reprodução e de subordinação deste campesinato. Desejo desenvolver estes pontos destacando como a abordagem econômica é passada em revista tanto na elaboração do projeto, de seus objetivos, métodos e argumentos, quanto nos trabalhos de campo junto a camponeses presentes nas pesquisas e anexos que compõem os relatórios finais do Projeto Emprego.

Em contraposição à ideia de que o setor moderno, urbano e capitalista absorveria a mão de obra liberada do setor tradicional, rural, o grupo de pesquisadores propunha discutir as situações de emprego, que se originavam das mudanças sociais e econômicas na *plantation* nordestina, e investigar as diferentes práticas dos agentes envolvidos nesse processo. Com isso, abriram-se diversas “situações-tipo” de pesquisas incluídas no Projeto, entre as quais, a “Plantation”; as “Cidades da Zona da Mata: os trabalhadores da Rua”; “Camponeses Marginais à Plantation”; “Redes de Comercialização – Barracões e Feiras”; “Parte Industrial da Plantation”; “Camponeses do Agreste e do Sertão”; “Cidades

do Agreste e do Sertão”; “Indústria Rural”; “Grande Cidade regional e Extrarregional”; “Frentes de Expansão” e “Cidades da Frente de Expansão”. A opção por selecionarem “situações-tipo” permitiria “identificar as unidades sociologicamente relevantes”, e “descobrir padrões estruturais de comportamento e distinguir, a partir daí, grupos sociais mais ou menos homogêneos” (Palmeira *et al.*, 1977: 234).

Ao selecionarem as diferentes situações-tipo, os pesquisadores buscavam “estabelecer distinções conceituais pertinentes entre os diferentes processos sociais subjacentes aos movimentos de população e às condições de vida dos ‘grupos de baixa renda’” (Palmeira *et al.*, 1977: 204). Não se trataria, entretanto, de “situações médias”, mas de investigar as especificidades das relações sociais envolvidas e como elas se articulam formando um sistema de posições sociais. As mudanças por que passou a *plantation* tradicional fez com que houvesse uma rearticulação de posições sociais, possibilitada pelo enfraquecimento de certas formas de dominação. As diferentes situações-tipo elencadas no Projeto buscavam exatamente mapear essas mudanças nas formas de dominação e de relações típicas da *plantation* nordestina.

A equipe de pesquisadores se impunha, no entanto, a questão de como determinar aquelas unidades sociologicamente relevantes, as situações-tipo, sem recorrer a categorias estatísticas de mensuração, mas à observação direta (Palmeira *et al.*, 1977: 233). Segundo os pesquisadores, o encaminhamento metodológico preconizado seria o de tomar como “ponto de partida as categorias e elaborações

dos agentes sociais a respeito das situações nas quais estão inseridos” (Palmeira *et al.*, 1977: 231). Escolha que permitiria escapar à falácia objetivista de adoção de um “padrão de linguagem socialmente neutro”, porque científica, que, no entanto, obscureceria a imputação aos fatos de percepções sociais que, na verdade, são a do pesquisador. Desse modo, “a redução da linguagem dos informantes à linguagem do pesquisador implica, muitas vezes, a imposição de um modelo de relações que os informantes não estabeleceriam, não por ignorância mas porque seu modelo é outro” (Palmeira *et al.*, 1977: 232).

É este o tom da crítica contido no Projeto à metodologia adotada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1972, elaborada pelo IBGE, e cujos questionários pressupunham modelos pré-definidos de classificação, trabalhando com padrões de consumo da classe média urbana ou com um modelo de família elementar ou de autoridade doméstica nem sempre compatíveis com as populações a que os questionários eram destinados. Ao uniformizar as técnicas de pesquisa e sua utilização indiferenciada entre os grupos sociais, a elaboração desses questionários pressupunha “uma padronização de agentes sociais e de se iludir com a ideia de que questões formalmente idênticas tenham o mesmo significado para sujeitos separados pela cultura e situação de classe” (Palmeira *et al.*, 1977: 233). A percepção refletida de cada caso empiricamente selecionado fazia do uso da técnica de pesquisa uma questão de adequação conforme cada caso particular.

Em 1977, ao final do período de vigência do Projeto Emprego, o grupo de antropólogos reuniu uma série de publicações (artigos, dissertações e teses) que constituiu os relatórios apresentados às instituições financiadoras². Nesta seção, recorro especificamente às dissertações e teses anexadas aos relatórios finais para reconstruir os principais argumentos relacionados à sociabilidade e à vida econômica camponesa. Em particular, destaco a especificidade da economia camponesa, o tradicionalismo camponês e a questão da proletarização do campesinato. Esses temas, sob diversas perspectivas, desempenharam um papel significativo nos debates acadêmicos e públicos daquela época. Em seu conjunto, os relatórios finais apresentam posição contrária àquela que tomava o camponês como apegado à tradição, e cujo isolamento se quebraria quando o capitalismo avançasse para o campo e o transformasse em agricultor moderno (“farmer”) ou proletário.

O tema do “isolamento” camponês é tópico fundamental na tradição sociológica brasileira, servindo de medida de progresso em relação à “civilização litorânea” ou

² A disposição dos Relatórios fora a seguinte: volume um, tomo um, não publicado nos Relatórios, seria dedicado aos trabalhadores rurais, e o tomo dois, aos trabalhadores urbanos, ambos receberam o título “Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação”; volume dois fora intitulado “Problemas da formação do campesinato”; o volume três, “Proletariado e vida urbana: relatórios intermediários de pesquisa”; volume quatro, “Reprodução social e mudança”; volume cinco, “A invenção da Migração”; volume seis, “Levantamento bibliográfico sobre emprego e migração”. Em anexo, os Relatórios continham as seguintes dissertações de mestrado: *A morada da vida*, de Beatriz Heredia; *Terra de trabalho*, de Afrânio Garcia Jr.; *O Bacurau*, de Marie-France Garcia; *Migrantes estacionales de la región del agreste del Estado de Pernambuco*, de Roberto Ringuelet e *Laranja e Lavoura branca*, de Eliane Cantarino O’Dwyer. Ainda constava como anexo a tese de doutorado de Lygia Sigaud, *Os clandestinos e os direitos*.

da sociedade moderna. Diversos pesquisadores do Projeto Emprego, antes mesmo da vigência deste, já vinham se dedicando a essa questão. As dissertações de Beatriz Heredia, *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste de Brasil* (1977), e de Afrânio Garcia, *Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores* (1976), ambas anexadas aos relatórios finais e defendidas durante a vigência do Projeto, ofereceram avanços empíricos e teóricos sobre o tema do isolamento e a vida econômica camponesas. Embora dedicadas a áreas distintas do estado de Pernambuco – a Zona da Mata Norte (Heredia) e a Zona da Mata Sul (Garcia Jr.) – as duas pesquisas mantiveram um intercâmbio constante de dados e discussão teórica (Garcia Jr., 1983; Heredia, 2013). O objetivo era questionar suposições que pautavam o debate sobre a questão agrária, como a alegada tendência das unidades domésticas camponesas à economia de subsistência e, por conseguinte, de que não resistiriam ao avanço do capitalismo. A economia camponesa estaria fadada, de acordo com essas interpretações, a permanecer ou como uma unidade “de subsistência”, ou, no polo oposto, a se integrar efetivamente na “economia de mercado”, quando, no limite, deixaria de ser “camponesa”. Isso porque, nestes estudos, conforme a crítica de Heredia, “os conceitos unidade de produção e unidade de consumo não são neutros” e “consequentemente, nem sempre são adequados” (Heredia, 2013: 116). Ainda segundo a autora, pode-se observar “essa inadequação especialmente quando se tenta aplicá-los no estudo de organizações econômicas que são regidos por princípios diferentes dos da organização

econômica capitalista, a partir da qual aqueles conceitos foram elaborados” (Heredia, 2013: 116). O mesmo advertia Garcia Jr. quando se referia à categoria “subsistência”, chamando atenção para o fato de que seria “uma categoria social que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução são socialmente aceitáveis”, tendo a necessidade de contextualizá-la de acordo com o grupo social a que se refere, e, por isso, seria “um conceito que também se move de sistema para sistema e que está submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro” (Garcia Jr., 1983: 16).

A hipótese de Heredia e Garcia Jr. acerca da especificidade do funcionamento das unidades domésticas camponesas foi formulada a partir das próprias categorias dos agentes estudados e nas “oposições” que elas encerravam entre si. Para os autores, essas oposições, como “casa-roçado” e “roçado-roçadinho”, permitiam evidenciar que as relações mercantis estariam presentes em cada um desses polos e que elas seriam tão importantes quanto as relações não mercantis para a explicação da economia camponesa. De acordo com a descrição etnográfica dos autores, “casa” significava basicamente a “unidade de consumo”, designando ao mesmo tempo o local onde os produtos do “roçado” eram consumidos coletivamente e onde a mulher desempenhava o papel reservado à manutenção da família (cuidado dos filhos, e, porventura, da criação de animais). Em contraposição, “roçado” designava esfera de atuação masculina, de onde advinham os principais produtos de sustento da casa, e, por isso, lugar onde se realizavam as atividades que efetivamente, na concepção dos camponeses,

poderiam ser consideradas trabalho (ao contrário da “casa”). Apontavam os autores que o termo roçado aparecia também em oposição a “roçadinho”, pequeno pedaço de terra do “roçado” aos cuidados dos filhos, e cuja produção poderia servir-lhes para a venda e posterior sustento individual. Na lógica familiar que regia a economia camponesa, o “roçadinho” expressaria o modo pelo qual as crianças, desde pequenas, eram socializadas no trabalho do “roçado”. Portanto, as oposições casa-roçado e roçado-roçadinho apontavam para a especificidade da economia camponesa, fundada precipuamente em relações familiares, e no papel da divisão sexual na manutenção da unidade doméstica, tendo o homem, o pai especificamente, o papel proeminente nas estratégias de produção, consumo e venda.

Essas observações de campo entre camponeses revelavam, segundo os autores, que a “unidade doméstica” tinha importância fundamental no funcionamento da economia camponesa, sobretudo ao definir o lugar das relações mercantis em sua reprodução. O tamanho da família, a distribuição de tarefas entre homens e mulheres e os que, entre eles, seriam capazes de trabalhar (salvo idosos e crianças) eram os critérios básicos que determinavam o *quantum* de trabalho, interno e externo às unidades familiares, seria necessário para a reprodução dessa mesma unidade a cada ciclo agrícola.

De acordo com os autores, as flutuações demográficas da família (balanço entre membros aptos e inaptos ao trabalho) exerceriam influência na decisão de recorrer ou não às “relações mercantis”. Em outras palavras, essas flutuações influenciariam o momento do ciclo produtivo em

que determinados membros da família seriam destinados ao trabalho assalariado, incluindo a possibilidade de migração para outras regiões do país, ou a venda na “feira” (mercado local). Isso evidenciaria, na perspectiva desses pesquisadores, como as relações mercantis não são referências externas ao cálculo econômico da família camponesa, mas parte integrante de sua dinâmica.

Outro fator, segundo os autores, impediria que se absorvesse analiticamente “casa” e “roçado” ou “unidade de consumo” e “unidade de produção”: cada um desses polos teria temporalidades distintas em suas atividades, já que o tempo da colheita em determinada época não supriria as necessidades da unidade doméstica durante todo o ano. Para equacionar essas temporalidades distintas, as unidades domésticas recorriam ao circuito mercantil, e uma das estratégias possíveis era optar por produtos que possuíam caráter alternativo, ou seja, produtos que guardariam a qualidade de serem consumidos pela família e/ou vendidos, dependendo das circunstâncias. Constituía-se fato corriqueiro entre as famílias camponesas, segundo os autores, vender o estoque desse produto em determinado momento, utilizando seus dividendos para suprir os gastos da “casa”, para, mais à frente, comprar o mesmo produto que comercializara. Isso, contudo, não significava que havia uma tendência desses grupos à especialização da produção (algo que poderia denotar proletarização ou “farmerização”), mas, sim, que a seleção de produtos deveria obedecer a critérios que pudessem suprir as necessidades da “casa” e, ao mesmo tempo, ter valor de troca.

A etnografia dessas relações permitia evidenciar a importância de não se mesclar unidade de produção e unidade de consumo, e também de não se reduzir o cálculo do grupo doméstico à renda e ao cálculo puramente monetário, que seus membros poderiam vir a obter ou realizar. Dessa forma, Heredia e Garcia Jr. afirmavam que os resultados de suas pesquisas apontavam no sentido de se negar a junção entre a esfera da produção e de consumo, aspecto que caracterizaria a suposta economia “natural” camponesa. As etnografias entre camponeses revelavam, ao contrário, que a “unidade doméstica” tinha importância fundamental no funcionamento da economia camponesa, sobretudo ao definir o lugar das relações mercantis em sua reprodução a partir de uma lógica específica.

Nesse sentido, as discussões sobre as relações mercantis e as unidades camponesas contidas nas pesquisas do Projeto Emprego não pretendiam indicar meramente a existência de relações não mercantis ou as relações destas com a “economia de mercado”, mas mostrar como as unidades camponesas internalizam esferas de decisões, permitindo-as fazer frente aos mecanismos de dominação típicos da *plantation*, como a intermediação do fazendeiro no acesso à terra e na venda de produtos não produzidos no interior da fazenda (“barracão”).

O conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Emprego, de que tratamos aqui somente uma parte muito pequena delas, tomaram as situações empíricas identificadas na região Nordeste como heurísticas da modernização rural no Brasil. A região Nordeste, importa ressaltar, é marcada historicamente pela estrutura agrária

concentradora, pelos conflitos de terra e pela mobilização camponesa. Se, como qualquer situação empírica, o Nordeste traz especificidades próprias de sua história, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Emprego permitiram evidenciar as complexas formas de trabalho que mantinham o acesso e o trabalho na terra como uma questão em aberto, transformada em impasse na forma pela qual o avanço do capitalismo no campo se desenvolveu no país.

Desse modo, as relações de trabalho surgidas com a modernização da *plantation* tradicional e o enfraquecimento dos seus mecanismos de dominação se tornaram reveladoras. Ao contrário das afirmações mais gerais que despontavam no debate público e acadêmico, sobretudo entre os economistas, a modernização não estaria levando inexoravelmente à proletarianização dos grupos camponeses, mas criando formas consorciadas de trabalho, incluindo aquelas dedicadas à pequena agricultura, aspecto fundamental da reprodução econômica camponesa. As diversificadas situações empíricas analisadas pelos pesquisadores revelavam ainda que essas formas de trabalho, como o comércio e o trabalho assalariado, eram mobilizadas a depender da especificidade – porque não submetida à lógica da economia clássica – do cálculo econômico da família. A perspectiva analítica do grupo de antropólogos colocou, portanto, no centro da discussão sobre a modernização capitalista no campo a estrutura agrária, evidenciando que a modernização não havia extirpado a agricultura e o trabalho na terra como componentes constituintes e fundamentais da vida econômica e ideológica de camponeses e trabalhadores rurais.

Abria-se, assim, a possibilidade de se pensar novos caminhos para modernização do meio rural que passassem pelo reconhecimento das variadas formas de trabalho e da complexa relação entre elas. Nesse sentido, os pesquisadores do Projeto Emprego invertiam a lógica do debate público ao proporem compreender a modernização capitalista no campo a partir dos sentidos conferidos a seus processos pela racionalidade econômica camponesa, tendo como base o trabalho na agricultura. Desse ponto de vista, a reforma agrária, expressão política dessa centralidade conferida à terra pelos trabalhadores rurais, estaria intimamente ligada a um processo de desenvolvimento econômico mais democrático e, portanto, menos excludente.

Referências

CARVALHO, Lucas. C. (2015). *Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970*. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA JR., Afrânio. (1983). *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HEREDIA, Beatriz. M. A. DE. (2013). *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

PALMEIRA, Moacir. *et al.* (1977). Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste (projeto de pesquisa). *Anuário Antropológico*, n. 76, p. 201-238.

Padrões de desenvolvimento, regimes de trabalho e persistência da desigualdade no Nordeste

Roberto Vêras de Oliveira

Este texto busca sintetizar as principais conclusões de um amplo esforço de análise dos caminhos do desenvolvimento do Nordeste, com um olhar centrado no tema do trabalho. Partiu-se do pressuposto de que no cerne do regime de desenvolvimento encontra-se o *regime de trabalho*, um conjunto de normas e instituições (formais e informais) que regem as dinâmicas do mercado de trabalho e as relações de trabalho, nas suas formas salariais, não salariais e híbridas, desempenhando com isso papel central nas tendências e mudanças de longo prazo (econômicas, sociais e políticas).

Marcos históricos de uma longa trajetória

Entre os anos 1930 e 1950 se estabeleceu no país um processo de industrialização liderado pelo Estado, sem que tivesse produzido uma ruptura com a tradicional estrutura agrária, amplamente geradora de desigualdade social e econômica. Cada vez mais tal processo assentou-se em uma estrutura de produção oligopolista, associada ao capital

transnacional. Dele surgiu um proletariado urbano, ao qual foi atribuído um conjunto de direitos trabalhistas e sociais.

No que se refere ao Nordeste, o surgimento de uma demanda de ação do Estado para superar o atraso econômico da região levou à criação da Sudene, em 1959, com uma agenda de industrialização.

Na sequência veio o golpe militar de 1964, que garantiu a primazia de uma perspectiva conservadora e autoritária. Esse período (até meados dos anos 1970) combinou alto crescimento econômico (o “milagre brasileiro”), o reforço do caráter oligopolístico da estrutura econômica (com forte participação do capital internacional), intensa perseguição aos sindicatos e um sistemático “arrocho salarial” (o que impediu que os elevados ganhos de produtividade do período fossem repassados aos salários).

O Nordeste contou com forte expansão da produção industrial, mas a partir de um modelo dependente e orientado ao fornecimento de bens intermediários à indústria do Sudeste. Na segunda metade da década de 1970, a economia regional cresceu mais do que a média do Brasil. A agricultura capitalista se expandiu, mas mais lentamente no Nordeste do que em outras regiões, e as relações de trabalho com altos níveis de exploração foram mantidas nas plantações tradicionais, como as de cana-de-açúcar. Como resultado do tipo de política promovida pela Sudene, o crescimento da produção no Nordeste se concentrou nas regiões metropolitanas, que passaram a receber imensos contingentes de populações oriundas das empobrecidas áreas rurais. Com isso, as desigualdades sociais e intrarregionais foram ampliadas.

No final dos anos 1970, sob os impactos do choque mundial do petróleo, o endividamento externo do país cresceu, estabeleceu-se um quadro de hiperinflação, ao mesmo tempo em que por toda parte as demandas por democratização se intensificaram, tensionando o projeto de transição gradual e controlada dos militares. O movimento sindical passou por uma inédita renovação e os direitos sociais e trabalhistas foram recolocados na ordem do dia. Veio a Constituição de 1988 e ao mesmo tempo em que houve avanços em termos sociais e políticos, os trabalhadores estiveram ameaçados pela corrosão salarial, o desemprego e a informalidade. O Nordeste manteve uma taxa média de crescimento maior do que o restante do Brasil no início dos anos 1980, com base na expansão dos investimentos do período imediatamente anterior, mas no final da década convergiu para o nível nacional.

Das tensões entre os impasses econômicos (esgotamento do ciclo desenvolvimentista, hiperinflação, crise da dívida externa) e as promessas político-institucionais (expressas na Constituição “Cidadã”), prevalece a perspectiva *liberal-conservador*, com a vitória da candidatura de Collor, em 1989, contra o projeto *democrático-popular*, representado pela candidatura de Lula. A década começa com recessão, uma agenda de privatizações, liberalização comercial, desregulamentação dos mercados e reforma administrativa, elevação do desemprego aberto e do trabalho informal. Em 1994, com o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, a inflação é controlada, a economia se estabiliza, mas a agenda neoliberal seguiu, e as pressões pela

flexibilização do mercado de trabalho aumentaram. Os sindicatos foram colocados em uma posição defensiva.

No Nordeste, diante do esgotamento das políticas desenvolvimentistas, emergiu um ambiente de “guerra fiscal” entre os estados e municípios para atrair capital privado, o que levou ao deslocamento de plantas do Sul e do Sudeste do país para a região (especialmente de segmentos intensivos em mão de obra, como confecções e calçados). A região, contudo, foi igualmente afetada pelo desemprego, informalidade e rebaixamento das médias salariais. O caráter concentracionista do modelo anterior foi reforçado, as desigualdades inter e intrarregionais foram mantidas, assim como as desigualdades sociais.

Os governos liderados pelo PT a partir de 2003, auxiliados por um contexto internacional favorável no início dos anos 2000, retomaram a intervenção estatal na economia, incrementaram as políticas sociais e de geração de emprego e renda e favoreceram o reconhecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais como interlocutores legítimos. O incremento da demanda interna favoreceu o crescimento econômico, o que foi acompanhado do aumento do emprego formal e da redução da desigualdade.

Quanto ao Nordeste, ganhou mais com as políticas de transferências de renda e aumento do salário-mínimo, assim como com os investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), tendo crescido mais do que a média nacional. Alguns ramos da indústria e dos serviços, incluindo construção civil, indústria naval, indústria petroquímica, automóveis, calçados, *call centers*, entre outros, expandiram-se a partir de investimentos públicos e privados.

Uma nova crise veio em 2015. As tensões que a desencadearam, contudo, vinham se acumulando desde antes, como os efeitos da crise financeira global de 2008 e a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, associados a um quadro de crescente crise política. Esse processo culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, recessão econômica e alto desemprego. O governo Temer retoma as políticas neoliberais e conduz uma agenda de sucessivos retrocessos nas áreas social e do trabalho, com destaque para a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, aprovadas em 2017. A crise seguiu com a eleição do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, em 2018, sendo agravada com a pandemia da Covid-19, iniciada nos primeiros meses de 2020.

O Nordeste, que muito havia se beneficiado dos ganhos econômicos e sociais do período anterior, sofreu fortemente com tais reveses. Sugere-se, com isso, um padrão pró-cíclico, resultado direto da situação periférica e dependente do Nordeste em relação ao Sudeste, com capitais fluindo para a região nos bons tempos, mas revertendo o curso uma vez que a economia nacional desacelera. Considere-se, contudo, que a relação entre a renda média do Nordeste e do Brasil praticamente não mudou desde a década de 1970. Tal fato indica que as desvantagens estruturais foram mantidas independentemente do regime de crescimento; ou, alternativamente, que sucessivos regimes de crescimento foram construídos sobre e tiram vantagem da existência de uma região de excedente de mão de obra com salários relativamente baixos, desempenhando, no plano interno do

país, um papel semelhante ao dos países de baixa renda na economia capitalista mundial.

Os sistemas de produção e o trabalho

Até meados do século XX, o Nordeste era uma economia predominantemente agrícola, sendo que o peso deste setor agrícola diminuiu drasticamente nos períodos que se seguiram, aumentando em contrapartida a participação da indústria e dos serviços. Entretanto, a partir da década de 1980 a participação da indústria caiu, enquanto o declínio na agricultura continuou, de modo que em 2018 a economia já era dominada pelos setores de comércio e serviços, que representavam 74% do produto, contra 19% da indústria (incluindo construção) e 7% da agricultura. A construção cresceu no *boom* ocorrido entre 2010 e 2013, chegando a 9%, mas caiu drasticamente na recessão subsequente; contudo, a indústria de transformação continuou o seu declínio. Em 2019, os serviços públicos representavam 25% do PIB, os serviços privados, quase 30%, e o comércio e transportes, 20%. Os estados do Nordeste, individualmente, apresentaram padrões distintos, com Bahia, Pernambuco e Ceará concentrando os segmentos mais modernos.

Os padrões de trabalho variam muito entre os ramos industriais. Na agricultura, o trabalho autônomo, junto com o trabalho assalariado sem carteira, respondia pela maior parte das ocupações. O trabalho formal assalariado com carteira estava concentrado em empresas maiores, na

indústria e nos serviços modernos, assim como no setor público. Fora da agricultura, os trabalhadores assalariados sem carteira são mais comuns em empresas menores, na construção civil e em alguns setores de serviços.

Com o desenvolvimento da economia regional, constituiu-se uma diversidade de arranjos produtivos e padrões de trabalho. As práticas e culturas empresariais de gestão produtiva e do trabalho, as formas de regulamentação das atividades e das relações de trabalho, os padrões de ação e organização coletivas dos trabalhadores, as interferências de outros atores na lida com os conflitos laborais (agentes religiosos, acadêmicos, ambientais, entre outros), tudo isso contribui para modular a ação dos atores estratégicos do mundo do trabalho.

Foram identificados como tipos de sistema produtivos e de regime de trabalho no Nordeste, entre os principais, os seguintes:

1. Grandes fábricas intensivas em capital, organizadas segundo princípios tayloristas, toyotistas ou híbridos, que se utilizam de empregos formais, incluindo uma parcela de trabalhadores qualificados, trabalhadores de colarinho branco e amplos contingentes de trabalhadores semi ou pouco qualificados. Recorrem frequentemente a fornecedores e serviços externos (terceirizados) que podem utilizar um modelo técnico e organizativo semelhante, embora frequentemente com condições de trabalho inferiores.
2. Firms capitalistas que empregam trabalhadores formais, mas também informais. No setor de

construção, grandes empresas contratam trabalhadores temporários ou usam redes de fornecedores compostas por médias e pequenas empresas, as quais se utilizam de trabalhadores formais e informais. Algumas empresas manufatureiras seguem o mesmo modelo. A agricultura comercial e o setor de turismo dependem de força de trabalho sazonal ao lado de trabalhadores permanentes.

3. Pequenas e médias empresas, muitas vezes de propriedade familiar, operam em redes produtivas (às vezes terceirizadas de grandes empresas) e empregam trabalhadores formais e informais.
4. Trabalhadores e pequenas empresas que fornecem insumos para sistemas mais amplos de produção e distribuição. Essa disposição pode envolver trabalhadores autônomos individuais operando sob contrato, bem como pessoas trabalhando por comissão.
5. Serviços modernos que utilizam tecnologias de informação, tais como *call centers*, produção de *software*, serviços de entrega e de transporte por plataformas digitais, serviços comerciais e bancários. Envolvem um pequeno grupo de trabalhadores técnicos e de colarinho branco e contingentes maiores de trabalhadores com qualificações baixas a médias.
6. Empresas que prestam serviços privados de educação e saúde, que se utilizam de uma força de trabalho qualificada (médicos, enfermeiras, professores,

gerentes), como assalariados ou autônomos, apoiados por uma força de trabalho menos qualificada, mas regular. Pode haver uma cadeia de fornecedores terceirizados de baixo custo prestando serviços auxiliares e outros insumos.

7. Empresas formais dedicadas a atividades comerciais – centros comerciais, lojas, atacadistas, empresas de transporte, hotéis e restaurantes, estacionamento etc. Esta categoria inclui empresas familiares assim como grandes operações capitalistas. Fornece emprego para muitos trabalhadores pouco qualificados, mas regulares, como assistentes de loja, motoristas, cozinheiros, garçons, guardas de segurança, entre outros. Representa uma parte substancial do mercado de trabalho.
8. Administração pública e serviços públicos em geral. Há uma gama de funcionários públicos regulares, com emprego protegido e renda acima da média, atuando na administração direta ou em empresas e serviços diversos. Além destes, há um componente substancial de trabalhadores temporários, de contratados com vínculos permanentes, mas com direitos trabalhistas apenas parcialmente incorporados, ou simplesmente de trabalhadores informais.
9. Trabalho informal em comércio e serviços pessoais, que inclui o serviço doméstico e vários tipos de trabalho autônomo, bem como o trabalho precário nas ruas ou nas praias, envolvendo ambulantes, transporte “alternativo”, cuidado pessoal e atividades

semelhantes. Há também um componente de atividades criminosas, envolvendo drogas, prostituição e reciclagem de bens roubados.

10. Pequena produção agrícola de base familiar, envolvendo produção de subsistência como complemento de ocupações precárias ou sazonais em outros setores.
11. Trabalhadores em cooperativas e na economia solidária, presente tanto na economia rural de pequena escala quanto em atividades marginais, como a catação de resíduos sólidos, mas também em algumas atividades de manufatura de pequena escala.

A importância relativa dessas categorias varia entre os estados do Nordeste, assim como entre as sub-regiões de cada estado. Essas diferentes situações e arranjos constituem o cerne do regime geral de trabalho na região. As unidades produtivas de diversos tipos são diretamente interdependentes. Tal interdependência deriva igualmente das rendas geradas no processo de produção. Os gastos dos trabalhadores em consumo diário e outras necessidades alimentam a economia local, dinamizando o comércio, os serviços pessoais, a produção local de bens de consumo, os serviços públicos, incluindo administração, segurança, educação e saúde, a construção, por exemplo, através do desenvolvimento de infraestruturas e construção de habitações, entre tantas outras atividades. Os trabalhadores assalariados regulares e protegidos da indústria tendem a adquirir uma variedade de serviços na economia informal, a um custo mais baixo do que no setor formal, e produzidos

em condições de trabalho muito diferentes das que se observam nas grandes fábricas, com rendimentos mais baixos e menos proteção social. Como os preços na economia informal são mais baixos, isso também reduz a pressão sobre os salários no sistema formal. Portanto, o regime de trabalho em grandes empresas formais depende da existência paralela de um regime de trabalho inseguro e de baixa renda em outras partes da economia.

O padrão da demanda de consumo privado é influenciado pela desigualdade geral gerada no interior do regime de desenvolvimento. Nos segmentos de baixa renda, a remuneração é gasta principalmente em alimentos locais e outros consumos diários, transporte, serviços pessoais e habitação. Rendas mais altas irão gerar maiores demandas por bens de consumo importados, produtos tecnologicamente mais sofisticados, serviços financeiros, saúde e educação privadas e serviços domésticos. O alto grau de desigualdade observado na região, portanto, tem um impacto direto sobre o padrão de criação de empregos nesses diferentes setores econômicos.

As estratégias familiares de inserção no mercado de trabalho e de acesso à renda constituem um outro modo de articulação entre as atividades formais e informais, públicas e privadas, capitalistas e autônomas, rurais e urbanas. Por exemplo, a renda de um trabalhador aposentado pode se somar às rendas geradas por outros membros da família em atividades formais ou informais, as quais, por sua vez, podem se alternar de acordo com as oportunidades individuais e conjunturais. As redes pessoais constituídas no trabalho formal (ou informal) podem ser usadas para o desempenho

de atividades informais por parte do próprio trabalhador ou por outra pessoa próxima (membro da família ou com outro tipo de vínculo pessoal).

Os ramos de produção também estão imbricados por meio do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que há segmentações nos mercados de trabalho, por sexo, educação e outros fatores, que limitam a mobilidade ocupacional da mão de obra, a criação de oportunidades de emprego em um setor afeta a oferta de mão de obra para outras atividades. Por exemplo, a implantação de uma grande fábrica como a planta da Jeep em Goiana retira mão de obra de outras atividades, inclusive atividades tradicionais na agricultura e na pesca. Também atrai migrantes e residentes de fora da área local. Tal interdependência é maior nos mercados de trabalho locais e regionais. As empresas e os sistemas de produção dependem da disponibilidade local de trabalhadores com tipos específicos de experiência e qualificações.

Essas inter-relações dependem também da natureza e do funcionamento das instituições do mercado de trabalho, quanto à sua atuação nos planos local e regional, o que inclui: o padrão e a eficácia da atividade sindical; a efetividade dos mecanismos de fiscalização visando a aplicação da legislação trabalhista; a efetividade da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e das superintendências regionais do trabalho; os sistemas de treinamento (Sistema S, Institutos Federais, entre outros); a atuação das instituições de intermediação de mão de obra, a exemplo do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e de agências privadas; a cultura institucional nas empresas, setores e territórios quanto à

observância das obrigações trabalhistas; as redes sociais informais que são acionadas para o acesso às diversas posições na ocupação; os mecanismos de discriminação e exclusão que atuam nesses processos (relacionados a gênero, raça/cor, geração, origem geográfica, opção sexual etc.), sejam estes de natureza formal ou informal. Cada um dos arranjos de produção identificados acima é influenciado por essas instituições. As vias de acesso aos postos de trabalho, assim como a natureza e a qualidade destes, diferem com os variados arranjos produtivos, sendo que em todos os casos refletem também um conjunto de instituições sociais geradoras de inclusão e exclusão.

Essa situação deve ser caracterizada como um único regime de trabalho regional, ou como uma série de regimes de trabalho distintos, mas inter-relacionados, em diferentes partes da economia? Em certo sentido, essas são apenas duas maneiras de formular a mesma questão, pois embora existam regimes de trabalho distintos, digamos, no Polo Confeções no Agreste de Pernambuco, na fábrica da Jeep e no setor de construção, eles estão inter-relacionados. Portanto, precisamos conceber o regime de trabalho nos dois níveis, setorial e regional.

O regime geral de trabalho no nível regional se mostrou altamente desigual neste estudo. Grande parte da população ocupada tem apenas uma inserção precária no sistema produtivo, sendo, portanto, vulnerável ao desemprego e à pobreza. É impressionante como essa desigualdade tem persistido ao longo do tempo. Embora o caráter da economia regional tenha mudado consideravelmente desde a década de 1970, os padrões

observados hoje ainda têm muito em comum com as segmentações vistas naquela época. Em particular, as desigualdades no acesso ao emprego, combinadas com as diferenças nas condições de trabalho e níveis de vida, são constitutivas do regime geral de trabalho, refletindo a heterogeneidade estrutural do processo de produção. Esse regime desigual e precário de trabalho se mostra mais perene do que o regime geral de desenvolvimento, que passou por várias modulações. Embora, ao longo do tempo, tenha havido avanços importantes nos direitos trabalhistas, na formalização das relações de trabalho, na vigência do salário-mínimo e em outras dimensões do regime de trabalho – com particular destaque para o período 2003-2015 –, tais avanços não mudaram as características gerais do regime de trabalho no país e na região, com a prevalência em todos os períodos históricos de padrões precários de trabalho e renda.

Considerações finais

O regime de trabalho no Brasil é altamente desigual e o Nordeste não é exceção. Na verdade, em aspectos importantes, a desigualdade é mais profunda no Nordeste do que em outras partes do país, por exemplo, no que diz respeito à incidência da informalidade. Como vimos, essa desigualdade está embutida na história do regime de desenvolvimento do país e da região, e no sistema produtivo heterogêneo sobre o qual é construído.

A proteção dos direitos e das condições de trabalho no país é parcial, devido à natureza dual do mercado de trabalho. Essa situação sugere que é necessário repensar a estrutura da regulamentação do trabalho, não em termos de nivelamento para baixo, que parece ser o resultado da reforma trabalhista mais recente, mas em termos de adequação das proteções e do respeito aos direitos às diversas situações em mercado de trabalho. Como o estudo mostrou, a diversidade é grande e novas evoluções tecnológicas e institucionais nas relações de produção tendem a aumentar ainda mais a diversidade.

Para tanto, é preciso abrir espaço para que novos atores participem ao lado do Estado para que o regime de trabalho evolua para um quadro economicamente efetivo e socialmente justo, adaptado às necessidades do Nordeste.

Recôncavo: laboratório de uma experiência humana (1958), de Luiz de Aguiar Costa Pinto

Antonio Brasil Jr.

Brevíssima síntese biográfica¹

Luiz de Aguiar Costa Pinto nasceu em 1920 em Salvador, capital do Estado da Bahia, em família tradicional e de prestígio, herdeira de engenhos na região do Recôncavo e com ligações no mundo político. Seu pai fora professor da Faculdade de Medicina da Bahia e, graças aos contatos herdados, Costa Pinto se aproximou de alguns intelectuais baianos, como Afrânio Peixoto, Arthur Ramos e Anísio Teixeira. Chegou a cursar dois anos de medicina, em Salvador, mas largou o curso quando da morte do pai. Mudou-se para o Rio de Janeiro junto com a família, com a intenção de cursar direito. Porém, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), integrada à recém-criada Universidade do Brasil (UB), realiza os exames vestibulares para a primeira turma de ciências sociais. Em

¹ As seções 1 e 2 deste texto se constroem de modo relativamente livre a partir de dois textos previamente publicados: Antonio Brasil Jr. (2013). A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1 p. 229-249; e Antonio Brasil Jr. (2017). La sociología en Río de Janeiro (1930-1970): un debate sobre Estado, democracia y desarrollo. *Sociológica* (México), v. 32, n. 90, p. 69-107.

razão de sua participação com grupos estudantis de esquerda, como a Juventude Comunista, de oposição ao Estado Novo, ficou preso durante grande parte do primeiro ano do curso.

A despeito desta perseguição política, conseguiu estabelecer relações próximas com o catedrático Jacques Lambert, chegando a publicar, em 1944, um livro em parceria com o sociólogo francês, intitulado *Problèmes démographiques contemporains*, além de se tornar seu assistente, ao lado de Hildebrando Leal. Em 1947, defendeu a tese de livre-docência intitulada *O ensino da sociologia na escola secundária*.

A proximidade de Costa Pinto com Jacques Lambert não lhe franqueou o direito de competir pelo controle da cátedra quando de seu retorno à França, em 1945. A vaga foi ocupada por Hildebrando Leal, intelectual católico, que assumiu interinamente a Cátedra de Sociologia na FNF e na qual permaneceu até sua aposentadoria em 1965. Costa Pinto contornou criativamente este bloqueio ao controle da Cátedra de Sociologia através da multiplicação de suas vinculações a instituições e projetos de pesquisa, bem como da bem-sucedida internacionalização de sua circulação acadêmica.

Além de participar do grupo de *experts* que redigiu a *Declaração das Raças* da Unesco, em 1950, Costa Pinto foi personagem crucial para viabilizar o patrocínio daquela instituição nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil – daí surgiu o livro, feito em colaboração com Edson Carneiro, sobre as relações raciais na antiga capital federal, intitulado *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em*

mudança. Membro do comitê executivo da International Sociological Association (ISA), chegou ao cargo de vice-presidente da instituição entre 1956 e 1959, integrando também o comitê sobre Estratificação social e Mobilidade, coordenado por David Glass. Conseguiu em 1958 a titularidade da Cátedra de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da UB – uma vez que a Cátedra na FNFfi estava ocupada por Leal. Um ano antes, criou e se tornou o primeiro diretor do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), com suporte da Unesco. Em 1959, organizou o Seminário Internacional Resistências à mudança, que reuniu vários sociólogos brasileiros e estrangeiros na sede do CLAPCS, no Rio de Janeiro.

Exilando-se na América do Norte depois do golpe militar de 1964, Costa Pinto, após atuar como professor visitante em diferentes instituições, fixa-se como professor permanente em 1976 na Waterloo University até a sua aposentadoria, em 1985. Torna-se professor emérito do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1989, em cerimônia celebrada em ocasião dos 50 anos do curso de ciências sociais da instituição. Falece em 2002.

1. O Recôncavo baiano e o conceito de “marginalidade estrutural”

O conceito de “marginalidade estrutural” é a principal contribuição teórica do autor ao entendimento sociológico

das mudanças sociais, tema que atravessa do início ao fim a sua obra. Embora Costa Pinto tenha refletido sobre um conjunto variado de problemas empíricos e de questões metodológicas ao longo de sua trajetória, o eixo de gravitação de sua obra sempre foi a pergunta sobre os sentidos (plurais, ambíguos, ambivalentes ou mesmo contraditórios) assumidos pelos processos de mudança social.

Já em 1947, em artigo chamado justamente “Sociologia e mudança social”, publicado na revista *Sociologia*, Costa Pinto articula a primeira tentativa de definição do conceito. Grosso modo, através da noção de “marginalidade estrutural” o autor procurou mostrar que, nas sociedades em desenvolvimento, não seriam apenas os elementos “tradicionais” que estariam em crise por conta das mudanças sociais em curso, mas também o próprio padrão “moderno” que se queria impor, porquanto incapaz de redesenhar a totalidade da estrutura social. Ele rejeitava a noção de “sociedades duais”, comum em seu contexto intelectual, porque não se tratava da passagem automática de um tipo de sociedade a outro ou sua mera coexistência lado a lado. Não seriam duas sociedades, mas o encontro entre processos assíncronos, descompassados, cujas reverberações criavam no conjunto das relações tensões, conflitos e problemas inéditos. Dito de modo sintético, era a combinação de arcaísmo e modernidade, cuja interação criava problemas novos e imprevisíveis – o que desafiava, é lógico, a própria sociologia dominante de seu tempo, da qual Costa Pinto sempre foi crítico.

Vejamos como ele justifica o emprego dessa noção numa nota de rodapé do artigo “Desenvolvimento: seus processos e obstáculos”, de 1962, republicado logo depois em *Sociologia e desenvolvimento* (1963):

Quando em 1947 propusemos o conceito de marginalidade estrutural para explicar os problemas de transição da sociedade brasileira (...) queríamos, em primeiro lugar, nos referir ao fato da estrutura social apresentar características de dois padrões – o arcaico e o novo, o tradicional e o moderno –, e, em segundo lugar, ao fato desses dois padrões, e não somente o arcaico, estarem ambos em crise. A nossa hipótese visava expressamente ampliar e completar o conceito já exposto por Boeke (...) e Furnivall (...), que cunharam a expressão “sociedade dual” ou “dualista” para indicar a mesma situação transitória, deixando, entretanto, a impressão de que o padrão arcaico está em crise e no novo padrão estariam todas as soluções. A dualidade consistiria, então, na coexistência de dois padrões como que hierarquizados numa escala de arcaísmo e progresso; enquanto o nosso conceito de marginalidade estrutural procura capitalizar a noção básica que se refere à presença de dois padrões – acentuando, entretanto, o fato de ambos estarem em crise. Isto, que pode parecer pura nuance, tem implicações metodológicas e práticas extremamente importantes (...) (Costa Pinto, 1963: 96).

Como alerta o próprio Costa Pinto, a introdução do termo “marginalidade estrutural” está longe de ser uma

simples nuance terminológica: ele chama atenção, contra as visões mais lineares, para o fato de que o padrão “moderno”, nas situações de transição rápida, não se generaliza para o conjunto do tecido social, coexistindo e se recompondo em muitos âmbitos – e de maneira muitas vezes ambígua – com o padrão “tradicional”. Dito de outro modo, como nem os traços “tradicionais” nem as características “modernas” conseguem impor os seus dinamismos de maneira mutuamente exclusiva, o próprio sentido geral da mudança social seria aberto e contingente.

Nas várias pesquisas que desenvolveu na década de 1950, Costa Pinto articulou o conceito de “marginalidade estrutural” como forma de garantir inteligibilidade sociológica aos processos de mudança. O uso deste conceito é perceptível tanto na já citada pesquisa sobre o negro no Rio de Janeiro, realizada no âmbito do projeto Unesco, quanto em sua investigação sobre o Recôncavo baiano, fruto de uma cooperação entre o Estado da Bahia e a Universidade de Columbia.

Os resultados desta última pesquisa foram divulgados em *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* (1958), primeira publicação do CLAPCS, além de ter sido a tese que Costa Pinto apresentou para a Cátedra na Faculdade de Ciências Econômicas da UB. Segundo o argumento do livro, a complexidade das relações sociais e das formas de trabalho na região, em transformação acelerada graças à expansão de atividades econômicas modernas, como a exploração de petróleo pela Petrobrás, desautorizaria a visão dualista exposta por Jacques Lambert em *Le Brésil* (1953) – traduzida ao português como *Os dois Brasis* (1959) –, posto que

inovações capitalistas e formas de produção de origem colonial não estariam apartadas umas das outras, e sim “adjacentes, vivendo numa mesma pequena área geográfica, contradizendo-se reciprocamente”, sem que pudessem “se impor como forma predominante de estrutura e de estilo de vida social” (Costa Pinto, 1958: 49).



FONTE: elaborado e adaptado por Brito (2004), com base em Bahia (2000).

Figura 1: Os municípios do Recôncavo. Retirado de: A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano / Cristóvão Brito. Salvador: EDUFBA, 2008.

Neste caso, faria mais sentido, em vez de dualidade, empregar o termo “contraponto” – que ele retira, de modo relativamente livre, da obra do cubano Fernando Ortiz – a fim de exprimir a “dramática dialética” que “decorre na zona do açúcar e do petróleo” (Costa Pinto, 1958: 66), colocando lado a lado uma atividade que remonta aos inícios da colonização e a empresa de vanguarda do desenvolvimento industrial. A região do Recôncavo seria, portanto, heurística para análise da mudança social, pois a “coexistência interdependente, dinâmica e complexa de tipos sociais distintos” (Costa Pinto, 1958: 22), possibilitaria o trânsito, “com facilidade e com frequência”, “do primitivo ao moderno”, do “pré-industrial ao supercapitalista” (Costa Pinto, 1958: 26), permitindo observar com grande nitidez o caráter assincrônico existente em todo processo de transição social. E, indo além deste ponto, a presença organizada da intervenção do Estado na economia, com a instalação das refinarias da Petrobrás, tornaria a região propícia para observar os efeitos da “mudança social provocada”, cujos efeitos, em vez de um maior equilíbrio, poderia levar ao agravamento das assincronias entre as diferentes partes da sociedade em mudança.

À luz do conceito de “marginalidade estrutural”, proposto por Costa Pinto, nada garantiria de antemão o sucesso dos planos de desenvolvimento. Nos termos do autor:

[...] é fácil compreender que as contradições e assimetrias que resultam dessa diferença de ritmo de transformação tornam-se ainda mais agudas e profundas quando intervém no processo uma

ação consciente e deliberada no sentido da aceleração do ritmo de mudança do regime econômico. Este é o caso das sociedades de economia menos desenvolvida, em que a promoção da transformação se faz intencional e racional, como meio de suprir, pelo planejamento do desenvolvimento econômico, os índices de atraso, que se procura superar a curto prazo (Costa Pinto, 1958: 143-144).

No esquema analítico disposto no estudo sobre o Recôncavo, Costa Pinto defende a importância de se compreender o processo de mudança sem minimizar suas contingências históricas, distinguindo, para tal, as condições sociais do desenvolvimento, por um lado, e suas implicações sociais, por outro. Em relação às condições, trata-se “de analisar os padrões e as formas econômicas e sociais pré-existentes”; afinal, “é nesse padrão tradicional que se vai encontrar a matéria-prima social e histórica” com a qual “se vai moldar um novo padrão” (Costa Pinto, 1958: 146). Já no que se refere às implicações do desenvolvimento, o fundamental seria analisar, em perspectiva de conjunto, “a ação moldadora que ele exerce no sentido de criar um padrão de economia e de sociedade” (Costa Pinto, 1958: 147). Dito de outra maneira, o entendimento sociológico da mudança não pode desconsiderar o peso explicativo da história, uma vez que o “novo” só surgiria a partir das transformações do “velho” – as novas instituições, os novos valores, os novos estilos de vida saem sempre alterados ao interagirem com a matéria histórica.

2. O Recôncavo como “laboratório de uma experiência humana”

No segundo capítulo do livro, “O Recôncavo como estrutura social em transformação”, Costa Pinto procura encarnar, em personagens, grupos, situações, estruturas e processos sociais concretos, como a “marginalidade estrutural” opera no cotidiano das relações em mudança. O caso do Recôncavo, apesar de suas especificidades locais, seria heurístico de um processo mais geral de transição, convertendo-se em uma espécie de “laboratório de uma experiência humana”, como está no subtítulo do livro.

O capítulo começa comentando um artigo que havia sido publicado em um suplemento dominical de um jornal carioca e que dizia que a saída para os problemas de desenvolvimento da região do Recôncavo seria “um plano e um milhão de europeus”. O plano consistiria em direcionar de forma planejada os investimentos na região, e os europeus substituiriam a supostamente pouco produtiva mão de obra local. Esta proposta, acusa Costa Pinto, além de simplista e atrelada a uma ideologia típica das classes dominantes, desconsideraria que a maior ou menor produtividade do trabalho não se explicaria por uma variável isolada, mas por toda uma configuração social dinâmica nas quais se inscrevem as relações de trabalho.

O trabalhador “rústico” da região – este é o termo empregado pelo autor – estaria diante de uma verdadeira encruzilhada histórica: de um lado, socializado no mundo forjado pelo secular patriarcalismo rural da produção açucareira, que se encontrava em decadência; de outro,

diante de novas empresas modernas, com outros modos de se organizar as relações de trabalho, que ainda não teriam força suficiente para se generalizar como forma social dominante. Esta coexistência de modos de vida tão distintos – um que remontava à mais “tradicional” *plantation* de origem colonial e outro que se ligava às inovações tidas como típicas do mundo “moderno” – em uma mesma região marcaria o drama da “marginalidade estrutural”, isto é, de um processo de modernização que força a interação entre passado e presente, redefinindo-os mutuamente em sua acomodação recíproca.

Isso explicaria, por exemplo, porque os donos de engenhos de açúcar da região atualizariam um sistema de expectativas em que o trabalhador não era valorizado por suas competências profissionais ou por sua produtividade, e sim por sua obediência e lealdade. Em um sistema de dependências pessoais, no qual a existência do trabalhador gravitava quase que exclusivamente em torno dos *favores* dos proprietários – como a moradia, o uso da terra, o acesso ao mercado etc. –, não havia espaço para relações codificadas em noções como *direitos* e *igualdade*. Além disso, a degradação das condições de trabalho, baseadas na exploração física e na baixíssima especialização, impossibilitava qualquer percepção de que o trabalho poderia ser um instrumento de melhoria de vida ou de mobilidade social ascendente. Citando um conceito do sociólogo Wilbert Moore, Costa Pinto assinala que a percepção, por parte do trabalhador, de que não haveria alternativas – “*the lack of knowledge of alternatives*” – àquele tipo de assujeitamento a condições degradantes de trabalho

ajudaria a explicar seu padrão típico de comportamento. Portanto, registra o autor, qualquer crítica ao trabalhador “rústico” do Recôncavo deveria levar imediatamente a uma crítica generalizada de todo o sistema de relações de trabalho dominantes na região. As acusações de “preguiça” ou de desinteresse em mudar de vida, ao focalizarem apenas no trabalhador – de modo elitista e racista, cumpre ressaltar –, perdem de vista que a baixa produtividade se inscreve em uma configuração social mais ampla, com níveis alarmantes de desigualdade e de exploração.

Esse universo social decadente, mas que não desaparecia – antes, se reacomodava com a expansão capitalista –, convivía cada vez mais intimamente com a expansão dos setores modernos no Recôncavo, capitaneados sobretudo pelas modernas plantas industriais de exploração petrolífera. Com isso, sugere o autor, camadas sociais emergentes, como uma pequena burguesia “*white collar*”, começavam a despontar na região. A maior burocratização das relações de trabalho nas empresas forçava a aparição de novos tipos profissionais, em um processo de relativa democratização da estrutura social. Outros canais de mobilidade social ascendente surgiam também graças à expansão da rede de transportes, que conectavam de modo mais direto o litoral ao interior e ao sertão, particularmente pelo aumento da frota de veículos terrestres, como os caminhões. Costa Pinto mostra como pessoas de origens modestas, não ligadas às famílias de proprietários – e muitas vezes de outras regiões –, conseguiram enriquecer no ramo do transporte. Alguns destes procuraram diversificar o capital investindo na produção de cachaça, os chamados

“alambiqueiros”, fazendo emergir uma nova burguesia rural, enriquecida, porém com regime de socialização distinto ao dos setores mais tradicionais. Seja como for, o autor assinala um processo de diferenciação social crescente na região do Recôncavo.

Por fim, o autor discute ainda uma nova categoria social com peso na região, o “catingueiro”, trabalhador migrante e sazonal que viria do alto sertão para os períodos de colheita nos canaviais. O “catingueiro” era a opção preferida dos fazendeiros para lidar com a frequente escassez de mão de obra local, uma vez que sua remuneração era menor em comparação com a do trabalhador fixo, e não traria os custos da “proteção” e da “prestação de favores” exigida pelo patriarcalismo rural. Em tempos de avanço da discussão sobre direitos do trabalho, incluindo os do trabalhador rural, a classe proprietária claramente procurava se eximir tanto dos custos das reciprocidades (assimétricas) das obrigações “tradicionais”, quanto do reconhecimento dos direitos e das garantias “modernas” que deveriam ser garantidas aos trabalhadores. Eis um nítido exemplo de como uma situação de “marginalidade estrutural”, em que passado e presente coexistem de modo ambíguo e perverso, poderia conspirar para uma reiteração da exploração brutal da mão de obra em meio à modernização da região.

A escolha do Recôncavo baiano por Costa Pinto não foi fortuita. Ele procurou justamente selecionar uma região na qual a interação entre as estruturas tidas como mais “arcaicas” – o latifúndio açucareiro de origem colonial e alicerçado historicamente na escravidão – e mais “modernas” – como as usinas da Petrobrás – fosse a mais

intensa possível, gerando fenômenos sociais novos e uma complexidade que escapava às teorias sociológicas vigentes. O conceito de “marginalidade estrutural”, como pretendemos esmiuçar aqui, procurava conferir inteligibilidade aos processos de mudança deste tipo, tornando a paisagem social do Recôncavo significativa de uma problemática muito mais geral. Em suma, longe de mera curiosidade localista, o estudo de Costa Pinto sobre a região é uma reflexão teoricamente orientada sobre a complexidade de todo e qualquer processo de mudança, sempre assíncrono, polimórfico e combinando diferentes temporalidades.

Referências

COSTA PINTO, Luiz A. (1958). *Recôncavo*: laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: CLAPCS.

COSTA PINTO, Luiz A. (1963). *Sociologia e desenvolvimento*: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sugestões de leitura

BOTELHO, André. (2009). Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. *Lua Nova*, São Paulo, n. 77, p. 147-177.

BRINGEL, Breno et al. (2015). Notas sobre o CLAPCS na ‘era Costa Pinto’ (1957-1961): construção institucional, circulação intelectual e pesquisas sobre América Latina no Brasil. *Dossiê Temático NETSAL*, n. 5, IESP/UERJ, Rio de Janeiro, p. 10-18.

COSTA PINTO, Luiz A. (1947). Sociologia e mudança social. Conferência pronunciada na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. *Sociologia*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 287-331

COSTA PINTO, Luiz A. (1964). *Estructura de clases y cambio social*. Buenos Aires: Paidós.

COSTA PINTO, Luiz A. (1967). Modernização e desenvolvimento. In: COSTA PINTO, Luiz & BAZZANELLA, Waldomiro (Org.). *Teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 191-201.

COSTA PINTO, Luiz A. (1980 [1949]). *Lutas de famílias no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

COSTA PINTO, Luiz A. (1998 [1953]). *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

LIMA, Nísia T. (1999). Sob o signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Marx: a vocação das ciências sociais nas perspectivas de Costa Pinto e Florestan Fernandes. In: MAIO, Marcos C. & VILLAS BÔAS, Glaucia (Org.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 251-274.

MAIA, João Marcelo E. (2019). Costa Pinto em dois tempos: Os efeitos periféricos na circulação de ideias. *Tempo Social*, v. 31, n. 2, p. 173-198.

MAIO, Marcos C. (1997). *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto

Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Tese de doutorado.

OLIVEIRA, Lúcia L. (1995). As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, p. 233-307.

VILLAS BÔAS, Glaucia. (2006). *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV.

Nas brechas da estrutura: ação e processo em Maria Isaura Pereira de Queiroz

André Botelho

Retomo nesta aula parte do que escrevi sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz em *O retorno da sociedade* (Vozes, 2019). Quero enfatizar que, para mim, tem sido uma experiência muito produtiva voltar à pioneira da sociologia política brasileira no contexto da disciplina + experimento no Blog da BVPS *Sociologia Política do Nordeste*. Uma experiência que reforça o alcance e a importância da abordagem e das formulações originais forjadas pela autora nos estudos sobre dominação política no Brasil. A meu ver, Queiroz está mais atual do que nunca. Seu interesse pela – e compromisso ético com – a ação dos indivíduos e grupos sociais nas condições mais extremas de dominação e desigualdade de poder, investigando limites e potencialidades nas respostas dos atores sociais e a transformação ou reforço por meio destas na estrutura social é uma tópica que se mostraria central no desenvolvimento da teoria sociológica a partir da segunda metade do século XX.

As inovações na teoria sociológica nunca se fazem desacompanhadas das pesquisas empíricas e das próprias transformações sociais que visam explicar. Mas também não da própria tradição que vem se forjando desde os autores

clássicos, mesmo quando novas teorizações levam a sociologia para além deste marco inicial. Tradição que, ademais, sempre foi objeto de controvérsia e problematização constantes e que mais recentemente vem sendo aberta também em termos de gênero, de raça, de geopolítica, de historicidades. Esta dinâmica própria da teoria sociológica ajudou, igualmente, a transformar nossa percepção da vida social, de seus paradoxos, impasses e possibilidades no século XX, permitindo trabalhar a complexidade crescente da vida social no século XXI em curso.

Do ponto de vista diferencialmente teórico, esse campo problemático pode ser reconstruído a partir de uma questão teórica central: a tensão entre estrutura e ação nas condições de possibilidade e de mudança da vida social, na modelagem dos processos, relações e nas ações sociais e mesmo nas subjetividades individuais. Teorizações contemporâneas têm levado à reformulação de problemáticas persistentes e de conceitos básicos do repertório teórico da sociologia em direções menos convergentes à pauta do que na altura dos anos de 1989 ficou conhecido como “novo movimento teórico” e tem permitido inovações teóricas consistentes. Ler Maria Isaura Pereira de Queiroz nesse quadro teórico abre possibilidades potentes para explorarmos a tensão interna entre ação, estrutura e processo.

Maria Isaura Pereira de Queiroz é, entre os sociólogos brasileiros de sua geração, a única a, de fato, formular deliberadamente um programa para a sociologia política

como área de pesquisa no Brasil. Apresentado já no I Congresso Brasileiro de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado na Universidade de São Paulo entre 21 e 27 de junho de 1954, “Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil” lança e especifica um conjunto de tarefas nesse sentido, todas elas cumpridas pela socióloga paulista ao longo de pelo menos vinte anos de pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo. A primeira delas consistia na realização de estudos sociológicos historicamente orientados do passado político brasileiro que permitissem “fornecer um pano de fundo para os trabalhos efetuados sobre o presente, dando a visão de continuidade ou das transformações havidas na política” (Queiroz, 1976: 17). Queiroz recusa, nesse sentido, a validade dos estudos realizados até então a esse respeito com o argumento de que, “de acordo com o ponto de vista liberal” por eles adotado, seriam meras “histórias das ideias políticas”; acentuando que ainda nos faltaria uma “história dos fatos políticos feita do ponto de vista sociológico, em que sejam encarados como produtos da vida em grupo” (Queiroz, 1976: 18). Queiroz não se refere a Oliveira Vianna, destaca apenas, no que diz respeito aos estudos até então existentes, *Evolução política do Brasil* (1933) de Caio Prado Jr. como uma “tentativa” de interpretação do nosso passado político. Tentativa malsucedida, a seu ver, uma vez que o historiador paulista “fugira ao primeiro preceito sociológico que é observar antes de interpretar: fora ao campo munido da interpretação prévia através da luta de classes e tentara impô-la aos fatos brasileiros, quando só agora o Brasil desperta para essa luta” (Queiroz, 1976: 18). Avaliação com a qual, aliás, Oliveira

Vianna provavelmente concordaria, tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quanto substantivo (Vianna, 1973: 157).

É nesse sentido, também, que Queiroz critica, no próprio âmbito dos debates do I Congresso da SBS, a comunicação nele apresentada por Alberto Guerreiro Ramos, uma vez que sua proposta implicaria “estudar a política brasileira através de ideias e não da própria realidade” (Anais, 1955: 340). Crítica a que responde Guerreiro Ramos observando que “procurou mostrar em sua exposição como as ideias se relacionam com uma determinada situação social que sobre elas exerce pressão” (Anais, 1955: 342); proposição retomada, ao debater, por sua vez, a comunicação de Maria Isaura Pereira de Queiroz apresentada na sessão da tarde de 26 de junho. Registram os Anais, a propósito, a sugestão de Guerreiro Ramos de que a formação de um “mercado nacional de bens e ideias” constituiria fator decisivo que alteraria “o sentido e a tendência da política brasileira, travando-se então o conflito entre as velhas forças defensoras da política de clientela e as novas forças que procuram exprimir-se ideologicamente” (Anais, 1955: 349).

Em sua própria comunicação, “Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados, de 1870 aos nossos dias”, posteriormente reunida em *Introdução crítica à sociologia brasileira*, de 1957, Guerreiro Ramos recupera justamente a crítica de Oliveira Vianna ao “idealismo utópico” das elites brasileiras considerando-a “o máximo de objetividade que, até agora, os estudos sociológicos atingiram, entre nós” (Ramos, 1995: 79). Ressalta, contudo, os

limites da visão de Oliveira Vianna, que não teria percebido que a conduta idealista-utópica das elites “foi, muitas vezes, menos decorrência de uma imitação voluntária do que um expediente pragmático a que tiveram imperativamente de recorrer a fim de racionalizar ou justificar interesses e reivindicações de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre ilegítimas da sociedade nacional” (Ramos, 1995: 80). Proposição com a qual, como registram os Anais do congresso, Paula Beiguelman teria concordado, enfatizando “a necessidade de superação de Oliveira Vianna [...] não tanto da obra em si, quanto das conclusões, que muitas vezes não estão contidas nas premissas apresentadas” (Anais, 1955: 341). Guerreiro Ramos, por sua vez, se põe inteiramente de acordo com tal observação, ressaltando ainda que “Oliveira Vianna negligenciou a historicidade do desenvolvimento econômico-social do Brasil, ao partir de uma concepção psicológica do processo social” (Anais, 1955: 343).

Assim, embora ausente especificamente do programa de Maria Isaura Pereira de Queiroz para a constituição da sociologia política no Brasil, Oliveira Vianna fez-se presente de modo nada aleatório no contexto em que seu programa fora originalmente apresentado e discutido junto à comunidade acadêmica dos anos 1950 no I Congresso Brasileiro de Sociologia. Além disso, e mais importante ainda, é possível apontar uma primeira e decisiva afinidade do programa de Queiroz com as proposições teórico-metodológicas de Oliveira Vianna. Na proposta da socióloga paulista de uma sociologia dos “fatos políticos” tratados como “produtos da vida em grupo” (Queiroz, 1976: 18), ressoa, em grande medida, a própria autodefesa que Oliveira

Vianna havia feito em relação à originalidade do método de análise por ele empregado em *Populações meridionais do Brasil*. Afinal, o ensaísta fluminense já acentuava, como faria mais tarde Queiroz em relação a Caio Prado Jr., que partir de “doutrinas políticas” para tentar compreender a vida política não poderia redundar senão em conclusões “inteiramente falsas”; daí que tenha procurado fazer um estudo “concreto, objetivo, realístico”, tratando das instituições políticas “ao vivo, tais como o povo as praticava realmente na sua vida cotidiana” (Vianna, 1973: 298).

Em todo caso, em seus trabalhos posteriores, sobretudo em *O mandonismo local na vida política brasileira*, de 1969, e *O coronelismo numa interpretação sociológica*, de 1975, Maria Isaura Pereira de Queiroz procuraria justamente suprir aquela apontada ausência de sínteses sociológicas dos fatos políticos do passado brasileiro. Nesses trabalhos, estrutura sua investigação da dominação política não em torno da categoria de “classes”, ou qualquer outra forma mais ampla de solidariedade social, mas na de “parentela”. Para a socióloga paulista, as parentelas estariam na origem da estrutura da dominação política brasileira, envolvendo formas de sociabilidade, conduta e solidariedade pessoalizadas num núcleo extenso e espacialmente disperso de indivíduos unidos entre si por relações de parentesco de sangue, espiritual (compadrio) ou de alianças (uniões matrimoniais), relações econômicas e políticas, além de rivalidades e conflitos (Queiroz, 1976: 181 e ss). “Parentela” e “solidariedade parental”, no entanto, também são noções já empregadas por Oliveira Vianna justamente para circunscrever, ao lado do “clã rural”, a “única forma militante

da solidariedade social em nosso povo” (Vianna, 1973: 149). Enfatiza o ensaísta fluminense que a “solidariedade parental” encontrar-se-ia “tão enérgica ainda hoje nas zonas sertanejas” como no passado (Vianna, 1973: 149), o que Queiroz pôde mesmo constatar em seus trabalhos de campo em Santa Brígida na década de 1950.

A segunda tarefa necessária à constituição da sociologia política como área de pesquisa no Brasil, apontada por Maria Isaura Pereira de Queiroz em sua comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, consistiria na realização de estudos “concretos” sobre o presente que, confrontados às sínteses sociológicas do passado, pudessem dar a visão das continuidades ou descontinuidades na política (Queiroz, 1976: 17). Para o cumprimento dessa segunda tarefa, a socióloga paulista realizou, de fato, trabalhos de campo em Santa Brígida, distrito do município baiano de Jeremoabo, entre 1954 e 1959, cujos principais resultados foram apresentados em *Sociologia e folclore: a dança de S. Gonçalo num povoado baiano*, de 1958, e em “Política, ascensão social e liderança num povoado baiano”, este último originalmente apresentado como comunicação ao II Congresso Brasileiro de Sociologia em 1962. Mas também recuperados em *O coronelismo numa interpretação sociológica* para se contrapor à tese de Vitor Nunes Leal sobre o voto de cabresto e demonstrar seu argumento de que, no âmbito das relações de dominação do coronelismo, o voto integrava antes uma ampla e complexa rede de reciprocidades fundada na posse e escassez de “bens de fortuna” na qual a barganha política tornava-se possível (Queiroz, 1976: 168).

Se a caracterização das relações de dominação política envolvendo uma rede de reciprocidades assimétricas já havia sido formulada em *Populações meridionais do Brasil* (Vianna, 1973: 148 e ss.) e adotada por Nunes Leal para definir o coronelismo como “sistema” (Leal, 1997: 64), nas pesquisas de Maria Isaura o problema ganha uma nova configuração sociológica com a introdução da dimensão da “agência” ou simplesmente da ação social. A marca da sociologia política de Queiroz está justamente, como sugere Glaucia Villas Bôas (2006), na tentativa de evidenciar que é na vida associativa que se encontram os motivos de compreensão das relações de “mando” e “obediência”, concepção a partir da qual procura demonstrar a “racionalidade da política brasileira”. Daí sua valorização da “experiência vivida” dentro dos grupos particulares de modo a se contrapor à tendência a avaliá-los somente a partir de modelos teóricos e de interpretações da sociedade global, bem como sua ênfase no caráter ativo da conduta humana para se contrapor à tendência a considerar as relações sociais como forças estranhas aos atores sociais, cujo significado lhes escapa à compreensão e mesmo ao controle.¹

¹ Assinale-se a afinidade do interesse analítico de Queiroz pelos pequenos produtores rurais, pela ideia de rusticidade como característica distintiva desses grupos, pela ênfase no trabalho de campo como forma de controle das generalizações teóricas e, sobretudo, pela tendência a valorizar a “autorreflexão” dos grupos estudados, com a tradição sociológica de *Os Parceiros do Rio Bonito* (1954) de Antonio Candido (Jackson, 2002). Trata-se, como o próprio Candido assinalou, embora não se refira ao seu trabalho, de um movimento de deslocamento/rotação ao mesmo tempo metodológico e ético operado pela sociologia da Universidade de São Paulo em relação à perspectiva “senhorial”, característica da abordagem de Oliveira Vianna, com a introdução do “homem comum” no centro do seu interesse analítico

Como propõe Oliveira Vianna, Queiroz situa as relações de dominação política entre público e privado, como também havia feito Leal. E também como seus predecessores (Vianna, 1973; Leal, 1997), ela reconhece a necessidade de pesquisar as relações de dominação política a partir dos municípios, onde “o fenômeno político é mais violento e colore todos os outros aspectos da vida em grupo” (Queiroz, 1976: 30). Todavia, procurando abordar as relações de dominação política não do ponto de vista do “sistema social” que elas formariam, como Leal, mas antes da perspectiva dos próprios atores sociais que as vivenciariam, Queiroz introduz uma série de distinções analíticas e históricas que lhe permite enfatizar a variedade e a multiplicidade de níveis daquelas relações em suas interações com diferentes estruturas sociais, econômicas e fundiárias – aspectos que, segundo sustenta, teriam sido subestimados por Victor Nunes Leal (Queiroz, 1976: 165). Realização paradigmática dessas proposições analíticas encontra-se em “Política, ascensão social e liderança num povoado baiano”.

A escolha de Queiroz pela pequena comunidade sertaneja de Santa Brígida esteve, de fato, guiada por dois motivos sociológicos principais sobre os quais já vinha argumentando desde o texto-programa de 1954. Em primeiro lugar, contrariando o que identificava como tendência a analisar a dominação política somente nas áreas litorâneas de monoculturas de exportação, buscava desvendar a diversidade de comportamentos políticos

(Candido, 2004: 233). Para outros aspectos da obra de Queiroz, ver Kosminsky (1999).

segundo as diferenças existentes “no próprio país, formando zonas geográfica, econômica e socialmente diferentes” (Queiroz, 1976: 30). Seus argumentos sobre o “voto como posse” contra o “voto de cabresto” estavam fundados justamente nas pesquisas empíricas realizadas naquela zona de sitiantes: nestas, a estrutura social tendia para uma configuração mais “igualitária”, em contraste com as zonas de monoculturas de exportação ou de grandes criadores, nas quais, com base numa estratificação social mais diferenciada e rígida, a dominação política do coronel seria mais direta e mesmo mais violenta (Queiroz, 1976: 176). Fundamental, nos casos em que a barganha política se tornava possível, seria o papel dos “cabos eleitorais” como nível intermediário da estratificação e dominação política que ligava aos coronéis os seus eleitores (Queiroz, 1976: 166). Em segundo lugar, é da perspectiva desses atores sociais, os cabos eleitorais, que a pesquisa se realiza, procurando dar conta das possibilidades de acesso à liderança política, acesso este considerado uma forma de “ascensão social” em comunidades menos estratificadas.

Analisando as trajetórias de três cabos eleitorais de Santa Brígida, Maria Isaura Pereira de Queiroz conclui que, se o prestígio pessoal pode levar à liderança, é o “carisma” que, numa comunidade tão pouco diferenciada internamente, parece constituir um “verdadeiro canal de ascensão social” (Queiroz, 1976a: 116). É o caso do beato Pedro Batista, cabo eleitoral que ligava ao coronel do município os romeiros alagoanos por ele atraídos e estabelecidos em Santa Brígida. Ao beato, a quem chamavam de “Padrinho”, os romeiros se subordinavam “inteiramente” devido aos

benefícios materiais e imateriais que sob sua liderança receberam, acreditando ainda que ele dispusesse de “dons sobrenaturais” comprovados pelo seu “poder terapêutico” (Queiroz, 1976a: 110). Como no Padrinho dos romeiros inscrevem-se e entrelaçam-se dois princípios distintos de legitimação da dominação (Weber, 1992), o “tradicional”, na autoridade pessoal que exerce, e o “carismático” manifesto na crença nas suas qualidades extraordinárias, sua relação com os eleitores poderia até mesmo “independe de um esquema de dom e contradom” (Queiroz, 1976a: 111).

Assim, se o voto integrava um “sistema” de trocas recíprocas nas áreas de pequenos produtores autônomos, as relações entre coronéis, cabos eleitorais e eleitores seriam realmente muito contingentes, pois nem “liderança” implicava em posição de “superioridade”, e nem era em si mesma garantia suficiente de “ascensão social” nessas pequenas comunidades rurais. Com a reconstituição das trajetórias dos cabos eleitorais, Queiroz procura, portanto, especificar as condições sociais que orientam as condutas individuais e, desse modo, recuperar as diferentes respostas dos agentes submetidos às relações de dominação política do coronelismo. Perspectiva a partir da qual, ao contrário do que uma investigação somente “sistêmica” teria permitido, tornava-se possível, para a socióloga paulista, identificar o caráter dinâmico das relações de dominação política na sociedade brasileira. A vida social que se desenha em Santa Brígida a partir de suas pesquisas é, assim, ilustrativa da contingência das relações entre público e privado e das possibilidades e limites de ascensão social nos contextos de dominação pessoal. Questão que será retomada por Maria

Sylvia de Carvalho Franco em *Homens livres na ordem escravocrata* (1969) ao problematizar, contudo, as possibilidades de negação da dominação política pessoal por parte dos “homens comuns” em geral. Tema para outra discussão.

Referências

ANAIAS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. (1955). Sociedade Brasileira de Sociologia. São Paulo.

CANDIDO, Antonio. (2004). A Faculdade no centenário da Abolição. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades / Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, p. 227-240.

JACKSON, Luiz Carlos. (2002). *A tradição esquecida. Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

KOSMINSKY, Ethel. (Org.) (1999). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília – São Paulo: UNESP/Marília Publicações/Fapesp.

LEAL, Vitor Nunes. (1997). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

QUEIROZ, Maria Isaura P. (1958). *Sociologia e Folclore: a Dança de São Gonçalo num povoado baiano*. Salvador: Livraria Progresso.

QUEIROZ, Maria Isaura P. (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

QUEIROZ, Maria Isaura P. (1976a). Política, ascensão social e liderança num povoado baiano. In: *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p. 100-122.

RAMOS, Alberto Guerreiro. (1995). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

VIANNA, Francisco José de O. (1973). *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro e UFF.

VILLAS BÔAS, Glaucia. (2006). *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

WEBER, Max. (1992). *Economia y Sociedad*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.

Capitalismo, terra e ação coletiva: a interpretação de Elide Rugai Bastos

Karim Helayel
Rennan Pimentel

Introdução

O fio condutor da discussão que estamos propondo tem em vista a localização do livro *As Ligas Camponesas*, da socióloga Elide Rugai Bastos, publicado originalmente em 1984, fruto de sua dissertação de mestrado, diante de um escopo mais amplo de questões referentes ao processo de constituição da ação coletiva no Brasil. A ênfase da discussão girará em torno do modo pelo qual o campesinato logrou se organizar no ano de 1954, no Engenho Galileia, em Pernambuco, mais precisamente no município de Vitória de Santo Antão, a uma distância de 60 km de Recife, entre a zona da mata e o agreste. Com isso, procuraremos discutir como *As Ligas Camponesas* constitui trabalho que, a partir da análise de um contexto periférico na periferia do capitalismo, extrai elementos fundamentais para pensar não apenas a questão da ação coletiva no Brasil, como permite também interpelar a teoria sociológica em um sentido mais amplo, que vem se debruçando sobre a discussão a respeito dos movimentos sociais. Ou seja, o trabalho de Elide Rugai Bastos possui ampla capacidade de interpelação teórica para

pensar o tema da ação coletiva, de modo a intervir em debates cruciais da teoria social produzida tanto na periferia quanto no centro.

Neste sentido, Elide Rugai Bastos se vale, de modo criativo e historicamente circunstanciado, do ferramental teórico-metodológico forjado por Alain Touraine, mais especificamente, do modo pelo qual o sociólogo francês concebe a categoria “movimentos sociais” em seu livro *Production de la société*, publicado originalmente em 1973. No entanto, cabe ressaltar que o diálogo proposto por Bastos com o trabalho de Touraine não se sucede de forma acrítica e automática, procurando mobilizar suas proposições de modo historicizado, articulando, portanto, teoria e história. Se nos voltarmos para a maneira pela qual Touraine caracteriza os “movimentos sociais”, poderemos observar que o autor os caracterizaria como “*a ação conflituosa dos agentes das classes sociais que lutam pelo controle do sistema de ação histórica*”¹. Ao tratar dos “movimentos sociais”, Touraine os qualifica como “condutas coletivas de historicidade”, enfatizando, dessa forma, as dimensões da ação e do conflito de modo historicamente orientado. O ator do movimento social seria definido a partir de sua relação com o conflito mais amplo existente em uma dada sociedade, ao colocar em xeque o controle do desenvolvimento social, desenvolvimento esse que seria caracterizado por um “modelo cultural” e por componentes do “sistema de ação histórica”. O “movimento social” combinaria, segundo Touraine (1993), um “princípio de identidade” (que se daria

¹ No original “l’action conflictuelle d’agents des classes sociales luttant pour le contrôle du système d’action historique” (Touraine, 1993: 307).

com base na alteridade e no conflito), um “princípio de oposição” (do conflito existente emergiria o adversário, formando a consciência dos atores) e um “princípio de totalidade” (que diria respeito à percepção do “sistema de ação histórica”),² características com as quais Bastos dialogará diretamente em seu livro *As Ligas Camponesas*.

Enquanto objeto da análise sociológica, alerta Touraine, o “movimento social” não poderia ser estudado em si mesmo, devendo ser pensado em relação ao campo de ação histórica, no qual se localiza como um de seus atores. Essa, a nosso ver, parece ser uma formulação com a qual Bastos dialogou diretamente em seu trabalho. Para o sociólogo francês, o “movimento social” deveria ser pensado em sua luta contra um adversário específico, tendo em vista o seu esforço em controlar o processo de desenvolvimento da sociedade, questão que veremos mais adiante no que se refere ao declínio das Ligas, no caso, a falta de um adversário bem definido. Além disso, Touraine (1993: 386) ressalta que, malgrado exprimir direta ou indiretamente o conflito de classes, não seria desejável subsumir os objetivos dos “movimentos sociais” a interesses econômicos, já que sua existência estaria relacionada ao conflito localizado ao nível do “modelo cultural”. Em outras palavras, Touraine entende que o conflito seria a força motriz da sociedade, embora não o confine à relação capital-trabalho, procurando equacioná-lo através de uma chave na qual a cultura desempenha papel

² No original, em francês: “C’est pourquoi je définis un mouvement social comme la combinaison d’un principe d’identité, d’un principe d’opposition et d’un principe de totalité, et considéré plus largement, comme un acteur d’un champ d’action historique” (Touraine, 1993 : 324).

crucial. Não à toa, Bastos (1987) argumenta que, a despeito de as condições econômicas dos camponeses desestabilizarem o equilíbrio de forças da sociedade, a ruptura delineada não se confinaria ao plano econômico, localizando-se ao nível do poder, tendo relação, para usar os termos de Touraine (1993), com a luta pelo controle do sistema de ação histórica.

Em suma, como procuraremos argumentar, o trabalho de Elide Rugai Bastos, ao lidar com o tema da ação coletiva, permite uma problematização mais ampla, no que diz respeito à maneira pela qual os direitos de cidadania vinham sendo efetivamente implementados no Brasil. Assim como em seus trabalhos sobre a obra de Gilberto Freyre (Bastos, 2006), a autora chama a atenção para a articulação política do bloco agrário-industrial, cuja recorrência se afigura patente no caso brasileiro, desestabilizando versões mais lineares do processo social. Os movimentos sociais agrários são forjados, argumenta Bastos (1984), em um sentido mais geral, assim como as Ligas Camponesas, foco de sua análise, como uma tentativa de questionar o pacto agrário-industrial e, ao empreenderem tal movimento, abrem importante espaço para as reivindicações dos trabalhadores rurais, discussão fundamental até os dias de hoje.

1. A luta pela terra

1.1. A luta pela terra surge, de acordo com a análise proposta por Elide Rugai Bastos (1984), como a mais significativa das tensões do campo no Brasil, constituindo uma luta, em um sentido mais amplo, contra o movimento

de expansão do capital. Ou seja, a luta pela terra emerge como uma contraposição veemente ao capitalismo, que, nas palavras da autora, “no seu processo de expansão ao campo subordina a terra às suas necessidades” (Bastos, 1984: 9), submetendo, portanto, os trabalhadores rurais aos seus imperativos.

1.2. Objetivo da autora: seu trabalho busca refletir sobre o significado político do movimento social mais conhecido como Ligas Camponesas, procurando discutir como, a partir do surgimento deste movimento, floresce a questão camponesa, de modo a tratar ainda como ela adentra o debate político que se desenvolve entre os anos 1955 e 1964. Contudo, argumenta que, a despeito da relevância da questão camponesa, o espaço político correspondente não teria sido aberto ao campesinato, haja vista a capacidade da correlação de forças existente no período para se manter operante.

1.3. Capitalismo no campo: Bastos (1984: 10) destaca a subordinação da terra ao capital. Em decorrência deste processo, teria havido uma “diferenciação do campesinato”, que resultaria em um duplo movimento, “de um lado, a concentração da propriedade dos meios de produção transformados em capital e, de outro, um processo de expropriação da maioria da população agrária, transformando-a no contingente de força de trabalho assalariada subordinada ao capital” (Bastos, 1984: 11). Por outro lado, matiza a autora, tal processo não exclui a manutenção das relações de produção não capitalistas, que acarretam tensões no campo.

1.4. Ênfase da autora nos movimentos sociais: para ela, o conflito não se reduziria ao plano econômico, envolvendo

a dimensão do poder. Tal discussão nos conduz à afirmação de que seu diálogo com Touraine é extremamente produtivo, porque o que estaria em jogo, pelo menos inicialmente, a nosso ver, seguindo o raciocínio de Elide Rugai Bastos, seria o controle do sistema de ação histórica, haja vista que o conflito estaria girando em torno de um certo “modelo cultural”. O que estaria em jogo seria a crise do bloco histórico (via Gramsci) agrário-industrial, tendo em vista que no horizonte se encontraria a “solidificação de um novo bloco” (Bastos, 1984: 12).

1.5. A autora chama a atenção, na introdução ao livro, para a “*reduzida organicidade* do movimento social resultando do deslocamento entre sua liderança política e sua base social” (Bastos, 1984: 13), o que teria acarretado limites para sua atuação.

1.6. Limites da luta: descompasso entre o projeto político das Ligas Camponesas e o projeto da reforma agrária. O projeto de reforma agrária comportaria limites, posto que formulado de forma externa às bases do movimento social camponês, afastando-se, desse modo, do móvel da luta das Ligas Camponesas, que se concentravam, em boa medida, na questão referente à autonomia do trabalho. Ou seja, a autora identifica uma desarticulação entre as esferas política e econômica. Com isso, haveria ainda uma descontinuidade entre os movimentos sociais e os partidos políticos, uma vez que, para estes, a luta central se encontraria circunscrita ao Estado nacional, o que agravaria uma certa preeminência da questão nacional, em um sentido mais abstrato, sobre a questão social.

2. Sentido da ação coletiva

2.1. Luta dos “galileus”: relaciona-se à luta pela terra, cuja particularidade incorpora a dimensão do trabalho e de subsistência. Nas palavras da autora, a luta não seria “por qualquer terra, mas sim uma luta *pela terra que tem incorporado seu trabalho*” (Bastos, 1984: 21, grifos da autora). Sendo assim, Bastos (1984: 21) argumenta que não se trataria de uma “luta pequeno-burguesa pela propriedade, mas sim uma luta pelo objeto e meio de seu trabalho”. A autora lembra que os “galileus” combinam a produção mercantil de produtos como legumes, frutas, mandioca e algodão, com a produção efetuada para sua subsistência.

2.2. Autorrepresentação dos camponeses: estes se autorrepresentariam como trabalhadores autônomos, o que indicaria, de acordo com a interpretação da socióloga, a “não-percepção da subordinação de seu trabalho ao capital, subordinação que se acentua na medida em que ele se dedique a culturas industriais, como por exemplo o algodão ou a cana-de-açúcar” (Bastos, 1984: 25). Adiante, ela observa:

Em outros termos, à autonomia de seu trabalho ele percebe apenas um longínquo obstáculo: a propriedade da terra. (Observe-se, aliás, que ele se refere ao dono do engenho, não como proprietário da terra, mas como dono do foro). Essa representação é condição fundamental para que ele se reproduza como camponês. É esse o sentido que assume sua luta pela terra, porque, para ele, lutar pela terra é lutar pela suposta autonomia de seu trabalho (Bastos, 1984: 25-26).

2.3. Mas, para pensar o modo pelo qual o camponês se autodefine, Bastos (1984) chama a atenção para três atributos, que dialogam com as proposições de Touraine, discutidas na introdução da aula. O primeiro atributo através do qual o camponês se definiria tem a ver com a “*consciência de sua situação de insuficiência econômico-social*” (Bastos, 1984: 33, grifos da autora), ou seja, uma consciência por parte do camponês em relação à sua precária situação econômica, que o faz perceber sua privação. A privação desempenha papel decisivo para o camponês, pois permite a “consciência de pertinência a um grupo e o que o leva a buscar a solução de *autodefesa*” (Bastos, 1984: 33, grifo da autora), contribuindo ainda como “elemento impulsionador do movimento social” (Bastos, 1984: 36). A luta do camponês comportaria ainda um aspecto contraditório, que se consubstanciaria em seus sentidos defensivo e ofensivo, uma vez que ela teria tanto um “aspecto conservador” quanto um “aspecto contestador”. De acordo com Bastos (1984: 35), “a luta não é propriamente pela propriedade coletiva, mas se encaminha contra a concentração da terra, e, portanto, a uma específica forma de desenvolvimento do capitalismo na agricultura”.

2.4. O segundo atributo definidor da base do movimento social seria a “*consciência da desigualdade* existente entre o camponês e o dono da terra” (Bastos, 1984: 36, grifos da autora). Contudo, a socióloga assinala, em diálogo com Touraine, que não haveria uma clara circunscrição do oponente, malgrado tal atribuição sugerir uma perspectiva de oposição, posto que o camponês entende que se, por exemplo, não pagar o “foro” ao proprietário, seriam legítimas as circunstâncias que

poderiam provocar sua expulsão das terras. Ou seja, não seria exagero assinalar que a maneira pela qual Elide Rugai Bastos se vale das proposições de Alain Touraine indica a mobilização historicizada da categoria “movimentos sociais” para o entendimento de um contexto específico como aquele no qual as Ligas Camponesas se formaram.

2.5. O terceiro aspecto definidor seria a definição do adversário, cuja especificidade envolveria o dimensionamento do conflito. No entanto, como discute Bastos, em um primeiro momento, o adversário não teria sido definido como estranho ao grupo, algo que diz respeito, seguindo seu raciocínio, às relações marcadamente pessoalizadas. A identidade do movimento social teria sido forjada fora do conflito e sem a clara definição do oponente, inviabilizando, segundo a autora, “a formulação de um projeto de classe, pois sem a caracterização estrita dopositor não se define a totalidade”. Isto se daria ainda, posto que o trabalhador rural “não se representa no processo de compra e venda da força de trabalho, mesmo quando se assalaria”, não se reconhecendo como “produtor de valor excedente e, como decorrência, não tem condições para reconhecer a apropriação de mais-valia” (Bastos, 1984: 39).

3. As Ligas Camponesas e o trabalho

3.1. Luta contra formas de trabalho que exploram os trabalhadores rurais, como o “cambão” (dias trabalhados gratuitamente pelo camponês em prol do proprietário de terras): o cambão poderia ser entendido, argumenta a autora,

como forma de venda da força de trabalho, sendo uma das formas de trabalho representativas do processo de proletarização dos trabalhadores rurais. O “cambão” não seria uma sobrevivência ou excrescência próxima à “corveia medieval”, caracterizando-se como uma “forma de transição entre a condição de trabalhador autônomo e a de trabalhador assalariado, não sendo explicado como estranho ao modo capitalista de produção”. Assim, a luta contra o “cambão” representaria “uma luta contra a sujeição, mas não uma luta contra a servidão e sim uma luta contra a ‘mudança’ que o *cambão* representa – a paulatina perda do controle do processo de trabalho que evolui para a clara e completa situação da venda da força de trabalho”.

3.2. Caso do “parceiro”: o “parceiro” seria um ator que teria a obrigação de prestar dias de trabalho gratuito para o proprietário de terras, não necessariamente na produção, mas na manutenção da propriedade, circunscrevendo-se à luta da mesma maneira que o arrendatário, uma vez que, segundo Bastos, “ele luta pela manutenção do controle de seu processo de trabalho, luta contra sua extinção”.

3.3. Caso do pequeno proprietário: embora possa ser considerado proprietário, ele era considerado dependente dos grandes proprietários de terras da região. Ainda que fossem possuidores dos meios de produção e produtores de seus meios de vida, os pequenos proprietários possuíam vínculos de dependência estreitos com os grandes proprietários para “‘colocar’ sua produção de alimentos ou de produtos para a indústria”, bem como porque a eles “aluga sua força de trabalho” (Bastos, 1984: 61).

3.4. Assim, a luta dos arrendatários, parceiros, moradores e pequenos proprietários seria direcionada contra o processo de proletarização em decorrência da capitalização do campo, haja vista que o capital se apropriava de forma decisiva da produção do açúcar. Portanto, Bastos (1984: 63) indica que o adversário do trabalhador rural não seria tanto o latifúndio em si mesmo, mas a propriedade capitalista: “O direcionamento dado ao movimento afasta a luta do núcleo que daria unidade ao projeto camponês, a discussão clara de que suas reais condições de existência social, condições essas que estão balizadas pelo processo de expansão do capitalismo no campo”. A luta do camponês consistiria, desse modo, na busca pela manutenção do controle do processo de seu trabalho, que estaria sendo posta em risco pelo avanço do capital.

4. A problemática da reforma agrária

4.1. Anos 1960: a luta se direciona para o tema da reforma agrária, que se tornaria, de acordo com a socióloga, uma espécie de caráter das “ligas” no processo de expansão nacional, uma vez que “seu projeto é o projeto de reforma agrária” (Bastos, 1984: 78).

4.2. “Declaração de Belo Horizonte”: marcaria a luta pela “reforma agrária radical”, ou seja, a luta contra o latifúndio e o monopólio da terra. Entretanto, a autora afirma que “a solução do problema da terra, balizada pela legalidade, não transcende o modo capitalista de produção, estando subentendida a reafirmação da relação de produção

fundamental que é a exploração do trabalho assalariado” (Bastos, 1984: 82). Assim, seguindo o raciocínio de Elide Rugai Bastos, a reforma agrária que estaria sendo proposta teria a ver com uma reforma agrária circunscrita ao horizonte de expectativas do projeto de desenvolvimento capitalista, gerando atritos com o tipo de projeto proposto inicialmente pelas Ligas Camponesas.

4.3. Burguesia e reforma agrária: Elide Rugai Bastos discute que a burguesia teria procurado elaborar um projeto político de unidade nacional sobre a questão agrária, que se encontraria articulado aos seus próprios interesses, como o objetivo de conter o avanço para uma reforma agrária de fato com amplas concessões de terras. Sendo assim, a burguesia agrária formula seu projeto para a questão agrária, afirmando que esta seria menos uma questão de terras do que de técnica e de financiamento, orientando-se diretamente pelos marcos do capitalismo.

4.4. Ou seja, a proposta de reforma agrária das elites dirigentes se vincula “à busca de medidas para deter o avanço do movimento camponês”, e seria nessa direção “que se encaminham os projetos de extensão da legislação trabalhista ao campo e da sindicalização rural” (Bastos, 1984: 88). A alternativa da burguesia para a questão agrária foi elaborar um Estatuto de Direitos aos trabalhadores rurais.

Considerações finais

De acordo com Elide Rugai Bastos, o estudo das Ligas Camponesas explicita aspectos fundamentais da sociedade

brasileira entre os anos 1954-1964, permitindo o entendimento do golpe civil-militar de 1964. Não à toa, a autora lembra que o “próprio caráter do Estado brasileiro sob o populismo e, em seguida, sob o militarismo, tem muito a ver com a questão agrária e, em especial, o problema da cidadania do trabalhador rural” (Bastos, 1984: 114). Ou seja, o estudo proposto por Elide Rugai Bastos não se circunscreve a uma realidade insulada e apartada, permitindo uma problematização mais ampla, referente ao modo pelo qual a perspectiva cidadã vinha sendo implementada no Brasil.

As Ligas Camponesas trouxeram à tona a questão da concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários e a exploração dos trabalhadores rurais. O movimento despertou a consciência da sociedade brasileira para a desigualdade no campo e a necessidade de um olhar para a questão agrária. Este foi um dos principais movimentos sociais a pressionar pela implementação efetiva da reforma agrária no Brasil. Suas ações e mobilizações contribuíram para colocar o tema na agenda política e para a criação de políticas públicas voltadas para a questão agrária.

Elide Rugai Bastos se contrapõe a visões que atribuiriam um caráter homogêneo, coerente e estável para as Ligas Camponesas, chamando a atenção para heterogeneidade dos trabalhadores rurais: “Os membros das Ligas Camponesas não compunham uma categoria imediatamente homogênea. As diferentes condições de trabalho e vida do arrendatário, parceiro, posseiro, morador e assalariado implicavam em reivindicações diversas” (Bastos, 1984: 114). Os próprios debates em torno do “foro, cambão e latifúndio, passando pela violência privada

exercida contra o trabalhador rural, não galvanizava igualmente a todos” (Bastos, 1984: 114). Tal heterogeneidade, reivindicações diversas e a ausência de um adversário bem definido, enfraqueceu o movimento e seu êxito. Entretanto, as Ligas Camponesas incentivaram a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e associações, fortalecendo sua capacidade de reivindicação e ampliando sua voz política. Essa organização foi fundamental para a continuidade da luta pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida no campo.

As transformações do movimento social tiveram implicações que colocaram de lado os “galileus”, que se contrapunham à expansão do capitalismo no campo. Apesar disso, as Ligas Camponesas teriam representado, argumenta a autora, “importante conquista para os trabalhadores rurais, denunciando a restrição na aplicação dos direitos de *cidadania*” (Bastos, 1984: 116, grifo da autora). O movimento das Ligas Camponesas serviu como inspiração e referência para outros movimentos sociais e organizações que surgiram posteriormente. Seu legado aparece na atuação de outros grupos que lutam pela reforma agrária, pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e pela justiça social no campo brasileiro.

1964: ano que marca uma passagem do agrário-industrial para o industrial-agrário, “muito mais industrial que agrário”, diria Bastos (1984: 116). Além disso, o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, bem como o Estatuto da Terra, de 1964, corresponderiam ao novo arranjo perpetrado no interior do bloco de poder: “criam-se novas condições para a expansão do capitalismo no campo, ao

mesmo tempo que se criam novos instrumentos de subordinação do trabalhador rural” (Bastos, 1984: 117). A reconexão das elites agrárias e industriais conteve o avanço das reivindicações das Ligas Camponesas, constituindo um novo pacto industrial-agrário que culminou no Golpe de 1964.

As Ligas Camponesas despertaram o interesse da academia e contribuíram para o estudo e a produção de conhecimento sobre a história agrária e os movimentos sociais no Brasil. Além disso, o legado das Ligas Camponesas é importante para a construção da memória coletiva e para a valorização da luta dos trabalhadores rurais na história do país. A luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil continua até os dias de hoje, com diferentes movimentos sociais e organizações trabalhando em prol dessa causa, sendo sempre “sufocada” pelas elites agrárias e industriais. As demandas levantadas pelas Ligas Camponesas ainda ecoam no debate político e social, destacando a importância de garantir o acesso à terra e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais.

Referências

BASTOS, Elide Rugai. (1984). *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes.

BASTOS, Elide Rugai. (1987). A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP.

BASTOS, Elide Rugai. (2006). *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. (2009). A Operação Nordeste. In: *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto.

TOURAINÉ, Alain. (1993). *Production de la société*. Éditions du Seuil: Librairie Générale Française.

Quando a literatura é adubada com sangue: a trilogia do cacau de Jorge Amado

Onildo Correa

— Você se lembra da primeira vez em que leu Jorge Amado?¹

Foi já crescido, no meu caso, a experiência inaugural com a prosa do escritor baiano, ou melhor, *grapiúna*². Então calouro de graduação na cidade de Salvador, banhada pelas águas calmas da Baía de Todos-os-Santos e ritmicamente embalada pelo ressoar milenar dos atabaques, residia em um pequeno apartamento na gema do Largo Dois de Julho, nos entornos da Cidade Baixa. Integrava uma república-comuna de seis alunos recém-ingressos e dois gatos, autointitulando-nos “Estudantes Silvestres”.

Não havia soteropolitanos, e embora mais nos distinguíssemos do que o contrário, sucedia de compartilharmos uma característica central: a insistência em

¹ Agradeço ao professor e orientador André Botelho (UFRJ) pelo incentivo à realização deste texto. Igualmente, agradeço à Caroline Tresoldi, Karim Helayel e Maurício Hoelz pelas leituras, correções e comentários atenciosos.

² Sobre o significado da palavra *grapiúna*: “Termo popularizado por Jorge Amado, em *Gabriela Cravo e Canela* (1958), para designar os grandes plantadores de cacau. Etimologicamente, segundo Euclides Neto (1997, p. 76), ‘Grapiúna vem do tupi: guirá = gra por aglutinação = pássaro + pi = branco + uma = preto = > pássaro preto e branco’. Atualmente, significa os que nascem e/ou estão radicados na Região do Cacau, conforme Matos (1989)” (Sousa & Costa & Oliveira, 2007: 3).

carregar conosco livros. Textos importantes para muito além do ato entretido de ler palavras; objetos necessários, pois compunham partes importantes da nossa identidade; partes que relutávamos em simbolicamente deixar para trás, a despeito das dificuldades que os longos trajetos da vida nos impuseram.

A sala da residência, um tanto ampla mas pouco mobiliada, com janela gradeada voltada para um pé de mangueira, tinha ao canto uma escada branca em dois apoios, com seus degraus preenchidos pela reunião de todos os livros que possuíamos. Aquela escada, reaproveitada dos entulhos do próprio apartamento, preenchida por impressionante diversidade de estéticas, histórias e épocas literárias, representava um aspecto da nossa síntese. Mais importante ainda, permitia-nos, por meio da leitura, visitar um pouco mais de cada um de nós. Seis estudantes que havia pouco se encontraram, todavia, momentaneamente se agregavam em cooperação para a constituição do futuro. Nesse ponto — por que não? —, à nossa maneira, similares aos jovens capitães da areia de Jorge Amado. Personagens do livro homônimo (1937) que tive a felicidade de lá encontrar ao ter o primeiro contato com a prosa amadiana, mergulhando em tipos humanos feitos à medida de representações que se erguem para além do simples bem e do mal. Figuras controversas, unidas diante de mundos injustos e que, como outros personagens do autor, encontram na cooperação mútua os meios necessários à sobrevivência e à construção do amanhã, estabelecendo um fino elo de ligação com todos nós: comovendo, ensinando e, principalmente, denunciando.

Experiências literárias são capazes de mediar vivências e contribuir diretamente para a constituição de identidades. Por isso, essa introdução; por isso, a epígrafe acima, os versos finais da canção *Yaya Massemba* (2003), entoados a toda voz pela igualmente baiana Maria Bethânia. Versos que ilustram, com certa exatidão, o projeto literário do escritor grapiúna, especialmente quando consideramos as primeiras duas décadas da sua prolífica carreira no mundo das letras. Projeto esse não apenas expresso nos depoimentos e fatos empíricos da sua trajetória, mas deliberadamente inserido nas estruturas das suas diegeses; isto é, nas caracterizações dos seus personagens e nos funcionamentos internos dos seus mundos narrados.

Figuras como o “Professor”, João José, de *Capitães da Areia*; ou José Cordeiro, o sergipano migrante de *Cacau*, subjugados pelo império da realidade social, mas igualmente representantes do que seriam as potencialidades da filosofia de libertação das consciências. A noção de que, através da leitura e da escrita, rimando amor e dor, angariamos elementos pedagógicos importantes para a constituição da *práxis* de emancipação da classe trabalhadora, compondo “uma pedagogia social como meio prioritário contra-hegemônico ao modo de produção vigente, expressão da luta de classes” (Damo *et al*, 2011: 1). Assim acreditava Amado, tal como canta Maria Bethânia: aprendendo a ler para ensinar seus camaradas... ensinar que há um novo amanhecer a ser coletivamente conquistado, mesmo *na noite mais funda do ventre escuro de um porão*.

A trilogia do cacau (1933-1944)

A trilogia do cacau é composta pelos romances *Cacau* (1933), *Terras do sem-fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). São três obras ambientadas num mesmo espaço geográfico brasileiro — a região Ilhéus-Itabuna (BA) — e conectadas por um semelhante fio condutor: as dinâmicas das fazendas do cacau sul baianas das primeiras três décadas do século XX, produtoras do fruto doce que Amado denomina em seus textos “ouro branco”. Juntas, constituem narrativas que se pretendem representativas das facetas de um fenômeno sócio-histórico regionalizado da história nordestina, mas que, ao mesmo tempo, transbordam das fronteiras puramente regionais para atingir âmbitos macronacionais e internacionais, articulando o regional às dinâmicas político-econômicas em curso na República Velha e a relação colonial das elites com o capital estrangeiro. Três histórias que tem no cacau, portanto, o seu protagonista fundamental, centralizado a ponto de todo o resto emergir como acessórios orbitantes deste idêntico núcleo narratológico, cujo domínio sobre as mentes, corpos e destinos, desde os gananciosos latifundiários até os aliados trabalhadores, coloca todos numa mesma dança praticamente inescapável: um bailar violento e desigual entre dominantes e dominados, a exalar cheiro de suor, pólvora e visgo.

Diferentemente do que pode parecer à primeira vista, a centralidade narratológica do cultivo do cacau apenas engana simplicidade ou pobreza literária, já que se transforma, ao fim e ao cabo, numa ponte terrena para

Amado discutir as múltiplas redes de interdependência produzidas *no* e *do* ruralismo brasileiro, além de, claro, suas consequências, principalmente para os sujeitos da classe trabalhadora, o seu maior interesse. Nesse sentido, visava explicar e sensibilizar o leitor acerca das injustiças lá produzidas, mas diretamente relacionadas a fatores que extrapolavam o regionalismo. Não diziam respeito, portanto, apenas aos recônditos — como se desacoplados do “Brasil real” — mas, sim, ao país por inteiro, que jamais se basta em conjugações singulares ou existe, por um momento sequer, dissociado do conflito histórico estabelecido entre “atraso” e “progresso”.

Por meio da verossimilhança, podemos dizer que Jorge Amado estava propondo um *retorno* à realidade social, fornecendo ao leitor a possibilidade de enxergar o mundo narrado como uma realidade vivida que, se não existe factualmente, ao menos carrega consigo a credibilidade do possível.

Contudo, é importante mencionar que esse “retorno”, independentemente das intenções do autor, não implica que seus textos remetam ao mundo “tal qual é”, como se a trilogia do cacau fosse um reflexo das externalidades sócio-históricas do texto. Ora, a própria linguagem humana, provoca Nietzsche em *Sobre a verdade e mentira em sentido extra-moral* (1983), define-se pela incapacidade de capturar e transmitir o real *dever* do mundo. Enquanto a realidade é um incessante movimento modificante, afirma o filósofo, a transcrição do mundo à forma comunicada só se faz através de metáforas que perderam a sua força sensível, estabelecendo à consciência aparências estáticas daquilo que,

na realidade, está em transformação ininterrupta. Logo, o “retorno” que qualquer literatura propicia não está no reflexo — a imagem estática —, mas na sua capacidade de integrar relações dialógicas (circulares) entre representações e sujeitos, isto é, na sua dimensão reflexiva — as ideias em movimento (Botelho & Hoelz, 2016). Retira-se disso o entendimento da literatura como uma forma de diálogo contínuo entre autores, leitores e sociedade, que existem de modo interdependente na vida em comum (Bakhtin, 2011). E, nesse sentido, tanto os autores quanto a sociedade aprendem conjuntamente no transcorrer do fazer social da literatura.

Digo isso porque, embora compartilhassem de um mesmo tema central, a redação da trilogia do cacau, anos depois retomada em *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) e *Tocaia Grande* (1984), sob o ponto de vista dos vencidos e não mais dos vencedores, ocorreu em momentos distintos da trajetória do escritor grapiúna (Badaró *et al*, 2020). Compará-las revela um movimento de aprendizagem do próprio autor, que dizia ser o seu segundo romance, *Cacau* (1933), publicado quando tinha 21 anos, um texto experimental.

A história é relativamente simples: José Cordeiro, filho de um dono de fábrica em Sergipe, vê-se impelido a migrar para o sul da Bahia em busca de novas oportunidades de sustento após a falência dos negócios do pai. Esperançoso para encontrar uma forma de escapar da exploração que estava a viver na cidade, chega à fazenda do coronel Mané Frajelo e se insere rapidamente nas dinâmicas socioprodutivas do cultivo do cacau. Um mundo social próprio, que gradativamente o coage a se tornar um outro.

José Cordeiro era capaz de perceber que havia algo de errado naquelas terras, naquele modo de produção e nas relações derivadas dele. Embora pudesse sentir, faltava-lhe fundamentalmente um certo repertório para a efetiva compreensão daquela realidade por ele vivida. Por ele e pelos tantos outros trabalhadores lá submetidos a um regime análogo à escravidão.

Ao fim da história, o protagonista consegue ser um dos poucos a superar sua situação, não a partir da ruptura, mas ao fugir para o Rio de Janeiro, onde se torna tipógrafo com a promessa de retornar para ensinar aqueles que ficaram, fornecendo-lhes o repertório que antes lhe faltava. Quem sabe, abrindo os caminhos para a emancipação coletiva. Este é o ponto central do discurso político de *Cacau*: não se trata de uma revolução imediata como solução para as injustiças, mas de uma revolução processual, que tem na formação da consciência de classe o germen necessário para a mudança social.

Segundo José de Souza Martins, no posfácio da edição (Amado, 2010a), pode-se dizer que um dos aspectos de imaturidade de Jorge Amado nesse romance está na sua forçosa tentativa de estabelecer um atrelamento ideal entre a realidade das fazendas do cacau e a teoria marxista, ou melhor, a leitura da tradição marxista que o jovem Amado possuía. Nessa obra, ele se esforça para ver capitalismo, proletários e burgueses onde ainda não havia tal dinâmica. Contorce a realidade para encaixá-la nas teorizações europeias, perdendo de vista as factuais da empiria do ruralismo brasileiro. Um problema, contudo, que não diz respeito apenas à pessoa de Jorge Amado, como se lhe

ocorresse uma particular incapacidade de compreensão do marxismo.

Quero dizer que, à altura da publicação de *Cacau*, havia, nacionalmente, um atraso em relação à incorporação das obras de Marx pela *intelligentsia* brasileira, o que levava a um debate interno ainda escasso e repleto de equívocos (Konder, 1988). Esse cenário começa a mudar, conforme observa Bernardo Ricupero (2000), justamente no ano de publicação do romance de Jorge Amado, 1933, sobretudo graças ao pioneirismo da obra *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr., repercutida num país que praticamente não produzia ou lia livros marxistas sobre o Brasil. Esse evento marca o início do movimento de nacionalização do marxismo, resultando no amadurecimento das interpretações e dos usos da teoria, que em muito influenciou o desenrolar do movimento literário-intelectual dos anos 1930.

Nesse sentido, bem distinto é o que encontramos na continuação da trilogia, publicada dez anos depois. Em *Terras do sem-fim* (1943), mantêm-se o ambiente, a exploração e o cultivo do cacau, mas o autor toma agora o ponto de vista da disputa como guia para a narrativa. As fazendas deixam de ser como indústrias a céu aberto, tocadas por burgueses puramente interessados em lucro, para serem retratadas como um ambiente funcional articulado às dinâmicas políticas nacionais do “café com leite”. Logo, ao se afastar da instrumentalização ingênua do que entendia ser o marxismo, em *Terras do sem-fim*, Amado foi capaz de desvelar com excepcional precisão a dinâmica do coronelismo, completamente ausente em *Cacau*, mas central para o contexto sócio-histórico da região, que só seria

sociologicamente sintetizado cinco anos depois por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* ([1948] 2012).

Isso não significa que o autor grapiúna tenha inaugurado a compreensão abstrata do coronelismo. A ideia já circulava nos meios acadêmicos, ainda que de modo incipiente, na década de 1930. Mas seus romances ajudaram a consolidar a compreensão do fenômeno, que seria amarrada em definitivo por Nunes Leal (Mansur, 2020). Assim, em *Terras do sem-fim*, Jorge Amado passa a expor o controle político como a arma mais poderosa para a conquista de terras, acima de todos os demais recursos; de modo que a vitória do Coronel Horácio sobre seu rival, o Coronel Badaró, só acontece após Horácio assumir o controle político da região, mesmo que desde o início da trama este já fosse o mais rico daquelas terras. E, em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), a ênfase recai sobre a centralidade do capital internacional para a constituição da região.

Três obras de ficção, três pontos focais: a exploração do trabalhador, as disputas coronelistas, o capital estrangeiro. Juntas, formam mais do que expressões estéticas; constituem a tentativa de desenvolver um estudo/manifesto político sobre a região cacauzeira. O que faz da trilogia do cacau um excepcional exemplo do que Antonio Candido (2006) chama, em relação ao movimento regionalista de 1930, de Neo-naturalismo.

Argumento que, similar ao naturalismo brasileiro, a trilogia do cacau compartilhou da instrumentalização do discurso científico (no caso de Jorge Amado, o marxismo), da pretensão à verossimilhança, do uso de cenas polemistas e pornográficas, da postura intervencionista na realidade

social e do tom pedagógico (em muitos momentos, panfletário). Do mesmo modo, os personagens amadianos, geralmente pouco aprofundados psicologicamente, costumam se mover como marionetes diante das amarras do meio. São, na maior parte do tempo, destituídos de agência, exatamente como os personagens do naturalismo. E ambos têm na luta contra esse controle um importante elemento mobilizador dos conflitos narrativos, como nos trechos abaixo, de *Terras do sem-fim*:

Viu naquele olhar de um segundo todo o sonho de outra vida noutra terra, livres os dois no seu amor. Agora ele não sentia ódio de ninguém, só daquela terra que a matava, que a prendia ali para sempre. Mais do que ódio, tinha medo. Ninguém se libertava daquela terra, ela prendia todos os que queriam fugir... Amarrava Ester com as cadeias da morte, amarrava a ele também, nunca mais o largaria. (Amado, [1943] 2008: 231)

Fora preciso que ele se visse obrigado a ter que mandar, ele também, matar um homem, para sentir a desgraça daquilo tudo, o terrível daqueles fatos, o quanto aquela terra pesava sobre os homens. Os trabalhadores das roças tinham o visgo do cacau mole preso aos pés. Virava uma casca grossa que nenhuma água lavava jamais. E eles todos, trabalhadores, jagunços, coronéis, advogados, médicos, comerciantes e exportadores, tinham o visgo do cacau preso na alma, lá dentro, no mais profundo do coração... (Amado, [1943] 2008: 215).

Todavia, não se pode dizer que as obras de Jorge Amado sejam naturalistas por inteiro. Elas se distinguem em

pelo menos dois elementos fundamentais: a imbricação entre realidade e poesia, constituindo uma verossimilhança mediada pela fantasia do possível; e no alvo da sua escrita: a conscientização dos oprimidos; o que leva ao nosso próximo tópico.

Não há como entendermos sua ficção, desacoplando-a das tessituras do seu fazer: estética e vida na trilogia do cacau de Jorge Amado

Jorge Amado de Faria (1912-2001) dispensa longas apresentações. Nasceu na fazenda de Auricídia, em Ferradas, hoje distrito de Itabuna (BA), mudando-se logo cedo para o município vizinho de Ilhéus, onde passou sua infância. Quando adolescente, foi para Salvador estudar no colégio jesuíta Antônio Vieira, vindo a escrever para jornais locais. Mas é no Rio de Janeiro, então capital e mais importante centro cultural do país, que iniciou efetivamente a sua trajetória no mundo do romance brasileiro, com apenas vinte anos de idade (Santos, 2012). A estreia veio com a publicação do romance *O país do carnaval* (1931). Na sequência: *Cacau*, *Jubiabá*, *Mar morto* e *Capitães da areia*, publicados em 1933, 1934, 1935, 1936 e 1937, respectivamente. Depois, militante comunista notório, exila-se na Argentina e no Uruguai entre 1941 e 1942, período em que redigiu o romance *Terras do sem-fim* (1943) (Drey, 2020).

Os pais de Jorge, João Amado e Eulália Leal, foram fazendeiros da monocultura do cacau ao longo das primeiras décadas do século XX, período conhecido como a

emergência cacauzeira do sul da Bahia. Ciclo exportador agudo, em substituição à cana-de-açúcar, que tornou o país o principal produtor de cacau do mundo entre os anos de 1905 e 1930, originando um acelerado desenvolvimento econômico para a região, com igualmente vertiginosa concentração desigual de riquezas (Chiapetti, 2009). As experiências que teve no sul da Bahia durante esses primeiros momentos de vida, com contato próximo às dinâmicas do cultivo, às injustiças e à violência competitiva por terras e domínio político, foram fundamentais para a composição de certos interesses temáticos do seu fazer literário. Como disse em depoimento:

[...] participei de sua vida [do mundo rural do cacau] – não assisti, participei – meu pai, assim como minha mãe, estavam muito envolvidos nas grandes lutas pela posse da terra. Senti-me comprometido com tudo aquilo. Tenho raízes terrenas (Raillard, 1990: 181, apud Mansur, 2020).

Não foram poucos os romances que Amado fez sobre as fazendas do cacau. E mais do que desenvolver reconstituições homogêneas da realidade, foi além do ingênuo retrato ao intercalar pontos de vista para compor um mosaico projetivamente complexo da região, que só se percebe ao tomarmos as suas mais diversas obras sobre o tema em conjunto. Não se restringindo à descrição descompromissada, Amado teve por meta escrutinar os funcionamentos internos e externos da dinâmica de produção cacauzeira, delineando as articulações entre os distintos agentes (latifundiários, políticos, trabalhadores

rurais, comerciantes, prostitutas, profissionais liberais etc.) em torno de um eixo nacional de exploração do trabalho.

Cabe contextualizar que, durante a infância de Jorge Amado, a região cacauieira funcionava como um intenso atrator para milhares de brasileiros e estrangeiros, principalmente sírios e libaneses, esperançosos pela conquista de fortuna ou a remota possibilidade de escapar da implacável exploração do trabalho vigentes nas urbes (Souza, 2022). Uma esperança vã e contraditória, diga-se de passagem, que rapidamente era solapada pela cruel realidade do território, organizado a partir das dinâmicas coronelistas e agenciado em volta das relações sociopolíticas da República Velha (política dos governadores) (Atanásio, 2012). Em pouco tempo, no lugar de riqueza e independência, os trabalhadores se viram imersos em uma quase inescapável relação de servidão por dívida. Regime de exploração no qual o trabalhador é induzido a se endividar, geralmente comprando mercadorias supervalorizadas de subsistência nas vendas do patrão, até o ponto de ficar ligado ao cativo sob a ameaça de morte se não produzir para quitar o débito (Castro & Filho, 2015).

Diante desse cenário de vivência, Jorge Amado afirmava escrever sobre a realidade do povo. Dizia que sua escrita partia das experiências advindas do convívio direto com esses tantos subjugados, em um país projetivamente “moderno”, mas que permanecia a resguardar as desigualdades e injustiças historicamente estabelecidas. Foi justamente na primeira fase da sua produção literária (1933-1954), portanto, que colocou em prática o seu projeto político-literário comunista (principalmente na década de

1930) (Rossi, 2009). Isto é, filtrando as experiências concretas da vida à luz da ciência marxista e de certas tradições literárias (sobretudo o realismo soviético e elementos do modernismo nacional), Amado buscou produzir sínteses político-estéticas quase panfletárias, que se materializaram em romances altamente engajados com as questões nacionais e com as pautas da revolução proletária (Drey, 2020; Pelinser, 2012). Textos adubados com sangue, por assim dizer, que se queriam, se não a própria realidade, ao menos uma perspectiva honesta calcada no mundo da vida. Encontrando nos invisíveis, incompreendidos, injustiçados (...), a substância terrena para compor em palavras a representação de uma identidade nacional que entendia ser genuinamente brasileira. Não as versões importadas do exterior ou exclusivamente relacionadas às idealizações dos dominantes, tendenciosas por afastar a compreensão nacional das factuais da cotidianidade das massas, mas a identidade de um país que teria no seu povo, por inteiro, a sua expressão mais importante. Por isso, sua literatura apresentava engajamento ideológico e postura pragmática, exercendo a função de objeto político conscientizador das classes oprimidas (Drey, 2020). A literatura era entendida por ele como uma arma de intervenção na realidade em favor dos explorados.

Tratava-se, é verdade, de uma conscientização marcadamente carregada de pessimismo, na medida em que costumava representar as relações de opressão como *quase* insuperáveis, pois entendia que assim o eram na realidade. Vemos a tragédia, a desilusão e a luta diária pela sobrevivência tomarem as páginas amadianas como socos

concatenados no estômago do leitor. Narrativas nas quais tudo parece insistentemente fadado à desgraça, mundos em que para cada dor *quase* sempre só resta a conformação ou o ódio infrutífero. Daí, quando a cooperação mútua não prevalece entre os personagens, a sina trágica, a falta de agência e a incapacidade de perceber a própria situação histórica se eleva sobre as vontades individuais, destruindo a todos e, por consequência, conservando o país nos veios da derrocada parasitária das elites.

Nesse sentido, mesmo que geralmente tudo pareça fadado à derrota, seus textos resguardam fagulhas de esperança, postas diretamente nas mãos do povo brasileiro, unido em prol da sobrevivência e da improvável, mas necessária, construção de um novo e melhorado amanhã. Amado tentou ser honesto ao retratar as dificuldades nuas e cruas, muitas vezes pendendo para o excesso, mas foi também engajado ao indicar caminhos para o futuro. Como podemos ver em *Cacau*, no qual o pessimismo explícito do trecho abaixo é adiante substituído pela sutil esperança da libertação.

— Estamos vencidos antes de começar a luta.
— Nós já nasce vencido... — sentenciou Valentim.
Baixamos as cabeças. E no outro dia voltamos ao trabalho com quinhentos réis de menos (Amado, [1933] 2010: 148)

Até que ponto o seu projeto literário logrou sucesso, ou mesmo as inúmeras contradições a ele associadas, são elementos a se discutir. De todo modo, para concluir, argumento que não há como desacoplar essa fase da sua

literatura das tessituras do seu fazer. As experiências sensíveis lhe foram a matéria bruta para a escrita ficcional. Mas, acima de tudo, nelas residiam o interesse denunciativo e pedagógico das injustiças sociais do seu tempo. Amado foi partícipe, à sua maneira, do movimento estético regionalista de 1930, criticando o que entendia ser o afastamento empírico das correntes literárias nacionais anteriores, supostamente interessadas em utilizar a dor dos oprimidos como matéria idealizada para a escrita ficcional; tal como, por exemplo, o veio ufanista do movimento modernista de 1922 e o rebuscamento do regionalismo *fin de siècle* (Pelinsér, 2012). Mas foi também singular ao se tornar um dos maiores construtores da identidade baiana e grapiúna; misturando poesia e realidade, rimando amor e dor.

Muito do que hoje se entende por “identidade grapiúna” ou “civilização grapiúna” se deve aos romances do cacau de Jorge Amado, gostemos ou não da sua escrita. A partir dele houve uma singularização da região, que hoje tem fronteiras socioculturais próprias dentro do estado da Bahia (Santos & Silva, 2018). E o próprio termo “grapiúna” só deixa de ser pejorativo para se tornar uma identidade regional objeto de orgulho a partir das influências de seus romances. Nesse sentido, “ao representar a identidade grapiúna, Jorge Amado também influencia o imaginário social dos habitantes da região cacaueira da Bahia que, ao entrarem em contato com suas narrativas, se reconhecem e se (re)afirmam enquanto grapiúnas” (Santos & Silva, 2018: 4). A trilogia do cacau é um excelente exemplo da circularidade do fazer literário. De como a matéria-prima da vida, as experiências, se convertem em distintas formas de expressões imaginárias,

que passam a mediar a própria existência humana; lá e de volta outra vez.

Referências

AMADO, Jorge. (2010a). *Cacau*. 4^a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, [1933].

AMADO, Jorge. (2009). *Capitães da areia*. 52^a Edição. Companhia das Letras, [1937].

AMADO, Jorge. (2008). *Terras do sem-fim*. 9^a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, [1943].

AMADO, Jorge. (2010b). *São Jorge dos Ilhéus*. 1^a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, [1944].

ATANÁSIO, Francisco Chagas. (2012). Sobre as “Terras do sem fim” e as “Terras de ninguém”: as percepções imaginárias do coronelismo a partir da literatura e da memória. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, v. 9, n. 13.

BADARÓ SANTOS, José Otávio & SANTOS, Oton Magno Santana dos & SOUZA, Mateus Santos. (2020). Literatura e representação: uma análise crítica de *Cacau*, de Jorge Amado. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 9, n. 2, p. 51-67.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. (2011). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

BOTELHO, André & HOELZ, Maurício. (2016). Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade. *Tempo social*, v. 28, n. 3, p. 263-287.

CANDIDO, Antonio. (2006). *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

CASTRO, Fabiana Rodrigues de Almeida & FILHO, Samuel Costa. (2015). Trabalho escravo no Brasil: a servidão continua. *Informe Econômico (UFPI)*, v. 35, n. 2.

CHIAPETTI, Jorge. (2009). *O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

DAMO, Andreia & SILVEIRA, Bruno Xavier & MOURA, Danieli Veleda & MINASI, Luis Fernando & CRUZ, Ricardo Gauterio. (2011). *Educação da classe trabalhadora: emancipação dos sentidos e libertação da consciência*. V Encontro brasileiro de educação e marxismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DREY, Marina Siqueira. (2020). Entorno e processo criativo do romance Terras do Sem Fim, de Jorge Amado. *Patrimônio e Memória*, v. 16, n. 1, p. 584-609.

LEAL, Victor Nunes. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

KONDER, Leandro. (1988). *A derrota da dialética: a Recepção das Idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. São Paulo: Expressão popular.

MANSUR, João Paulo. (2020). “Terras adubadas com sangue”: o coronelismo de Terras do sem fim. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, e3610507.

NIETZSCHE, Friedrich. (1983). *Obras incompletas*. Coleção: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

PELINSER, André Tessaro. (2012). Cacau, de Jorge Amado: poética, ideologia e mito na região. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. v. 5, p. 20-37.

RICUPERO, Bernardo. (2000). *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. (2009). A militância política na obra de Jorge Amado. *Caderno de leitura: o universo de Jorge Amado*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Rita de Cássia Evangelista dos & SILVA, Valéria Cristina Pereira da. (2018). *Geografia Ensino & Pesquisa*, n. 22.

SANTOS, Robson. (2012). A política da violência: o rural e as fronteiras do capitalismo no romance “Terras do sem fim”, de Jorge Amado. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. n. 7, p. 166-182.

SOUSA, Mari & COSTA, Moabe & OLIVEIRA, Adailson de. (2007). Narrativas históricas e literárias como elementos identitários da região cacaueira Sul-baiana. *Encontro de estudos multidisciplinares em cultura-enecult*. v. 3, p. 1-8.

SOUZA, Marcos Aurélio. (2022). Andejos e desterrados nas narrativas do cacau de Jorge Amado. *A Cor das Letras*, v. 23, n. 1, p. 53-62.

Aprender com a terra: conversa com Elide Rugai Bastos

Rennan Pimentel
Karim Helayel
André Botelho

1. Você tem uma importante trajetória de pesquisas sobre o Nordeste, na qual sobressaem trabalhos sobre as Ligas Camponesas, Gilberto Freyre e Antonio Pedro Figueiredo. Para iniciarmos a conversa, conte-nos um pouco dessa trajetória de pesquisa.

Livros de autores denominados regionalistas, tais como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, lidos durante os cursos fundamental e médio, chamaram minha atenção para a situação da população pobre do Nordeste. As secas sucessivas dos anos 1950, noticiadas pelos jornais, reforçaram a visão sobre o problema. No entanto, foram as situações e debates sobre a seca de 1958 que representaram um alerta sobre a importância do problema e a responsabilidade nacional sobre a questão. Eu frequentava o curso de filosofia, mas, nesse momento, percebi a importância das discussões da sociologia para a dimensão ampla do problema.

Muitos dos retirantes expulsos pela seca vieram para São Paulo depois de longa viagem na carroceria de

caminhões chamados “pau de arara”, denominação que depois se estendeu, com sentido pejorativo, aos retirantes. Logo à chegada foram “despejados” nas estações de trem, em especial na da linha Sorocabana. A clara intenção da prefeitura era despachá-los para as cidades do interior do estado, que, em geral, aos poucos os mandavam de volta à capital. Disso resultou que se instalassem em favelas na periferia, que foram vistas como um grande entrave à qualidade de vida da cidade, resultando que houvesse forte preconceito da população em relação aos grupos que chamavam pejorativamente de “nordestinos”.

Assim, de um lado, o tema “qualidade urbana” começou a ser discutido. De outro, a situação dos trabalhadores rurais, principalmente acionada pelos movimentos sociais, que levantavam o problema do sindicalismo rural, legislação trabalhista no campo e reforma agrária, que explicavam a migração Nordeste/Sudeste, ganhou amplo debate. Face a isso, o tema das mobilizações dos trabalhadores rurais levou-me ao projeto que fundamentou minha dissertação de mestrado: as Ligas Camponesas. Pesquisar esse tema, buscando documentos e tentando fazer entrevistas no período da ditadura foi bem limitante. No entanto, permitiu que eu percebesse as diferentes representações sobre o Nordeste que atravessavam não só a bibliografia, como marcavam opiniões e encaminhamentos político-sociais. A emergência de posições desfavoráveis em relação ao surgimento de novos atores políticos e novas lideranças que colocavam em questão a concentração da propriedade da terra pareceu-me

de importância fundamental para a guinada antidemocrática de 1964.

Ao me dar conta da relação que se estabelecia entre comportamentos e interpretações sobre o país, percebi como, embora geralmente estudado independentemente de seus efeitos políticos, os textos do pensamento social voltados às visões sobre a sociedade brasileira operavam como forças sociais. Imediatamente, relacionei esse ponto de vista com as representações sobre o Nordeste com as quais entrei em contato na pesquisa sobre as Ligas Camponesas e o sindicalismo rural. Com a ajuda de Octavio Ianni, meu orientador, e Florestan Fernandes, professor do curso de doutorado que frequentei na PUC-SP, pude eleger Gilberto Freyre como tema central dessa reflexão. O conjunto de sua obra, que se estendia desde os anos 1920 e início de 1980, constituiu-se na base de uma visão de mundo, extensiva à maioria da população do país, que apoiava a crença de ser a sociedade brasileira uma democracia social, embora conhecesse períodos de ditadura: refiro-me a de 1930-1945 e a de 1964-1985.

A pesquisa sobre Antonio Pedro de Figueiredo, compreendendo o estudo do periódico *O progresso* (1846-1848), tem a ver com a crítica que faço à interpretação de Gilberto Freyre sobre os movimentos sociais pernambucanos do século XIX, liderados por grupos que o autor identificava na terminologia da época por “mulatos”, formulada no livro *Nordeste* (1937). Freyre se refere a eles como revoltas de caráter psicossocial geradas pelo inconformismo dos pardos que se revoltavam por não terem um lugar claramente definido na sociedade brasileira,

marcada pela polarização negros e brancos. Considera, nesse texto, Antonio Pedro Figueiredo como exceção, um estudioso, tradutor de obras francesas, professor, sem considerar o papel de suas ideias como base para a Revolução Praieira. Não leva em conta o papel político daqueles escritos, nos quais a questão da desigualdade e os privilégios resultantes do latifúndio geram propostas de medidas e taxas que fundariam a redistribuição da propriedade. Sabemos que, infelizmente, foi uma aspiração reformista frustrada e que resultou em desdobramentos que vemos até o momento contemporâneo.

2. Poderia nos falar mais sobre o seu trabalho sobre as Ligas Camponesas?

Já indiquei como o debate sobre a questão agrária me orientou na direção do estudo dos movimentos sociais rurais. Assim, no mestrado, que realizei no Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP, voltei a pensar nas mobilizações sobre a situação dos trabalhadores agrícolas no Nordeste, que propuseram as ações mais representativas sobre a legislação do trabalho rural, a sindicalização e a reforma agrária. Fiz um trabalho mais bibliográfico e documental contando com poucas entrevistas porque, em meados dos anos de 1970, os atores dessas mobilizações eram prisioneiros políticos, estavam refugiados ou, ainda, foram assassinados. Consultei cartas, boletins das Ligas, declarações da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil), artigos de jornais, relatos esparsos, inquéritos

policiais-militares. Conversei com Francisco Julião, importante liderança das ligas, que não permitiu que eu gravasse a entrevista, mas forneceu informações preciosas.

Diante do material restrito, a dissertação é bem mais descritiva do que poderia ser. No entanto, procurei mostrar como as forças político-sociais reagiram diferentemente diante da reivindicação pela legislação do trabalho e aquela que punha em questão a concentração de terra. Tentarei resumir o argumento. O fato de grande parte do Nordeste agrícola ocupado pela monocultura canavieira empregar moradores, posseiros e meeiros, trabalhadores que não recebiam salário monetário mensal, passou a ser visto como um entrave à expansão econômica, um obstáculo à modernização. Ora, a partir de 1956, a proposta de desenvolvimento era prioritariamente industrialista, por isso interessava a mudança da lei de trabalho que permitiria a criação de um mercado consumidor com novas características. Assim, embora recusada pelos proprietários da terra com perfil tradicional, grande parte do setor tinha interesses mais amplos e compreendia as vantagens da medida. Mais ainda, a partir de 1959, Cuba havia sido retirada do mercado internacional controlado e as cotas de exportação da cana-de-açúcar foram redistribuídas, aumentando as possibilidades de produção do Brasil nessa área. Empresários e políticos de São Paulo, estado também produtor de açúcar, viram possibilidades de vantagens de várias ordens nesse quadro. Nessa direção há forte apoio dos jornais para a legislação de trabalho estendida aos trabalhadores rurais.

No entanto, há uma evidente recusa de grande parte da população em relação à reforma agrária. Mesmo a simples desapropriação do engenho da Galileia (NE: engenho de fogo morto localizado em Vitória de Santo Antão/PE) foi mal-recebida, alguns jornais afirmando que se tratava de um primeiro passo para “a ocupação de nossos quintais”.

O duplo objetivo colocado pelos movimentos sociais encontrou opositores divididos. O apoio das forças políticas externas à mobilização foi controverso e levou a tensão ao próprio seio dos movimentos sociais. O desentendimento em relação às estratégias para alcançar a reforma agrária provocou debate e posterior divisão entre as Ligas Camponesas e a ULTAB (fundada e dirigida pelo Partido Comunista) no Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais, ocorrido em Belo Horizonte em 1961. Essa desunião pode ser vista como um dos elementos importantes para o de enfraquecimento da unidade dos setores reformistas diante das artimanhas que embasaram o golpe de 1964, que reprimiu fortemente todos os movimentos sociais, embora agisse na direção da aplicação da legislação do trabalho rural aprovada em 1963. Reconheço que o quadro é mais amplo e me limitei a visualizar apenas parte do processo, estudando prioritariamente o desenvolvimento do movimento da Ligas Camponesas em Pernambuco com poucas incursões nas outras regiões.

3. Você é uma das mais reconhecidas especialistas no pensamento de Gilberto Freyre. Poderia falar um pouco sobre a relação Brasil/Nordeste na interpretação dele?

Comecei minha pesquisa sobre Gilberto Freyre em 1981, quando o autor ainda estava atuando tanto na área cultural – escrevendo livros, artigos em jornais, dando entrevistas – como na política, pois apoiava abertamente medidas da ditadura. Eu lera em anos anteriores seus livros já clássicos, mas apenas como leitora interessada e não como pesquisadora. O primeiro passo a dar na direção da elaboração da tese de doutorado foi a releitura de sua obra e um balanço da bibliografia sobre o autor. Nesse processo percebi que muitos elementos sobre sua vida, seu itinerário intelectual e/ou dados de sua obra entravam em contradição. Por exemplo, no prefácio da primeira edição de *Casa-grande & Senzala* consta sua afirmação da influência direta de Franz Boas como seu orientador, quando no seu histórico escolar em Columbia não aparece frequência ao curso daquele professor. Nessa obra fica bem claro o desenvolvimento de ideias presentes em alguns escritos de seu amigo Ruediger Bilden, este, sim, orientando daquele antropólogo. Mais tarde tive a satisfação de ver essa influência comprovada no valioso livro de Maria Lúcia Palhares Burke, *O triunfo do fracasso: Rüediger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*, publicado em 2012. Pareceu-me patente a existência de uma imagem oficial de Gilberto Freyre administrada por ele, uma mitologia construída também por seus intérpretes. Julguei ser esse um caminho difícil de trilhar. Respeitando o mito, optei pela reconstrução de sua biografia a partir de suas próprias palavras, pois considero que a visão que o autor tem de si e de sua carreira é componente fundamental de sua visão de mundo, e esta, substrato básico de sua interpretação da sociedade. Assim, abri mão de apresentar sua biografia e

de reconstruir seu itinerário intelectual, centrando o estudo nos artigos e livros produzidos nos anos 1920 e 1930, articulando as teses apresentadas aos efeitos político-sociais decorrentes delas.

Partindo do princípio de que a produção cultural expressa uma representação sobre a sociedade e seus dilemas, podemos entender por que o Nordeste foi referência importante no debate dos anos finais da Primeira República e nos primeiros anos da Segunda. Nos anos 1920 a crise do pacto oligárquico e, nos anos 1930, a centralização político-administrativa operada nas diversas fases do governo Getúlio Vargas alteraram a correlação de forças entre os diversos estados do país e o governo central. Em meados dos anos 1920, nosso autor assumiu o cargo de chefe de gabinete do governador Estácio Coimbra, o qual acompanhou no exílio político diante da revolução de 30, permanecendo em Portugal. Percebe-se que, nessa transição, temas que não estavam presentes em seus escritos e na sua dissertação de mestrado, escrita na Universidade de Columbia, ganham nova dimensão. Assim, tanto em Lisboa como em seu retorno aos Estados Unidos (em 1931 esteve algum tempo como professor visitante em Stanford) pôde recolher material documental e bibliográfico que serviu de base para a escritura de *Casa-grande & Senzala*. Ao perceber essa mudança temática, pude trabalhar a diferença dos efeitos políticos dos escritos de Gilberto nos dois contextos históricos e o sentido que o regionalismo assumiu em cada decênio (1920 e 1930). Analisando os artigos de Gilberto no *Diário de Pernambuco* e sua dissertação (publicada com alterações muitos anos depois), foi fácil perceber que suas

posições nesse primeiro período ainda estão impregnadas pelo eugenismo. É exatamente a negação daquelas posições que regem livros do decênio posterior: *Casa-grande & Senzala* (1933), *Sobrados e mucambos* (1936), *Nordeste* (1937). Assim, levantei algumas hipóteses para orientar a pesquisa.

Primeiramente, aponto que Gilberto Freyre representa ruptura com autores anteriores, pois consolida a sistematização da sociologia brasileira, questionando a natureza das propostas sobre determinismo geográfico e aquelas sobre a sociobiologia, que tinham seu fundamento na aceitação da tese da inferioridade das raças não brancas. Isso tem a ver com sua preocupação de discussão sobre o Nordeste. Depois, mostro o efeito político de sua interpretação em relação ao papel das medidas tomadas por Vargas que visavam demonstrar a unidade e a identidade nacionais. Para fundar a primeira hipótese explorei os três eixos explicativos da formação da sociedade brasileira expostos naqueles livros: o patriarcalismo, a articulação etnias/culturas e o trópico. Considero que o autor confere papel central ao patriarcalismo, mostrando que o patriarca é controlador da ordem social, o principal responsável pelos “antagonismos em equilíbrio” que impedem uma ruptura que poderia ocorrer provocada pela oposição senhores e escravos. Mais, isso permite que afirme a importância da autogestão da sociedade, prescindindo de controle centralizador tanto representado pelo Estado como pela Igreja. A continuidade da autogestão da sociedade iniciada no período colonial, que tem seu desdobramento em parte do período imperial, mostra a importância da dependência

político administrativa regional, que ele mostrará mais tarde, em *Ordem e Progresso* (1957), com o rompimento de D. Pedro II com o patriarcado. Aqui, novamente, o lugar do Nordeste no âmbito nacional torna-se questão de grande importância.

Decorrente da pesquisa para a tese de doutorado, publicada com o título *As criaturas de Prometeu*, explorei a vertente de proximidade de Gilberto Freyre com os autores espanhóis, cuja leitura é citada por ele. Sobre questão do regionalismo e tradicionalismo, presentes tanto nos escritos da década de 1920 como nos livros posteriores de nosso autor, a leitura da obra de Ángel Ganivet é central. A intra-história, proposta de Unamuno, que mostra na Espanha a presença das tradições culturais dos povos do norte da África presentes no cotidiano da população, torna-se central na análise freyriana da contribuição dos escravos brasileiros à cultura brasileira. Esses estudos foram a base de minha tese de livre docência, e publicados no livro *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico*.

4. Além dos que pesquisou, quais outros intérpretes do Nordeste você destacaria?

Vejo uma ampla gama de interpretações do Nordeste, na literatura, nas artes plásticas, na música, no cinema, na sociologia, na economia, na história, na ciência política, na antropologia, e mais. Além disso, essas obras se estendem ao longo do tempo, sendo que os autores e artistas mais recentes mostram tanto mudanças como permanências de situações e relações sociais no presente. Se tivesse que citar todos os que

considero importantes, não só seria longuíssimo, como continuaria a cometer muitas injustiças por omissão. Dou exemplos de alguns, não me limitando a intelectuais nordestinos e não pretendendo citar todas as áreas: Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, João Cabral de Melo Neto, Ronaldo Correia de Brito, Frans Post, Portinari, Cícero Dias, Alberto Nepomuceno, Luiz Gonzaga, Glauber Rocha, Euclides da Cunha, Djacir Menezes, Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, Câmara Cascudo, José Antonio Gonçalves de Mello, Celso Furtado, escritores e artistas do cordel, movimento armorial e seus desdobramentos, para citar pouquíssimo, pois é um mundo.

5. A relação entre região e nação atravessa diversas interpretações do Brasil e diferentes momentos históricos da sociedade brasileira, e tem interpelado a construção de políticas públicas de desenvolvimento regional. Essa é uma questão central de seu trabalho como um todo (inclusive nos livros que organizou e nas teses que orientou sobre a Amazônia). Poderia comentar sobre essa relação?

As respostas anteriores sobre minhas pesquisas mostram que não me dediquei a falar das relações região-nação de modo geral, mas como, no caso dos autores estudados, se expressa essa combinação. Ainda, indago quais os efeitos comportamentais e institucionais dessas posições.

No Brasil, a partir do início do século XX (refiro-me a períodos que estudei ao refletir sobre a questão agrária), percebe-se uma tendência de considerar-se a fronteira

econômica como o “real” limite populacional do país. Exagerando, é como se além dessa fronteira existisse a terra de ninguém, que pode ser apossada, lugar de selvagens, destituída de história. Por exemplo, os limites novos de “conquista” alcançados pela fundação de Brasília, ou aqueles “estendidos” pela Zona Franca no Amazonas, conheceram essa representação. Nem preciso lembrar o que ocorre ainda hoje na floresta amazônica. Assim, fica quase “legitimada” a visão de que as regiões consideradas “corretamente modernas” podem desprezar aquelas consideradas “atrasadas”, sua população, seu modo de vida, sua cultura. Ao negar essa visão, criticá-la e ressaltar a importância do pensamento social produzido fora dos centros hegemônicos, tive a satisfação de orientar na Unicamp não só dissertações e teses de alunos da Amazônia, como fui convidada a assessorar um projeto alocado na UFAM, mas do qual participaram também pesquisadores do Pará, sobre autores da região. Disso resultaram três volumes intitulados *Vozes da Amazônia*, organizados por Renan Freitas Pinto e por mim, reunindo trabalhos sobre literatura, teatro, artes plásticas, com textos produzidos por esses pesquisadores. As reuniões em que participei em Manaus e Belém ampliaram muito meu conhecimento sobre a região. Aprendi muito com essa experiência e sou grata aos participantes do projeto.

6. Como você analisa o caso emblemático da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste?

Trata-se realmente de um caso emblemático e seria impossível analisá-lo nas poucas linhas desta entrevista. A Sudene foi, sem dúvida, um grande projeto econômico-social conhecido internacionalmente porque articulado ao projeto desenvolvimentista que tem em Celso Furtado um dos seus líderes. Estudos sobre a Sudene em excelentes textos que mostram sua história, sua atuação, o lugar que ocupou em diferentes momentos políticos foram feitos por autores de várias áreas do conhecimento como economia, ciência política, história, sociologia e grande parte deles se encontra no acervo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. O que conheço sobre essa questão tem a ver principalmente com o período de sua fundação por ter sido no mesmo cenário do surgimento das Ligas Camponesas, o que é muito pouco.

Aproximei-me dos estudos sobre essa questão ao refletir sobre a crise regional e as várias abordagens sobre o problema, entre os quais se destaca a indagação sobre como integrar a região ao projeto de desenvolvimento nacional. Coordenado por Celso Furtado, o GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – criado em 1958 elabora um estudo sobre a região que serve de base para a formação do Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste), que se tornou, no ano seguinte, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no quadro do programa de metas do governo Juscelino Kubitschek. Mas, desde anos anteriores, as discussões sobre a situação da região já abordavam os resultados extremamente restritos das medidas governamentais voltadas apenas à construção de açudes e

utilização em tempo parcial da mão da população expulsa pela seca em projetos improvisados. É exatamente a superação desses limites de políticas socioeconômicas elaboradas nos governos anteriores que a Sudene se propõe. Além disso, instituições, grupos políticos sociais, intelectuais e artistas, como citei anteriormente, mobilizavam-se para discussão sobre a fome, o desamparo governamental em relação à educação (em especial a superação do analfabetismo), a concentração de terras, a legislação do trabalho rural, o desemprego, entre outros problemas. Lembro, além das organizações já citadas em comentário anterior, o empenho dos bispos da região, membros da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), criada em 1952, que atuavam na fundação de sindicatos rurais, em programas de alfabetização e formação de lideranças locais e que organizaram, em 1956, o Congresso de Salvação do Nordeste, no qual foram levantadas questões centrais em relação à questão agrária.

A Sudene nesses anos iniciais, sob a superintendência de Celso Furtado, desenvolve um diálogo produtivo com esses grupos e dirige sua atenção para os problemas agrários. O livro *A operação Nordeste*, desse economista que coordenou a Sudene até 1964, quando foi cassado pelo governo militar, foi importante para que eu pudesse desenhar o quadro da crise e das estratégias para resolvê-la. Entre estas, o combate à “indústria da seca” através do desmonte de certas injunções políticas que a possibilitavam. Por essas razões, foi o quadro político desencadeado pela Sudene, um dos efeitos da operação econômico-social, que centralizou minha pesquisa.

7. O problema da estrutura fundiária no Brasil, calcada no latifúndio e na monocultura, foi tratado em diversas interpretações do Brasil, nem todas, porém, tematizaram a questão da reforma agrária. E entre as que tematizaram, podemos observar visões muito plurais. Como você vê essa questão no pensamento social?

A concentração de terras no Brasil, desde sempre – na Colônia, no Império, na República – é um fato que não pode ser negado por nenhum autor. A colonização centrada na atribuição de sesmarias partia desse princípio. Mesmo depois de 1822, com o Estado Nacional, passaram-se 28 anos sem uma legislação sobre as terras. Somente em 1843 iniciaram-se as discussões parlamentares sobre a questão, com prevalência das posições que apoiavam a grande propriedade e desaprovavam o que chamavam “fragmentação das terras”. A Lei de Terras aprovada em 1850 foi determinante para a concentração fundiária, pois dificultava, a partir de taxas e regras sobre a posse, o acesso de escravos alforriados e imigrantes à propriedade agrícola.

Mesmo nesse período, apesar das restrições, esse debate, como indiquei anteriormente, estava presente nos escritos de Antonio Pedro Figueiredo, no jornal *O Progresso* (1846-48), que denunciava a desigualdade e os privilégios advindos do latifúndio e propunha a instauração de impostos crescentes em função da extensão da propriedade.

Oliveira Vianna, em *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, ao formular uma saída para a polaridade das forças sociais e políticas no país, organizadas

entre clãs e plebe, aponta que essa simplificação da estrutura da sociedade se devia à inexistência de uma classe média fundada na pequena propriedade rural. Embora não propusesse um projeto de reforma agrária, faz críticas pertinentes à cultura extensiva e à grande propriedade. Gilberto Freyre, como exemplo da pergunta que me fazem, está entre os autores que, em sua obra – em especial em *Casa-grande & Senzala* e *Nordeste* –, não tematiza a reforma agrária, embora apresente algumas críticas importantes à monocultura canavieira, processo que seria a causa da subnutrição da população pobre no Nordeste. Já Nestor Duarte, em seu livro *Reforma agrária*, de 1953, considera fundamentais dois pontos centrais para sua realização: distribuição de terras e dedicação forte à policultura.

Vários autores que estudam a formação econômica do Brasil mostram em suas pesquisas os efeitos sociais e políticos da concentração de terras. Exemplifico com alguns deles. Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), já apontara a importância da concentração de terras para o estabelecimento da estrutura social do país. Vários de seus artigos dos anos 1960 reportam especificamente a esse tema debatido largamente naquele momento e foram reunidos no livro *Questão Agrária no Brasil* (1979). Alberto Passos Guimarães em *Quatro séculos de latifúndio* (1963) trata dos efeitos desse processo e, nos textos originários dos debates sobre a questão, publica *A crise agrária*, em 1973. Ignácio Rangel, importante analista da economia brasileira, membro

do ISEB, analisa a estrutura fundiária e suas consequências em *A questão agrária brasileira*, de 1963.

Esses três últimos exemplos estão situados no contexto em que a questão da posse da terra e do entrave que esta representa para o desenvolvimento da América Latina ganha seu ponto mais alto no fim dos anos 1950 e início de 1960. A Organização dos Estados Americanos (OEA) publicou nesse quadro um importante estudo sobre a situação da estrutura fundiária nos países das Américas Central e do Sul, marcada pela forte concentração da terra. No Brasil, projetos referentes à reforma agrária, mais de 200, tramitavam na Câmara e no Senado até março de 1964.

Há, ao lado de posições de autores e grupos políticos que apoiaram esse processo, aqueles que atuaram fortemente em direção contrária (e foram vencedores!). Ilustro com a publicação da TFP (Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), *Reforma Agrária: questão de consciência*, de 1960, que teve largo êxito, com várias edições em três anos, totalizando 30.000 exemplares vendidos. O autor oficial é Plínio Correia de Oliveira, responsável pela parte ideológica do livro com o apoio dos bispos D. Antonio Castro Mayer (bispo de Campos, RJ) e D. Geraldo de Proença Sigaud (bispo de Jacarezinho, PR). Esse grupo católico conservador se opôs diretamente a D. Helder Câmara, secretário-geral da CNBB, que divulgara as resoluções dos encontros dessa organização em favor da reforma agrária. Além disso, se colocaram contra o projeto modernizador *Revisão Agrária* apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo pelo governador Carvalho Pinto, cooptando deputados contra a proposta. Trata-se de ação

muito importante, pois, mais tarde, em torno de suas ideias, se organiza a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ponto forte de apoio ao golpe de 1964. Em vários artigos do jornal *Catolicismo*, publicado pela TFP, há a menção à sua contribuição para “a criação desse clima ideológico e psicológico que se traduziu em tais manifestações de patriótico inconformismo”.

O texto *Reforma Agrária: questão de consciência* não se pronuncia diretamente contra a reforma agrária, mas não aceita o princípio igualitário sobre o direito à propriedade. Cito passagem introdutória do livro, pois vejo muita semelhança com posições políticas atuais: “se por reforma agrária se entende uma legislação que, sem exorbitar das funções do Estado e sem atacar o princípio da propriedade privada, visa a melhorar a situação do trabalhador rural e do agricultor, só aplausos lhe temos a dar. Não nos opomos senão a uma reforma agrária de sentido igualitário e socializante, que altere nossa estrutura agrária injustamente, de maneira a abalar o instituto da propriedade, no qual vemos, como já dissemos, a base e a condição de toda economia sadia”.

Sabemos que o período seguinte, de mais de duas décadas, tanto as denominadas interpretações do Brasil como os escritos sobre a reforma agrária sofreram retrocesso, com muitos intelectuais e artistas sendo afastados de suas funções e tendo suas ideias censuradas.

A pergunta acima lembra que as visões sobre a reforma agrária são plurais. É certo, pois traduzem a realidade da presença de forças sociais e interesses divergentes. Todo projeto de reforma de uma situação dada socialmente

constitui-se em um processo de intervenção na sociedade que supõe a existência de uma correlação de forças que se opõem e que traduzem uma divisão desigual de poder na sociedade. Uma se impõem contra outras. Apesar de excelentes análises sobre como a concentração de terras se constitui em obstáculo a uma plena democracia, afeta os direitos e a igualdade de condições de competição de grande parte da população brasileira, continuamos com essa herança histórica. Dados recentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que apenas 0,7% das propriedades têm área superior a 2 mil hectares (20 km²); somadas, ocupam quase 50% da zona rural brasileira. Por outro lado, 60% das propriedades não chegam a 25 hectares (0,25 km²) e, mesmo tão numerosas, só cobrem 5% do território rural. Assim, a reforma agrária continua sendo um desafio a ser enfrentado e um tema que não pode ser esquecido pelo pensamento social.

8. E como vê a questão da reforma agrária na contemporaneidade, tendo em vista o papel renovado e ampliado assumido pelo agronegócio na economia brasileira?

Como citei acima, a via pela qual se optou na ocupação da fronteira econômica foi o de concentração da propriedade da terra, conforme os dados escancaram. A seu lado conhecemos, no país, uma forte concentração da renda, pois 1% da população no Brasil detém 49% da renda. Muito dessa riqueza fica no agronegócio, que representa 27% do

nosso PIB. Esses aspectos mostram que a questão da reforma agrária ganha outro perfil, muito diferente daquele que citei para os anos 1960.

O agronegócio, se considerarmos seu desempenho na diversificada produção agrícola, seu lugar em diferentes regiões do país e a posição política assumida pelos grupos que o compõem, não pode ser analisado como um todo. Lembro, para exemplificar, as formulações opostas assumidas pela Associação Brasileira do Agronegócio e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária em relação ao Projeto de lei 510/2001 apresentado ao Senado em 28/04/2023, sobre a flexibilização das regras para regularizar áreas desmatadas ilegalmente. De um lado, a CNA defendia a aprovação do projeto; de outro, a ABAG – que faz parte da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura –, não aceitou a proposta, acusando-a de reforçar a anistia de irregularidades e sugerindo sua discussão ampla pela sociedade. O projeto, que já apresentava mais de cem emendas, teve sua discussão adiada.

Não entro em pormenores, mas reconheço que cada grupo defende interesses próprios em defesa da propriedade da terra ou sua submissão. Porém, a partir desse exemplo recente, quero apontar que situações novas integram o debate sobre a reforma agrária. Além disso, a forma que assumem as mobilizações sociopolíticas em relação à aspiração de reforma agrária não se limita à reivindicação pela propriedade. Envolve o modo pelo qual se apoia a produção, a situação de trabalho, a questão ambiental, a aplicação do crédito agrícola, o acesso à saúde, à educação, ao mercado, o uso de defensivos, o respeito às terras

indígenas, às áreas quilombolas, à participação representativa dos pequenos produtores na agenda política e muito mais, além da clareza sobre as medidas tomadas. É um desafio que temos que enfrentar se queremos construir uma sociedade democrática. Para isso, a contribuição de um pensamento social lúcido é fundamental.

O aprendizado social do conflito pela terra

Lucas Carvalho

Em capítulo anterior,¹ discuti como o projeto coletivo de pesquisa “Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste” (1975-1977) possibilitou a continuidade e o desenvolvimento de uma série de trabalhos que questionaram pressupostos assentados no debate público, e também na academia, acerca do campesinato e da questão agrária. Os principais interlocutores do projeto eram as instituições estatais e, sobretudo, os economistas que atrelavam o desenvolvimento tecnológico da agricultura e a consequente expansão do trabalho assalariado à perda de efetividade de uma reforma agrária. Essa perspectiva, além de reducionista, já que não levava em conta as singularidades da economia camponesa e seus aspectos sociais e culturais, extirpava a dimensão política que torna o capitalismo no campo uma questão estrutural e conflitiva da sociedade. Fugia, portanto, do radar dos economistas, e de posições afins, o processo de constituição de lutas sociais no campo, que ao longo do tempo foram forjando um repertório de ação coletiva e redefinindo as relações entre trabalhadores rurais, mediadores políticos, oligarquias rurais e Estado. Veremos como essa redefinição sobre o papel político do

¹ Consultar capítulo anterior, “O Nordeste como perspectiva: o projeto ‘Emprego e mudança socioeconômica’”.

campesinato foi interpretado pelo grupo de antropólogos ligados ao projeto “Emprego”.

Tão logo chegaram à Zona da Mata de Pernambuco, em 1969, para pesquisa de campo, Moacir Palmeira e Lygia Sigaud se surpreenderam com a organização dos trabalhadores rurais que denunciavam os desmandos de seus patrões e exigiam o cumprimento dos seus direitos junto à justiça do trabalho. Conforme Palmeira comenta: “Eu, na minha experiência de campo em Pernambuco, para mim foi muito importante porque eu, de repente, me defrontei com o movimento sindical que se imaginava não existisse mais, que tivesse se liquidado, ou que fosse apenas um arremedo de movimentos (...)” (Palmeira, 2009/2012: 84). O contato com a mobilização camponesa em Pernambuco logo se traduziria em questões de pesquisa e abriria a possibilidade de novas formas de atividades políticas por parte desses pesquisadores, sobretudo via assessoria, “porque em plena ditadura abria uma perspectiva de luta de massa” (Palmeira, 2009/2012: 84). O sindicato aparecia como um dos principais mediadores políticos, criando novo mapa cognitivo entre os trabalhadores, no qual os “direitos” enfraqueciam, mas não necessariamente extinguíam, a dominação pessoal tradicional (Sigaud, 1979). Os acontecimentos vividos *in loco* pelo grupo de antropólogos serviriam para repensar formulações clássicas e contemporâneas sobre a relação dos camponeses com a política, sua condição de classe, e o suposto apego desse grupo ao tradicionalismo e ao conservadorismo. Sobre a relação entre campesinato e política, destaco três pontos que estão presentes no conjunto de trabalhos e intervenções públicas dos antropólogos

ligados ao Projeto Emprego: a) a política, e não somente a economia, como constitutiva do campesinato e da sua formação de classe; b) a luta pela terra como indissociável de outras demandas, como a melhoria das condições de trabalho e campanhas salariais; e, por fim, c) a reforma agrária como bandeira política do campesinato que impunha sérios desafios à organização autocrática da sociedade brasileira.

O campesinato e a política

A estratificação de classe e a participação política era tema recorrente na literatura dedicada ao campesinato. De forma geral, costumavam vincular o caráter revolucionário ou não do campesinato a certas virtudes intrínsecas, espécie de “substancialismo” pouco atento às condições históricas. Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo buscaram justamente se contrapor a este substancialismo e propuseram uma correlação mais variável, e por isso também mais aberta às especificidades, entre condição de classe e participação política. No nível analítico, essa perspectiva se traduz na autonomia – relativa – da dimensão política frente aos condicionantes econômicos. Nos deteremos, em particular, nas formulações de Moacir Palmeira sobre esse tópico.

Para o antropólogo, “é combativo politicamente quem se organiza e não quem encarna não se sabe que virtudes de um determinado estrato social” (Palmeira, s/d: 7). A tautologia aparente da formulação é reveladora da proposta de pensar a ação coletiva a partir de efeitos acumulados de experiências

passadas. Efeitos não lineares, por certo, porque as conjunturas e atores em cena se alteram, mas que reforçam a participação política como dimensão que não deve ser subsumida à economia.

Ademais, se a longa tradição de estudos sobre camponato estabelecia como essencial a relação do camponês com a cidade (Shanin, 1980), para Palmeira essa relação seria marcadamente de “exclusão”. Portanto, propunha tomar “não a cidade aglomeração, mas a cidade como poder externo”, o que implicava afirmar que “ser camponês não significa simplesmente viver fora da aglomeração, mas antes de mais nada viver fora da *civitas*, da cidade política” (Palmeira, s/d: 9, grifo no original). O problema fundamental estaria, por assim dizer, na contradição dessa situação, já que “o reconhecimento do camponês pela cidade assume a forma de um não-reconhecimento, isto é, a forma de uma não-cidadania do camponês” (Palmeira, s/d: 9).

Não-reconhecimento porque a “cidade política”, incluindo o Estado, toma como “natural” relações desiguais, “pensadas equivocadamente como formas igualitárias – relações familiares e de parentesco, hierarquias de grupos de idade, relações de patronagem e compadrio” (Palmeira, s/d: 12). A incorporação política do camponato à *civitas* permite tematizar essas relações com as desigualdades típicas da sociedade de classes. Ainda que, como advertia Palmeira, as relações pessoais por parte dos grupos camponeses pudessem ser reforçadas como uma espécie de “resposta cultural” ao domínio simbólico e econômico das classes dominantes, elas, na “sua desigualdade e particularidade

representam uma espécie de óbice absoluto ao desenvolvimento da concidadania” (Palmeira, s/d: 12)².

Terra e direitos

Para o grupo de antropólogos vinculados ao Projeto Emprego, seria um equívoco tomar a reivindicação pela terra em exclusão a outras, como melhorias salariais, percentuais de arrendamento e resistência à expulsão da terra. Assim como nas pesquisas dedicadas à economia camponesa, os pesquisadores enfatizam, no plano da organização política, a diversidade do campesinato e a convivência de diversas categorias – pequeno proprietário, parceiro, sitiante e posseiro – na trajetória e estratégia de indivíduos e famílias. As mudanças do sistema tradicional

² Talvez seja essa uma concepção fulcral de política que envolvia os embates da época, o principal deles entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT criticava o que considerava a estrutura hierárquica da CONTAG, distante da realidade do povo, e privilegiando a resolução dos conflitos por vias legais e administrativas, e não pela ação autônoma e organizada do campesinato. No seminário “Igreja e Questão Agrária”, essas mesmas questões foram discutidas e traduzidas por questões teóricas: segundo resumo dos debates feito por Vanilda Paiva, José de Souza Martins atribuía a importância do trabalho da Igreja à valorização do “caráter não-contratual” das lutas dos trabalhadores, como, por exemplo, a noção de “posse” e as implicações pela luta da terra nela implicadas. Sobre este ponto, Jorge Romano questionou Martins se esta valorização das relações não-contratuais “não contribuiria para reforçar relações tradicionais de dominação no campo e se a conquista da cidadania não estaria vinculada ao avanço das relações contratuais” (Paiva, 1985: 22). Martins respondera que, embora o sindicato enfraqueça essas relações tradicionais de dominação, ele não abarcaria todos os âmbitos da vida das pessoas e, em suas palavras, “o sindicato – ao contrário da Igreja – não tem um discurso sobre as relações de família ou vizinhança” (Paiva, 1985: 23).

da *platantion*, baseada nas relações de *morada*³, colocam em evidência as relações intrincadas entre terra e demandas mais gerais de melhorais de condições de trabalho. Conforme observa Lygia Sigaud no clássico *Os clandestinos e os direitos* (1979) [1977], o enfraquecimento da *morada* significava, aos olhos dos trabalhadores, não só o fim da *sujeição*, mas a impossibilidade de acesso à terra e de reprodução familiar, o que, nas novas condições de vida na cidade, ganharia ares de nostalgia. Não atentar para as novas condições sociais e as representações que fazem delas os trabalhadores seria, para Sigaud, deter-se somente em um aspecto daquelas mudanças, também significativo, mas circunscrito à sua condição presente de proletário.

Não conseguiremos recompor aqui o argumento desenvolvido pela autora, empiricamente rico e analiticamente complexo, mas cabe ressaltar como, para Sigaud, a nova condição de *trabalhador de ponta de rua*, residentes das cidades, não extinguiria a condição de ex-morador, o que se tornava fundamental para o entendimento das representações do passado e do presente. Segundo a antropóloga, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) se tornara, na ideologia da população camponesa e dos trabalhadores rurais, um marcador temporal das transformações ocorridas, dotando de inteligibilidade aos próprios agentes aquele sistema de posições. Para os trabalhadores, os direitos sempre existiram, mas foram somente aplicados com o Governo de Miguel Arraes (1962-

³ A *morada* designava a cessão de terra aos camponeses para a produção de subsistência, implicando em uma relação pessoalizada com o fazendeiro. Sobre essa relação, ver Moacir Palmeira (1977).

1964), figura de destaque na política de esquerda em Pernambuco e responsável pela implementação de várias medidas em favor dos trabalhadores rurais, como, por exemplo, ao forçar usineiros e donos de engenho da Zona da Mata do Estado a estenderem o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais, e ao apoiar a criação de sindicatos, associações comunitárias e ligas camponesas. A representação do direito afigurou-se ao trabalhador como uma quebra da antiga relação entre ele e o senhor de engenho, já que, a partir de então, entre os dois se interpôs um terceiro elemento, os direitos, consubstanciada na figura de Arraes. Contudo, foram com as greves na Zona da Mata de Pernambuco de 1979 e 1980, tendo como pauta o aumento salarial e a cessão de terra no interior das fazendas, que foi se generalizando entre os trabalhadores a concepção de que mais do que um “dom” do proprietário e um costume a ser preservado, o acesso à terra é um direito (Sigaud, 1983).

Reforma agrária e democracia

A terra assumia centralidade nas reivindicações dos trabalhadores do campo, integrando as demais, fato que faria da reforma agrária uma bandeira que unificava diferentes demandas e permitia fazer um contraponto às transformações sociais encampadas principalmente pela política agrária concentradora de terra dos governos militares. Atentos às concepções dos trabalhadores sobre as suas pautas, os pesquisadores do Projeto Emprego chamavam atenção para outro ponto fundamental na

demanda da terra, por assim dizer estrutural. Ela visaria a quebra do monopólio da terra, e, com isso, um conjunto de relações de dominação nas quais entrariam as situações precárias de trabalho de camponeses. Logo, a reforma agrária seria o elemento central de um conjunto de demandas que propiciariam a democratização da sociedade brasileira. Arelada às relações de desigualdade, a demanda por reforma agrária extrapolaria estritamente a demanda por terra e as questões técnicas relacionadas à sua implementação, estando envolvida, enfim, com a aquisição da “cidadania” e ampliação da participação dos trabalhadores na vida política e social.

Por certo, um processo longo e paulatino. Segundo Palmeira, o regime pós-1964 fez com que as lutas que vinham se desenvolvendo assumissem novas formas e estratégias, mas, ao contrário do que supunham os analistas, elas não haviam desaparecido. O autor chamava a atenção para o fato de que as lutas contemporâneas evidenciavam uma “internalização da luta de classes”, já que não tinham a mesma projeção das grandes mobilizações do período pré-1964, mas fazia da esfera da produção e do trabalho cotidiano o lugar de resistência (Palmeira, 1985: 48). De todo modo, os dois períodos de mobilização, embora com formas distintas de atuação, guardavam entre si laços de continuidade, algo como um tipo de aprendizado coletivo “acumulável”, cujos efeitos se tornavam decisivos a longo prazo.

Diante desses efeitos acumulados a longo prazo, seria possível afirmar, segundo Palmeira, que “a mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato”, já que o retira do anonimato político ao

assumir uma identidade e elabora formas de atuação coletiva, que, bem se diga, não estavam restritas aos sindicatos, mas se estendiam àquelas promovidas pela Igreja, partidos políticos e cooperativas (Palmeira, 1985: 49). Ao se definirem enquanto camponesas, essas lutas tinham ainda o efeito de unificar as diferentes frentes de reivindicações das categorias – pequenos produtores, posseiros, assalariados – diante de adversários também variados, ganhando força no movimento coordenado e no significado comum que lhe era emprestado.

A tese fundamental apresentada pelos pesquisadores em diversas ocasiões (Palmeira, 1980 e 1982) era a de que a “reforma agrária” se estruturava a partir de baixo, ou seja, do próprio movimento camponês, e isso independente das avaliações de especialistas e políticos sobre ela, e das imputações que eram feitas sobre sua viabilidade econômica. Dessa forma, buscavam romper com a concepção economicista de reforma agrária e reforçavam o seu potencial político. Como destaca Palmeira, “se você desapropria uma fazenda hoje, no dia seguinte o pessoal de outra fazenda que está vivendo esse mesmo tipo de problema vê que há uma alternativa para ele, esse negócio tem o seu efeito multiplicador” (Palmeira, 1980: 37).

Com isso, o grupo de pesquisadores rebatem críticas como as que viam na reforma agrária uma medida paliativa e, no limite, garantidora do poder dos latifundiários, já que o decisivo seria refletir se, diante da organização política de camponeses em condições para efetivação de medidas de reforma agrária, a “classe dominante” seria capaz de absorver os seus efeitos multiplicadores.

O que estava em jogo, portanto, para esse grupo de pesquisadores era a consolidação e ampliação da democracia no Brasil, vista a partir da incorporação dos excluídos da propriedade da terra. A articulação do movimento camponês em torno da reforma agrária colocava em xeque o próprio pacto político estabelecido pós-1964 – com reverberações até hoje –, já que seu significado mais profundo e radical era transformação do camponês em cidadão pleno.

Referências

PALMEIRA, Moacir. (1975). *Diferenciação social e participação política do campesinato*: primeiras questões. Mimeo.

PALMEIRA, Moacir. (1977). “Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional”. *Contraponto*, ano 11, n. 2, p. 106-107.

PALMEIRA, Moacir. (1980). Revista Proposta. Em debate: Reforma Agrária. FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional, n. 14, julho de 1980.

PALMEIRA, Moacir. (1982). Reforma Agrária: significado e viabilidade. In: CARVALHO, Adbias Vilar de & D’INCAO, Maria da Conceição. *Reforma agrária: significado e viabilidade*. Petrópolis: Vozes/Cedec.

PALMEIRA, Moacir. (1985). A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda, (org). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Loyola.

SIGAUD, Lygia. (1979). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Hucitec.

SIGAUD, Lygia. (1983). Luta política e luta pela terra no Nordeste. *Dados*, v. 26, n. 1, p. 77-95.

PAIVA, Vanilda (org.). (1985). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, Edições Loyola.

SHANIN, Theodor. (1980). *A Definição de Camponês: Conceitualização e Desconceitualização*. In: *Estudos CEBRAP*, n. 26, p. 42-80.

As dinâmicas do campo à luz de *Torto Arado*¹

Liège Nonvieri
Maria Fernanda Argileu
Max Reis
Rosiane Braga

Introdução

Torto Arado, publicado em 2019 no Brasil, é o romance premiado do escritor e geógrafo Itamar Vieira Junior. Sua história acompanha as irmãs Bibiana e Belonísia que, filhas de trabalhadores rurais, amadurecem no ambiente de servidão da fazenda Água Negra e, aos poucos, tomam consciência da situação e do passado de seu povo. O presente trabalho procura se utilizar do livro para recuperar questões sociológicas e antropológicas que podem ser encontradas no cotidiano do núcleo familiar das protagonistas e na realidade brasileira do século XXI.

Árido com o tempo

O tempo corre solto pela terra. Para cada qual nela, corre à sua maneira. Na fazenda Água Negra, o tempo é

¹ Texto apresentado como trabalho da disciplina Sociologia Política do Nordeste, ministrada por André Botelho em 2023 no IFCS/UFRJ.

agente demarcante da família, do trabalho, da seca, da plantação. Ele é demarcante da existência social do povo que trabalha e vive na terra. Do povo vivido pela terra e através dela. A terra de Água Negra pertence à família Peixoto, que nem mora ali como os seus trabalhadores, quando estes recebem um pedacinho de chão onde podem erguer de barro e palha um canto de um cômodo para dormir fora do sereno da noite, uma vez que produzem a plantação de Peixoto pelo tempo em que o sol estiver queimando suas peles escuras. Elide Rugai Bastos (1984: 10) menciona como um dos marcos do desenvolvimento do capitalismo do campo a “destituição do ‘morador’ das condições que lhe permitem a produção de seus meios de vida”, quer dizer, do próprio trabalhador e sua vivência no campo. E aqui ocorre uma interpretação de “morador” não pela condição de se ter uma moradia, pela imposição da subsistência, por necessitar viver sob um teto; antes, porém, se é morador da terra por ser trabalhador, porque a exigência imperativa no cenário agrário interiorano nordestino, herdada de uma experimentação aquém, é trabalhar para viver. Primeiro são trabalhadores, depois moradores.

E mesmo quando a morada é recebida através da troca, quando finalmente há chance de criar raízes na terra, de sossegar e construir família e já não ser mais um sobre-humano, ocorre a disposição para que as casas sejam construídas de barro, essa matéria vergável, morredoura, desistente do tempo; nada de tijolos, nada resistente, como nos contou Bibiana: “nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra” (Vieira Junior, 2019: 41). O barro se desfaz com as intempéries, esturrica. A vivência,

portanto, desses trabalhadores possui validade. O fazendeiro foi caridoso, visto que as moradas estão sendo construídas no terreno dele. Esse tempo menor, encurtado, delimita e determina até quando podem estar na terra; até que profundidade suas raízes podem chegar. Talvez o máximo que Peixoto permita são raízes de mandioca: fácil de arrancar. Então o capanga as leva embora, quando bem-ordenado, do mesmo modo que Sutério – o capanga de Peixoto – fez quando expropriou os poucos e melhores rendimentos permitidos à família de Zeca Chapéu Grande cultivar no terreiro ao lado da morada. Apesar disso tudo, ou quem sabe, por isso tudo, o que mais as famílias trabalhadoras de Água Negra sentem sobre a terra é pertencimento. Pois a vivem todos os dias. Escutam-na. Percebem e compreendem seus espíritos vorazes e quietos: a época melhor de plantio, quando devem resguardar. Observam-na atentamente, suas minúcias e, acima de tudo, respeitam o seu tempo de fazer-se viver e fazê-los viver.

Por vários momentos, *Torto Arado* traz na voz dos próprios trabalhadores e trabalhadoras a consciência que possuem do quanto a terra é casa de todo mundo. Que assim como as plantas, as rochas, as minhocas, o alimento, eles também são filhos da terra, paridos por ela, foi o que Severo elucidou a Bibiana. Essa autoconsciência não se dá à toa. A terra não é arada por Peixoto nem por ninguém de sua família que herdarão a fazenda com tudo dentro. Eles não trabalham nela. Trabalho é dedicação de tempo. Identificar quem exerce essa força ou essas forças será repetitivo, contudo, necessário: Zeca Chapéu Grande e Salustiana Nicolau. Saturtino, Hermelina e Servó. Quer dizer, estes

nomes, que são vizinhos de tantos outros, é que fazem o arado, que dedicam tempo para a plantação de Peixoto, como também para as suas roças, as quais Sutério averigua de tempos em tempos.

Mais uma vez, o povo de Água Negra se reconhece através dos tempos. Do tempo que dedicam ao trabalho na terra. A terra, ela mesma, que é casa, que é família, que é meio de subsistência, que é ambiente para descansar a alma. Como nas brincadeiras de jarê, tão intimamente presente e influente no curso de suas vidas. E a própria religiosidade é íntima da terra: os encantados têm seus nomes que designam alguma atividade – Santa Rita Pescadeira –, o conhecimento minucioso de ervas e plantas medicinais para rezas, banhos e encantos – remédios utilizados para a saúde do corpo e da alma, cada qual a sua finalidade, firmando os alicerces que estruturam a “sabedoria que não havia nos médicos ausentes daquela região” (Vieira Junior, 2019: 33), nas palavras afirmadas por Bibiana. O que se observa, com efeito, são conhecimentos tradicionais passados por gerações e que nesta os filhos e filhas de Zeca Chapéu Grande aprendem com ele e com sua mãe parideira Salustiana.

Um último tempo aqui dito possui seu próprio advérbio: o mal, dito pelo próprio povo, do tempo: o tempo cruel, o tempo da seca, do longo período de estiagem que provoca uma verdadeira provação na presença, na existência do povo, enquanto à escassez de água e de alimentos que antes já eram regradados pela condição imposta de sobrevida, agora na seca feroz, ainda precisam lidar com capanga de Peixoto, levando embora o pouco pão conquistado com tanto esforço. A seca é mortal. Completamente cruel.

Extenuante da própria vida. O povo, neste momento, trabalha pela esperança, pelo mínimo de umidade apreciada no chão da roça que fará seus olhos brilharem até a próxima chuva. Pela ventura de onde quer que venha, porque o que quer que traga, é melhor do que a fome, o abandono, o desprezo, a falta de pulso. O mal do tempo adoece o corpo, a alma e a mente. E a maior crueldade contra esse povo, e ela existe, vem dos fazendeiros absenteístas que não vivem ali, que não vivem a seca, e ainda possuem a coragem e a perversidade descarada de despojar dos alimentos de seus trabalhadores e trabalhadoras.

O tempo marca o povo que trabalha na terra. Marca na pele, no rosto. Demarca o quanto podem viver. O tempo disposto, de sol a sol, deixa seus rastros e cicatrizes pelo tempo da vida.

As filhas do arado

Belonísia, a irmã que foi a criança que, de fato, teve a língua decepada durante o primeiro capítulo do livro, já estava acostumada a conseguir se expressar apenas em companhia da irmã Bibiana. Determinada a retomar a fala, Belonísia decide iniciar um treinamento para repetir a palavra “arado”, uma palavra que amava profundamente. Essa palavra carregava um significado especial na vida daquela família, enraizada na vida no campo em que cresceram. No entanto, havia um desafio fonético: a pronúncia incorreta do som “r”, que exigia o uso da língua e não da garganta. Essa peculiaridade linguística, que resultava

em erros de pronúncia, contribui para a compreensão do título do livro, “Torto Arado”.

Enquanto Bibiana decide partir, seguindo seu caminho ao se casar com o primo Severo, podemos refletir sobre as diferentes perspectivas culturais e a diversidade de costumes, inclusive quanto aos relacionamentos entre primos. Em certos ambientes, especialmente no campo ou em comunidades urbanas com raízes no interior ou no Nordeste, esses casamentos são costumeiros, embora nem sempre bem-vistos. Na antropologia existem muitas discussões em torno desse tema, porém é importante notar que tais debates costumam ser realizados sob uma perspectiva ocidental, urbana e com conceitos universalizantes e totalizadores, como o “tabu do incesto”. Essa discussão se distancia do tema central deste trabalho, mas vale a pena mencionar que a diversidade cultural nos convida a compreender diferentes formas de relacionamento e suas peculiaridades em cada contexto específico.

Belonísia, por sua vez, casa-se com Tobias, um homem que não apenas a submete à violência verbal, mas também enfrenta problemas relacionados ao consumo de álcool. Apesar dessas circunstâncias adversas, Belonísia, atenta à realidade das outras mulheres ao seu redor, começa a perceber a existência de uma enorme servidão. Embora todas enfrentem opressão, seja ela física ou emocional, Belonísia, em algum momento, passa a acreditar que seu contexto é privilegiado. Tal crença emerge da comparação com as experiências das outras mulheres, que sofrem agressões físicas recorrentes. Esse complexo cenário ressalta

a triste realidade da violência de gênero que estas mulheres enfrentam.

Sem a língua e sem a presença vocal de Bibiana para se expressar, Belonísia se torna uma poderosa metáfora dentro do livro, representando a falta de voz que uma mulher experimenta quando está sozinha, desprovida do apoio de outras mulheres. Essa ausência de voz é um tema recorrente nas narrativas femininas, que revelam as complexidades e os desafios enfrentados pelas mulheres em sociedades patriarcais. Um bom exemplo desta realidade é o ensaio *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf.

É importante destacar que o contexto narrativo de *Torto Arado* também aborda questões educacionais e a relação entre a escola e o meio rural. O pai das irmãs, Zeca, um curandeiro de renome no sertão, negocia com o prefeito a construção de uma escola em troca de seus serviços.

A inauguração da escola revela um modelo educacional ainda predominantemente urbano, o que gera um sentimento de deslocamento epistemológico em Belonísia. Embora situada no campo, a escola reflete mais os padrões e conhecimentos urbanos do que os saberes ancestrais e práticas ligadas à vida rural. A experiência educacional de Belonísia é agravada por sua deficiência na fala, o que a torna ainda mais isolada e desafiada pela estrutura e dinâmica escolar.

Esse impasse enfrentado por Belonísia é apenas um exemplo de desafios contemporâneos que educadores enfrentam em diversas regiões, como a dificuldade de lecionar nas periferias urbanas, onde o currículo escolar

muitas vezes está baseado em conhecimentos orientados pelas visões de mundo dos grandes centros urbanos.

No entanto, Belonísia encontra outras formas de aprendizado e conhecimento. Mesmo afastada do ambiente escolar, ela mantém seu interesse pela educação, passando a ouvir com mais atenção os relatos dos adultos ao seu redor. Ela busca integrar as coisas que aprendeu na escola à sua vivência particular e à sua ancestralidade, em um processo de reconexão com os saberes transmitidos por seu pai, como curandeiro, e por sua avó Donana, cujos conhecimentos são enraizados na experiência rural, valorizando a produção agrícola, a culinária tradicional e outros aspectos essenciais da vida no campo.

Bibiana retorna à cidade como professora, agora casada com Severo, seu primo. Sua presença traz consigo um novo tipo de instrução para a fazenda, reconhecendo-a como um território quilombola, um lugar de herança e luta de trabalhadores explorados social e economicamente ao longo da história, mesmo sendo seus ancestrais ocupantes de terras por gerações, mas ainda sem a posse legal.

A voz de Bibiana e de outras mulheres que compartilham suas vivências se faz presente novamente, fortalecendo o protagonismo feminino no contexto da fazenda e trazendo à tona a importância das vozes silenciadas e o poder da união e solidariedade entre as mulheres. Ademais, Bibiana e Severo passam a resgatar a história ancestral que une os moradores da Fazenda Água Negra às lutas quilombolas.

O legado escravista e o germinar da luta

Através das manifestações culturais apresentadas nas vivências dos personagens e pelos rios que compõem o cenário do território da fazenda Água Negra, infere-se que a narrativa de *Torto Arado* é ambientada na Chapada Diamantina, no estado da Bahia. Além disso, há um resgate da encantada Santa Rita Pesqueira, a qual é trazida como testemunha da história desenrolada na região, fundamentada, em seu princípio, na ocupação territorial colonial que visava à extração de riquezas naturais.

Nesse período, em meio à dor e violência do garimpo, soma-se o peso de ter sua liberdade retirada pelo sistema de exploração escravista, vitimando vidas negras e indígenas pela acumulação de diamantes. Porém, de acordo com o historiador Clóvis Moura (2014: 87), “o quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse”. Posto isso, a constituição de quilombos foi uma das formas de resistências adotadas pelas pessoas negras e indígenas que se viam sem perspectiva no mundo que estava sendo imposto desde a invasão do Brasil, em 1500. A fuga e o estabelecimento de comunidades como o caminho para a construção de possibilidades outras, disruptivas com o sistema vigente até então.

Em 2006, Itamar Vieira Junior, geógrafo e autor do romance *Torto Arado*, torna-se servidor público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passando a possuir, a partir daí, uma relação direta com comunidades camponesas, quilombolas e trabalhadores

rurais, de modo geral.² Com todo o aprendizado adquirido com as populações tradicionais, conhecendo de perto o cotidiano abalado pelos conflitos de terra, escreve o livro, de uma realidade pulsante, e não deixa de dar espaço para a valorização dos sabores, das alegrias, celebrações e cosmovisões dos moradores da fazenda Água Negra, que tanto possuem das comunidades com quem se relacionou. Entre a ficção e a realidade social dos grupos rurais, centra sua narrativa nas duas protagonistas, Belonísia e Bibiana, parte de uma comunidade descendente dos que resistiram à escravidão, mas que receberam um legado que permanece em suas vidas sob a forma das numerosas desigualdades ainda enfrentadas.

A história é diretamente conectada ao período colonial, a começar pela família Peixoto, proprietária da fazenda Água Negra, ter sido beneficiada com as terras de sesmarias. A encantada Santa Rita Pesqueira, como uma das narradoras, remonta à promulgação da Lei Áurea, a qual, apesar do intenso movimento abolicionista de pessoas negras, surge como um instrumento legal, mas não como uma reparação histórica. Em verdade, não se criaram indenizações de qualquer tipo ou políticas públicas para atender minimamente à população recém-saída da escravidão, violentada por séculos. Diante disso, há a reiteração por parte do Estado da desigualdade em toda a dimensão social dessas pessoas, como na questão do acesso à terra, o qual não é garantido ou subsidiado. A encantada, então, narra a saga

² Informações retiradas da entrevista de Itamar Vieira Junior, concedida à Agência Pública. Conferir em: <https://apublica.org/2021/02/itamar-vieira-junior-e-seu-torto-arado-uma-declaracao-de-amor-a-terra/>

desse trabalhador, agora livre, em busca de uma oportunidade de emprego, desembocando, mais tarde, na comunidade de Belonísia e Bibiana, e descobre-se como as estruturas racistas se perpetuam nas novas relações de trabalho desenvolvidas.

Na falta de terra, os trabalhadores pobres chegavam nas propriedades rurais pedindo morada, o que significava se ligar à fazenda. Nesse contexto, ainda que esteja à procura de uma casa para se abrigar e uma porção de terra para tirar seu sustento, morar sempre significa estar associado à fazenda, na qual obrigatoriamente devem trabalhar para o referido estabelecimento (Palmeira, 2009). De acordo com Afrânio Garcia Jr. (1988), a situação do morador não é homogênea, podendo apresentar variáveis nas condições de cada relação estabelecida.

Na fazenda Água Negra, a contrapartida para receber uma parcela de terra que permitisse a criação de animais e o cultivo no roçado, numa configuração de agricultura familiar e de subsistência, era o trabalho seis dias na semana na colheita, sem qualquer remuneração em troca – e, no domingo, dia de descanso, ainda era necessário cuidar dos animais. Somado a isso, deveria ser dado ao patrão a terça parte da colheita advinda do quintal do próprio morador. Outra exigência era de que a casa deveria ser construída com barro, escolhendo deliberadamente um material precário, para que o tempo tomasse conta de se desfazer dela, uma vez que o morador em questão estabelece uma relação de dependência pessoal em relação ao patrão, e sua morada só é garantida enquanto cumpre com sua parte, trabalhando.

Era o acordado entre o gerente da fazenda e o trabalhador, isto porque os moradores

(...) podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do Império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada. Poderia cercar seu quintal e fazer roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores (Vieira Junior, 2018: 162).

À vista disso, a relação senhor-morador era desigual, sem a menor garantia de direitos trabalhistas, seja durante o emprego ou depois, na velhice, caso apresentasse falta de força para dar continuidade à colheita. “Além da dívida de trabalho para com os senhores da fazenda, não havia nada para deixar para os filhos e netos” (Vieira Junior, 2018: 165).

A esfera do direito não fazia parte dessa realidade social, uma vez que o acordo se coloca como uma dominação do morador, mas sem a necessidade do uso de força coercitiva para mantê-la. Isto porque, no lugar do direito, a relação era mediada sobretudo pelo favor. A partir da ideia de “generosidade” do patrão, o morador se via em uma dívida eterna, devendo pagá-la em vida com seu trabalho (Garcia Junior, 1988). Era apenas na feira, vendendo azeite de dendê, massa de buriti ou o excedente da colheita no roçado, que os moradores conseguiam algum dinheiro.

Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai

respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata-doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Mas as batatas não eram produção do quintal. Da terra seca não brotava nem pasto, muito menos batata. Vi a vergonha de meu pai crescer diante de nós, sem poder fazer nada. Zeca Chapéu Grande era um curador respeitado e conhecido além das cercas de Água Negra. Mas ali, nos limites da fazenda, sob o domínio da família Peixoto — que quase não colocava os pés por lá a não ser para dar ordens, pagar ao gerente e dizer que não poderíamos fazer casa de tijolo — e de Sutério, sua lealdade pela morada que havia recebido no passado, quando vagava por terra e trabalho, falava mais alto (Vieira Junior, 2018: 74-75).

Após a venda da fazenda para um novo proprietário, Salomão, há um reforço dessa imagem benfeitora do patrão. Enquanto a família Peixoto não se fazia presente na comunidade, sendo completamente distante dali, mantendo a administração nas mãos do gerente Sutério, Salomão apresenta uma solidariedade inicial e desloca os moradores até o centro para idas ao médico. Até mesmo promete salário para quem trabalhasse no barracão, local de vendas de

mantimentos – muito mais caros que na feira da cidade –, o que não se cumpriu.

Na fazenda Água Negra, crescia uma percepção mais crítica por parte da juventude camponesa, que passava a denunciar o caráter exploratório da relação. No entanto, em pouco tempo o proprietário tornou “a paisagem estranha aos moradores”. Os proprietários não possuíam a relação íntima com a terra, como os moradores que dali tiravam não apenas seu sustento, mas também sua espiritualidade, suas curas, seus afetos. Viviam a terra e foram “paridos” por ela, portanto, detinham um conhecimento riquíssimo passado de geração a geração através da oralidade. Por outro lado, Salomão, sem pertencimento àquele território, desmatava a fazenda Água Negra e fazia planos que não incluíam os moradores, priorizando o lucro, com os interesses capitalistas se sobrepondo ao tradicionalismo anteriormente firmado. A partir disso, há toda uma trajetória até o despontamento de uma ação coletiva por reivindicações de direitos, impulsionada principalmente pela figura de Severo, com a comunidade se entendendo enquanto quilombola.

O livro aborda as percepções dos mais novos e dos mais velhos sobre o conflito de terra, estes últimos ainda muito ligados à sensação de dívida ao patrão, dada a longevidade da sua permanência no local, rememorando quando chegaram despossuídos de terra e de emprego. No entanto, não houve falta de agência por parte dos trabalhadores antigos, os quais se apropriam do espaço de diversas maneiras, gerando uma relação única com o território.

Os pés que cresceram da terra

Como definir um mundo? Talvez o caminho mais simples nos leve a pensar em espaço. Mas pensar no onde sem um quem, ou ainda, um onde em que um quem não esteja sempre a manifestar-se, conjura uma visão mutilada, como um auditório vazio à espera de seu público ou o corpo morredigo ainda assombrado pelo fantasma da vida. Itamar Vieira Junior compreende essa dimensão e brinca com a ideia de mundo, mais precisamente a de terra, em seu romance *Torto Arado*. Cada personagem possui um tipo de relação diferente com o espaço e este inspira profundamente as identidades exploradas ao longo do livro.

Zeca Chapéu Grande, pai das duas protagonistas da narrativa, é também o pai espiritual de Água Negra e um dos primeiros trabalhadores a chegar na fazenda, características que acreditamos serem fundamentais no desnudar de sua dinâmica com a terra. O jarê é uma prática religiosa de matriz africana encontrada exclusivamente na Chapada Diamantina. Sua crença se expressa através dos encantados, entidades que pairam pela terra e cavalgam, eventualmente, os corpos de seus seguidores, assentando, assim, um contato sólido com a terra, seja pela capacidade de agora investirem diretamente sobre esta ou pelo vínculo que criam com seu sangue. Além disso, o jarê tem uma intensa relação com a cura, não à toa Zeca Chapéu Grande é chamado de curador. Seus métodos consistiam, em grande parte, na instrumentalização de ervas e raízes, isto é, recursos da terra, como um canal de intercessão para os encantados. “Na cosmologia do jarê, a cura é um estado de constante

negociação com o meio-ambiente” (Carmo, 2021) e é na figura do curador que a interação entre espírito e natureza reside de forma mais latente.

Outra condição a destacar no patriarca da família é a de trabalhador exemplar. Zeca Chapéu Grande chegou à Água Negra de mãos vazias pedindo por terra e trabalho, enxergando-se a partir daí como uma espécie de hóspede na propriedade da família Peixoto a quem foi concedido o direito de ficar, exigindo em troca apenas a sua saúde, arrancada do corpo pelo labor que corrói. O homem cresceu, então, como se devesse eternamente um favor aos proprietários da terra, humilhando-se para demonstrar sua gratidão e lealdade e zelando ainda pela manutenção da ordem de um sistema que tinha por intuito os espremer até o fim.

Itamar Vieira Junior construiu, no entanto, a personagem de tal modo que a passividade que Zeca Chapéu Grande aparenta diante dos patrões é combinada com as brincadeiras de jarê, a fim de despertar luta onde em um primeiro olhar não parece haver nenhuma. Após sua morte, religiões protestantes foram adentrando a fazenda incentivadas, inclusive, pela família Peixoto como outra forma de dominação, através do sacrifício da tradição. Quando Estela, esposa do proprietário de Água Negra, vai até a casa de Salu, viúva de Zeca Chapéu Grande, com um pastor para que a mulher deixasse de bater tambor e ouvisse a palavra de Deus, Salu fica transtornada e, ao tecer seus argumentos, ela fala da terra e de como esta mora dentro dela, demonstrando não só a relação do jarê com o solo, bem como as raízes profundas que Zeca Chapéu Grande plantou

na fazenda. Desse modo, manter vivo o jarê é resistir passivamente, segundo os termos de Lélia Gonzalez (2020), à perversidade do colonialismo. Zeca Chapéu Grande, mesmo não enfrentando a autoridade dos latifundiários, protege e preserva um torrão da autonomia de Água Negra.

Enquanto em Zeca Chapéu Grande a resistência tem contornos serenos, em Severo ela irrompe em violência. Sobrinho do curador e marido de uma de suas filhas, Severo está ligado pelo sangue e pelo matrimônio à família de Zeca Chapéu Grande. Desde novo sonhava em sair da fazenda, estudar e ter sua própria fazenda, e quando Bibiana engravida os dois decidem fugir de Água Negra para a cidade.

Em seu retorno, Severo está mudado. Envolveu-se com sindicatos e agora fala como um líder, escancarando a exploração da qual sofrem as famílias da fazenda. Sendo assim, a cidade e sua dinâmica de exclusão com o campo é peça central na atuação política de Severo. Segundo o antropólogo Moacir Palmeira (2009), a característica da cidade como poder externo relega ao camponês o anonimato político, uma vez que se entende que é na cidade que mora a vida política. A organização política do campesinato, portanto, criaria em certo sentido a identidade desse grupo, removendo-o do obscurantismo político (Carvalho, 2023). Severo, então, incorpora os dois mundos e em sua figura se concentra o germinar da luta pela terra e a identificação dos trabalhadores da fazenda como agentes.

Outra importante dimensão da personagem de Severo está atrelada à sua percepção da terra como direito e, portanto, da legitimidade da luta por seus documentos. Dois

aspectos se destacam em tal discurso: a identificação da comunidade de Água Negra como quilombolas e a percepção do direito à terra como fruto do trabalho. Sobre este último ponto, já discutido por Elide Rugai Bastos (1984), fica evidente como a luta por terras possui a singular característica de estar diretamente associada ao trabalho do camponês. Por ser dali que tira a sua subsistência e, como tentamos demonstrar, até parte de sua identidade, a terra possui um significado profundo, visto que é o esforço do trabalhador em fazê-la prosperar que cria essa identificação e, por isso, o motivo para luta. A liberdade é então abordada no livro a partir da confluência entre ancestralidade e o iluminar da condição de exploração sobre a qual viviam os trabalhadores de Água Negra.

[...] foi experimentar de novo a sensação de infortúnio que nos devastou no dia em que retiramos a faca da mala e, querendo experimentar a beleza de um brilho misterioso e proibido, a colocamos na boca, completamente libertas, como se fosse possível, sem experimentar os interditos das crenças de nossos pais e vizinhos, ou sem, ainda, compreender a dominação que nos fazia trabalhadores cativos da fazenda (Vieira Junior, 2019: 34).

Por fim, gostaríamos de trazer à luz de maneira indevidamente breve a personagem que confunde em sua identidade o espaço e o ser. Belonísia, quando tem sua língua amputada, fica sem a fala, mas é somente nas ausências de Bibiana, aquela que durante anos se dedicou a traduzir o coração da irmã, que seu silêncio toma forma de solidão. Ao

invés de frequentar a escola, Belonísia passa os dias com o pai, aprendendo os segredos da terra e encontrando nela mais que o seu meio de comunicação; parte de quem ela se tornou. Belonísia e a terra, pois, compartilham de uma relação extremamente íntima, como nenhuma outra personagem da obra chega a atingir. Essa interação diferenciada, inclusive, transparece já no título do livro, que faz referência à primeira vez que Belonísia arrisca falar depois de ter perdido a língua. Dentre as diversas ferramentas que poderiam ter sido escolhidas pela personagem, “arado” foi a selecionada, aquela que possui como única função preparar a terra, diferentemente de uma pá ou de uma foice que ainda podem ser imaginadas servindo a outros propósitos.

A partir de uma curta viagem pela trajetória de algumas personagens da narrativa é ressaltado, senão tornado evidente, o grau de importância que é atribuído à terra nas vivências de Água Negra, não sendo possível deixar de notá-lo mesmo em uma obra tão repleta de significados.

Referências

ANJOS, Ana Beatriz. (2021). Itamar Vieira Junior e seu “Torto Arado”, uma declaração de amor à terra. *Agência Pública*. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/02/itamar-vieira-junior-e-seu-torto-arado-uma-declaracao-de-amor-a-terra/>>. Acesso em: 14 Julho 2023.

BASTOS, Elide Rugai. (1984). *As ligas camponesas: introdução*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

CARMO, Wendal. (2021). “Jarê, o ‘candomblé de caboclos’ típico da Chapada Diamantina”. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/jare-o-candomble-de-caboclos-tipico-da-chapada-diamantina/>. Acesso em: 16 de jul. De 2023.

CARVALHO, Lucas. (2023). O aprendizado social do conflito pela terra. *Blog da BVPS. Série Nordeste*, jul. 2023. Acesso em: 16 de jul. de 2023.

GARCIA JR., Afrânio. (1988). Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 6-42.

GONZALEZ, Lélia. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem. In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-64.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. (2018). *Torto Arado*. Alfragide: Grupo Leya.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. (2019). *Torto Arado*. São Paulo: Todavia.

MOURA, Clóvis. (2014). Quilombos e Guerrilhas. In: *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, p. 87-127.

PALMEIRA, Moacir. (2009). Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, Clifford (et al.) (org.). *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: NEAD, p. 203-215.

A marcha democrática: caminhos do aprendizado social nordestino pelas lentes do desenvolvimentismo¹

Nichollas Paradelo Capote

É o Nordeste da seca, que será tão bem tematizada pelos romancistas de 30. É o Nordeste do mandonismo, a ser questionado por Maria Isaura Pereira de Queiroz. É, ainda hoje, o recanto da comédia e do colorido, que parecem se mostrar como esforços das emissoras em expiar sua visão do “atraso” pela chave da cultura (Barreira, 2023), que tanto se afirma na definição das regionalidades e tanto se pauta oposta à retidão de progresso da “modernização”.

Se aos nordestinos é imputada a paralisia da fome e do coronel, no ápice propulsor das ideias que encerra os arados em riste das Ligas Camponesas, em exemplo, tal qual nos palcos de Suassuna, eles se lançam como atores sociais. Se pensa, se projeta e se pratica.

Em *São Bernardo* rege a honradez, que transparece na contundência de seu delírio enciumado, na concisão de suas interpretações de mundo, na fria convicção de seu destino,

¹ Texto apresentado como trabalho final da disciplina Sociologia Política do Nordeste, ministrada por André Botelho no primeiro semestre de 2023 no IFCS/UFRJ.

que retoma o passado, na sobriedade de seu módico conforto em uma vida que parece definhar. Esse homem de “alma agreste” (Ramos, 2020), calcado na terra e na concretude de suas palavras, tão bem coaduna com o verde-musgo que ilustra a capa do livro – em seu fosco, que, ainda assim, não deixa de se propor colorido.²

Como ressaltado ao longo das aulas da disciplina Sociologia Política do Nordeste, o chamado romance de 30 internaliza, sob vestes de formalização estética, as problemáticas sociais. “Da seca à cerca”, um agudo compromisso de denúncia estimulou um conjunto de escritores – muitos deles advindos das classes proprietárias –, que passam a colocar na cena literária as agruras das relações sociais nordestinas, tomando como objeto o cotidiano “agreste” – para repetir a metáfora de Graciliano Ramos – desse povo, pautado pela terra.

A seca, então, mais que elemento temático, lapida-se em conformação estética, fato que os afasta da Sociologia. Com o romance de 30, podemos dizer que se instila uma sensibilização na chave da injustiça em seus múltiplos vieses, a ser, mais tarde, pautada já no âmbito do social sob olhares de desigualdade.

As provocações do romance de 30 erigem-se à alcunha de “forças sociais”³ e, como tais, “interagem nos processos de mudança social, mobilizando e transformando repertórios ou gramáticas intelectuais e políticas”. Em última análise, “o processo social de aprendizado social da democracia”

² Faço menção a capa da 102ª edição da obra, publicada pela Editora Record em 2020.

³ Interpretações desenvolvidas a partir das aulas.

demanda, dessa primeira fagulha, de “construção social da ‘inteligibilidade’ da injustiça”, a partir da qual a questão social ganha então forma, provocando choques (Botelho, 2023, s.p.). Em um último momento, a participação social fortalece, junto de sua capacidade de intervir efetivamente nos palcos da política.

A partir das discussões da disciplina, este texto recupera brevemente os argumentos de alguns autores que, impregnados no “espírito” delineado de seu tempo, abordam as injustiças nordestinas na ambição de formulação de políticas públicas.

O debate em torno da reforma agrária se impõe em um primeiro momento, na sedução enfática de “aspectos qualitativos” que Josué de Castro (1984) tece sobre o fenômeno da fome. A problemática do campo merece seu destaque em um apelo – tipicamente desenvolvimentista – que se projeta, no entanto, nacional. Em um segundo momento, um panorama da Sudene e do desenvolvimentismo prebschiano antecede a apresentação de um texto panfletário de Celso Furtado do começo da década de 1980.

Em meio à ditadura e a derrocada industrializante, o economista tem sua verve sociológica realçada, em um ímpeto interveniente que não deixa de remeter às esperanças dos anos de 1950.

Josué de Castro constata, em *Geografia da Fome* (1984), que “o Brasil é realmente um dos países de fome”. A antítese luta-harmonia é mobilizada logo em seguida para sustentar

os estigmas do passado histórico na relação dos “grupos humanos” – conforme a verve biologizante – com os “quadros naturais”. Do colonizador critica-se a “impaciência [...] do lucro”, a “economia destrutiva”, a “aventura mercantil”. Prevalece, enfim, um “desajustamento econômico e social” que a fome desanuvia.

Segundo o autor, a “vocalização oceânica” primário-exportadora alija o estabelecimento de um mercado nacional, antídoto à fome. Ao mencionar a política cambial “antinacional”, Castro se aproxima de uma crítica à socialização das perdas.

A disparidade entre setores produtivos se vê igualmente constatada em termos de integração econômica. O diagnóstico se aproxima ao de Celso Furtado: não se deveria “*desenvolver* mais o já *desenvolvido*” (Castro, 1984: 283-284). O governo se torna, então, metrópole. No auge do economicismo, ele afirma:

Porque subdesenvolvimento é exatamente isto: é desnível econômico, é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico de uma Nação (Castro, 1984: 285).

A terra, em seguida, entra em questão, alheia que é à produção de alimentos. Contra o seu feudalismo, contrasta-se a modernização industrial. Por outro lado, sua improdutividade explica a latência da subnutrição. Como então consolidar um mercado interno com a depauperação do campesino? Ante o aço da indústria:

Devemos [...] não exagerar este custo, não tender demasiado ao exclusivismo porque a realidade social não se cinge apenas no economismo puro, mas sim na expressão econômico-social de um povo (Castro, 1984: 295).

E o autor afirma, ainda, se:

Todas as tentativas de exigir de qualquer coletividade um custo de progresso acima do tolerável acarretam ressentimentos e tensões sociais ameaçadoras [...] pode-se concluir que sendo imperioso o desenvolvimento econômico nacional, devem o Governo e o povo se unirem através de um processo de mútua confiança e de mútuo interesse (Castro, 1984: 296).

O apelo de Josué de Castro passa, então, por equilibrar os desenvolvimentos. Um povo faminto é lacunoso, representa “um salto no abismo”, para usar suas palavras. Para isso, impõem-se mudanças de cunho estrutural, que possam superar o arcaísmo das bases agrárias nacionais, antro de maior resistência “ao verdadeiro progresso social”, o motor das ambições castrenses.

O caminho se encadeia lógico. Se o “problema agrário brasileiro”, tal como identificado pelo autor, passa pela concentração fundiária, pela massificação dos sem-terra e pelas fricções sociais daí decorrentes, a reforma agrária se coloca como “imperativo nacional”. Ou, mais que isso, em virtude de todo o contexto delineado por Josué de Castro, “uma *necessidade histórica*”.

A reforma, então, exige participação nacional “de todos os brasileiros verdadeiramente patriotas” (Castro, 1984: 300), posto que é “interesse coletivo” de desenvolvimento econômico equilibrado, de superação do subdesenvolvimento. Pautar a reforma agrária ganha em Castro a mesma dimensão da discussão da fome. Pois, se a instituição de uma reforma agrária implica o reordenamento de uma estrutura agrária arcaica e improdutiva, a medida suscita a superação da fome, desacreditada de suas justificativas convencionais, passível de intervenção e transformação:

Porque a verdade é que nada existe de específico contra a fome, nenhuma panaceia que possa curar este mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão — a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico [...]. O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo. É dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade. Só assim teremos um verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão (Castro, 1984: 304).

A década de 1950 e o começo da década de 1960 nutrem as esperanças desenvolvimentistas de progresso social: “A vitória contra a fome constitui um desafio à atual

geração – como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento”, registra Josué de Castro (1984: 304). A fome do campo é o ronco do Brasil.

Passando para a análise do texto de Celso Furtado, é importante observar, inicialmente, que o desenvolvimentismo prebschiano articulava o plano nacional ao externo, a partir da dicotomia centro-periferia. Moldado pelas crises argentinas, nos postos de chefia que ocupou em sucessivos governos platinos, o então neoclássico pôs à prova os princípios da economia ricardiana, baseada na teoria das vantagens comparativas (Couto, 2017). Prebisch (1949) constatou uma formatação de ciclo econômico que contrastava, nos polos de economia primária, taxas de remuneração decrescentes, aos centros industrializados, que concentravam de modo cada vez mais frequente o “progresso técnico”. A chave do reposicionamento nas estruturas do sistema internacional passaria, segundo ele, pela chave da industrialização. No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), passaram a se reunir alguns articuladores da corrente desenvolvimentista, entre eles Celso Furtado, que passa a desempenhar papel importante no debate sobre o tema no Brasil (Cardoso, 2008).

No final da década de 1950, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) emerge às sombras das (reducionistas) manchetes sobre as secas e o regurgitar das Ligas Camponesas. Estimulada então pelo presidente Juscelino Kubitschek, o projeto conduzido por Celso Furtado fita não só a industrialização, como também a miséria da

região, conferindo ao governo bases tanto informacionais quanto administrativas (em termos de capilaridade) de atuação (Helayel, 2023).

Cerne da construção do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, Celso Furtado publica texto importante sobre o Nordeste no começo dos anos 1980, já afastado do vórtice dos anos 1950, em fins da ditadura, no ostracismo do modelo prebischaino, contemplando o avanço da falha industrialização nordestina. *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* (1981), um remédio e um diagnóstico, perde o “econômico” que adornava o título do relatório baseado nos trabalhos do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) de 1959. Aqui, tomado como “face do Brasil” (Furtado, 1981: 13), o Nordeste furtadiano enfatiza as contradições nacionais de um país dependente:

Nordeste não é um simples problema regional e tampouco um problema nacional entre outros, cuja abordagem pudesse ser deixada para amanhã, como se a solução dos demais pudesse avançar enquanto a desse espera. O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do País se estão agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente. Com efeito: se continuamos a negligenciar o fundamental, dificilmente poderá o Brasil superar o subdesenvolvimento, vale

dizer, assumir formas superiores de organização social em que o conjunto da coletividade se beneficie dos frutos do próprio trabalho (Furtado, 1981: 13).

O trecho citado é seguido por perguntas sobre o padrão de desenvolvimento brasileiro: “Por que a renda no Brasil aparece como sendo mais concentrada do que em qualquer outro país de nível de produtividade similar ao nosso? [...] Por que é tão lenta a ascensão social das populações de origem africana entre nós [...]? [...] Por que é tão lento o nosso desenvolvimento social [...]?” (Furtado, 1981: 13). A sucintez e prontidão com que se desencadeiam as respostas atentam para um sentido de urgência do desenvolvimento – e, mais que isso, uma disposição interventora do autor. Ao falar em “atraso relativo”, Celso Furtado se mostra concentrado a um panorama de desenvolvimento, que se reparte em multiestágios interconectados. Essas disparidades – muitas vezes brutais, como mostra o caso nordestino – respondem pela marcha brasileira. A ideia de um desenvolvimentismo planejado, latente naqueles anos de Plano de Metas, não deixa de refletir essa mentalidade.

Ao imputar miséria à “autonomia para decidir do próprio destino”, Furtado parece convergir ao problemático ideário de cabrestismo. O elevado padrão de consumo das classes médias e altas nordestinas, em um quadro de baixa renda per capita, expressa altas taxas de concentração de renda – ou melhor, “concentração dos gastos de consumo”, retomando o velho argumento já presente em *Formação Econômica do Brasil*, segundo o qual prevalece entre as aristocracias o consumo supérfluo de luxo. Na mesma linha,

mesmo avançando o processo de industrialização, lhe subverte: “a civilização do automóvel e da televisão em cores” se mostra “uma prolongação do desenvolvimento industrial do Centro-Sul, e só secundariamente uma resposta aos requerimentos da população local” (Furtado, 1981: 14).

Em rechaço “às medidas homeopáticas” face a uma conjuntura que ganha lastros de “o maior problema do País”, Furtado propõe não só a prolongada transferência de recursos à região, como uma reorganização estrutural e produtiva ciosa das “particularidades sociais e ecológicas da região mais pobre”. A consolidação de cooperativas e as assistências médica e escolar ceifariam a daninha do latifúndio e do minifúndio em um esforço que não se limita à racionalidade econômica. Como afirma Furtado, as modificações estruturais que procura impingir visam ao “ser humano”, constituindo o aparente esquematismo organizado parte do processo de desenvolvimento, que se faz tanto econômico quanto social:

Portanto, economia e sociedade devem ser transformadas conjuntamente. Daí a necessidade de considerar o homem do campo como *ator político ativo*, e não apenas como força de trabalho. O enfoque tecnocrático, que com seu misto de medo e desprezo do povo pretende cobrir-se contra todo risco, é obtuso em face de problemas dessa ordem. Uma sociedade não ascende a formas mais complexas de organização pela simples graça do Príncipe. Mas desgaste e perda de tempo podem ser evitados quando a ação política é capaz de canalizar e orientar as

forças sociais que a mesma política contribui para ativar (Furtado, 1981: 17, grifo meu).

Esse duplo caráter, que não deixa de ter lastro numa ampla reflexão da formação estrutural brasileira, é que insere o economista e suas reflexões entre o rol de intérpretes do Brasil. O esforço de desenvolvimento furtadiano, então, atavia a dimensão de autonomia nacional:

[...] uma mobilização de forças sociais em todo o País, o que pressupõe a tomada de consciência de que, se o Brasil persiste pelo atual caminho das crescentes desigualdades sociais e regionais, o nosso futuro como Nação poderá ser posto em xeque. Somente essa ativação de forças sociais amplas poderá gerar a vontade política necessária para romper as inércias que em nosso País se opõem a toda mudança no plano social (Furtado, 1981: 19).

E, mais importante que isso, não se confere senão ao Nordeste a correia triunfal. Dessa convocação, que no caso de *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* se acalora em meio à ditadura, que deve se pautar em reação à “letargia a que foi reduzido pelo centralismo autoritário”, diz-se que “apressará a restauração de um autêntico federalismo, sem o que a vontade política da região não se poderá manifestar no plano nacional” (Furtado, 1981: 19). Aqui, os ecos com o Consórcio do Nordeste se fazem curiosamente sugestivos. Dito de outro modo, a diagnose furtadiana se faz marcadamente retórica em uma luta de radical

transformação nacional suficientemente amadurecida em sua desnaturalização das injustiças.

Referências

BARREIRA, Irllys Alencar F. (2023). Pensar o Regional: o Nordeste em questão. *Blog da BVPS*, Rio de Janeiro, 13 abr. 2023.

BOTELHO, André. (2023). Nordeste Autopoiesis. *Blog da BVPS*, Rio de Janeiro, 27 mar. 2023.

CARDOSO, Tayguara Torres. (2008). Desenvolvimentismo e Sertão Nordestino: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate em torno da “operação nordeste” e Sudene. *Revista IHGB*, n. 169, v. 440, p. 133-160.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COUTO, Joaquim Miguel. (2017). Raúl Prebisch e a Concepção e a Evolução do Sistema Centro-Periferia. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 1, p. 65-87.

FURTADO, Celso. (1981). Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. *Novos Estudos Cebap*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12-19.

HELAYEL, Karim. (2023). Celso Furtado e Josué de Castro entre as ideias e a ação. *Blog da BVPS*, Rio de Janeiro, 25 mai. 2023.

PREBISCH, Raúl. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-83.

RAMOS, Graciliano. (2020). *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record.

As ilustrações da Série Nordeste

Joana Lavôr



Um pouco mais cedo este ano, participei de uma oficina com um ilustrador espanhol que admiro muito, Jesús Cisneiros. O que mais me chamou a atenção na sua prática foi o convite ao desenho sem referências, ou seja, sem imagens que servissem de apoio. Me interessei por essa dedicação mais direta aos materiais de desenho, como os lápis, o giz, o carvão, a tinta, e menos a um plano. Como eu

sempre desenhei por observação, diante de cenas ou recorrendo a fotografias, senti vontade de caminhar dessa maneira, como se agora fosse possível entrar um pouco mais no papel e construir uma musculatura para as formas. Juntei esse desejo a uma prática de trabalho que me acompanha desde 2018, o desenho de sonhos. Já tem um tempo que eu exploro as imagens que vejo dormindo: o sonho oferece uma composição e, ao acordar e anotar, faço listas e esboços para começar a desenhar. De certa forma, a ideia de buscar imagens na memória já estava por aqui, mas sempre que anotava algo, até mesmo as cores de uma cena, eu desenhava observando algumas fotografias.

Para um desenho que ilustrasse o fechamento da série de textos sobre o Nordeste do Blog da BVPS, fui convidada a trazer uma espécie de diário de viagem levando um pouco do que vi em uma viagem longa recente pela Bahia, onde tenho família e passei muitas férias da vida. Pensei em começar com essa prática da oficina de Jesús e produzir um desenho de cabeça. E aí, é bonito como não fiz exatamente um caminho direto pelas memórias recentes da viagem. Entraram figuras como uma máscara Gélédée iorubá e um manto vinho de carnaval que vi há pouco no Largo do Terreiro de Jesus, em Salvador, mas também gramáticas de outros tempos e lugares, de visitas ao Pernambuco, Alagoas, Bahia e Ceará, minhas e de imagens de outras pessoas que passaram pelos meus olhos. Uma das figuras interessantes nesse procedimento foi a Casa Museu de Graciliano Ramos, que vi em foto de uma viagem de um amigo, branca e azul-marinho, que, quando lembrei de cabeça, desenhei azul-claro com cinza. Na ilustração, é como se o fundo escuro

fosse a base, a memória coletando cenas com os olhos
cerrados ao acordar, e vem a cor levantando os elementos
para formar a composição.

Posfácio – Um turista aprendiz

André Botelho

Caras e caros leitoras e leitores, em especial estudantes de Sociologia III do Bacharelado em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ: ao finalizar esta primeira rodada do experimento Nordeste BVPS, que uniu ensino, comunicação pública das ciências sociais e pesquisa, quero agradecer-lhes pela participação e estímulos. Tanto na disciplina quanto na série no Blog, ao longo do primeiro semestre de 2023, percorremos um arco histórico, temático e teórico iniciado com *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e que teve como ponto de chegada a discussão sobre as experiências de participação social no orçamento participativo no Nordeste; passando, antes, principalmente, pelos conflitos por terra e reforma agrária, de que as Ligas Camponesas permanecem paradigmáticas.

No percurso aprendemos que a relação entre cultura e instituições compreende múltiplas dimensões para além de um entendimento causal entre normas e atitudes culturais, ou estruturas sociais e padrões de comportamento que configurariam uma “comunidade cívica”. Voltamo-nos para os “homens comuns” e não necessariamente para “cidadãos virtuosos” como forma de compreender efeitos de longa e média durações previstos e impremeditados nas interações dinâmicas entre estrutura agrária, participação social e

mudanças sociais e políticas. Lendo e relendo diferentes interpretações do Nordeste, forjamos coletivamente um percurso compartilhado (não linear e inacabado) que liga a emergência da questão social (face à estrutura agrária vigente) à participação social que pode acabar por alterar politicamente a sociedade.

Noutras palavras, foi nosso objetivo entender se e como, na longa duração e visto em termos macrossociológicos, se forjou um processo social de aprendizado social da democracia que envolveu três momentos decisivos: no primeiro, pudemos perceber como se opera uma construção social de inteligibilidade da “injustiça” diante de situações como a seca, a fome, as migrações e a violência, que receberão progressivamente novas interpretações; num segundo momento, os significados dessas situações se ampliam: tornam-se faces da questão social, que passam a ser objeto de conflitos entre diferentes setores da sociedade e do Estado. E é com base, em grande medida, nessa experiência – que também pode ser caracterizada como um *aprendizado social do conflito pela terra* –, que num terceiro momento, no presente, a participação social não apenas se adensa, mas ganha condições tangíveis de alterar o cotidiano da política no Nordeste. Esse não é um processo evolutivo. Todos e cada um desses “momentos lógicos” estão empírica e historicamente embaraçados e ativos ao mesmo tempo. O processo social é dinâmico.

Nossa escolha pela discussão da reforma agrária, partindo do projeto de dissertação de Rennan Pimentel em curso no PPGSA/IFCS/UFRJ, um dos membros da equipe

Nordeste, para exemplificar o experimento não foi aleatória, mas quis expressar, antes, a sua importância para a compreensão do processo de mobilização e a ação coletiva, a participação social e o aprendizado que se desenvolvem em diferentes momentos de luta pela terra no Brasil da segunda metade do século XX. O movimento social, ao fim e ao cabo, permite que grupos insatisfeitos com as regras de distribuição de bens e recursos e das formas de representação política, antes silenciosos ou inaudíveis, possam vocalizar suas demandas mesmo fora das instituições políticas estabelecidas.

A ideia de “repertório contencioso” de Charles Tilly é inspiradora em nosso trabalho para pensar a questão do aprendizado social: um conjunto de formas de ação políticas surgidas em meio a conflitos em momentos passados e que fica à disposição dos movimentos sociais a partir de então, incluindo desde a manifestação pública de reivindicações através da formação de associações temáticas e clubes, a organização de comícios e passeatas, até as greves. As lutas pela reforma agrária e seu reconhecimento institucional são cruciais na história do Nordeste, na discussão nacional sobre estrutura agrária, na participação social e nas mudanças sociais e políticas. Nesse processo, em meio às contendas dos atores e grupos sociais, formas de ação, mas também de narrativas, perdem e ganham eficácia, assim como se alteram os modos de sensibilização e reconhecimento diante dos problemas sociais. E apesar do aprendizado social envolvido, nem sempre resultam em mudanças na sociedade, pois dependem sempre de portadores sociais e das relações estabelecidas entre eles para se efetivarem ou não como

forças sociais reflexivas. Justamente por isso, e porque também da contingência é feita a matéria da vida social, essa história não tem como terminar aqui.

No percurso do experimento Nordeste, aprendemos muito, muito mais do que imaginávamos no ponto de partida. Tal como nas ações coletivas em geral, também o experimento acadêmico encetado nos últimos meses permitiu um aprendizado que é também e simultaneamente um aprendizado do indivíduo sobre como tornar-se ator social e político nos e dos confrontos e reivindicações. O movimento social, afinal, mobiliza pessoas e grupos sociais para uma mudança na sociedade, mas dá a oportunidade também de uma mudança interna, entre aqueles que dele participam e passam a ver e a discutir sua realidade social noutras perspectivas. Muitas questões foram identificadas coletivamente, e um mapa mais sistemático sobre elas está a se construir. Com base nele, as hipóteses discutidas no experimento poderão, enfim, ganhar sentido, ou não.

Agradeço às/aos autores – companheiros e companheiras de viagem – que abrilhantaram o experimento com seus textos que, ainda, se somaram ao, afetaram, ampliaram e adensaram o conteúdo pedagógico propriamente dito da Sociologia Política do Nordeste. Foram 24 posts (incluindo este encerramento), envolvendo 21 pesquisadores e pesquisadoras de diferentes gerações e instituições. Muito obrigado Antonio Brasil Jr., Antonio Nóbrega, Caroline Tresoldi, Elide Rugai Bastos, Felipe Fortuna, Heloisa Buarque de Hollanda, Irllys Alencar F. Barreira, Isabel Lustosa, Karim Abdalla Helayel, Lilia Schwarcz, Lucas Carvalho, Lucas van Hombeeck, Mariana

Chaguri, Nísia Trindade Lima, Onildo Correa, Pedro Meira Monteiro, Rennan Pimentel, Roberto Vêras de Oliveira, Rodrigo Jorge Ribeiro Neves e Silviano Santiago. Foi uma experiência muito agradável e intensa, além de produtiva, sobre a qual pudemos refletir coletivamente ao longo dos meses de sua realização. Inclusive, na semana passada, em Belém, no Comitê de Pesquisa do Pensamento Social Brasileiro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Agradeço ao Blog da BVPS pela oportunidade e dedicação: Maurício Hoelz (UFRRJ), Rodrigo Jorge Ribeiro Neves (UFRJ) e Caroline Tresoldi (PPGSA/UFRJ). Agradeço à amiga Joana Lavôr pelas ilustrações belíssimas e tão ricas de significados que traduziram e ampliaram o experimento em termos visuais.

Como a leitora e o leitor devem ter percebido, semana a semana, o experimento é inspirado em grande medida na trajetória de pesquisa da Professora Elide Rugai Bastos, da Unicamp, minha orientadora. Elide foi pioneira tanto nos estudos sobre ação coletiva camponesa, com dissertação sobre as Ligas Camponesas, quanto nos estudos sobre Gilberto Freyre, com tese de doutoramento sobre a interpretação do Nordeste de Freyre e como ela se tornou elemento-chave do pacto político dos anos de 1930 e ganha sentido nacional.

Agradeço especialmente ainda aos parceiros Karim Helayel (PPGSA/UFRJ/FAPERJ) e Rennan Pimentel (PPGSA/UFRJ) pelo dia a dia do experimento. Ele foi pensando para e acabou ganhando vida com um e outro. Muito obrigado e, quem sabe, até uma próxima rodada da Nordeste BVPS! Por enquanto, ficamos com João Cabral:

A Educação pela Pedra

Uma educação pela pedra: por lições;
Para aprender da pedra, frequentá-la;
Captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
Ao que flui e a fluir, a ser maleada;
A de poética, sua carnadura concreta;
A de economia, seu adensar-se compacta:
Lições da pedra (de fora para dentro,
Cartilha muda), para quem soletrá-la.
Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
E se lecionasse, não ensinaria nada;
Lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
Uma pedra de nascença, entranha a alma

Sobre os autores

André Botelho é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Antonio Brasil Jr. é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Caroline Tresoldi é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Felipe Fortuna é poeta, assessor da Secretária-geral das Relações Exteriores e professor de Linguagem Diplomática do Instituto Rio Branco.

Irllys Alencar F. Barreira é professora de Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Isabel Lustosa é pesquisadora do Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Joana Lavôr é tradutora e ilustradora.

Karim Helayel é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde realiza atualmente estágio de pós-doutorado.

Liège Nonvieri é graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lilia Schwarcz é professora do Departamento de Antropologia da USP, professora visitante em Princeton e integra a Academia Brasileira de Letras.

Lucas Carvalho é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense.

Lucas van Hombeeck é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maria Fernanda Argileu é graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mariana Chaguri é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.

Max Reis é graduado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nichollas Paradelo Capote é graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nísia Trindade Lima é professora da Fundação Oswaldo Cruz e atual ministra da Saúde.

Onildo Correa é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pedro Meira Monteiro é professor do Departamento de Espanhol e Português da Princeton University.

Rennan Pimentel é doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Roberto Vêras de Oliveira é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

Rodrigo Jorge Ribeiro Neves é professor de literatura brasileira da Universidade Federal Fluminense.

Rosiane Braga é graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Silviano Santiago é professor emérito da Universidade Federal Fluminense e membro da Academia Mineira de Letras.

Expediente da BVPS

O Blog da BVPS é um espaço de formação de editores/as, autores/as e leitores/as de comunicação pública das ciências sociais, literaturas e artes, e aposta sempre na conversa entre diferentes gerações.

Corpo Editorial

Editor responsável

Maurício Hoelz | professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Editores-executivos

Caroline Tresoldi | doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Assistentes editoriais

João Mello | doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Miguel Cunha | doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Onildo Araújo Correa | doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Assistentes de mídias

Maria Gabriella de Faria | mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Rennan de Medeiros Pimentel | mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Conselho editorial

Andre Bittencourt | professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Antonio Brasil Jr. | professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Denilson Lopes | professor titular da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Diana Klinger | professora de Teoria Literária da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Eduardo Coelho | professor do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Ciência da Literatura) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eliane Robert Moraes | professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP).

Elide Rugai Bastos | professora titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Lucas Carvalho | professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mariana Chaguri | professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Mário Augusto Medeiros da Silva | professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Nísia Trindade Lima | pesquisadora titular da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professora de Pós-Graduação do Programa de História das Ciências e da Saúde da mesma instituição.

Simone Meucci | professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Wander Melo Miranda | professor emérito da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro da Academia Mineira de Letras (AML).

Coordenação da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)

André Botelho | professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Autor corporativo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Largo de São Francisco, 1, 20051-070 – Rio de Janeiro, RJ.

